

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

A VAGA SOMBRA DO PODER:
vida associativa e cultura política
na Porto Alegre da década de 1920

Ricardo de Aguiar Pacheco

Porto Alegre, outubro de 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**A VAGA SOMBRA DO PODER:
vida associativa e cultura política
na Porto Alegre da década de 1920**

Tese apresentada como requisito parcial e final para conclusão do curso de Doutorado em História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul sob a orientação da **Prof.^a Dr.^a Helga Iracema Landgraf Piccolo**

Ricardo de Aguiar Pacheco

Porto Alegre, outubro de 2004.

AGRADECIMENTOS

No mundo contemporâneo nenhum trabalho é realizado por uma única pessoa. Muito menos os trabalhos intelectuais podem ser assumidos por um único pesquisador. Ainda que de mim deva ser cobrada a responsabilidades pelas limitações e faltas decorrentes das opções tomadas ao longo da pesquisa os créditos desta tese devem ser atribuídos a muitos:

Os maiores e melhores méritos que este trabalho possa apresentar devem ser creditados a Prof^a Dr^a Helga Iracema Landgraf Piccolo. Se a pesquisadora não houvesse acreditado no precário projeto inicialmente apresentado, nada mais teria sido possível. Se a professora não houvesse se dedicado a ensinar este matuto e imaturo aprendiz, o conhecimento que aqui se materializa não teria consistência. Se a orientadora não houvesse tido paciência e tolerância com o pesquisador afoito e indisciplinado, estas páginas não valeriam sua leitura.

Á Prof^a Dr^a Sandra Jatahy Pesavento temos dívidas que vêm da iniciação científica e passam pela orientação do mestrado. Formação impossível de se ocultar nessa pesquisa. Da mesma forma sou devedor ao Prof. Dr. René Gertz pelas contribuições já oferecidas no mestrado e mais ainda ao longo do doutorado. A esses também sou devedor da tolerância que me foi oferecida no momento da qualificação deste projeto.

A academia é um campo de auto-referência. Nele nada se cria, tudo se constrói a partir do que foi dito antes. Assim também me sinto devedor a todos os autores citados neste texto e tantos outros. Mas particularmente a Prof^a Dr^a Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos e ao Prof. Dr. Paulo Fagundes Vizentini a quem devo a honra de tê-los na banca de exame desta tese.

E quanto mais penso mais aumentam minhas dívidas: devo a atenção oferecida pelos funcionários dos arquivos onde busquei a documentação; o material fotográfico em anexo é crédito de Clarissa Pont; a normatização do trabalho teve a colaboração de Nilza Cidade

Cardarelli; a revisão final de texto se deve a Cleusa dos Santos; e a psicoterapia coube ao André Guirland Vieira.

Aos que foram meus alunos na Universidade de Caxias do Sul, na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre e, mais recentemente, no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul devo a paciência por acompanhar aulas, por vezes, um pouco distantes do programa, mas muito próximas de uma certa pesquisa.

E, sobretudo, sou credor do afeto que me amamentou nestes quatro anos de pesquisa. E para o qual oferecia pouco tempo e retribuição. Sou devedor a Mara Péres, a Cecília e a Denize Pacheco. Mulheres de um homem indelicado.

Como beneficiário de tão valiosas contribuições vindas de tantas pessoas me constranjo de poder dizer apenas:

– Obrigado !

SUMÁRIO

Resumo	6
Abstract.....	7
Abrégé	8
INTRODUÇÃO.....	9
1 Sociabilidade urbana e cultura política	22
1.1 Mecanismos simbólicos do poder	23
1.2 A glorificação como estratégia de ocultação	45
1.3 Estrutura oligárquica e eleições	68
2 Continuísmo e ruptura nas eleições da década de 1920.....	82
2.1 José Montaury: a última reeleição	96
2.2 Otávio Rocha: os resultados da modernização	107
2.3 Alberto Bins: um novo consenso	122
2.4 O significado das eleições	141
3 Associações políticas no cenário urbano.....	145
3.1 Agentes coletivos do campo político.....	150
3.2 A dinâmica burocrática da vida associativa	161
4 Estratégias de mobilização do eleitor	183
4.1 O trabalho de galopim.....	185
4.2 As reuniões de propaganda.....	196
4.3 As mobilizações de rua.....	214
4.4 A responsabilidade coletiva	232
5 As possibilidades de intervenção no campo político	235
5.1 Os agentes coletivos do campo político	240
5.2 Os personagens da política local.....	262
5.3 Trajetórias em rede.....	276
CONCLUSÃO	283
Referências.....	302
Fontes consultadas.....	308
Anexos.....	309

Resumo

A partir da investigação das atividades de campanha eleitoral promovidas pelas associações existentes no cenário urbano da cidade de Porto Alegre da década de 1920 percebemos o código operado por essa comunidade para agir, codificar e interpretar o campo político. Através deste conceito de cultura política rearticulamos os significados atribuídos às associações, a sua dinâmica burocrática, às atividades de mobilização e arregimentação eleitoral. Identificando as regularidades desse espaço de sociabilidade e apontamos como esses agentes coletivos e outros personagens atribuem significados às representações e práticas sociais deste campo enquanto estratégia de projeção e legitimação de seus interesses individuais e coletivos.

Palavras Chave:

HISTÓRIA: PORTO ALEGRE

HISTÓRIA: ELEIÇÕES

HISTÓRIA: REPÚBLICA VELHA

HISTÓRIA: CULTURA POLÍTICA

POLÍTICA: PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES

POLÍTICA: ASSOCIAÇÕES POLÍTICAS

Abstract

From the inquiry of the activities of electoral campaign activities by the existing associations in the urban scenario of Porto Alegre (Rio Grande do Sul – Brazil) in the decade of 1920, the code operated by such community is perceived to act, to codify and to interpret the political field. Through that concept of political culture, we have rearticulated the meanings attributed to the associations, their bureaucratic dynamics, to the mobilization and electoral conscription. Identifying the regularity of this space of sociability, we have pointed how such collective agents and other characters mean the representation and the social practice of that field as projection and legitimacy strategy of its individual and collective interests.

Abrégé

À partir de la recherche sur les activités de campagne électorale promues par les associations existantes dans le scénario urbain de la Porto Alegre de la décennie de 1920 nous percevons le code opéré par cette communauté pour agir, codifier et interpréter le champ politique. À travers de ce concept de culture politique nous rearticulons les sens attribuées aux associations, sa dynamique bureaucratique, les activités de mobilisation et d'enrégimentationlectorales. En identifiant regularite de cet espace de sociabilité nous taillons comme ces agents collectif et autres personnages resignifient les représentations et les pratiques sociales de ce champ comme stratégie de projection et légitimation de leurs intérêts individuel et collectifs.

INTRODUÇÃO

Em agosto de 1920, José Montauray, Intendente de Porto Alegre, encaminhou a Raphael Escobar, presidente do Conselho Municipal, um requerimento assinado por Raul Pilla, presidente do Diretório do Partido Republicano Federalista de Porto Alegre e também Conselheiro Municipal. Através desse documento, apreciado na sessão do Conselho de 24 de agosto de 1920, era solicitada a cedência de uma sala do Palácio Municipal para a exposição dos restos mortais do Conselheiro Gaspar Silveira Martins.

Para tratar do tema, o conselheiro Francisco Xavier da Costa solicitou que o requerimento fosse examinado na Comissão de Reclamações e Redação, da qual ele fazia parte. Aceito o pedido, a sessão do Conselho foi suspensa para que essa comissão se reunisse reservadamente, de imediato.

Na volta dos trabalhos, alguns minutos depois, Francisco Xavier da Costa pediu ainda uma fala em separado com o presidente da Casa. Ao término dessa, Raphael Escobar decidiu se ausentar da reunião, retirando assim, o quorum deliberativo da sessão, porém ao ser interpelado por outros, desistiu desse ato e retomou a direção dos trabalhos. Foi feita então, a leitura do parecer da comissão:

Proponho que o Conselho indefira o requerimento em que o ilustre representante opositor Sr. Raul Pilla, presidente do Diretório local do Partido Federalista, pretende que o Governo Municipal ceda uma das salas do Palácio Municipal para exposição dos despojos mortais do popular tribuno Gaspar Silveira Martins – que foi chefe do partido e do movimento revolucionário anti-republicano de 1893, que tantas e tão profundas desgraças causou ao nosso amado Rio Grande do Sul.¹

Após essa leitura, o parecer foi posto em votação. Tendo ocorrido um empate, o voto de Minerva coube ao presidente do Conselho, que decidiu pelo deferimento ao pedido federalista, permitindo assim a cedência da sala do Palácio Municipal.

¹Atas do Conselho Municipal de Porto Alegre. Sessão Extraordinária de 24 de agosto de 1920.

Em outubro do mesmo ano, na primeira sessão do Conselho recém eleito, foi lida uma petição encaminhada pelo Centro Republicano Júlio de Castilhos. Nessa solicitava-se à municipalidade uma contribuição financeira para a realização dos festejos populares em comemoração à Proclamação da República a ser realizada pela entidade. Encaminhado à Comissão de Reclamação e Redação, o tema voltou à pauta, já na sessão seguinte:

Tratando-se da comemoração da gloriosa data da Proclamação da República Brasileira, entende esta comissão que são justos os festejos projetados, que desenvolvem e aperfeiçoam o civismo do povo, e, nestas condições é de parecer que seja concedido o auxílio pecuniário pedido.²

Acompanhando o parecer favorável, o conselheiro municipal José Bertasso solicitou que o pedido fosse dispensado dos trâmites da casa e fosse aprovado de imediato, o que foi prontamente aceito pelos demais. Assim sendo, o Intendente foi autorizado a conceder a quantia de 4:000\$000 (quatro contos de réis) para que a associação realizasse o seu evento cívico.³

Mais do que mostrar a diferença de tratamento dispensada às solicitações dos membros do Partido Republicano – PRR – frente aos pedidos da oposição, esses dois movimentos, independente do seu conteúdo e mesmo de seus resultados, evidenciam que os partidos políticos da cidade de Porto Alegre, no início de 1920, se dirigiam ao Conselho Municipal para obterem respaldo e auxílio para a realização das atividades de cunho cívico e político por eles promovidos.

Mas as instâncias partidárias não eram as únicas instituições a comunicar ao Conselho Municipal as suas atividades. Diversas associações enviavam convites aos conselheiros para participarem de seus eventos. Na sessão de 16 de dezembro de 1925, foi lido um desses convites:

Ocupando-se do ofício do Grêmio Republicano Marcos de Andrade, disse o Conselheiro Presidente que se dispensava de chamar a atenção para o convite desse ofício, porquanto tinha certeza de que todos os seus colegas se fariam representar na

²Atas do Conselho Municipal de Porto Alegre. Sessão Ordinária de 27 de outubro de 1920.

³Atas do Conselho Municipal de Porto Alegre. Sessão Ordinária de 3 de novembro de 1920.

solenidade da posse da nova diretoria dessa associação, da qual é presidente reeleito, o nobre e distinto cavalheiro Dr. Jayme da Costa Pereira.⁴

Como percebemos o Grêmio Republicano Marcos de Andrade era uma instituição respeitada pelos membros do Conselho Municipal. Pelo registro da fala do Presidente do Conselho o convite formal já era de domínio dos demais membros da casa e segundo consta o próprio Jayme da Costa Pereira, que assumiria a presidência da associação, era conselheiro. Vemos, portanto, que as relações entre as associações e o Conselho Municipal eram mais que formalidades burocráticas.

Outras tantas mensagens como estas se seguiam. Algumas muito amistosas como a que foi lida na sessão de 19 de setembro de 1927 na qual se mencionava o “convite enviado pelo Centro Republicano Otávio Rocha, para assistir a uma festa do Grêmio Gaúcho em homenagem ao Sr. Dr. Intendente”.⁵ Aqui a associação se preocupava em divulgar seu ato de cortesia, de galanteio ao administrador da cidade e podemos dizer, por extensão, aos poderes constituídos do município.

Em contraste com esses convites amistosos, as atas do Conselho Municipal registram ainda algumas solicitações politicamente mais relevantes tanto para a municipalidade como para as associações. O parecer nº 40 da Comissão de Petições e Redação diz sobre o requerimento enviado pelo Clube Caixeiral:

Após invocar várias razões em apoio de seu pedido, requer essa associação que o Conselho, confirmando a sua resolução do ano passado, concedendo-lhe a ela isenção de impostos, formula a verdadeira interpretação desse ato, bem como seja cancelada a dívida do Clube referente ao imposto sobre bilhares e copa, que, por diversa interpretação, foi durante este ano exigido pela intendência.⁶

Como se percebe nesse parecer, a associação possuía uma sede própria e alegava desenvolver atividades de interesse público, como a manutenção de uma “aula”. Em nome disso, rogava ao Conselho Municipal, a isenção de impostos sobre suas atividades comerciais com a copa e o bilhar, e cancelasse a dívida cobrada pela Intendência.

⁴Atas do Conselho Municipal de Porto Alegre. Sessão Ordinária de 13 de agosto de 1925.

⁵Atas do Conselho Municipal de Porto Alegre. Sessão Ordinária de 19 de novembro de 1927.

⁶Atas do Conselho Municipal de Porto Alegre. Sessão Ordinária de 14 de dezembro de 1927.

De forma mais incisiva agiu a Associação dos Padeiros. Na ordem do dia 1º de dezembro de 1927 foi anunciado o recebimento de um memorial “pedindo regulamentação para o descanso dominical”.⁷ Numa época em que os poucos direitos trabalhistas legislados eram letra morta, esse pedido era bastante espinhoso. Tanto assim que, apenas no final do mês, o assunto voltou ao debate e, ainda assim, por provocação de um dos conselheiros. Diz a ata:

Por último, pediu a palavra e obteve a palavra o Sr. Conselheiro Vigo Tompes Collin, para declarar que, na primeira sessão realizada no corrente mês, quando era lido o respectivo expediente ouvira a leitura de um memorial da Associação dos Padeiros em que solicitavam ao conselho a regulamentação dos trabalhos dominicais da classe e como, até agora, não tenha vindo a plenário nenhum parecer referente ao assunto pedia ao Sr. Presidente fosse tomada providência nesse sentido.⁸

Numa primeira impressão vemos que o memorial se prendia aos trâmites burocráticos do Conselho Municipal não chegando ao plenário. Mas para entendermos porque o Vigo Tompes Collin chamava este debate na sessão do Conselho temos que lembrar que o Conselheiro era membro da Liga dos Operários Republicanos. Nesta condição seguramente participava de atividades nas quais também se encontravam outros operários e entre estes, os padeiros.

Em virtude da lembrança do conselheiro, o tema voltou à pauta na sessão de 30 de dezembro de 1927. Nesse momento se debateu o parecer favorável ao descanso dominical dos padeiros, encaminhado pela Comissão de Reclamações e Redação:

Por fim, entrou em debate o parecer nº 75, da Comissão de Reclamações e Redação, cuja discussão havia sido adiada, pedindo a palavra o Sr. Cons. Vigo Collin, para justificar seu voto favorável ao parecer. Em seguida pediu a palavra o Cons. Jayme da Costa Pereira para justificar seu voto contrário ao mesmo. Em torno da discussão desse parecer travaram-se diálogos acalorados, neles tomando parte os Cons. acima aludidos e mais os Srs. Cons. Victor Kessler, João Pinto Affonso Fonseca e Gonçalves Dossena. Terminada a discussão o Sr. Presidente pôs em votação o referido parecer, sendo o mesmo rejeitado.⁹

⁷ Atas do Conselho Municipal de Porto Alegre. Sessão Ordinária de 1º de dezembro de 1927.

⁸ Atas do Conselho Municipal de Porto Alegre. Sessão Ordinária de 26 de dezembro de 1927.

⁹ Atas do Conselho Municipal de Porto Alegre. Sessão Extraordinária de 30 de dezembro de 1927.

Como se viu, o pedido de regulamentação do descanso dominical encaminhado não obteve êxito. Mas o debate sobre esse tema não se esgotou e foi retomado na sessão seguinte. Nessa, foi lido um novo requerimento que vinha assinado por Francisco Xavier da Costa, líder republicano local e ex-Conselheiro Municipal, também ligado aos grupos operários da cidade.

Sobre esse requerimento se pronunciou o mesmo Cons. Jayme da Costa Pereira, antigo diretor do Grêmio Republicano Marcos de Andrade, que, como visto antes, havia se posicionado contrariamente ao pedido dos padeiros:

Começou dizendo que o Conselho Municipal sempre olha com simpatia para toda e qualquer classe de trabalhadores. O assunto da petição já fora explorado nesta casa e provocara até fortes debates, mas pela forma como fôra encaminhado não lograra a sua aprovação. Entende que o Conselho desse, por equidade, atender ao pedido da associação de Repartidores de Pão. Continuando diz que dá seu voto favorável, por equidade, visto já ter sido atendido pedido idêntico feito pelos varejistas e barbeiros, muito embora seja contrário a qualquer cerceamento da liberdade de trabalho.¹⁰

Como se percebe, mesmo diante de uma primeira derrota o grupo social representado pela Associação dos Padeiros, agora nomeada por Repartidores de Pão, não se intimidou e foi em busca da assinatura de uma liderança republicana local para um segundo requerimento. Com os argumentos e a assinatura apresentados nesse segundo documento, as divergências de antes se tornaram apenas um mal-entendido, um equívoco. Dessa forma, em que pesem as resistências, a categoria profissional dos padeiros de Porto Alegre conseguiu ver atendida a sua solicitação de regulamentação do descanso dominical aprovada pelo Conselho.

O pedido dos padeiros encaminhado ao Conselho Municipal era uma ação articulada e planejada que usou uma rede de relações para ser aprovada. Primeiramente notamos que o pedido foi encaminhado por uma associação organizada. Depois que, no Conselho, essa solicitação contava com a atenção e o apoio de um conselheiro ligado à associação, que cuidou para que o assunto chegasse ao plenário.

¹⁰Atas do Conselho Municipal de Porto Alegre. Sessão Extraordinária de 14 de janeiro de 1928.

Demonstrando certa contrariedade frente a essa deliberação, a União dos Proprietários de Padarias também encaminhou ao Conselho Municipal um requerimento solicitando a adequação dessa regulamentação. O parecer sobre tal demanda, contudo, não teve tanta sorte:

A Comissão de Petições, Reclamações e Redação, porém, pondera que o Conselho já votou duas leis a este respeito, sendo que uma foi votada mesmo no ano fluente. Medidas desta ordem [requerem] sempre sejam tomadas com grande critério e prudência e não devem ser alteradas sem um exame sério e minucioso das circunstâncias que envolvem o caso.¹¹

Nessa sessão, os demais Conselheiros, seguindo a orientação desse parecer, se esquivam do debate. Argumentando, num sentido, que já haviam discutido o tema e, em outro, o fim próximo da legislatura, tangenciaram o mérito da questão levantada pelos proprietários de padarias, ou seja, a regulamentação do descanso semanal dos padeiros.

Em outras sessões, foram feitas demandas ao Conselho Municipal por outras entidades representativas de categorias, como os carregadores de carne verde, a Associação dos Funcionários Municipais e a União dos Operários Estivadores. Ou seja, o debate sobre o descanso dominical estava longe de se esgotar e as associações foram protagonistas deste enfrentamento.

Essas ações e reações de diferentes associações, perceptíveis nas atas do Conselho Municipal, evidenciam que essas entidades tinham voz ativa no campo político local. Os eventos aqui observados através da documentação oficial parecem movimentos dispersos e desconectados entre si. Mas, quando percebidos em conjunto, permitem enxergar que, na Porto Alegre da década de 1920, havia uma série de entidades que atuavam de forma firme e forte nas disputas no interior do campo político local.

Ao longo da República Velha, o cenário político gaúcho esteve marcado pela existência de duas posições políticas muito claras: o situacionismo republicano, de orientação positivista, e a oposição, que reunia lideranças políticas do liberalismo, do federalismo e

¹¹ Atas do Conselho Municipal de Porto Alegre. Sessão Extraordinária de 14 de janeiro de 1928.

dissidências republicanas. Na cidade de Porto Alegre, essa situação se refletiu, fundamentalmente, em dois fenômenos: no continuísmo administrativo na intendência municipal; e nas constantes fraudes eleitorais.

Essa situação, contudo, se alterou com a Revolução de 1923, desencadeada pelos oposicionistas com o intuito de provocar uma alteração no quadro regional. O Pacto de Pedras Altas, estabelecido entre a oposição liberal e o governo do Partido Republicano, deu desfecho ao movimento revolucionário, estabelecendo maiores garantias quanto à lisura do processo eleitoral no Estado.

Ressurgiu, então, a esperança de alternância no poder tanto estadual, como nos municípios. Nesse contexto, a disputa eleitoral ganhou um novo significado. Coube aos diferentes grupos políticos – tanto os situacionistas como opositores – estabelecer estratégias para participar do processo eleitoral e através dele legitimar-se para o exercício do poder institucional. De fato, a oposição passou a se articular para o enfrentamento eleitoral e, com o reconhecimento dos resultados dos pleitos, efetivamente chegou a ter a vitória em algumas eleições municipais.

Foi nesse contexto que, no cenário urbano porto-alegrense da década de 1920, agiram inúmeras associações políticas. Nosso mapeamento apontou a existência de mais de trinta dessas associações atuando em conjunto, tanto com o Partido Republicano como com a oposição liberal. Era uma rede de grêmios, clubes e centros que apresentavam razoável estrutura administrativa, contando com diretoria, estatuto e, na maior parte dos casos, uma sede. Elas mantinham uma vida associativa regular marcada por reuniões e atividades de mobilização eleitoral responsáveis tanto pela arregimentação como pela mobilização do eleitorado. Compreendemos que essa vida associativa foi um viés do processo político experienciado em um contexto de superação das estruturas de dominação oligárquicas vigentes na política da República Velha.

Não desejamos aqui debater a fraude eleitoral, já problematizada e analisada de forma muito competente por diversos autores. Estamos, antes, propondo um estudo sobre o papel das associações políticas como mecanismos de arregimentação e mobilização do eleitorado urbano e sua interferência no processo de disputa pelo poder político institucional. Temos claro que elas não se constituem, no contraponto, em práticas da democracia representativa liberal. Ainda assim, julgamos sua investigação relevante na exata medida em que permite compreender de que maneira essa disputa era significada e valorizada pela comunidade política porto-alegrense, no contexto histórico em questão.

A cidade de Porto Alegre, por ser a capital do Estado e principal centro urbano, viveu, durante a década de 1920, um processo de industrialização e de acelerada remodelação urbana. Ela se constituiu no centro dinâmico da vida política do Estado, um local onde surgiram novos personagens e problemáticas sociais.

Perceber as características da mobilização eleitoral para os pleitos permite observar como as elites políticas, tanto situacionista como oposicionista, se articulavam para manter o controle do político através do sistema eleitoral, que passou a ter o papel de mecanismo de legitimação do exercício do poder institucional.

A análise da cultura política articulada no interior das associações existentes no contexto urbano de Porto Alegre nesta época pode fornecer indícios não propriamente de uma regra geral, mas sobre uma particularidade local significativa para o entendimento mais amplo desse momento histórico e mesmo de suas implicações para as conjunturas subsequentes em nível regional e nacional.

Julgamos que, através da análise das formas de sociabilidade, das representações e práticas relacionadas ao processo de disputa institucional, seja possível identificar traços da cultura política da Porto Alegre da década de 1920. Dessa forma, acreditamos ser possível

sombrear como os contemporâneos davam sentido às suas disputas políticas e perceber o que, e como era legítimo demandar e enunciar nesse campo.

Nesta pesquisa, portanto, pretendemos contribuir para o entendimento dessa dimensão da vida política local. Longe de reforçar ou desautorizar outras interpretações sobre o contexto político deste período, propomos um olhar que perceba a disputa do poder institucional através das práticas culturais. Partimos nossa reflexão instrumentalizados pela orientação teórica da História Cultural e adotamos, como estratégia teórico-metodológica, a perspectiva da micro-história, operacionalizada pela estratégia da descrição densa e articulada segundo nosso entendimento da teoria dos campos. A esse instrumental foram agregados outros referenciais da História Política, Sociologia, Antropologia e Ciência Política sempre que pertinente ao desenvolvimento da investigação.

A formulação desta pesquisa originou-se de um conjunto de reflexões decorrentes da dissertação de mestrado desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, estudo que teve como foco a noção de cidadania no período de consolidação da República em Porto Alegre (1889-1891). Nele, foi possível evidenciar que o projeto político do Partido Republicano Rio-grandense, e sua noção de cidadania, foi apenas uma das propostas apresentadas à sociedade porto-alegrense no momento, sendo que outros grupos sociais e políticos também se organizaram e se mobilizaram em torno de suas concepções sobre a prática política.¹²

Julgando que essas concepções, mesmo sublimadas, se mantiveram latentes na comunidade política, realizamos um breve levantamento documental em três periódicos porto-alegrenses – *Correio do Povo*, *A Federação* e *Diário de Notícias* – do final da década de 1920. Produzimos então um artigo onde identificamos que, nesse segundo momento, as

¹²PACHECO, Ricardo de Aguiar. O cidadão está nas ruas: a cidadania republicana em Porto Alegre (1889-1891). Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001-b.

associações políticas haviam se tornado importante mecanismo de arregimentação e mobilização do eleitorado urbano.¹³

Essas proposições foram base para o projeto de doutoramento, que frutifica neste texto. No curso da investigação, sob a preciosa orientação da professora Helga Piccolo, as idéias iniciais passaram por várias alterações e reformulações que melhor as ordenavam e delimitavam a problemática, viabilizando assim o trabalho de pesquisa.

Optamos, então, por delimitar como problemática central dessa investigação o papel desempenhado pelas associações políticas atuantes no espaço urbano de Porto Alegre da década de 1920, no processo de arregimentação e mobilização do eleitorado. Dito de outra forma, almejamos apreender o significado dessas entidades enquanto mecanismos de mediação política e simbólica entre as lideranças partidária – tanto republicanas como federalistas, da Aliança Libertadora e do Partido Libertador – e o eleitorado urbano.

Para responder a essa problemática central a desdobramos em quatro problemas de pesquisa:

1. Como as associações políticas, existentes em Porto Alegre na década de 1920, se encontravam distribuídas territorial e socialmente no espaço urbano?
2. Qual a dinâmica de funcionamento interno dessas entidades e o tipo de relações que estabeleciam entre si e com as estruturas partidárias?
3. Quais as atividades por elas desenvolvidas para arregimentar e mobilizar o eleitorado urbano?

¹³PACHECO, Ricardo de Aguiar. Cultura política republicana: sociabilidade e mobilização eleitoral na República Velha (Porto Alegre, 1889-1930). *Trajetos Revista de História da UFC, Fortaleza*, v. 1, n. 1, p.85-108, 2001-a.

4. Quais os limites e possibilidades de intervenção dos agentes sociais nelas envolvidos?

Como hipótese central desta pesquisa, formulamos o entendimento de que as associações políticas se constituíram em espaços de sociabilidade, nos quais se articulou uma rede de sentidos expressa por um conjunto de representações e práticas sociais formadoras de uma cultura política associativa particular desse tempo-espaço que pode ser caracterizada:

1. pela organização do eleitorado urbano em entidades coletivas;
2. por uma dinâmica burocrática que legitima essa vida associativa;
3. por um conjunto de práticas que poderiam ser restritas às sedes, mas que também poderiam utilizar as ruas e demais espaços públicos para promover suas manifestações; e
4. pela articulação de agentes políticos coletivos que tencionariam defender interesses coletivos dos diferentes grupos sociais urbanos.

Como espaço socialmente legítimo para a mobilização política dos grupos sociais urbanos, as associações políticas significariam, simultaneamente, o declínio de um modelo de arregimentação do eleitorado, que se estendia desde o Império, e a emergência de outras práticas políticas, que apenas se mostrariam por completo após o advento do Estado Novo.

Este estudo utiliza como *corpus* documental fundamental as edições dos jornais *A Federação* e *Correio do Povo* depositadas no Museu da Comunicação Social José Hipólito da Costa, que infelizmente, se encontram em precárias condições de preservação, e no Arquivo Histórico Municipal Moysés Velinho.¹⁴ Foram também consultados outros documentos

¹⁴ Nesse momento de delimitação do projeto de pesquisa optamos por retirar do corpo documental o jornal *Diário de Notícias* basicamente pelo fato deste órgão ter circulado na cidade apenas nos últimos anos da década de 1920.

depositados no Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul e no Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul. A todas essas instituições da memória, nosso agradecimento pela guarda e pela disposição da documentação. Para facilitar a leitura dos documentos citados, a ortografia dos mesmos foi atualizada, mantendo-se, porém a estrutura e o vocabulário.

Já as imagens dispostas no anexo foram obtidas através de fotografia digital. Com esse procedimento, embora não se obtenha uma imagem mais plana, evitamos uma manipulação mais agressiva da documentação. Estas imagens foram editadas e alteradas em suas dimensões originais para facilitar a visualização quando da impressão. Desta forma esperamos ajudar o leitor na observação das fotos.

Para a exposição da reflexão, articulamos o presente texto em cinco capítulos. Neles, a narrativa, embora vinculada ao passado, não se prende a uma descrição cronológica dos eventos. Optamos, antes, por uma abordagem estratigráfica que analisasse a problemática proposta em diferentes níveis de reflexão, sendo que cada um deles aborda uma dimensão do tema em questão, de um aspecto mais geral a uma visão microscópica.

No *primeiro capítulo*, estruturamos as bases da estratégia teórico-metodológica utilizada para investigação das redes de significado sobre o processo político. Ali, são enfocadas a problemática urbana na vida moderna e a questão simbólica na análise das sociedades contemporâneas empregados na pesquisa. Como primeiro desdobramento do nosso objeto de estudo, propomos uma reflexão sobre as formas como a bibliografia tem tratado a temática da ação política dos setores urbanos durante a década de 1920. Neste momento esperamos evidenciar a dimensão da nossa problemática central.

No *segundo capítulo*, realizamos uma narrativa histórica do processo político eleitoral na Porto Alegre da década de 1920. Nessa abordagem, recortamos nosso objeto de estudo e buscamos evidenciar a importância assumida pelas associações políticas nas atividades de

campanha eleitoral, particularmente nos pleitos municipais, e no processo de legitimação social do poder institucional.

No *terceiro capítulo*, analisamos a importância atribuída pelos partidos políticos às associações e suas atividades, verificando o esforço despendido por essas agremiações na organização do eleitorado urbano. Abordamos, ainda, a dinâmica de funcionamento dessas instituições e suas relações de subordinação com as estruturas partidárias. Dessa forma esperamos responder aos dois primeiros problemas de pesquisa propostos.

No *quarto capítulo*, ingressamos no interior das atividades de campanha desenvolvidas pelas associações políticas, reconstituindo parte das formas de sociabilidade que ali se operavam. Como estratégia para destacar as regularidades desse campo optamos por descrever as práticas e representações operadas na tarefa de arregimentação e mobilização eleitoral. Aqui buscamos resolver nosso terceiro problema de pesquisa.

No *quinto capítulo*, tentamos reconstruir as estratégias de pressão coletiva desenvolvidas pelas associações como agentes coletivos representativos de interesses dos diferentes grupos sociais no campo político. Buscando responder ao quarto problema de pesquisa evidenciamos ainda, as trajetórias de alguns poucos agentes desse campo, buscando traçar os limites e as possibilidades de ação nesse espaço social.

Como fica implícito nesta proposta de narrativa, entendemos que a investigação das associações não se esgota na descrição da sua existência. Nem a observação da experiência associativa, nem a narrativa do processo eleitoral têm significado em si. Esses fenômenos sociais são as portas de entrada para a investigação da nossa problemática central, ou seja, trilhas através das quais podemos nos aventurar na busca da percepção de como os agentes sociais operacionalizam a cultura política particular desse tempo-espaço.

1 Sociabilidade urbana e cultura política

Os dados da Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 2000 apontam que, no Brasil, o “acrécimo de 26,8 milhões de habitantes urbanos resultou no aumento do grau de urbanização, que passou de 75,59% em 1991, para 81,23% em 2001”. Esse mesmo estudo indica que, “do conjunto de 15 municípios mais populosos, 13 apresentaram população superior a um milhão de habitantes, em 2001, e reuniam 36,2 milhões de pessoas que correspondem a 21,36% da população total do país”. Outra transformação significativa da sociedade brasileira nesse início de século foi a ampliação dos direitos políticos. Nas eleições de 2002, o eleitorado correspondia a 68% da população total e a 99% da população acima dos 16 anos contada pelo censo demográfico.¹

Essa situação aponta que o entendimento da vida contemporânea passa pela interpretação das formas de sociabilidade desenvolvidas no espaço urbano, suas características e seus desdobramentos. Julgamos que o amadurecimento da democracia no Brasil contemporâneo passa pelo entendimento dos traços constitutivos da cultura política nacional, o que demanda uma investigação das representações e práticas sociais relacionadas ao processo eleitoral, particularmente, no espaço urbano.

Pelas informações extraídas dos jornais de Porto Alegre da década de 1920, sistematizadas no anexo 1, identificamos a existência de mais de 40 grêmios e clubes atuando politicamente na cidade de Porto Alegre. Num olhar sobre o passado pautado pelas problemáticas do presente, nosso estudo enfoca o papel desempenhado por essas associações políticas como mecanismos de arregimentação e mobilização do eleitorado urbano da Porto Alegre da década de 1920.

¹Dados demográficos disponíveis em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: 20 jan. 2004. Dados eleitorais disponíveis em: <www.tse.gov.br> Acesso em: 20 jan. 2004.

Um estudo nos moldes que ora propomos deve considerar a cidade como algo mais que uma forma de ocupação do espaço geográfico. É preciso percebê-la como um território simbólico onde se desenvolve uma sociabilidade demarcada por práticas particulares, como um lugar de sociabilidade onde se tece uma rede de significados utilizados pelos agentes desse campo para agir, codificar e interpretar o mundo material e social concretamente experienciado. Um feixe dessa rede de significados atribuídos ao mundo material e simbólico é aquele que estabelece sentido às representações e práticas relacionadas ao campo do político.

Para dar início à tarefa de investigação do papel desempenhado pelas associações políticas no cenário urbano da cidade de Porto Alegre da década de 1920, desejamos, neste primeiro capítulo, estabelecer as bases de uma estratégia teórica e metodológica e um quadro conceitual coerente, por intermédio do qual seja possível decifrar a rede de significados atribuídos às práticas e representações socialmente articuladas.

Baseados em alguns autores, primeiramente apontamos nosso entendimento do espaço urbano como local de uma sociabilidade particular. Num segundo momento, realizamos um esforço de sistematização e interpretação da produção bibliográfica sobre o processo político eleitoral da República Velha Gaúcha.

1.1 Mecanismos simbólicos do poder

Múltiplas foram as metáforas criadas para procurar atingir o significado da cidade e das relações sociais estabelecidas no seu interior. Ítalo Calvino procurou extrair o significado da cidade comparando-a simultaneamente com a engrenagem de uma máquina, em que cada uma das partes cumpre um papel definido, e com um organismo vivo que se desenvolve e se adapta ao meio criando transformando suas características, suas relações sociais.

Perhaps more than the comparison with the machine, it is the comparison with a living organism in the evolution of the species that tells us something important about the city.²

Nesse pensamento metafórico, em que os sentidos de um termo são transferidos para um objeto diferente daquele que ele define, a cidade ganha múltiplos significados. É o mecanismo que absorve e anula alguns, mas é o ser que promove outros. Espaço de ascensão social é também a fera que devora. Logo, a cidade não pode ser tomada apenas em sua materialidade objetiva, somente por seus espaços e formas. Ela é um ser social que traz em si os germens, tanto da sua perpetuação como da sua desintegração. Um maquinário social capaz de transformar-se continuamente diante dos olhos de seus habitantes e de seu investigador sem contudo, deixar de ser ela própria.

Como complexo demográfico, a cidade é também o conjunto de seus habitantes e as relações sociais que aí se estabelecem. Ela é uma sociabilidade que seus habitantes articulam num dado tempo-espaço. Um feixe relevante das relações sociais no interior das cidades é aquele relacionado ao campo político. As estratégias ligadas às disputas pelo poder institucional ou pelo atendimento de determinada demanda, num cenário urbano, não seguem a mesma lógica das comunidades rurais ou pré-modernas, visto que os grupos sociais urbanos estabelecem estratégias de ação política diferentes do contexto rural.

Ao analisar o processo eleitoral nos municípios de colonização alemã no Rio Grande do Sul, René Gertz apresenta que a estratégia adotada por esse grupo étnico para se fazer ouvir pelo poder institucional foi a organização de entidades representativas.

A discussão sobre uma forma de organização dos teuto-brasileiros no Rio Grande do Sul, ventilada desde, no mínimo, Karl von Koseritz, no século XIX, começou, nesse momento, a ser permanente e intensa por vários anos, pois, apesar de desejada, sua concretização era extremamente complicada.³

²“Talvez mais que a comparação com a máquina, seja a comparação com o organismo vivo da evolução das espécies um pouco mais importante para a cidade.” (livre tradução do autor) CALVINO, Ítalo. *The gods of the city*. *Architeturar Review*, [s.d.]. p. 7.

³GERTZ, René. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 63.

Nessa estratégia, foram fundadas associações de caráter cultural que, mesmo se manifestando sem fins políticos, acabaram atuando concretamente na defesa dos interesses dessa comunidade. Na década de 1920, essas entidades tornaram-se representantes da comunidade de origem germânica e passaram a realizar movimentos de pressão pela eleição de nomes alemães para os cargos políticos e administrativos.

Em tal contexto, podemos pensar a atuação das associações existentes em Porto Alegre como espaços sociais para a manifestação e defesa de interesses dos grupos sociais urbanos. Tal como as associações germânicas do mesmo período ou os sindicatos das décadas seguintes, as entidades existentes na Porto Alegre da década de 1920 eram espaços de sociabilidade urbana onde se articulavam representações e práticas sociais sobre o processo político.

Como na metáfora antes proposta, as associações podem ser tomadas como células desse organismo vivo que são as cidades, processando as relações sociais como se fossem nutrientes que as alimentam. Podem ser entendidas como engrenagens através das quais eram enviadas e recebidas motivações entre os diferentes grupos sociais.

Ao historiador cabe estabelecer estratégias que possibilitem a leitura desse aspecto da organização social do passado, de forma a torná-lo compreensível para a sociedade do presente. Nessa perspectiva, a cidade, seus espaços e formas podem ser tomados como um texto. Mas um texto que necessita ser lido de forma não-linear, pois sua concretude é fruto de uma temporalidade social que se sobrepõe ao tempo físico.

Paul Ricoeur, ao conduzir um estudo sobre a cidade, propõe uma análise que leia a cidade como um texto em três tempos distintos e interligados. Para essa tarefa, fala:

[...] d'un stade que je nomme "préfiguration", celui où recit est engagé dans la vie quotidienne, dans la conversation, sans s'en détacher encore pour produire des formes littéraires. Je passerai ensuite au stade d'un temps vraiment construit, d'un temps raconté. qui sera le deuxième moment logique: la "configuration". Et je

terminerai par ce que j'ai appelé, dans la situation de lecture et de relecture, la "refiguration".⁴

Nessa leitura que se faz da cidade como espaço e sociabilidade, podemos tomá-la como uma narrativa em três tempos: o tempo passado, que se manifesta de forma desordenada através das antigas estruturas materiais e simbólicas que permanecem no território da cidade; o tempo do futuro, explicitado pelos projetos urbanísticos que desejam transformar a cidade de determinada maneira; e o tempo presente, evidente no modo como determinada comunidade de sentido se utiliza daqueles elementos do passado e do futuro para compor o espaço social objetivamente experienciado.

A cidade, nessa proposta, é o espaço social composto por uma temporalidade multifacetada, na qual os conteúdos e as formas são apropriados e significados de acordo com os interesses dos grupos sociais existentes construindo ou negando um passado, um futuro e, substancialmente, um presente.

Ao problematizar as formas de percepção do tempo histórico, do momento concretamente vivido pelos agentes sociais, Reinhart Koselleck aponta que ela se compõe a partir de dois prismas: de um lado, o campo das experiências já vividas; de outro, o universo de expectativas que esses agentes trazem dentro de si para o futuro. Campo de experiência e universo de expectativas, simultaneamente, limitam e potencializam as ações dos agentes sociais no tempo histórico.

Mi tese es que en la época moderna va aumentando progresivamente la diferencia entre experiencia y expectativa, o, más exactamente, que sólo se puede concebir la modernidad como un tiempo nuevo desde que las expectativas se han ido alejando cada vez más de las experiencias hechas.⁵

⁴“De uma etapa que nomeio ‘prefiguração’, é aquela citada ou colocada na vida cotidiana, nas conversas, sem se destacar ainda por produzir formas literárias. Passarei em seguida à etapa do tempo verdadeiramente construído, um tempo narrado, que será o segundo momento lógico: a ‘configuração’. E terminarei por essa que chamei, dentro da situação de leitura e releitura, a ‘reconfiguração’.” (livre tradução do autor) RICOEUR, Paul. *Architecture et narrativité*. *Urbanisme*, Paris, n. 303, p. 44-51, nov./déc. 1998. p. 44.

⁵ “Minha tese é que a época moderna vai aumentando progressivamente a diferença entre experiência e expectativa, ou, mais exatamente, que somente se pode conceber a modernidade como um tempo novo desde que as expectativas vão se distanciando cada vez mais das experiências feitas.” (livre tradução do autor) KOSELLECK, Reinhart. *Futuro pasado: para una semántica de los tiempos históricos*. Barcelona: Paidós Ibérica, 1993. p. 342.

Essa temporalidade múltipla onde se revive o passado como futuro desejado e o futuro como passado manifesto pode ser percebida no período da República Velha. Os agentes desse tempo histórico foram pródigos em erigir monumentos, nomear ruas e praças, associar imagens do passado a ideais que desejavam remeter ao futuro com atributo de valor. Para José Murilo de Carvalho, após a proclamação da República no Brasil, travou-se “uma batalha em torno da imagem do novo regime, cuja finalidade era atingir o imaginário popular para recriá-lo dentro dos valores republicanos”, e dessa forma legitimar socialmente o poder político que se instalava. Com essa intencionalidade se ergueram inúmeros monumentos, festejos cívicos e símbolos.⁶

Observando a cidade de Porto Alegre no mesmo período, Sandra Pesavento aponta que “o código de posturas [municipal] visava claramente colocar fora das normas e padrões os velhos sobrados e cortiços, ficando a intendência capacitada a mandar demolir.”⁷ Vemos nessa ação que, para destruir aquilo que não mais correspondia ao modo de vida urbano desejado para o futuro da cidade, o poder público interferia mesmo na iniciativa dos agentes privados. Fazia, desses, cúmplices dos esforços de criar espaços e formas que atendessem às demandas da sociabilidade urbana que se desejava construir.

No caso das associações existentes na Porto Alegre da década de 1920, é possível perceber essa temporalidade múltipla nas diferentes relações sociais estabelecidas no seu interior. Eram formas específicas desta conjuntura, formadas a partir da experiência do coronelismo da República oligárquica, ao mesmo tempo em que traziam a expectativa de uma organização associativa que se vê esboçada na era Vargas. Ali, conviviam as expectativas de uma democracia representativa e o peso de uma experiência oligárquica.

Como espaço social dinâmico, em que os sujeitos sociais se sentem atônitos, a metrópole é *locus* por excelência avassalador da “aventura da modernidade”, descrita de

⁶CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.10.

⁷PESAVENTO, Sandra Jatahy. Os pobres da cidade. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994. p. 88.

forma singular por Marshall Berman. É o ambiente no qual se desenvolve o modo de vida que desterritorializa os sujeitos sociais, que torna a experiência humana atemporal.

Existe um tipo de experiência vital – experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida – que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo, hoje. Designarei esse conjunto de experiências como “modernidade”. Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos.⁸

Nessa percepção, a vida na metrópole joga os sujeitos em um emaranhado de relações sociais tão intensas e múltiplas quanto efêmeras. Nela, o sujeito social se sente abrigado e protegido pelos seus equipamentos, mas aí se anula em meio à multidão. Ela cria relações e práticas sociais enriquecedoras, mas conduz seu habitante, como um acéfalo, por entre rotinas e instituições que delimitam as possibilidades individuais.

Muitas foram as tentativas de interpretar e dar significado às relações sociais vividas na cidade. Do espaço do bem, local do progresso e do conforto prometidos pela modernidade, ela passa a ser vista como lugar do mal, onde habita o perigo e o pecado. Num terceiro momento, a cidade chega a ser interpretada como fato social estabelecido que não pode ser contestado na sua existência. Nas palavras de Schorske, a reflexão sobre as visões estabelecidas para interpretar as relações sociais urbanas se alterna entre esses pólos.

O século XVIII, com sua filosofia iluminista, desenvolveu o conceito da cidade como virtude. A industrialização, no início do século XIX, trouxe a concepção antagônica: a cidade como vício. Em meados desse mesmo século finalmente emergiu, sob o peso de uma cultura subjetivista, uma atitude intelectual que colocou a cidade além do bem e do mal. Nenhuma fase destruiu a predecessora. Elas sobreviveram umas às outras, embora sua vitalidade tenha sido minada e seu brilho ofuscado.⁹

Relendo a literatura e a produção científica do final do século XIX, Peter Hall destaca a ambigüidade com que a questão social era percebida pelos intelectuais e literatos que refletem sobre a cidade. Para muitos, as promessas de progresso material da cidade fabril estavam profundamente comprometidas pela presença da pobreza e da miséria humana.

⁸BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido se desmancha no ar. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p. 15.

⁹SCHORSKE, Carl. A cidade segundo o pensamento europeu: de Voltaire a Spengler. Espaços e Debates, n. 27, p. 47-57, 1989. p. 47.

O problema era a própria cidade-gigante. A percepção dele viu-a como fonte de múltiplos males sociais, possível declínio biológico e insurreição política em potencial. De 1880 a 1900, talvez a 1914, a sociedade de classe média [...] estava fugindo apavorada. [...] esta pobreza fora endêmica desde os primórdios da sociedade mas, no campo, pudera permanecer mais ou menos oculta; uma vez, porém, concentrada na cidade, revelou-se por inteiro.¹⁰

A cidade-gigante, antes descrita, das grandes conquistas arquitetônicas e urbanísticas advindas com a técnica do aço e do vidro, convivia com a pérfida transformação dos casarões em cortiços. A cidade industrial que se metamorfoseia em metrópole na virada do século XX coloca seus contemporâneos na desesperadora situação de negar tanto seus espaços quanto suas práticas sociais enraizadas na tradição para construir a promessa de futura felicidade terrena.

Não obstante a cidade ter sua lógica própria, os sujeitos sociais necessitam encontrar um significado para as relações sociais que estabelecem. Como o personagem de Franz Kafka em *O processo*, o habitante da cidade, mesmo não entendendo os motivos pelos quais é incomodado, se sente orgulhoso por estar inserido em um emaranhado de relações muito mais complexas que a sua capacidade de entendimento.¹¹ O habitante da cidade é como o *flâneur* de Baudelaire, que, na inigualável descrição de Benjamin, encontra seu êxtase vivendo a permanente embriaguez das *Passagens*, local onde se exibem e se consomem, lado a lado, os produtos do capitalismo industrial e os tipos humanos da sociedade burguesa.¹² O habitante da cidade é como o *Homem na multidão* de Edgar Allan Poe, que vive freneticamente seus espaços de sociabilidade, como o café, as calçadas e os teatros, para tornar-se mais um anônimo, um indivíduo de vida solitária em meio à massa humana.¹³

Essas descrições da literatura universal são percepções das formas como os agentes se apropriavam e utilizavam os locais e signos dos espaços sociais conformados pela sociabilidade urbana. Mas os cronistas contemporâneos da vida brasileira não eram menos

¹⁰HALL, Peter. Cidades do amanhã. São Paulo: Perspectiva, 1995. p. 50.

¹¹KAFKA, Franz. O processo. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

¹²BAUDELAIRE, Charles. Les fleurs du mal. Disponível em <<http://www.chez.com/bacfrançais/fleursdumal.html>> Acesso em: 23 jul. 2004; KOTHE, Flávio R. (org.). Walter Benjamin. São Paulo: Ática, 1991.

¹³POE, Edgar Allan. O homem na multidão. Disponível em: <<http://www.ufpel.edu.br/bvl/>> Acesso em: 12 jun. 2004.

atentos a este fenômeno social. Achylles Porto Alegre foi um cronista da cidade no início do século XX que se dispôs a narrar como era a cidade do século XIX. No conjunto de crônicas reunidas em *História popular de Porto Alegre*, podemos ler, como o sujeito daquele tempo-espaco pensava o seu presente. Contrapondo os cafés do antigamente aos de seu tempo, Achylles Porto Alegre escreve sobre os cafés modernos, os cafés da década de 1920:

O café moderno é o ponto de reunião dos intelectuais, dos jornalistas, dos artistas e dos políticos. Ali, entre uma fumaça e um gole de café, se combinam os mais arrojados planos literários, artísticos e administrativos. Ali se concebem num relance, diante da chávena ou do cálice inspirador, o poema, o romance, o artigo de fundo, a crônica, o quadro, a eleição do presidente da República ou a organização de um ministério. Ali se planejam revoluções e deposições de governo. Ali se guinda o indivíduo ao Capitólio ou se o arremessa da Rocha Tarpea. Ali, o escritor naturalista ou realista vai estudar, surpreender e apanhar os tipos vivos de seus contos, de suas novelas e romances.¹⁴

Como se vê nessa descrição, os espaços sociais da Porto Alegre republicana, ainda que distantes daqueles das grandes metrópoles do século, são tomados por seus *habitués* como vívidos, ardentes e intensos, oferecendo fortuna e glória a quem souber seus truques, ao mesmo tempo em que condena ao ostracismo quem desrespeita seus códigos. E se dele o escritor tira seus tipos, desses relatos o historiador pode resgatar as formas de sociabilidade desse tempo espaço.

Da pena do mesmo autor temos uma pálida menção ao dia das eleições na Porto Alegre da década de 1920, em comparação com as eleições do Império:

Certamente um dos grandes bens que trouxe o regime republicano foi a segurança do funcionário que só por processo pode perder o emprego. É verdade que todos eles são eleitores do partido republicano que há trinta anos governa o Estado e até pouco tempo era o único que concorria nas urnas. Só agora é que se está formando, e isso mesmo sabe Deus como, dadas as divergências, que tem surgido uma corrente contrária, disposta às lutas eleitorais; mas estou certo de que não mais verei o entusiasmo e a agitação das eleições de antanho.¹⁵

O autor aqui comparou o processo eleitoral da República com o do Império de forma saudosista, comentando a condição do funcionalismo público que, embora com garantia do

¹⁴PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Porto Alegre: Unidade Editorial, Secretaria Municipal da Cultura, 1994. p. 65.

¹⁵PORTO ALEGRE, op. cit., p. 65.

emprego, segue sendo eleitor do partido que governa. Mas aponta para o fato de o pleito ser mera formalidade, visto não haver concorrência eleitoral.

Lembrando de seus tempos de infância passados na Porto Alegre das primeiras décadas do século XX Augusto Meyer nos retrata uma manifestação estudantil. A “manifestação das rolhas”, como chama, se assemelhava de uma galhofa. Era a resposta bem humorada da turma que se encontrava diariamente na praça da matriz a proibição policial de reuniões públicas nas ruas da cidade.

Acabara a polícia de proibir as manifestações de estudantes. Aparício Torrelly, o nosso grande Aporelly, organiza um desfile mudo, a dois de fundo, em sinal de protesto. A dois de fundo, porque o edital proibia ajuntamento de mais de duas pessoas. Contrata os serviços de um carroceiro, e lá vai ele, guapo *leader* de sempre, trepado na carroça, e metia na boca uma enorme rolha de champanha. Os estudantes marcharam arregimentados em longa procissão taciturna, acompanhando o veículo simbólico, todos devidamente arrolhados como o seu caudilho, *di pari, come buoi che vanno a giogo...* Não se ouve um pio naquela tripa disciplinada, e lá vão eles, rolha a rolha, passo a passo, a desfilar pelo meio da rua, abrindo alas de basbaques na mais profunda compenetração.¹⁶

Mas nenhuma crítica política ou manifestação da oposição foi tão ácida e reveladora das intrigas que moviam as disputas políticas como o poema *Antônio Chimango*. Através dele, ficou exposto como a oposição entendia as estratégias utilizadas pelo Partido Republicano Rio-grandense – PRR para manipular o eleitorado e as eleições.

O tropeiro que se amole,
Ou mude de profissão:
Que o governo tem função
Mais nobre a desempenhar
Gente pra qualificar
E os preparos da eleição¹⁷

Como criações literárias, essas situações e personagens expressam uma forma de interpretar e se relacionar com o fenômeno político no contexto urbano e reforçam as evidências de que, também na Porto Alegre da década de 1920, se percebia o fenômeno da modernidade.

¹⁶ MEYER, Augusto. Segredos de infância. 3ª ed. No tempo da flor. 2ª ed. Porto Alegre: IEL/ Ed. UFRGS, 1996. p. 100.

¹⁷ JUVENAL, Amaro. Antônio Chimango: poemeto campestre. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999. p. 74.

Investigando estes espaços através da literatura, Luiz Antônio Maroneze aponta para a emergência de uma série de locais públicos próprios de uma vida cosmopolita. Eram as ruas e praças do *footing*, os cinemas e teatros, as casas de chás e os cafés espaços de uma sociabilidade que demarcava as formas de ver e ser visto na cidade. Essa forma de uso do espaço urbano pode ser percebida, inclusive, na cena política:

Aparecer na Rua da Praia era hábito dos políticos de todos os níveis. Presidentes do Estado e intendentos costumavam frequentar a rua e seus espaços. Segundo consta, essa prática iniciou-se com Borges de Medeiros, foi importante para a popularidade de Getúlio Vargas que costumava conversar com intelectuais da “Roda da Livraria Globo” e acompanhou também Flores da Cunha em suas andanças pela rua e paradas no Café Central.¹⁸

Como se vê, os espaços públicos ganham importância. O debate político passava por rodas nas ruas, pelas mesas dos cafés, pelo debates nos jornais, pelas conversas mais ou menos reservadas. Ser visto em tais e quais locais na companhia de um ou outro alguém era a forma de existir socialmente, no interior dessa comunidade de sentidos.

A cidade moderna não é apenas uma materialidade composta por espaços e formas, mas também uma sociabilidade operada através de representações e práticas sociais que informam ao cidadão como agir, codificar e interpretar o mundo social. A Porto Alegre da década de 1920, como qualquer cidade, também é um organismo social vivo e dinâmico, um texto a ser lido e decodificado. Composta por tipos sociais particulares, ela é o território de uma sociabilidade marcada por um conjunto de práticas e representações sociais que delimitam as formas de ver e viver o processo político.

Evidenciado as transformações sociais vividas no mundo ocidental da década de 1920 Paulo Vizentini aponta para a percepção das transformações de um modelo de organização social que se operava a nível transnacional. Destaca nesse cenário a emergência de doutrinas e formas de organização própria dos setores subalternos da sociedade capitalista.

¹⁸MARONEZE, Luiz Antônio Gloger. Espaços de sociabilidade e memória: fragmentos da "vida pública" porto-alegrense entre os anos 1890 e 1930. Porto Alegre: PUCRS, 1994. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1994. p. 47-48.

No plano social observa-se a consolidação da sociedade de massas, configurada sobretudo com a emergência da classe operária e de seus partidos políticos, ainda que estivesse dividida entre social-democratas (reformistas) e comunistas (revolucionários), com estes últimos associando-se à Internacional Comunista (Komintern). O sindicalismo tornou-se particularmente atuante e obteve muitas concessões das classes dirigentes, que desejavam evitar novas revoluções socialistas e precisavam superar ideologicamente o comunismo, provocando a superioridade do capitalismo. Nos anos 20 foram obtidas muitas das conquistas sociais pelas quais os trabalhadores lutavam por mais de um século.¹⁹

Nesse contexto, as associações tornam-se objeto privilegiado para a percepção da sociabilidade na Porto Alegre da década de 1920. Em suas atividades, os personagens se misturavam, se encontravam e se perdiam em meio a uma multidão de anônimos. Ali, se estabeleciam compromissos e se negociavam demandas. Os agentes se projetavam ou se perdiam no campo político. Para além do bem e do mal, no seu interior se operavam as disputas, o jogo de ganhos e perdas que motivava os indivíduos e dava sentido às estruturas.

A cidade, como se viu, não é apenas um espaço material particular, mas também um espaço social singular. No seu interior se definem tanto relações materiais e objetivas, quanto mediações simbólicas. Ou seja, a sociedade que constrói o seu meio ambiente concreto também articula um universo simbólico para subjetivar a sua experiência vivida. Interpretar a vida nas cidades, portanto, implica não apenas em analisar a sua materialidade, mas também decifrar as representações sociais que se formam no seu interior.

O estudo do campo simbólico das sociedades humanas tem uma longa tradição, desenvolvida por diferentes disciplinas das Ciências Sociais: da sociologia de Émile Durkheim²⁰ e Pierre Bourdieu²¹ à história de Roger Chartier²², passando por estudos de antropologia de Marcel Mauss²³ e Clifford Geertz²⁴, pela psicologia social de Jean Piaget²⁵ e

¹⁹VIZENTINI, Paulo Fagundes. História do Século XX. 2ª ed. Ampl. Porto Alegre: Novo Século, 2000. p. 53.

²⁰DURKHEIM, Émile. Sociologia. São Paulo: Ática, 1984.

²¹BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

²²CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

²³MAUSS, Marcel. Antropologia. São Paulo: Ática, 1979.

²⁴GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

²⁵PIAGET, Jean. Seis estudos de psicologia. Rio de Janeiro: Forense, 1967.

Lev Vygotsky²⁶ e pela filosofia original de Foucault²⁷. São vários campos do saber e correntes teóricas que têm se dedicado a investigar essa dimensão social.

As primeiras pesquisas sociais sobre o campo simbólico tiveram como objeto o sistema de classificação do mundo social e procuravam perceber, como mostram as palavras de Marcel Mauss, que “toda classificação implica uma ordem hierárquica da qual nem o mundo sensível, nem nossa consciência nos oferecem modelo. Deve-se, pois, perguntar onde fomos procurá-lo”.²⁸

Partindo de questões hoje consideradas muito elementares, naquele momento se buscava, na investigação de comunidades simples, o entendimento dos sistemas de classificação simbólica do mundo. Já nesses primeiros estudos se atentava para o fato de cada clã atribuir, a si próprio, características coincidentes com aquelas identificadas no animal totêmico adorado. De tal forma, concluímos que as relações simbólicas estabelecidas por aquela comunidade de sentidos se identificavam com as representações que faziam do mundo material.

Ao produzir os códigos possíveis de serem utilizados para se referir à realidade, o campo simbólico constrói as formas pelas quais os sujeitos podem codificar e decodificar o mundo material e social. Assim, o campo simbólico torna-se um campo de poder, pois dá origem ao regime de verdade dentro do qual as relações sociais podem ser legitimamente enunciadas pelos membros da comunidade.

A positividade de um discurso – como da história natural, da economia política, ou da medicina – caracteriza-lhe a unidade através do tempo e muito além das obras individuais, dos livros e dos textos. Essa unidade, certamente, não lhe permite decidir quem dizia a verdade, quem raciocinava rigorosamente, quem se adaptava melhor a seus próprios postulados [...] Ela define um espaço limitado de comunicação.²⁹

²⁶VYGOTSKY, Lev Semynovich. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

²⁷FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

²⁸MAUSS, op. cit., p. 407.

²⁹FOUCAULT, op. cit., p. 145.

Segundo Foucault, os discursos que se articulam no mundo social, antes de serem verdades absolutas sobre o chamado real, são espaços limitados de comunicação, uma regularidade discursiva, uma recorrência de conceitos, postulados e regras de enunciação que permitem aos iniciados se comunicarem, ao mesmo tempo em que excluem os leigos desse espaço social.

Ao refletir sobre as sociedades complexas, Pierre Bourdieu entende “o sistema simbólico (arte, religião, língua) como uma estrutura estruturante”. São estruturas por serem códigos lógicos de comunicação entre os indivíduos; estruturantes, porque ao definir formas de nomear o mundo, conformam as possibilidades de conhecê-lo e interpretá-lo. Nesse raciocínio, identifica a existência de um poder simbólico nas sociedades.

O poder simbólico como o poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário.³⁰

Ao estudar o Antigo Regime Francês, Roger Chartier fala da necessidade de se ter presente que toda estrutura de poder cria representações sobre si mesma e procura difundi-la no seio da sociedade como forma de legitimar, no imaginário social, a sua existência e permanência no campo.

É certo que as representações do poder soberano se insinuam em muitos dos textos e dos objetos que povoam o cotidiano da maioria. Pode pensar-se que são eles, melhor do que a série de imagens mais convencionais ou do que os escritos de circunstância, que modelam o amor dos povos pelos reis e cimentam a crença na autoridade dos príncipes. O conjunto destas representações constitui, sem dúvida, uma “cultura política”.³¹

Da reflexão desses autores apreendemos que as relações do campo simbólico com o real observável não podem ser percebidas como a mera reprodução de uma perfeita consciência ou como absoluta alienação das relações de dominação política e controle social.

³⁰BOURDIEU, op. cit., p. 14.

³¹CHARTIER, op. cit., p. 198.

Antes, opera-se através de processos de mediação e compensação simbólicos que produzam nos agentes sociais uma percepção satisfatória das estruturas nas quais está inserido.

Num olhar antropológico, Nara Magalhães, ao investigar como o discurso político eleitoral dos partidos é recebido e significado pelo eleitor, evidenciou que essa apropriação não se estabelece de forma passiva. Ao contrário, segue uma lógica que “diz respeito a um imaginário sobre política que os leva a agir de maneira singular”.³² A interpretação do processo político por parte dos eleitores não indica propriamente uma desinformação ou alienação, mas uma atribuição de sentidos aos elementos utilizados pelos candidatos de forma a produzir um significado conveniente que justifique sua opção de voto.

No conjunto dessa bibliografia, percebemos que a legitimidade do ordenamento político de uma dada sociedade não se limita apenas a uma dimensão objetiva materializada pelas suas regulamentações jurídico-institucionais e seus mecanismos de coerção física. Inclui, além deste, as representações socialmente articuladas a respeito do poder e seu exercício estendendo-se e amplificando-se pelos espaços de sociabilidade em que circulam as percepções e práticas socialmente legítimas para agir, codificar e interpretar o mundo social.

As diferentes disciplinas das Ciências Humanas têm vivido um processo de múltipla influência. Após séculos, fracionando-se e procurando definir seus campos conceituais nas últimas décadas, as diferentes áreas do saber, que têm o Homem e suas relações sociais como objetos, buscam no intercâmbio teórico, na troca de abordagens e no deslocamento de fronteiras, um vigor para seus estudos.

Um exemplo desse movimento transdisciplinar é a articulação do conceito de cultura política. A história política, o mais tradicional dos ramos da historiografia, já não trafega apenas na listagem dos fatos marcantes de uma determinada comunidade. Tal tem sido a

³²MAGALHÃES, Nara Maria Emanuelli. O povo sabe votar: uma visão antropológica. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 123.

reflexão acerca dessa disciplina que René Rémond propõe, a formação de uma “nova história política”, que influenciada pelo intenso debate historiográfico e pela aproximação com outras disciplinas, vem incorporando para o seu campo novos problemas, objetos e métodos.

Tanto a descrição dos fatos, que se limitava a uma listagem dos acontecimentos significativos e de seus personagens, quanto a narrativa passional dos eventos, que objetivava construir um sentimento de aceitação ou de repulsa aos processos políticos, têm dado lugar a análises que buscam compreender as manifestações culturais articuladas pelas sociedades sobre o que seja o processo político. Simultaneamente, passa-se a perceber como pertencentes ao campo político não apenas os fatos ligados a institucionalidade, mas também as manifestações populares e atos de protesto que se fazem fora dessa ordem; não somente o pensamento da elite, mas ainda os projetos alternativos derrotados; tanto os acontecimentos tal como se desencadearam como as representações e interpretações que dele se produziram.³³

Nesse movimento de apropriação de novos temas e instrumentos analíticos, a história se aproxima da antropologia e articula o conceito de “cultura política”. Para René Rémond, esta “resume a singularidade do comportamento de um povo”. E, assim, “é um poderoso revelador do ethos de uma nação e do gênio de um povo”.³⁴

A abordagem desenvolvida pela História Cultural chega ao conceito de cultura política a partir da investigação das representações e práticas que cada sociedade articula para interpretar o mundo no qual vive. Aqui, os mecanismos de dominação e poder são entendidos em relação aos elementos simbólicos que produz.

Partindo desse entendimento de campo simbólico como um espaço imagético da comunicabilidade, Roger Chartier coloca que o processo histórico de construção do Estado moderno teve uma dimensão institucional com a consolidação do monopólio da força e do

³³RÉMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

³⁴RÉMOND, op. cit., p. 450.

fisco, mas teve ainda uma dimensão simbólica. “O Estado moderno entre os séculos XIII e XVII tem de estar sempre a reintegrar a sua legitimidade, a reafirmar sua ordem, a representar seu poder.”³⁵ Fruto de uma comunidade de letrados, capazes de compreender os atos institucionais para além da tradição e dos costumes, ele foi firmado na adoração de um monarca absolutista que estava acima das línguas e dos sentimentos étnicos. Inatingível fisicamente, essa personificação do Estado foi continuamente reificada nos rituais e cerimoniais cívicos que se realizavam com a sua presença simbólica em cada cidade, vila ou praça do reino.

Como percebemos, o Estado moderno burocratizado e territorialmente definido se desenvolveu e se fortaleceu não somente com o estabelecimento de condições culturais, tais como o desenvolvimento da imprensa e da alfabetização, mas também através da disseminação de rituais simbólicos, como as cerimônias reais. Produziu também uma sociabilidade marcada pela distinção entre a vida na corte e a vida comum, ou seja, de uma cultura política particular.

De outra parte, a ciência política toma o conceito de cultura política como um instrumento de articulação das representações e práticas sociais:

“o uso da expressão cultura política para designar o conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos largamente partilhados pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto fenômeno político”.³⁶

Nessa acepção, a cultura política de uma determinada sociedade não pode ser tomada como algo homogêneo, visto que diferentes grupos sociais significam os elementos dessa cultura de acordo com seus interesses particulares. No seu interior, tanto é possível identificar representações de legitimação e reforço da autoridade e do poder instituído como a articulação de práticas de resistência simbólica ao poder instituído minando sua legitimidade social.

Podemos pensar que a cultura política de uma dada sociedade é normalmente constituída por um conjunto de subculturas, isto é, por um conjunto de

³⁵CHARTIER, op. cit., p. 225.

³⁶SANI, Giacomo. Cultura política. In: BOBBIO, Norberto et al. Dicionário de política. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1992. p. 306.

atitudes, normas e valores diversos, amiúde em contraste entre si. [...] É claro que essas nem são totalmente homogêneas entre si, nem constituem verdadeiras ilhas culturais; poderiam ser antes representadas por uma série de círculos parcialmente interseccionados, isto é, contendo núcleos de valores comuns a duas ou mais subculturas.³⁷

O que se destaca aqui é a possibilidade da coexistência de diferentes culturas políticas no interior de uma mesma comunidade, tanto disputando a sua legitimidade quanto interferindo na rearticulação dos signos e significados socialmente dominantes. Nessa perspectiva, os signos do campo político não assumem uma única interpretação universalmente aceita ou aplicável. Ao contrário, cada grupo social deles se apropria e os significa de maneira a dar-lhes um sentido particular e positivo. Lembremos que projetos revolucionários da sociedade, antes de constituírem movimentos políticos concretos, ou mesmo poder efetivo, foram, antes, imaginados.³⁸

Tendo presente que essa multiplicidade cultural implica apropriação e significação dos elementos lançados no campo simbólico, a noção de cultura política torna-se uma ferramenta teórica importante para identificar como os diferentes grupos sociais percebem o processo político no qual estão inseridos.

Vemos, portanto, que os estudos da política têm se valido das reflexões da antropologia para desvendar temas e articular abordagens sobre objetos que, não sendo inéditos, ainda permitem outros olhares. Nesse sentido, essa reflexão não pode prescindir da própria noção de cultura. Debate rico e inconcluso na antropologia, nos apropriaremos aqui das considerações de Clifford Geertz.

A cultura consiste em estruturas de significados socialmente estabelecidas, nos termos das quais as pessoas se fazem certas coisas como sinais de conspiração e se aliam ou percebem os insultos e respondem a eles, não é mais do que dizer que esse é um fenômeno psicológico, uma característica da mente, da personalidade, da estrutura cognitiva de alguém.³⁹

³⁷SANI, op. cit., p. 307.

³⁸CASTORIADIS, Cornelius. A imaginação criadora. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

³⁹GEERTZ, op. cit., p. 23.

Pelo exposto por esse autor, tomamos a cultura como uma rede de significados socialmente inteligíveis e passíveis de serem interpretados pela coletividade. Cultura, nessa percepção antropológica, não são as manifestações dos indivíduos, mas o código que permite a interpretação dos significados sociais a elas atribuídos.

Em outro estudo, Clifford Geertz ainda se propõe a entender e interpretar diferentes saberes sociais como sistemas culturais. Para esse autor, o “senso comum”, a “arte”, o “pensamento moderno”, o “saber local” produzidos por sociedades complexas contemporâneas são “sistemas simbólicos”, passíveis de serem estudados e interpretados pelo antropólogo.⁴⁰

Como se vê, autores de diferentes disciplinas das Ciências Humanas propõem a investigação das representações e práticas sociais ligadas ao fenômeno político utilizando o conceito de cultura política. Aparentemente, essa ferramenta teórica tem sido capaz de articular elementos da realidade social até então tidos como dispersos para o cientista social, possibilitando o desenvolvimento de abordagens inéditas sobre os objetos tradicionais.

Dessa feita, julgamos que o conceito de cultura política seja a ferramenta teórica adequada para investigar não apenas a ação das associações no contexto urbano da Porto Alegre da década de 1920, mas sua atuação na articulação das redes de sentidos desse campo. Tendo claro que cada sociedade articula representações e práticas sociais particulares para designar e entender o poder, essa noção torna-se um instrumento teórico que possibilita observar o imaginário social sobre essa dimensão da vida social.

A política, como de resto toda a vida social, é uma rede de sentidos. Logo, entender esse fenômeno passa por rastrear, nos indícios deixados pelo passado, os significados que lhe são atribuídos. No caso estudado, julgamos que a legitimação simbólica do poder institucional passava pelas associações. Eram elas os instrumentos utilizados para a promoção das

⁴⁰GEERTZ, Clifford. O saber local. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

atividades políticas, particularmente durante as campanhas eleitorais. Nesse espaço social, circulavam diversos agentes que podiam tecer relações diretas de apropriação e significação do código utilizado no campo político.

Para que se possa investigar o papel desempenhado por essas associações, é importante que sejam vistas não apenas como mecanismos de manipulação eleitoral. Para avançar da mera descrição dos fatos políticos, faz-se necessário o emprego de ferramentas teóricas capazes de restabelecer a rede de sentidos atribuídos às representações e práticas sociais concretamente estabelecidas nesse tempo-espaço histórico.

Como se tem argumentado, a cidade moderna não é apenas uma materialidade composta por espaços e formas. Ela é um organismo socialmente vivo e dinâmico, um texto a ser lido, no qual circulam diversos personagens. Um espaço social onde se configura uma sociabilidade formada por um conjunto de práticas e representações que delimitam as formas de ver e viver no mundo.

Como visto, o conceito de cultura política tem sido utilizado pelo conjunto das Ciências Humanas para perceber as representações e práticas sociais que a sociedade articula sobre o poder. Nessas reflexões, os elementos simbólicos são tidos como um dos tantos mecanismos que os diferentes grupos políticos utilizam para convencer a sociedade da legitimidade de suas práticas e, sobretudo, da sua capacidade de se fazer respeitar. Ele faz largo e trata de fenômenos sociais amplos, carecendo, como toda construção teórico-analítica, de uma definição acabada ou mesmo um consenso geral sobre seu contorno. Contudo, ainda assim devemos traçar algumas delimitações para que se possa operacionalizá-lo como instrumento teórico.

Com base no que foi exposto anteriormente, entendemos a cultura política como as representações e práticas sociais através das quais os agentes sociais de uma dada comunidade codificam, interpretam e agem no campo político. Como código particular de um tempo-

espaço, que somente pode ser percebido quando operado nos espaços e momentos de sociabilidade do campo. Através dele vemos que cada prática, cada processo, cada atividade está ligada a uma rede de sentidos compartilhados pelo conjunto dos agentes sociais perceptível apenas de forma indireta.

Como ferramenta teórica, essa noção de cultura política permite rearticular o conjunto das práticas e representações sociais desenvolvidas no interior das associações da Porto Alegre da década de 1920. Ela possibilita resgatar, ainda que de maneira precária, o código operacionalizado pelos agentes desse tempo espaço.

Considerando a especificidade do objeto apresentado para este estudo, optamos, como estratégia para perseguir os objetivos desta investigação, por articular o arcabouço bibliográfico e documental aqui utilizado através da perspectiva metodológica da micro-história, tal como proposta por Carlo Ginzburg.

Nessa estratégia de investigação do passado, a reconstituição historiográfica de eventos e movimentos sociais de pequena envergadura ganha sentido, não tanto por perceber como eles alteraram as estruturas sociais ou por demonstrar que essas se sobrepõem ao sujeito. Esta metodologia aponta para a percepção das formas através das quais os agentes sociais percebem e interpretam o mundo social em que estão inseridos.

A análise micro-histórica é, portanto, bifronte. Por um lado, movendo-se numa escala reduzida, permite em muitos casos uma reconstituição do vivido impensável noutros tipos de historiografia. Por outro lado, propõe-se indagar as estruturas invisíveis dentro das quais aquele vivido se articula.⁴¹

Na perspectiva de Carlo Ginzburg, a micro-história propõe um trabalho de aproximação entre o objeto pesquisado e o contexto, de tal forma que se possa estabelecer uma gama de conexões entre os diversos elementos que o compõem em diferentes níveis sociais. Com efeito, esse exercício metodológico supõe a existência de uma lupa, que possibilite chegar o mais próximo possível do objeto e, ao mesmo tempo, um distanciamento

⁴¹GINZBURG, Carlo. A micro-história e outros ensaios. Lisboa: Difel, 1991. p. 177-178.

que permita analisá-lo de diferentes ângulos e em múltiplas direções. Embora nosso esforço de superação, sabemos que o êxito nessa tarefa fica aqui contingenciado pela imaturidade do pesquisador.

Tratando-se de um estudo que versa sobre a cultura, consideramos imperativo detalhar, de forma pormenorizada, os fenômenos observados, pois, como bem assinala Geertz, através de uma descrição minuciosa é possível interpretar as redes de significados articulados em uma cultura. Mas, para atingir tal observação, é dever do investigador social “atentar-se para o comportamento, e com exatidão, pois é através do fluxo do comportamento – ou mais precisamente, da ação social – que as formas culturais encontram articulação”.⁴²

Decorre dessa perspectiva uma estratégia de análise da cultura que aquele autor nomeia como "descrição densa". Essa investigação se dá sobre o fluxo do discurso social, pois somente no momento de transmissão da mensagem é que se pode perceber o código, e jamais de forma estática. Logo, esse método é intrinsecamente interpretativo, posto que inquire sobre a rede de significados ocultos nas relações sociais.

Depreendemos da citação acima a idéia-chave de que essa metodologia se caracteriza por salvar o dito, por rearticular o enunciado da mensagem social transmitida. Para alcançar essa intenção, o registro deve ser microscópico, considerando que uma maior aproximação da área em exposição permitirá desvendar os elementos recorrentes da rede de significados.

Entendemos, em conformidade com a argumentação de Ginzburg, anteriormente citado, que esse método etnográfico contempla a intenção dos estudos de micro-história, pois permite a leitura de elementos que podem passar despercebidos em outras estratégias de análise. A interconexão de dados obtidos através de exames minuciosos permite atingir aqueles significados nem tão aparentes, evidenciando as sutilezas e a profundidade das relações sociais estabelecidas e demonstradas em atos e símbolos.

⁴²GEERTZ, op. cit., p. 27.

A aplicação desta proposta a um estudo histórico nos força a realizar duas leituras da documentação: inicialmente, ler os fatos e personagens escritos; posteriormente, desvendar os sentidos atribuídos a esses eventos no interior do código desse tempo-espço. Essa metodologia se justifica pelo entendimento, antes exposto, de que o código cultural de uma dada comunidade, não sendo diretamente observável, somente se apresenta nas relações estabelecidas entre os agentes.

O primeiro passo consistiu em um esforço descritivo. Nele, objetivamos resgatar da documentação não apenas os eventos do passado, mas a sua dinâmica. Intentamos por perceber as relações sociais que os produziram para, através delas, perceber o código operado para codificar, interpretar e agir no campo político.

Num segundo momento, passamos à redação do texto final, quando foi possível estabelecer as relações entre as diferentes dimensões do processo. Nessa etapa, sim, tivemos possibilidade de dar forma aos achados de pesquisa e nos autorizamos a conectar elementos antes dispersos, destacando sua relevância no contexto histórico estudado.

Dessa feita, a estratégia narrativa adotada neste estudo não se prende à linearidade temporal dos acontecimentos. Antes, assumimos o risco de narrar sucessivamente, em diferentes níveis de profundidade ou escalas de observação, um mesmo processo ou evento sem o rigor cronológico, tão caro ao pensamento do historiador. Ainda que correndo o risco de sermos repetitivos, entendemos que apenas dessa forma poderíamos tornar mais evidentes as regularidades do campo e os sentidos atribuídos às práticas e representações socialmente estabelecidas.

Da mesma forma, as referências teóricas, aqui expostas com brevidade, são retomadas ao longo do texto e vinculadas aos esforços interpretativos da pesquisa, o mesmo ocorrendo com a revisão bibliográfica, que é retomada ao longo do texto não apenas como esforço de

erudição, mas também como documentos que evidenciam as formas de percepção e enunciação do fenômeno social.

1.2 A glorificação como estratégia de ocultação

Muito se tem produzido sobre o processo político no Rio Grande do Sul, durante a República Velha. De distintas formas já foram destacadas, de acordo com as circunstâncias, as semelhanças e/ou diferenças entre o regional e o nacional, articulando um campo de sentidos que reforça a relação de identidade/alteridade. Está construída e consolidada no imaginário social a identidade do gaúcho como sujeito político ativo que, herdeiro de uma tradição de conquista fronteiriça militarizada, encontra-se sempre disposto à revolta civil e militar, que não se dobra às circunstâncias e se rebela contra qualquer situação que julgue arbitrária.

Em seu conjunto, a produção das Ciências Humanas sobre o Rio Grande do Sul tem dialogado com essa representação do processo histórico regional. Intelectuais de diferentes disciplinas e com distintos postulados teóricos e metodológicos, por gerações, têm contribuído para interpretar o processo de formação da sociedade gaúcha, apontando as similitudes e particularidades dessa parte com o todo.

Como atores autorizados a falar das relações sociais, os intelectuais que problematizaram o processo político da sociedade gaúcha afetam e também interferem nas disputas simbólicas de seu tempo-espço. Ainda que o discurso não substitua o elemento material das relações sociais objetivamente travadas, ele se cola como elemento estruturante das formas como o real é socialmente percebido.

Diferente da pretendida isenção cientificista, o discurso acadêmico, como elemento do campo simbólico, contribui para as formas de percepção do real. Um resgate da produção bibliográfica sobre o processo político regional, ainda que pontual, não pode se esquivar de

perceber a relação das formas com que os diferentes campos do saber têm se relacionado com este imaginário social.

Nossa análise bibliográfica parte da tese geral de que se pode realizar uma arqueologia desse campo discursivo a partir de suas regularidades e rupturas. Como Foucault, entendemos que os enunciados sobre determinado objeto articulam os “regimes de verdade”, que tanto revelam como encobrem aspectos do objeto tratado. “Assim, a questão é saber se a unidade de um discurso é feita pelo espaço onde diversos objetos se perfilam e continuamente se transformam, e não pela permanência e singularidade de um objeto.”⁴³

Nessa perspectiva, as abordagens utilizadas por diferentes gerações de intelectuais para analisar a temática proposta são como camadas que envolvem o objeto. A produção intelectual sobre o processo político do Rio Grande do Sul durante a República Velha é tomada como um campo discursivo passível de uma análise arqueológica. Nele se sobrepõe um conjunto de enunciados sobre o processo político e as estratégias de dominação e resistência adotadas pelos diferentes grupos sociais desse tempo-espaço.

Nossa leitura dessa produção busca destacar os traços gerais do discurso estabelecido sobre o processo político republicano, percebendo os traços de continuidade e ruptura de um dado discurso estabelecido. Objetiva delinear os limites colocados à problemática de forma a evidenciar as regularidades discursivas sobre o tema. Busca também perceber o que foi possível ser dito sobre o objeto e o que dele é ocultado.

Cabe destacar que interessa aqui, substancialmente acumular, e jamais disciplinar o debate em torno do tema. Trata-se antes, de evidenciar como diferentes gerações e/ou escolas do pensamento social interpretaram o processo político vivido pela sociedade gaúcha durante a República Velha na intenção de nos aproveitarmos desse rico debate.

⁴³FOUCAULT, op. cit., p. 37.

Assim, organizamos nossa reflexão bibliográfica em dois momentos: um primeiro passo consiste em realizar uma leitura crítica da produção intelectual sobre o período republicano, identificando as regularidades discursivas e apontando suas lacunas; num segundo movimento, com base nessa produção bibliográfica comentada, procuramos estabelecer um singelo panorama do processo de disputa política na década de 1920, no qual se insere nosso objeto.

Ao propor a leitura do pensamento social brasileiro da República Velha, Lucia Lippi Oliveira apresenta as variações do debate acerca da nação como uma construção intelectual que era disseminada na sociedade através de diversas instituições.

Os intelectuais, independente da sua origem de classe, de sua formação bacharelesca ou especializada, mantiveram-se ocupados em “pensar” o Brasil e em propor caminhos para a salvação nacional. Ao atuarem na construção de consciências coletivas, os intelectuais consideraram-se imbuídos de uma missão e procuraram difundir suas propostas mediando aspirações nacionais e políticas governamentais. Nesta tarefa missionária foram os intelectuais que procuraram criar um ideário nacional baseado em um culto a tradição passada ou trabalharam na construção de uma nova tradição.⁴⁴

No caso particular do Rio Grande do Sul esta situação não foi diferente. Durante o próprio período republicano, houve diversos grupos que se colocaram a tarefa de registrar, interpretar e avaliar o processo político da República, procurando organizar instituições de caráter intelectual.

Setores da burguesia industrial e comercial já haviam fundado, em 1904, o Centro Econômico do Rio Grande do Sul, responsável pela publicação da revista *O Progresso*, entre outros boletins. O operariado, por seu turno, organizou o “Grupo dos Homens Livres”, que publicou o jornal *A Luta* (1906-1918). A reação dos pensadores católicos, leigos e religiosos, por seu turno, pode ser percebida na revista *Vozes de Petrópolis*.⁴⁵ Nesse contexto, a refundação do Instituto Histórico e Geográfico Rio Grandense (IHGRGS) significou um movimento de institucionalização intelectual.

⁴⁴ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A questão nacional na primeira república. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 187.

⁴⁵ NEVES, Gervásio Rodrigo. 1920. A fundação do IHGRGS. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n. 135, p. 13-36, 2000.

A criação do IHGRGS em 1920, ao contrário das tentativas anteriores (1855, 1860) e a isolada em Rio Grande (1917), é uma necessidade sob o impacto da crise, de retornar à sua memória como força à construção da Nação numa época de fortes motivações ideológicas e políticas, impulsionadas pelo avanço de novas relações sociais.⁴⁶

A rearticulação do IHGRGS significou, de um lado, a criação de uma instituição responsável pela guarda de um acervo documental expressivo; de outro, o uso dessa documentação por esses intelectuais possibilitou a produção de uma reflexão sobre o passado, de uma memória social institucionalizada.

Trata-se aqui de uma produção que vai além das suas publicações e de seus membros e que tem, na tradição intelectual dos institutos históricos, uma matriz explicativa. Em torno do IHGRGS se reuniu uma série de intelectuais que procuravam criar uma interpretação para a formação social do Rio Grande do Sul, *pari passu* com o esforço do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de construir uma memória que fundamentasse a identidade nacional. Assim, essa entidade se tornou um local de enunciação onde esse grupo de “estudiosos” produziu uma memória social sobre o passado, atribuindo valor e autoridade ao discurso.

Na sua maioria, esses pesquisadores não possuíam uma formação acadêmica na área das Ciências Humanas. Muitos eram advogados e professores, que tinham na história, na geografia ou sociologia uma atividade paralela. Na ausência de escolas de formação, os intelectuais do período foram memorialistas e ensaístas que constituíram uma primeira geração que podemos chamar de “práticos” das Ciências Humanas no Estado.

Esse grupo de pensadores da dinâmica social estava, muitas vezes, diretamente envolvido pelas disputas políticas do período e escreveram relatos e estudos sobre o processo vivenciado, não tanto como testemunhas, mas como cúmplices. São, não raro, líderes de grupos políticos e/ou membros do aparelho burocrático do Estado, tais como: Achylles Porto Alegre, diretor de Instrução Pública; Florêncio de Abreu e Silva, diretor do Arquivo Público;

⁴⁶NEVES, op. cit., p. 27.

Octávio de Faria, diretor de Recenseamento; além de propagandistas do Partido Republicano Rio-grandense, como o diretor de *A Federação*, Lindolfo Collor.

Paralelamente a esse grupo, podem ser citados nomes como os de Joaquim Osório⁴⁷, Othelo Rosa⁴⁸ e mesmo de Assis Brasil⁴⁹ e Wenceslau Escobar⁵⁰, os dois primeiros ligados ao Partido Republicano e influenciados diretamente pelo positivismo, e os últimos, mesmo com sua inspiração liberal, não escapavam dessas influências.

Ao analisar a produção intelectual do estado no período republicano, Nelson Boeira afirma que, dentre as diferentes doutrinas evolucionistas em voga no início do século XX, o positivismo foi a que exerceu mais forte influência nessa geração de intelectuais gaúchos.

O positivismo esteve presente na vida das elites rio-grandenses por cerca de cinquenta anos. Que essa presença tenha sido, em muitos momentos, superficial, importa pouco. Importa mais aceitar essa mediocridade tão freqüente e procurar entender o Rio Grande de Augusto Comte.⁵¹

Na leitura proposta por esse autor, o positivismo alcançou diferentes níveis de penetração na sociedade gaúcha. Existiu um “positivismo político”, enunciado pelas lideranças e órgãos de divulgação do PRR, e um “positivismo religioso”, utilizado pelos discípulos da religião da humanidade, ambos com perfis mais definidos e alcance delimitado. Identifica ainda, a existência de um “positivismo difuso”: um discurso não restrito aos membros do partido, nem aos religiosos, mas disseminado em diversas áreas sociais e que se utilizava dessa terminologia cientificista e de seus refrões. Todos esses, contudo, eram rearticulados com outras referências teóricas de acordo com os interesses pontuais e com as idéias que se desejava defender no momento.

⁴⁷OSÓRIO, Joaquim Luís. Partidos políticos no Rio Grande do Sul. Pelotas, RS: Globo, 1930.

⁴⁸ROSA, Othelo. Júlio de Castilhos. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1928.

⁴⁹ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. Ditadura, parlamentarismo e democracia. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1908.

⁵⁰ESCOBAR, Wenceslau. 30 anos de ditadura rio-grandense. Rio de Janeiro: Canton & Beyer, 1923.

⁵¹BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. IN: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (org.). RS: cultura e ideologia. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 34-59. p.54.

Em conformidade com o autor, podemos propor que esse “positivismo difuso” estava presente nos discursos de vários intelectuais do período republicano: dos políticos das várias esferas e envergaduras e aos literatos de maior ou menor relevo. Seus termos eram utilizados em textos jornalísticos e ensaios, na literatura e nos debates políticos. Independente da vinculação pessoal à doutrina os conceitos e chavões dessa filosofia se constituíram nos termos disponíveis para que os diferentes grupos sociais articulassem seu enunciado no campo político.

O positivismo forneceu a essa geração de “práticos” da historiografia e do ensaísmo social tanto o quadro teórico-metodológico, como o universo temático das investigações, compondo o código com o qual se enunciava o debate no político desse tempo-espço. Seus termos, conceitos e refrões eram os termos utilizados pelos agentes sociais menos no intuito de se apropriar da doutrina filosófica e mais com o de se comunicar com os contemporâneos, através de um linguajar de domínio geral.

No campo metodológico, como é sabido, o positivismo busca, no rigorismo científico das disciplinas naturais, a legitimidade da ciência social. Teoricamente sustentado na constante e inevitável evolução das sociedades, essa teoria da história procurava estabelecer as causas e conseqüências de cada “fato histórico” de forma a ordená-lo em uma cronologia do progresso inerente ao processo civilizatório.

Com base nesse postulado, a produção desses “práticos” das Ciências Humanas deu prioridade, por um lado, a uma narrativa linear do fatos relacionados a disputa política pelo controle do aparelho do Estado e, por outro, à produção de biografias dos grandes líderes políticos do período.

Nessas narrativas, os enfrentamentos se estabeleceram através das ações dos grandes líderes políticos movidos sempre por nobres ideais, em prol da coletividade. O resultado dessas disputas não poderia ser outro, senão o inevitável progresso da sociedade. Dessa feita,

as biografias destacam heróis plenos de virtudes e desprendimento em nome de suas causas.

Assim fala Othelo Rosa sobre Júlio de Castilhos:

“Seu feitio era imperioso, autoritário. Certo e seguro dos fins em vista, com a salvaguarda de uma inevitável inteireza moral, ele se afirmava em atitudes rígidas e severas”.⁵²

E, narrando as disputas partidárias no estado, o estudo de Joaquim Osório diz que:

Congregam os republicanos o mais belo programa, conservador, ao mesmo tempo que progressista, capaz de conduzir o estado a uma perfeita organização social [...] Quanto a mim, cada vez sinto-me mais fortalecido na convicção profunda da beleza e superioridade do Partido Republicano Histórico Sul-Rio-Grandense, em que vejo fiel continuador das tradições e aspirações livres da impertérrita obra dos Farrapos, pelos seus ideais essencialmente federativos, únicos capazes de assegurar a unidade e a grandeza do Brasil.⁵³

Como vemos, os “práticos” do período produziam sem um maior rigor teórico e com um quadro conceitual reduzido, muitas vezes utilizando apenas chavões e frases de efeito. Mas foi assim que se formou um primeiro modelo explicativo do processo político republicano. Essa geração de “práticos” listou os “heróis” e os “grandes eventos” do período republicano dignos de serem lembrados, estabelecendo um dado código interpretativo do processo político vivido.

Nesse discurso, o processo histórico está sempre centrado na ação/reação dos grandes líderes políticos. Aos demais setores da sociedade coube uma postura de passividade frente as definições tomadas nos palácios e castelos. Pouco espaço havia para os grupos sociais emergentes da sociedade que se industrializava. Movimentos de mobilização das populações urbanas eram tratados como fato menor diante da força do líder político a guiá-la. A presença desses setores em momentos importantes do processo histórico era minimizada frente as disputas palacianas, acordos e desencontros das lideranças. Para essa geração o elemento popular estava ou excluído do processo político republicano, ou apenas acompanhando grandes eventos protagonizados pelos heróis.

⁵²ROSA, op. cit., p. 68.

⁵³OSÓRIO, op. cit., p. 8-9.

Estamos diante de um discurso estruturante das formas de enunciação do processo político da República Velha, produzido por agentes que, mesmo estando no interior desta disputa se outorgaram uma autoridade científica para disciplinar a forma de percepção do mundo social. Esse dado, por si, não pode desqualificar essa produção. Ter presente as condições em que estes autores produziram, contudo, nos auxilia na compreensão dos termos utilizados para a análise das disputas, no entendimento de porque tais fatos e personagens foram destacados, enquanto que outros foram desconsiderados.

Essa regularidade discursiva sobre o processo histórico indica que, no Rio Grande do Sul, viveu-se uma disputa não apenas pelo controle do aparelho estatal, mas também pela forma de nomeação do processo, pelas maneiras de interpretar o fenômeno político. De tal sorte que essa tradição historiográfica não pode ser apartada da disputa simbólica pela definição das práticas e representações socialmente legítimas para codificar e interpretar o processo político, constituindo-se, ela própria, uma forma de disputa pelo poder.

Nesse discurso, a ação propositiva e positiva cabia aos setores representantes dos interesses da elite regional. A esses era possível conspirar contra o governo ou reprimir a oposição violentamente. Mesmo as ações armadas são tidas como atos de bravura e desprendimento, e não como desrespeito às regras legais do Estado de Direito ou às normas de civilidade.

Um segundo movimento de interpretação do processo político do período republicano no Rio Grande do Sul pode ser percebido na confluência dessa tradição do IHGRGS com os cursos superiores da área de Ciências Humanas que se formam no estado, nas décadas seguintes.

No ano de 1943, foi implantado o curso de História e Geografia junto à Faculdade de Filosofia da Universidade de Porto Alegre, instituição de ensino superior vinculada ao governo do estado até o ano de 1950, quando foi federalizada. Segundo Mara Rodrigues, o

recrutamento para os postos de docência nos cursos de Geografia e História não estava vinculado à prática da pesquisa histórica que ainda era desenvolvida no IHGRGS:

Poucos docentes pertenciam ao IHGRGS, ou produziam pesquisas na área de atuação do curso dentre os selecionados. Em geral, o ingresso nos quadros do Instituto Histórico e Geográfico e o desenvolvimento de pesquisas em antropologia, folclore, geografia, geografia, história ou sociologia, se iniciavam e intensificavam após o início da carreira docente no curso de Geografia e História.⁵⁴

Com base nessas duas instituições – uma, guardiã da memória e, outra, promotora do ensino –, a produção sobre o passado se tornou mais sistemática e refinada. A partir desse momento, as grandes teorias explicativas das sociedades foram empregadas para a análise do processo histórico regional e sua vinculação com os movimentos nacionais.

Em significativo estudo sobre a instalação da República no Rio Grande do Sul, Sérgio da Costa Franco traça a biografia de Júlio de Castilhos, personagem ímpar nesse processo. Utilizando-se de farta documentação depositada no IHGRGS, o autor estrutura o conjunto dos acontecimentos históricos em torno do personagem biografado que, com sua genialidade e habilidade, conduziu o processo político nos primeiros anos da República. E diz:

Quando se olha a distância, a seqüência de acontecimentos dos anos 90, 91 e 92, sem falar no período insurrecional que se lhe seguiu, é forçoso proclamar, de plano, a extraordinária energia, a capacidade de trabalho, a tenacidade de ação, que animavam Castilhos.⁵⁵

A obra do historiador norte americano Joseph Love também pode ser associada à produção do IHGRGS, não tanto por sua filiação, mas pelo amplo uso da documentação ali depositada entidade metodológica, por estar no mesmo momento geracional, enfim, por fazer parte da mesma rede de intelectuais que freqüentavam o Instituto. Esse brasilianista desenvolveu sua tese observando o cenário político regional como forma de interpretar as mudanças políticas nacionais. Em seu trabalho, são apresentados tabelas e dados quantitativos para avaliar a força política do estado na Federação, questionando uma interpretação anterior de distanciamento dos líderes regionais em relação às questões nacionais.

⁵⁴RODRIGUES, Mara. O papel da universidade no “campo da história”: o curso de Geografia e História da UPA/URGS na década de 40. Méis: História e Cultura, Caxias do Sul, v. 1, n. 2, p. 75-101, dez. 2002. p. 84.

⁵⁵FRANCO, Sérgio da Costa. Júlio de Castilhos e sua época. 3. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1996-b. p. 67.

O objetivo maior da política gaúcha era uma quota do controle formal das nomeações políticas, conseguido mais ou menos sistematicamente após a eleição de Hermes da Fonseca à presidência, em 1910. Os postos no Ministério são uma indicação tanto de controle das nomeações quanto de força política dos partidos estaduais dentro do Executivo.⁵⁶

Nos estudos propostos por esse historiador, a política rio-grandense não se marcava pelo sentimento de distanciamento em relação ao restante do país, mas, antes, por uma formação sócio-histórica diferenciada, que dava contornos particulares ao regional dentro das regras gerais de interpretação dos processos nacionais.

Desde fora dessa instituição, mas guardando fortes ligações temáticas com a produção daquele período, temos a singular obra de Nunes Leal, na qual se apresenta o estudo realizado para entender o papel das eleições para a sociedade brasileira e as diferentes legislações e procedimentos que as regularam.⁵⁷

Em 1957, Raymundo Faoro escreveu a primeira edição do clássico *Os donos do poder*, no qual aplicou a estratégia de tipos ideais propostas por Weber e propôs a noção de estamento burocrático para interpretar as relações Estado-sociedade no Brasil. Análise ampliada na segunda edição apontou em detalhes como o processo político vivido no Rio Grande do Sul dialoga com os eventos nacionais.⁵⁸

Podemos dizer que esse conjunto de estudos, de alguma forma articulados em torno dos debates e documentos preservados pelos IHGRGS, marcou um segundo momento da interpretação do processo político da república no campo das Ciências Humanas. Nesse, o distanciamento temporal, permitiu uma maior autonomia frente as disputas políticas do momento estudado. Percebemos ainda que a abordagem teórica e metodológica se diversificou, sendo introduzidas categorias de análise e empregadas outras correntes teóricas.

⁵⁶LOVE, Joseph. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, Boris (org.). O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertran, 1997. V. 1, p. 99-122. p. 117.

⁵⁷LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. [1. ed. 1949]

⁵⁸FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 8. ed. São Paulo: Globo, 1989. [1. ed. 1957]

Dessa forma, podemos concordar que “a difusão do marxismo na historiografia gaúcha começou por um historiador ligado ao Instituto Histórico e Geográfico”⁵⁹, no caso, Sérgio da Costa Franco, assim como a noção de estamento burocrático de Max Weber foi explorada por Raymundo Faoro.

Contudo, ao manter os personagens e fatos históricos listados pela geração anterior como condutores do processo político, a produção destes intelectuais contribuiu para a afirmação de uma memória social sobre o passado, marcada pelos vultos e eventos significativos. Vemos, mais uma vez, os grandes líderes da nação rio-grandense investidos de responsabilidade histórica de conduzir os destinos sociais. Aos subalternos, também dentro desse quadro analítico, coube morrer e degolar inocentemente, votar em processos eleitorais que sabiam serem viciados e fraudados desde o início, viver sob os valores de uma doutrina que não conheciam, em suma, obedecer aos planos das elites da época.

Em meados da década de 1970, surgiu a produção de uma geração de professores universitários ligados ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – sucessor institucional da Faculdade de Filosofia de Porto Alegre – que pensava o processo político da República Velha no Rio Grande do Sul a partir da academia. Entre os intelectuais dessa geração, ganharam destaque as pesquisas realizadas por um conjunto de professores com formação própria das Ciências Humanas, junto aos diferentes cursos de graduação oferecidos pelo IFCH. Constituem esse grupo, que podemos chamar de “família IFCH”, nomes como os de Sandra Pesavento, Hélió Trindade, Pedro Dutra Fonseca, Celi Pinto, Paulo Vizontini e Nelson Boeira, entre outros.

Quando realizaram suas pós-graduações em instituições do centro do país e/ou do exterior, esses intelectuais privilegiaram as temáticas regionais, muitos deles focando o processo político do período republicano. Formados nos cursos que começavam a se

⁵⁹AXT, Gunter. Contribuições ao debate historiográfico concernente ao nexu entre Estado e sociedade para o Rio Grande do Sul castilhistaborgista. *Métis: História e Cultura, Caxias do Sul*, v. 1, n. 1, p. 39-69, 2001-a. p. 44.

distinguir como disciplina no campo intelectual do Estado nesse momento – como a sociologia, a ciência política, a história, a economia e a filosofia – as obras desses autores dialogavam abertamente entre si, fazendo com que os trabalhos de uma área reforçassem os estudos de outra.

Por meio de sua docência e produção bibliográfica, esses intelectuais articularam um conjunto de postulados. Dessa forma, esse grupo criava uma rede de referências múltiplas e se constitui em um outro modelo interpretativo da República Velha no Rio Grande do Sul, no qual é possível identificar algumas regularidades.

Diferentemente do momento anterior, esses intelectuais tiveram um maior distanciamento do objeto e um refino teórico e metodológico mais rigorosos, haja vista a sua formação acadêmica específica. Afastando-se dos postulados positivistas, romperam com a tradição marcante das Ciências Humanas no Rio Grande do Sul. Com seu maior preparo intelectual e sendo a academia local de enunciação privilegiado, visto sua aparente autonomia frente às disputas políticas, o discurso produzido por esse grupo ganhou maior respaldo social.

Na sua maioria, utilizaram-se de forma mais ou menos explícita, dos referenciais do marxismo e procuraram, na vinculação dos dados da infra-estrutura com os elementos da superestrutura, uma explicação totalizante do processo sócio-político. Como se vê em Pedro Fonseca:

“O período da República Velha pode ser entendido como de transição capitalista, e o sistema político oligárquico tendeu a associar-se com maior ênfase à defesa dos interesses das burguesias rural e exportadora.”⁶⁰

No momento em que Gramsci passou a ser mais difundido no Brasil pelos autores marxistas essa geração de intelectuais introduziu na análise da sociedade gaúcha os conceitos desse teórico, particularmente a sua noção de ideologia. Utilizado como ferramenta teórica de

⁶⁰FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Vargas: o capitalismo em construção. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 143.

análise da realidade, o conceito de ideologia passou a ser elemento-chave para interpretar o significado do positivismo na sociedade e na política gaúcha do período republicano.

O positivismo deixa de ser um postulado científico para investigação da realidade social e torna-se um mecanismo de alienação e ocultação das relações de dominação política da sociedade gaúcha nas décadas iniciais da República. Passa a ser visto como um projeto de modernização conservadora da sociedade e um discurso de conveniência da classe dominante, como evidenciado por Celi Pinto.⁶¹ E a disputa política do período republicano foi o processo de afirmação de uma estrutura administrativa que correspondia às necessidades de adequação da infra-estrutura agropastoril, que se inseria no mercado capitalista de forma subordinada, como aponta Sandra Pesavento.⁶²

Essa ruptura com os termos do discurso anterior, contudo, não implicou em uma alteração dos objetos de investigação. Aqui, também os grupos sociais proletarizados no campo e nas cidades, os subalternos da estrutura social e o elemento popular não foram incluídos como agentes do campo político. O processo institucional continuou sendo tratado como uma disputa entre os grandes líderes e seus correligionários, como em Maria Antonacci.⁶³ A elite econômica se dividia internamente de acordo com um recorte ideológico muito tênue, como em Héglio Trindade,⁶⁴ ou por sua atividade econômica, como mostra Sandra Pesavento.⁶⁵

Mesmo o movimento operário, quando abordado, foi colocado distante e desinteressado na disputa pelo poder político. Ou se afastava do Estado, na sua fase de

⁶¹PINTO, Celi Regina J. Positivismo: um projeto alternativo (RS: 1889-1930). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

⁶²PESAVENTO, Sandra Jatahy. A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS 1889-1930). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

⁶³ANTONACCI, Maria Antonieta. RS: as oposições & a revolução de 1923. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

⁶⁴TRINDADE, Héglio. Aspectos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, José Hildebrando (org.) RS: economia e política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989. p. 119-192.

⁶⁵PESAVENTO, op. cit.

orientação anarquista, ou não tinha força, nem iniciativa política, no seu viés comunista. Os partidos e reivindicações operárias, como colocados por Silvia Petersen, ou aparecem de forma subordinada aos interesses do capital, ou com nenhuma iniciativa política para além das greves.⁶⁶

Com efeito, essa produção, em muito original, alterou as interpretações anteriores. Contudo, iniciando suas pesquisas na revisão bibliográfica da geração anterior, esse grupo de cientistas sociais montou sua narrativa a partir dos eventos antes arrolados pelos “práticos” do período republicano e seguidos pelos “estudiosos” do IHGRGS. Seus trabalhos de pesquisa privilegiaram, como fonte, a documentação oficial e, para efeitos de generalizações sempre precárias, podemos dizer que eles mantiveram em destaque os mesmos personagens e fatos.

E essa produção intelectual não estava imune aos movimentos políticos de seu tempo. Produzida ao longo das décadas de 1970 e 1980 os estudos da República Velha ficaram marcados pela tentativa de interpretar os mecanismos de repressão vividos por eles próprios em seu presente. A análise gramsciniana sobre o papel dos intelectuais e das estruturas de dominação ideológicas era mesmo a chave para que essa geração de intelectuais tanto investigasse a importância do positivismo durante a República Velha, como para entender as dificuldades de seu próprio momento histórico, marcado pelo fracasso dos movimentos de resistência à ditadura militar e da contestação estudantil dos anos 1970.

Ao longo dos anos 1970 e 1980 ocorreu um forte deslocamento da análise das ações individuais à investigação das estruturas de dominação. Contudo, não havendo eventos significativos de revolta nos grupos sociais subalternos esta produção, tal como o discurso anterior, deslocou o eixo clássico da análise marxista, a luta de classes, para a luta intraclasse. Nessa visão, são as frações da classe dominante – burguesia pastoril, burguesia comercial e

⁶⁶PETERSEN, Silvia R. F. As greves no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José Hildebrando (org.) RS: economia e política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989. p. 277-327.

burguesia industrial – que lutavam entre si pelo controle do poder político, independente dos interesses e ações dos demais grupos sociais.

Para a “família IFCH”, assim como para os “práticos” e para os “estudiosos” de antes, os personagens e os fatos definidores do processo político, ainda eram aqueles ligados às elites. Os demais grupos sociais permaneceram numa postura passiva frente ao processo, quando muito, surgiam como agentes controlados ou manipulados pelas lideranças políticas do período.

Nesse discurso sobre o processo político regional, nota-se que a iniciativa da ação estava sempre colocada na elite política que controlava o aparelho estatal e as estruturas partidárias. Os demais setores da sociedade mantiveram uma ação passiva, eventualmente reativa por parte de membros descontentes da elite econômica.

Nas últimas décadas do século XX, são apresentadas diversas pesquisas que estudaram as formas de sociabilidade, as representações e as práticas sociais como elementos relevantes para o entendimento das disputas em diferentes grupos sociais no campo político. Nem todas enfocam o Rio Grande do Sul, na década de 1920. Ainda assim, estas obras apontam perspectivas relevantes para o estudo do processo de disputa entre diferentes grupos sociais.

São reflexões oriundas de diferentes áreas das Ciências Humanas, tais como a história, a antropologia, a ciência política, a psicologia social e a arquitetura. Estudos originários, principalmente, dos programas de pós-graduação organizados nas universidades do estado. São dissertações e teses e também pesquisas dos professores a elas vinculados que deram um novo fôlego aos estudos sobre as relações entre o Estado e a sociedade já tratadas pela bibliografia anterior. Trata-se da produção tanto de intelectuais que iniciam sua produção nesse momento, como de autores que já produziam no momento anterior, mas que redirecionam suas linhas de investigação.

Em sua análise da produção bibliográfica sobre o Rio Grande do Sul nos anos 1980 e 1990, Helga Piccolo destaca algumas características marcantes dos trabalhos produzidos mais recentemente: inicialmente a emergência de outros temas, problemas e abordagens; depois o retorno do fato histórico como elemento para a compreensão dos processos sociais; e por fim, a crescente interdisciplinaridade nos estudos históricos. Para a autora, a história política, embora com um número de trabalhos reduzido, analisa os espaços de mediação entre Estado e sociedade.⁶⁷

Esse quarto momento da bibliografia sobre as relações de poder e dominação na sociedade gaúcha em que vivemos está fortemente influenciado pelas tendências teóricas e metodológicas internacionais. Na historiografia, notória é a influência da chamada quarta geração dos *Annales*, oriunda da tradição francesa.⁶⁸ Mas também são perceptíveis abordagens propostas por autores vinculados ao neomarxismo inglês⁶⁹ e da vertente italiana da micro-história.⁷⁰

De forma geral, esses trabalhos podem ser diferenciados da produção anterior pela utilização do conceito de cultura, pelo estudo e análise das práticas e representações sociais e por explorar objetos, temas e abordagens pouco usuais no campo das Ciências Humanas.

No que tange aos estudos sobre a dimensão política das sociedades, podemos dizer que os estudos dos pesquisadores desse momento fazem parte de um movimento intelectual vivido pelo conjunto das Ciências Humanas na América Latina. A institucionalização de regimes políticos democráticos no continente provocou um olhar acadêmico sobre as bases sociais, as especificidades das relações políticas latino-americanas e sua dimensão democrática, e

⁶⁷PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. Historiografia gaúcha. Anos 90, Porto Alegre, n. 3, p.43-59, maio 1995.

⁶⁸BURKE, Peter. A escola dos *Annales* (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Fundação Ed. da UNESP, 1997.

⁶⁹BURKE, Peter (org.). A escrita da história: novas perspectivas. Campinas, SP: Ed. UNESP, 1992.

⁷⁰GINZBURG, op. cit.

também sobre a tradição política que deu sustentação aos regimes autoritários vividos nas sociedades latino-americanas, ao longo do século XX.

Exemplos desse esforço de pensamento coletivo sobre os processos políticos e os procedimentos democráticos são as obras organizadas por Hilda Sabato⁷¹, Celi Pinto e Hugo Guerreiro⁷², Héglio Trindade⁷³, César Marcello Baquero Jacome⁷⁴ e Stella Bresciani.⁷⁵ Nessas coletâneas, estão reunidas reflexões de cientistas políticos, sociólogos, antropólogos e historiadores originários de diferentes pontos das América Latina que, de forma geral, estão preocupadas em compreender os mecanismos de legitimação social dos regimes políticos, as práticas e as representações que estabelecem legitimidade à determinada forma de exercício do poder institucional.

Alguns historiadores brasileiros têm voltado suas pesquisas para a compreensão dos processos históricos de formação da cultura política nacional. Um dos estudos mais emblemáticos nesse sentido é a obra de José Murilo de Carvalho sobre o processo político no Rio de Janeiro, logo após a Proclamação da República.⁷⁶ Nele, é identificado que a prática da fraude eleitoral inviabilizou este mecanismo de representação dos interesses políticos, restando à população, excluída do processo político formal, a revolta como mecanismo de pressão dos setores populares.

⁷¹SÁBATO, Hilda (org.). *Ciudadanía política y formación de las naciones: perspectivas históricas de América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.

⁷²PINTO, Celi Regina J.; GUERREIRO, Hugo (org.). *América Latina: o desafio da democracia nos anos 90*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1996.

⁷³TRINDADE, Héglio (org.). *América Latina: eleições e governabilidade democrática*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1991-b.

⁷⁴BAQUERO JACOME, César Marcello. (org.) *A construção da democracia na América Latina: estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998; BAQUERO JACOME, César Marcello (org.). *Desafios da democratização da América Latina: debates sobre cultura política*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999.

⁷⁵BRESCIANI, Maria Stella; SAMARA, Eni de Mesquita; LEWKOWICZ, Ida. *Jogos da política: imagens representações e práticas*. São Paulo: ANPUH/SP, Marco Zero, FAPESP, 1992.

⁷⁶CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

No mesmo sentido caminha Sandra Pesavento, quando investiga o cotidiano da população urbana em Porto Alegre durante a passagem para a República. Num conjunto de estudos, a autora investiga a emergência dos subalternos na cena pública urbana e a necessidade do controle social desse contingente através de práticas disciplinadoras estabelecidas pelo poder público.⁷⁷ Aborda ainda, como a política foi percebida no cotidiano, através do personagem das crônicas “Zé Povinho”⁷⁸, e como os pobres da cidade ganham visibilidade freqüentando as ruas e espaços urbanos, negociando seus interesses com os demais grupos sociais.⁷⁹ Nessa linha de investigação histórica, a cidadania é percebida, por oposição, na exclusão social, nas transgressões e nas ilicitudes praticadas pelos populares nas ruas, tabernas e prostíbulos. Nesses espaços, a força repressiva do Estado se faz presente ou se ausenta de acordo com os interesses nem sempre claros dos agentes do poder público.⁸⁰

A obra organizada por Alexandre Fortes apresenta um conjunto de estudos que segue uma linha de investigação sobre as relações de dominação e resistência entre o Estado varguista e os sindicatos dos trabalhadores, na qual o trabalhismo deixa de ser entendido como mera manipulação estatal. Aqui ele é interpretado como uma estratégia de ação dos sindicalistas no sentido de pressionar e comprometer o Estado com suas demandas. Nessa visão, os sindicatos, embora estejam atrelados ao Estado, criam mecanismos eficazes de comprometimento do governo para com as categorias organizadas, responsabilizando-se por atender as demandas destes grupos.⁸¹

Já Jorge Ferreira faz uma análise do discurso enunciado pelo regime varguista através da propaganda radiofônica, quando evidencia que a fala oficial utilizava elementos de uma "cultura política" popular, criando um jogo de sentidos positivos para o receptor da

⁷⁷PESAVENTO, Sandra Jatahy. Emergência dos subalternos. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1989.

⁷⁸PESAVENTO, Sandra Jatahy. O cotidiano da República. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992-a.

⁷⁹PESAVENTO, 1994. Os pobres da cidade. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994. PESAVENTO, Sandra Jatahy. Porto alegre caricata. Porto Alegre: Unidade Editorial, Secretaria Municipal da Cultura, 1993.

⁸⁰PESAVENTO, Sandra Jatahy. Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 2002-b.

⁸¹FORTES, Alexandre et al. Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1999.

mensagem. Ou seja, a classe trabalhadora oferecia sua passividade política frente ao regime autoritário, não apenas em troca da legislação trabalhista, mas por reconhecer nos discursos que emanavam do Estado a valorização de seus próprios princípios.⁸²

Observando a era Vargas a partir do sul, Helga Piccolo aponta muitas características comuns entre as práticas políticas varguistas e as castilhistas, entre elas, o apreço pela institucionalização do autoritarismo, o conservadorismo social e a intervenção do Estado no processo econômico. Embora desdobradas em ações diferentes, essas características aqui são exploradas como elementos de continuidade existentes entre esses dois projetos políticos, evidenciando como as representações e práticas políticas se mantêm enraizadas nas relações sociais e na memória social para além do tempo-espaço imediato.⁸³

O papel das associações como instituições de mediação de interesses entre grupos sociais e o Estado foram abordados por diferentes autores. Na obra já mencionada de René Gertz⁸⁴ estão sublinhadas as estratégias de pressão das comunidades de origem germânica. Já o trabalho de Lizete Kummer aponta como a Sociedade Médica do Rio Grande do Sul lutou pela regulamentação da profissão no Estado.⁸⁵

No mesmo sentido Eloísa Ramos evidencia que os clubes sociais, para além de espaços de lazer, representavam espaços de uma sociabilidade na qual se falava e fazia de tudo, inclusive política.

Olhados em seu conjunto, os clubes sociais cumpriam um papel importante no contexto da sociedade, pois tinham como encargo não só a manutenção da sociabilidade como também a educação moral da elite quando ensinavam e fixavam as regras do viver em sociedade. (...) O que não se pode perder de vista é que os clubes sociais eram, acima de tudo, espaços de representação de uma elite urbana alta ou média, mas elite. Ela era detentora do capital econômico e/ou do capital

⁸²FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

⁸³PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. O autoritarismo de Júlio de Castilhos a Getúlio Vargas: a “gauchização” da política brasileira no pós-1930. In: TARGA, Luiz R. P. (org.) *Breve inventário de temas do sul*. Porto Alegre: UFRGS/FEE; Lajeado: UNIVATES, 1998. p. 195-206.

⁸⁴GERTZ, op. cit.

⁸⁵KUMMER, Lizete Oliveira. *A medicina social e a liberdade profissional: os médicos gaúchos na Primeira República*. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

cultural ou, ainda, do capital simbólico. Seu papel não era só usufruir da sociabilidade com os seus pares, mas educar a todos pelo exemplo de sua prática social.⁸⁶

Pensando a cidade como espaço social, Luiz Antônio Maroneze buscou compreender como as transformações urbanas interferem e refletem uma determinada sociabilidade. Assim, percebeu como as ruas, as praças e os cafés foram apropriados e significados pela população como espaços de lazer, de trânsito e/ou de política.⁸⁷

Numa perspectiva etnográfica, a pesquisa de Antonadia Borges observa como uma comunidade rural se apropria da prática política representativa imposta pelo Estado para ter seus interesses atendidos.⁸⁸ Já o trabalho de José do Nascimento Jr. analisa as representações e práticas sociais utilizadas por um partido político com o intuito de construir uma identidade própria a partir da significação de signos e rituais de outros partidos.⁸⁹ O estudo de Nara Magalhães investiga as formas como os discursos articulados nas campanhas eleitorais veiculadas pela mídia são interpretados por uma comunidade de periferia urbana e em que medida reflete nas escolhas de voto desses sujeitos.⁹⁰

Num olhar da psicologia social, Sandra Jovchelovitch tematiza as distintas representações construídas por grupos sociais a respeito da composição e características da esfera pública. Concluiu que, em decorrência dessa percepção, os sujeitos condicionam suas possibilidades de ação nesse espaço político. A autora destaca que as representações socialmente construídas sobre a esfera pública reforçam não apenas uma compreensão do

⁸⁶RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz. O teatro da sociabilidade: um estudo dos clubes sociais como espaços de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras: São Leopoldo. 1850/1930. Porto Alegre: UFRGS, 2000. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

⁸⁷MARONEZE, op. cit.

⁸⁸BORGES, Antonadia Monteiro. "A cada passo": um estudo de redes e faccionalismo político num reassentamento de atingidos por barragem. Porto Alegre: UFRGS, 1999. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

⁸⁹NASCIMENTO Jr., José do. A familiaridade com a política: representações e práticas na política – um estudo do caso do Partido Progressista Brasileiro - PPB - em Porto Alegre, 1996. Porto Alegre: UFRGS, 1999. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

⁹⁰MAGALHÃES, op. cit.

processo de disputa pelo poder, mas também um entendimento sobre as possibilidades de atuação dos sujeitos sociais no campo político.⁹¹

Na sociologia, diversos trabalhos também buscam compreender as práticas sociais do campo político. Marcelo Silva investiga como a experiência vivida pelos agentes sociais no interior das Comunidades Eclesiais de Base, no contexto do Regime Militar foi transferida para as associações de moradores e contribuiu na luta política pelos direitos. Aqui, percebe como os códigos e as práticas são transferidos de um campo social para outro, galvanizando simpatias e potencializando as ações de disputa entre a sociedade e as estruturas estatais.⁹²

Muitas pesquisas da ciência política buscam interpretar as bases culturais das relações políticas estabelecidas. João Ignácio Lucas, ao investigar as percepções da juventude sobre a política, aponta as características de uma cultura antipolítica, de uma percepção negativa das práticas coletivas disseminadas na sociedade brasileira contemporânea.⁹³ Mas também merecem referência as obras de Igor Grill, em que são investigadas as estratégias de reconversão de capital social familiar para o campo político,⁹⁴ e as regularidades identificadas por Miguel Serna entre as estratégias políticas articuladas pelos grupos de esquerda para atribuir significado a democracia em diferentes países da América Latina.⁹⁵

⁹¹JOVCHELOVITCH, Sandra. Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

⁹²SILVA, Marcelo Kunrath. Cidadania e exclusão: os movimentos sociais urbanos e a experiência de participação na gestão municipal em Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2002. Ver, também: SOARES, Vânia Fonseca. A abertura política e os movimentos sociais em Porto Alegre (1979-85). Porto Alegre: UFRGS, 2002. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002. DAVID, Lawrence Nectoux. Antecedentes do associativismo comunitário em Porto Alegre: os espaços públicos na grande Santa Rosa entre 1978 e 1985. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

⁹³LUCAS, João Ignácio Pires. Juventude e antipolítica no Brasil: um estudo de cultura política e ideologia. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Tese (Doutorado em Ciência Política), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

⁹⁴GRILL, Igor Gastal. Parentesco, redes e partidos: as bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Tese (Doutorado em Ciência Política), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

⁹⁵SERNA, Miguel. As democracias dos anos 90 e as esquerdas latino-americanas: Argentina, Brasil e Uruguai. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Tese (Doutorado em Ciência Política), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

Nesse movimento, o olhar dos historiadores também tem se voltado ao passado, na busca de respostas aos desafios sociais do presente. Assim, autores como Carla Rodeghero passam a investigar não apenas o peso concreto dos agentes políticos em determinada conjuntura, mas também as representações socialmente disseminadas sobre eles. E conclui que o comunismo no Brasil foi muito mais forte no imaginário anticomunista do que no seio da própria sociedade. Dessa forma, alerta para o peso das representações sociais na definição das práticas adotadas.⁹⁶

A importância do imaginário social na luta política também foi avaliada por Leandro Hoffmann, na trajetória do Movimento dos Sem Terra. Nesse estudo, percebeu como se construíram a cruz e a bandeira como símbolos desse movimento social, e também como a troca do primeiro pelo segundo significou a mudança das estratégias de luta adotadas.⁹⁷ Nesse mesmo sentido, é ainda significativo o trabalho de Ivo Canabarro sobre as representações e práticas dos participantes do movimento integralista.⁹⁸ Ambos os estudos mostram a força do elemento simbólico na luta política para grupos políticos de diferentes matizes.

Esse conjunto de estudos, aparentemente distantes entre si, ilustra um movimento da produção intelectual que se desdobra nessa virada para o século XXI. Eles são distintos entre si, tanto por terem origem em diferentes campos das Ciências Humanas, como por apresentarem diferentes abordagens teóricas. Mas julgamos que todos pertencem a um mesmo movimento de redefinição das relações de poder e dominação como objeto de pesquisa, uma redefinição das pesquisas que busca perceber a dimensão cultural das práticas políticas.

⁹⁶RODEGHERO, Carla Simone. O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no rio Grande do Sul (1945-1964). 2.ed. Passo Fundo, RS: UPF, 2003. Ver, também: RODEGHERO, Carla Simone. Memórias e avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

⁹⁷HOFFMANN, Leandro Sidinei Nunes. Da cruz à bandeira: a construção do imaginário do Movimento Sem Terra/RS, 1985-1991. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

⁹⁸CANABARRO, Ivo dos Santos. Uma abordagem cultural de um movimento político dos anos trinta: o caso do Integralismo em Ijuí. Porto Alegre: UFRGS, 1994. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994.

Tais estudos contribuem para asseverar considerações já apontadas neste texto sobre a multiplicidade dos códigos da política. Estes, nem sempre, são interpretados de forma unissonante pelos grupos que deles se apropriam, pois enquanto prática social, a disputa eleitoral comporta uma série de significações e interpretações elaboradas a partir da experiência social de cada comunidade.

Podemos nos certificar, a partir dos subsídios fornecidos por essas pesquisas, que uma estrutura política, por mais autoritária que seja, necessita articular mecanismos de mediação com os diferentes setores sociais para legitimar o exercício do poder institucional. Esses autores permitem pensar que os códigos constituintes da cultura política de uma dada comunidade circulam em diferentes esferas, sendo interpretados e reinterpretados de acordo com os lugares sociais, tanto do receptor como do emissor. Os mecanismos de dominação da elite podem ser apropriados pelos subalternos para estabelecer compromissos políticos e compensações à situação de dominação. Sob essa perspectiva, é possível assegurar que as relações de dominação e resistência são mecanismos de mão dupla, que, mesmo não atingindo um resultado de soma zero, implicam perdas e ganhos para ambos os lados.

Apoiados nessas contribuições almejamos contribuir com este esforço de investigação das representações e práticas sociais associadas ao processo político na Porto Alegre da década de 1920. Entendemos que, quando a sociedade brasileira e mesmo latino-americana inicia um novo momento político marcado pelas liberdades democráticas e pela constitucionalização das relações de poder, faz-se necessário refletir sobre as estratégias de ação política dos diferentes grupos, sejam estas no interior dos processos institucionais ou informais.

Avaliando a cultura política nacional, Marilena Chauí, ao mesmo tempo em que aponta o caráter autoritário de uma sociedade na qual nunca se efetivaram mecanismos e estratégias para o debate público dos temas de interesse geral, nos abre os olhos para diversas práticas como estratégias de ação política dos setores populares da sociedade brasileira.

É porque a política brasileira é relação de tutela e de favor, e porque nela o espaço público é tratado como espaço privado dos dominantes, que não há cidadania no país, embora [...] haja movimentos sociais e populares para alcançá-la.⁹⁹

Como a autora, julgamos que a percepção das possibilidades de exercício da política na sociedade brasileira não pode se limitar à análise das instâncias e práticas formais de um modelo universal de cidadania. Para além das aparências de conformismo a pesquisa social deve estar disposta à percepção das estratégias de resistência articuladas na subversão das regras e formalidades do campo político.

Não convém tomar o eleitorado da cidade de Porto Alegre dos anos 1920 como agente revolucionário, mas também não podemos confundi-lo com o rebanho do curral eleitoral característico do coronelismo. Nem como massa de manobra, nem como personagem alheio às disputas que estava presenciando, devemos percebê-lo como agente do processo histórico em que está inserido.

Cabe produzir uma “história vista de baixo”, como proposta por Jim Sharp,¹⁰⁰ uma visão historiográfica que busque nas entrelinhas da documentação a percepção dos subalternos sobre os fatos, as estruturas e os processos em que estavam inseridos. Como propõe Walter Benjamin, desejamos realizar uma varredura a contrapelo no passado em busca das possibilidades dos subalternos interferirem no processo político local.

1.3 Estrutura oligárquica e eleições

Extensa é a produção bibliográfica da República Velha no Brasil. De modo geral, ela é analisada como um modelo oligárquico em que alguns poucos agentes, membros de uma elite política detinham o controle. Mas o emprego desse termo no campo das Ciências Humanas,

⁹⁹CHAUÍ, Marilena. Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 136.

¹⁰⁰SHARP, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.) A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p. 39-62.

como destaca Norberto Bobbio, no geral do debate, tem um sentido mais valorativo do que descritivo:

Oligarquia não designa tanto esta ou aquela instituição, não indica uma forma específica de Governo, mas se limita a chamar nossa atenção para o fato puro e simples de que o poder supremo está nas mãos de um restrito grupo de pessoas propensamente fechado, ligadas entre si por vínculos de sangue, de interesses ou outros, e que gozam de privilégios particulares, servindo-se de todos os meios que o poder pôs ao seu alcance para os conservar.¹⁰¹

Nessa assertiva, antes de desejar desqualificar as reflexões que utilizam o termo oligarquia, o autor está preocupado em precisar o sentido a ele atribuído no debate acadêmico. Chama a atenção para perceber que a atribuição desse adjetivo ao objeto estudado designa não propriamente uma característica geral, mas uma lógica de funcionamento do processo político perceptível em diferentes formas e modelos de governo.

Muitos e diferentes autores têm estudado os mecanismos do sistema político estruturado na República Velha. Com o intuito de avaliar o estado da arte, José Murilo de Carvalho, em artigo que comenta as correntes interpretativas desse tema, aponta que boa parte da literatura confunde os conceitos-chave desse debate. Assim sendo propõe, como central nesse momento, a precisão dos conceitos utilizados para o estudo das estruturas políticas dos primeiros anos da República. Com o intuito de qualificar a discussão, o autor recoloca o que entende ser os traços gerais para conceituar, relacionar e diferenciar coronelismo, mandonismo local e clientelismo:

O coronelismo é então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis [...] O coronelismo é fase do processo mais longo de relacionamento entre fazendeiros e o governo.

[...]

Esta visão do coronelismo distingue-o da noção de mandonismo. [Este] Refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder.

[...]

Outro conceito confundido com o coronelismo é o de clientelismo. [...] De modo geral, [este último] indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, vantagens fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto.¹⁰²

¹⁰¹BOBBIO, Oligarquia. In: BOBBIO, Norberto et. al. Dicionário de política. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1992. p. 835-838. p.835.

¹⁰²CARVALHO, José Murilo de. Pontos e bordados. Belo Horizonte: UFMG, 1999. p. 130-153. p.132;133;134.

Com base nessas distinções, podemos investigar as características das estruturas políticas da República Velha, percebendo em que medida o coronelismo, como sistema político particular, se conforma através do mandonismo local e do clientelismo. Sendo verdade que o coronelismo, enquanto relação de poder e dominação, dependia da capacidade de mando dos chefes políticos locais em atenderem favores da sua clientela, também é certo que a forma de exercício deste clientelismo e do mandonismo local não era a mesma em todo o território, mantendo-se com diferentes intensidades ao longo do tempo.

Logo, como os demais sistemas políticos, o coronelismo não é estático, nem uniforme no espaço, sofrendo variações no seu desenrolar e tendo particularidades nas diversas áreas. Isso posto, podemos melhor interpretar as palavras de Victor Nunes Leal, publicadas pela primeira vez em 1949, ou seja, ainda com memória viva das relações da década de 1920, quando diz que:

Seria, porém, errôneo identificar o patriarcalismo colonial com o “coronelismo”, que alcançou sua expressão mais aguda na Primeira República. Também não teria propósito dar este nome à poderosa influência que, modernamente, os grandes grupos econômicos exercem sobre o Estado.¹⁰³

Segundo esse autor, o coronelismo, como estrutura política particular da sociedade brasileira, tem suas origens históricas no patriarcado colonial, mas não se confunde com o poder privado. Da mesma forma, ao deixar suas marcas nas estruturas burocráticas que se formam no pós-30, não pode ser confundido com o Estado intervencionista. Como mecanismo de exercício do poder, ele manifesta “uma relação de compromisso entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido”.¹⁰⁴

Mais tarde, também Raymundo Faoro percebeu que o coronelismo não correspondeu a uma única forma ao longo de toda a República Velha. Como aponta o autor, as críticas à política dos governadores e as divergências no momento de fazerem os acordos para as eleições presidenciais já são indicativos da ruptura no interior da elite. Nesse contexto,

¹⁰³LEAL, op. cit., p. 251.

¹⁰⁴LEAL, op. cit., p. 252.

ocorreu uma desintegração desse sistema, e seus mecanismos começam a ser alterados. Como aponta ainda Faoro:

1922 leva a 1930, numa trajetória necessária. Mas 1922 não é 1930, nem a revolução está nas revoltas militares. Nesse curso de oito anos, alimentado por lenta desintegração, as defesas ideológicas do regime republicano perderam consistência.¹⁰⁵

Nesse conjunto de reflexões sobre o sistema político da República Velha, vemos que as estruturas de dominação se alteraram profundamente, ao longo dos anos 1920, tendo as relações sociais da sociedade urbana se tornado, a cada momento, mais complexas do ponto de vista social e econômico.

Diferentes autores já destacaram os traços autoritários que marcaram o processo político gaúcho durante o período republicano. Instaurada a República, o Rio Grande do Sul, embora se enquadre no modelo geral do coronelismo brasileiro, segue tendo uma vida política e econômica particular frente ao modelo republicano dominante no restante do país.

Frente à instituição da República Federativa de caráter liberal pelo Congresso Nacional Constituinte de 1891, Júlio de Castilhos, como líder do PRR, institucionaliza no Estado gaúcho uma organização política baseada nos princípios positivistas. Baseando sua ação política nesses postulados, Júlio de Castilhos, e mais tarde Borges de Medeiros, implementaram no governo do Estado uma estrutura administrativa com características distintas. Como destaca Joseph Love:

A filosofia social de Comte proporcionou a ele [Júlio de Castilhos] e à sua geração uma versão paternalista e altamente racionalista do liberalismo do século XIX. Castilhos e os demais positivistas adotaram sobretudo a defesa, feita pelo filósofo, das liberdades individuais, a sua condenação a escravidão, a separação entre Estado e Igreja, a educação elementar universal e a intervenção do Estado para proteger os trabalhadores industriais.¹⁰⁶

Frente ao modelo liberal adotado pela Federação e particularmente pelo Partido Republicano Paulista (PRP), o modelo castilhista se constitui no que Celi Pinto chama de

¹⁰⁵FAORO, op. cit., p. 678.

¹⁰⁶LOVE, op. cit., p. 110.

"projeto alternativo" ao liberalismo.¹⁰⁷ Diferentemente da economia nacional, voltada para o mercado externo, o governo republicano no Rio Grande do Sul cedo interferiu na economia, incentivando o desenvolvimento da atividade industrial.¹⁰⁸ Enquanto o governo federal considerava os conflitos trabalhistas como questões de polícia, o governo gaúcho, já na década de 1910, intervinha nas relações patrão-empregado buscando garantir a harmonia social.¹⁰⁹ Nesse campo, também é distintiva a força das lideranças anarquistas, que pregavam um afastamento da disputa pelo aparato estatal e atuavam na organização de sindicatos.¹¹⁰

Dentro desse modelo alternativo, diferentemente do que ocorreu nos demais estados da Federação, onde os Partidos Republicanos congregavam o conjunto da elite econômica regional, no Rio Grande do Sul se estabeleceu uma bipolarização constante da política.¹¹¹ Enquanto a presidência da República e dos estados era alternada entre os dois maiores grupos políticos-econômicos, possibilitando uma rotatividade no poder, a chefia do executivo gaúcho foi monopólio de um mesmo grupo político que sistematicamente desconsiderava a oposição. Esta, por seu turno, manteve-se organizada em partido por todo o período.¹¹² Essa cisão na elite política do estado colocou aos grupos políticos organizados o imperativo de definirem e afirmarem seus programas, tanto do ponto de vista interno como frente ao adversário e ao conjunto da comunidade política.

Paradoxalmente, talvez, os dois partidos tinham, ao mesmo tempo, mais nítida orientação ideológica (presidencialismo versus parlamentarismo) do que os partidos em outros pontos do Brasil. A família e a posição social, de que tanto caso se fazia em outras partes do país, significavam relativamente menos no Rio Grande do Sul.¹¹³

¹⁰⁷PINTO, op. cit.

¹⁰⁸PESAVENTO, 1988. Ver, também: AXT, Gunter. Gênese do estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889- 1929). São Paulo: USP, 2001. Tese (Doutorado em História Social), Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001-b.

¹⁰⁹GOMES, Angela M. Castro. Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil – 1917-1937. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 73-80.

¹¹⁰PETERSEN, Silvia R. F; LUCAS, Maria E. Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937). Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Tchê!, 1992.

¹¹¹TRINDADE, op. cit.,

¹¹²ANTONACCI, op. cit.,

¹¹³LOVE, op. cit., p. 111.

Hélgio Trindade entende que, em meio a essa disputa, se formam duas grandes correntes de pensamento, ou como ele designa, duas “famílias ideológicas” da elite política gaúcha: “os conservadores-liberais versus os conservadores-autoritários. A inclusão das duas famílias no mesmo universo ideológico implica a postura subjacente de que se trata de uma divisão política no interior das oligarquias regionais”.¹¹⁴

Em seu estudo, este autor verifica as diferenças existentes entre os dois grupos articulados, nesse período, no cenário estadual: de um lado, o PRR, utilizando-se de um discurso pautado pela doutrina positivista e, através dele, justificando não só suas ações administrativas, mas também as opções políticas; de outro lado, as oposições, inspiradas parte pelo federalismo, parte pelo liberalismo. Mas essas diferenças entre os dois pólos não significavam uma ruptura com a visão autoritária.

Posto dessa maneira, o contexto histórico já demonstra que, no Rio Grande do Sul, vivia-se uma constante disputa não apenas pelo aparelho estatal, mas também pela elaboração discursiva do próprio fenômeno. O que estava em jogo não era apenas a manutenção da presidência do Estado, do exercício do poder institucional, mas a instauração dos códigos de enunciação do processo que legitimassem este ou aquele grupo.

Esboçando os traços característicos da cultura política do Rio Grande do Sul, Ayda Connia de Souza aponta para as implicações do processo histórico de ocupação do território platino. Aqui, a concorrência entre as duas coroas ibéricas acabou por estruturar uma organização militarizada fortemente hierarquizada.

O chefe guerreiro era o mesmo marido, pai e patrão que, em tempo de paz, comandava a esposa, os filhos e a estância. Mais de meio século transcorreu até se definirem as fronteiras, e esse foi um tempo suficientemente longo para imprimir bem fundo as características do papel daquele que comandava, seja na paz, seja na guerra.¹¹⁵

¹¹⁴TRINDADE, op. cit., p. 119.

¹¹⁵SOUZA, Aida Connia de. Cultura Política do Rio Grande do Sul: um retrospecto histórico. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. XI, n. 1, p. 63-76, 1985. p. 73.

Retomando a cultura como código operacionalizado pelos membros da comunidade, aqui são apresentados elementos apenas perceptíveis na longa duração do processo histórico. A formação de uma estrutura social hierarquizada e disciplinada no momento da ocupação do território platino contribuiu para a formação de uma certa forma de se posicionar e se manifestar politicamente.

Nessa percepção, o envolvimento com o Estado e com as disputas pelo exercício do poder estava mediado mais pelas relações privadas e familiares, que garantiam a sobrevivência física, do que por uma cultura cívica, valorativa do bem comum. Assim, entendemos que conservadores e liberais, nesse tempo-espço, eram autoritários.¹¹⁶

Na lógica de um pensamento autoritário, o processo eleitoral era pouco importante para as lideranças políticas da República Velha. Mas, mesmo fraudadas, elas se constituíram em prática freqüente e num momento de mobilização social. Dessa forma, somos levados a indagar qual o significado do processo eleitoral em meio a uma estrutura de poder autoritária como a do período republicano e, particularmente, na década de 1920.

Quando entendidos como prática social, os processos eleitorais podem ser tomados como uma porta de entrada para a percepção das representações e práticas políticas de uma determinada comunidade de sentidos. Dito de outra forma, são uma via de acesso para estudar a rede de significados atribuídos ao fenômeno do poder na sociedade porto-alegrense da década de 1920.

Nunes Leal, ao analisar as eleições desse período nas pequenas cidades do interior do país, dissecou tanto as estratégias de fraude quanto as formas de controle do resultado eleitoral, apontando o *bico de pena* e a *degola* como exemplos das recorrentes práticas fraudulentas.

¹¹⁶O conceito de cultura cívica, que se distingue da noção de cultura política que estamos empregando, foi apropriado pela autora de: ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *Civic culture*. Boston: Little, Brown, 1965. Este conceito foi revisitado pelos autores em: ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The civic culture revisited*. London: Sage, 1989.

Duas falsificações mais importantes dominavam as eleições da Primeira República: o bico de pena e a degola ou depuração. A primeira era praticada pelas mesas eleitorais, com funções de junta apuradora: inventavam-se nomes, eram ressuscitados os mortos, e os ausentes compareciam; na feitura das atas, a pena poderosa dos mesários realizava milagres portentosos. A segunda metamorfose era obra das câmaras legislativas no reconhecimento de poderes: muitos dos que escapavam das ordálias preliminares tinham seus diplomas cassados na provação final.¹¹⁷

O pensamento social posterior segue nesse mesmo rumo. Raymundo Faoro, em sua obra clássica, analisa os fundamentos políticos da República Velha, apresentando o papel desempenhado pelo coronelismo no contexto da República Velha da seguinte forma:

No campo, no distrito, no município, o chefe político, o coronel tardo e solene, realista e autoritário, amortece, na linguagem corrente, o francês mal traduzido e o inglês indigerido. Ele municipaliza a expressão erudita, comunicando-lhe, de seu lado, sentido e conteúdo, converte o freio jurídico do governo no buçal caboclo.¹¹⁸

Em razão do que sublinham esses autores, podemos entender que o modelo de organização do poder característico da República Velha não tem, no voto, na representação política e nas liberdades individuais, um valor da vida cívica. Ao contrário, os valores do liberalismo foram significados e adaptados à linguagem e à cultura local produzindo uma forma particular de codificar, interpretar e agir no processo eleitoral.

A historiografia posterior segue confirmando essa interpretação do processo eleitoral. Tanto Rodolfo Telarolli¹¹⁹ como Jairo Nicolau¹²⁰ e Letícia Canedo¹²¹, ao avaliarem a história do voto no Brasil, entendem que, durante a República Velha, as eleições têm na fraude sua maior marca. Apontando um viés dessa questão, José Murilo de Carvalho¹²² afirma que o processo eleitoral republicano, não se diferenciando do modelo do império, se manteve fraudulento e excludente, pois incorporava uma percentagem muito pequena da população. Tratando especificamente do Rio Grande do Sul, Raymundo Faoro salienta o modo singular como o governo do PRR operava no estado em relação às eleições:

¹¹⁷LEAL, op. cit., p. 229.

¹¹⁸FAORO, op. cit., p. 620.

¹¹⁹TELAROLLI, Rodolfo. Eleições e fraudes eleitorais na República Velha. São Paulo: Brasiliense, 1982.

¹²⁰NICOLAU, Jairo Marconi. História do voto no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

¹²¹CANEDO, Letícia. Aprendendo a votar. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2003. p. 517- 543.

¹²²CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001-a.

“No Rio Grande do Sul, onde o princípio eletivo tornou-se regra legal, o governador, sempre que a oposição vencida o pleito, designava para o município um intendente provisório, que alcançava todo o período”.¹²³

Essa postura político administrativa, seguida por Borges de Medeiros em seu longo governo, ilustra o fato de que, embora houvesse eleições periódicas, elas não eram o mecanismo de legitimação do poder. Quando seus resultados não correspondiam aos interesses das estruturas de mando estabelecidas, eram desconsideradas. Ou seja, as eleições eram “*regra legal*” mas que não bastavam para a legitimação social do exercício do poder institucional.

Ao avaliar as características do sistema político regional, Joseph Love aponta que, para a manutenção do poder estadual, era importante para Borges de Medeiros, mesmo com os poderes constitucionais “*equivalentes à ditadura*”, um controle do poder local, e para isso utilizava quatro instrumentos:

[...] poder do governador para cancelar eleições municipais ou interferir por decreto na política local de outras maneiras; o controle dos assuntos do partido, no nível local, exclusivamente por coronéis leais a ele; a capacidade dos coronéis de mobilizarem o voto em seus distritos, com o emprego da violência e da fraude, quando necessário; e a eficiência da poderosa Brigada Militar, que podia ser utilizada para finalidades políticas.¹²⁴

Essa estrutura de poder acabou por construir, nos diferentes municípios do Estado, o que foi chamado de “coronel burocrata”, um chefe político local a serviço do governador do Estado que, pelo exercício ou controle do poder municipal, acabava por levar a efeito a influência política característica desse modelo à região. Utilizando-se dessa abordagem conceitual, Loiva Félix investiga as características desse modelo na região do planalto médio do Estado. Caracterizando o coronel gaúcho em relação ao modelo geral do país, diz que ele possuía elementos gerais e particulares da seguinte ordem:

a) elementos gerais ao coronelismo. Situam-se aqui: a admissão do coronel como “benfeitor social” no distrito ou município; de aceitação incontestada de sua autoridade, pelo consenso de seus dependentes e precisamente de delegação oficial; o papel de intermediário que oferecia ao governo estadual, no alistamento eleitoral em troca de reconhecimento social;

¹²³FAORO, op. cit., p. 627.

¹²⁴LOVE, op. cit., p. 111.

b) elementos particulares, específicos da história regional sulina, decorrentes, principalmente, de sua estrutura econômica alicerçada na pecuária (na medida em que permitiu uma estratificação social menos acusada e conferiu um papel destacado à aliciação do voto pelo coronel) e da relevância militar auferida com os conflitos do prata.¹²⁵

Como vemos, durante a República Velha, no Rio Grande do Sul são mantidas as características gerais do coronelismo. Mas, nesse tempo-espaço, o mandonismo local se desdobra na estrutura hierárquica, na qual se sucedem laços de lealdade em diferentes níveis.

Excluída do aparelho estatal e incapaz de romper o bloqueio institucional forjado pela Constituição Estadual, a oposição gaúcha se lançou em armas com o objetivo de desestabilizar o governo do Partido Republicano em dois momentos, primeiramente na Revolução Federalista de 1893 que, como aponta Helga Piccolo, está diretamente associada ao processo de estabilização do poder institucional do Partido Republicano:

A eclosão da Revolução Federalista – bem como a eclosão de outros movimentos, como, por exemplo, a Revolta da Armada – demonstrou que a consolidação da República não se faria através de normas jurídico-institucionais. A consolidação passou por confrontos – armados ou não – que revelaram a existência de projetos alternativos àquele consubstanciado nos textos constitucionais.¹²⁶

O triunfo dos republicanos, nesse momento, possibilitou a implantação do modelo político antes descrito. Contudo, a vitória pelas armas não significou a subordinação dos derrotados, pois como salienta Love, “o resíduo de ódio que ficou desempenharia um papel importante na política rio-grandense quase até o fim da República Velha”.¹²⁷

Esse “ódio” que se fixou no seio da elite política do Estado foi amplificado durante as três décadas de exclusão do poder institucional que se seguiram e acabou por se transformar na revolta armada do ano de 1923. As diferentes interpretações desse novo levante apontam que seus líderes estavam mais interessados em produzir motivos que justificassem uma

¹²⁵FÉLIX, Loiva Otelo. Coronelismo, borgismo e cooptação política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. p. 192.

¹²⁶PICCOLO, Helga Iracema. Landgraf. A visão da Revolução Federalista no Congresso Nacional. In: POSSAMAI, Zita. Revolução Federalista de 1893. Porto Alegre: SMC, 1993. p. 35-42. p. 35.

¹²⁷LOVE, op. cit., p. 110.

intervenção federal na política estadual do que propriamente na tomada do poder pela força. Na Revolução de 1923, conforme salienta Antonacci:

As oposições rio-grandenses recorreram às armas para mostrar a necessidade de uma intervenção, que garantisse a rotatividade no uso do poder. Nas condições do sistema de poder coronelista estabelecido nos primeiros anos da República, através da “política dos governadores”, a circulação no controle do aparelho de estado, no âmbito regional, era assegurada pelo governo federal mediante intervenções na política estadual.¹²⁸

Tomadas como fatos isolados, essas duas revoltas armadas, situadas uma no momento de afirmação da República e outra no ocaso dessa estrutura de dominação, mostram apenas movimentos políticos de contestação ao poder. Mas, se consideradas como fatos ligados a uma mesma lógica de como se processa a disputa política, podemos tomá-las como ações de uma estratégia de ação coerente, como um código socialmente legítimo para codificar, interpretar e agir no campo que pode ser relacionado à forma de organização militarizada e hierarquizada social decorrente do processo de ocupação desse território.

Como resultado da ação armada de 1923, foi firmado o Pacto de Pedras Altas. Através desse acordo político, Borges de Medeiros, como presidente do Estado e líder do PRR, se comprometeu com Assis Brasil, liderança política da oposição armada, a não concorrer à reeleição e a reconhecer os resultados das urnas nos pleitos municipais e estaduais. Os principais termos do Pacto assinado dizem:

Primeira – Reforma do Art. 9 da Constituição, proibindo a reeleição do presidente para o período presidencial imediato. Idêntica disposição quanto aos intendentess.

Segunda – Adaptação às eleições estaduais e municipais da legislação eleitoral federal.

Terceira – Consignar no projeto de reforma judiciária uma disposição que conceda à justiça ordinária a atribuição de julgar os recursos referentes às eleições municipais.¹²⁹

Por esses artigos, e pelo conjunto dos termos do Pacto, a liderança republicana, de doutrina positivista, se comprometia com alguns valores fundamentais da democracia liberal,

¹²⁸ANTONACCI, Maria Antonieta. A revolução de 23: as oposições liberais na república velha. In: DACANAL, José Hildebrando (org.). RS: Economia e política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989. p. 229-254. p. 114.

¹²⁹FRANCO, op. cit., p. 129.

alterando, dessa feita, algumas regras de funcionamento do modelo de legitimação do poder institucional montado pelo PRR no estado.

O artigo primeiro do Pacto, quando fala “proibindo a reeleição”, está apontando para a alternância no exercício do poder tanto estadual quanto municipal, que pode significar a eleição de algum opositor ao governo, fato que, como visto antes, não era reconhecido pelo governo republicano. Mas também implica na troca dos candidatos propostos pelos republicanos aos postos do executivo. Para entender a importância dessa alteração, devemos lembrar que as sucessivas reeleições de Borges de Medeiros ao governo do Estado eram acompanhadas de reeleições dos intendentos em muitos municípios, particularmente na capital, e que estes últimos, enquanto encarregados de organizar as eleições, eram a base da estrutura de controle do eleitorado no Estado.

Quando o segundo artigo do Pacto fala em adaptação da legislação eleitoral do estado à federal, está acabando com a prática do voto a descoberto e, dessa forma, impondo limites a uma série de procedimentos que permitiam a manipulação tanto do eleitorado como do resultado das urnas. Essa mudança sugere a possibilidade de tornar o voto, dentro das limitações desse contexto histórico, uma manifestação de opinião.

O terceiro parágrafo do Pacto e os que se seguem são garantias para que esse novo paradigma da disputa política não sofra abalos ou embaraços. Estipula-se uma instância para julgar os recursos eleitorais fora do âmbito do poder executivo; são normatizados os casos em que é possível a nomeação de interventores nos municípios e fixados prazos curtos para regularização dessas situações através de eleições; são dispostos vários procedimentos para, em última instância, como diz o próprio texto, “assegurar a expressão da verdade eleitoral”.

Para nossa reflexão, o mais significativo do Pacto assinado entre as maiores lideranças da elite política do Estado é entender que, a partir daquele momento, o voto se tornava reconhecidamente o mecanismo de legitimação para o exercício do poder institucional, tanto

no estado como nos municípios. Mais significativa se torna essa observação quando se percebe, pelo exame da documentação que será apresentada ao longo deste estudo, que efetivamente houve um esforço de ambos os grupos políticos no sentido de efetivar esse aspecto do acordo.

Todavia, o melhor dimensionamento dessa alteração somente pode ser avaliado na análise das práticas e representações sociais utilizadas para arregimentar e mobilizar o eleitorado. Entendemos que, mesmo não tendo alcançado seu maior objetivo, deposição de Borges de Medeiros do governo do Estado, os termos do Pacto de Pedras Altas alteraram substancialmente as regras do jogo político regional, conferindo ao restante da década de 1920 características diferenciadas do período anterior.

Os anos 20 marcaram um período crucial da história gaúcha. Trata-se de uma fase de acentuados conflitos sociais e políticos, em que determinada ordem estabelecida passa a ser contestada, às vezes através da violência, por novas forças políticas. Mas essa época também é caracterizada pela emergência de novas ideologias e pela transformação da economia. Assim a década de 20 apresenta-se em todos os quadrantes, como período de crise e transição.¹³⁰

Concordando com a perspectiva de crise e transição dos anos de 1920 desenvolvida por Paulo Vizontini, destacamos que, junto ao declínio das estruturas de dominação até então vigentes, passam a emergir outras estratégias de arregimentação e distintos mecanismos de controle do processo político.

Os centros urbanos que, como Porto Alegre, se industrializavam na década de 1920 viveram um rápido crescimento populacional com o surgimento de novos grupos sociais. Esse processo de transformação social e redefinição das estruturas de legitimação do poder tornou-se mais complexo, como nos aponta Maria Isaura Queiroz:

A cidade populosa, internamente muito diferenciada, vai escapando ao poder dos coronéis, tipo muito rudimentar de autoridade para servir a um conjunto complexo. Aumentam muito as camadas urbanas intermediárias, entre a camada superior e as inferiores, acentuando as distâncias sócio-econômicas entre estas. Pouco a pouco, grupos ocupacionais específicos se estruturam, e estes não apenas não são mais dominados pelo poder coronelístico, como também se opõem a este por uma necessidade da própria estrutura nova que surge. O coronel que fora antigo

¹³⁰VIZENTINI, Paulo F. A crise dos anos 20. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992. p. 7.

“dono” da cidade torna-se assim um dos elementos da estrutura de poder, ao lado de outros que ora agem como seus aliados ora como seus opositores.¹³¹

Para cumprir os termos do Pacto de Pedras Altas, nesse cenário urbano marcado pela transição das estruturas sociais, os diferentes grupos políticos da situação e da oposição passam a reconsiderar sua participação no processo eleitoral, pois mobilizar o eleitorado e conduzi-lo às urnas adquiriu um sentido diferente a partir de então.

Como será apresentado na seqüência deste estudo, ao longo dos anos de 1920 a imprensa de Porto Alegre ampliou os espaços dedicados tanto às eleições como ao conjunto de atividades relacionadas à campanha. Tomamos isso como indício de que o processo eleitoral, antes com uma importância reduzida, passou a ser considerado como um momento importante para a legitimação social do poder.

No cenário urbano porto-alegrense, surgiram diversas associações que tomaram parte na dinâmica de arregimentar e mobilizar o eleitorado. Contudo, a historiografia, até o momento, não se debruçou sobre o papel das mesmas na legitimação social do poder institucional. Grosso modo, as eleições da década de 1920 ainda são tratadas de forma simétrica àquelas dos primeiros anos da República. Evidenciar as rupturas e continuidades do processo eleitoral na Porto Alegre da década de 1920 é nossa intenção no capítulo que se segue.

¹³¹QUEIROZ, Maria I. P. Coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (org.). O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertran, 1997. V. 1, p. 153-187. p.182.

2 Continuismo e ruptura nas eleições da década de 1920

Durante os primeiros oito anos da República, ocorreu uma sucessão de cinco nomes na intendência de Porto Alegre.¹ Podemos associar essa indefinição inicial na política municipal às características próprias do processo de consolidação da República no Brasil. Não esqueçamos que, em nível estadual, o líder republicano Júlio de Castilhos foi o sétimo Presidente de Estado em dois anos de República. E este apenas se colocou a tarefa de administrar o Estado após a constitucionalização da República.²

A primeira eleição municipal para intendente de Porto Alegre ocorreu em 1897, quando o engenheiro José Montauray foi indicado pelo Partido Republicano Rio-grandense e eleito. Teve início então, uma longa gestão que se estendeu através de sucessivas reeleições, até 1924. Nesse ano, elegeram-se Otávio Rocha como intendente e Alberto Bins como vice-intendente, este último reeleito como intendente em 1928 e permanecendo à frente da administração municipal até o ano de 1937.³

O controle da intendência de Porto Alegre pelo PRR durante 40 anos ininterruptos já foi tema analisado por Margareth Bakos. Para essa autora ocorreu um caso particular de “continuismo administrativo”, inédito tanto entre as capitais de Estados brasileiros como entre os demais municípios do Rio Grande do Sul. Interpretando essa situação, argumenta que durante a República Velha, a capital tornou-se a “sala de visitas” do Estado, devendo naquele momento, espelhar todo o progresso alcançado pelo governo de inspiração positivista.⁴

¹Assumiram o poder executivo municipal em Porto Alegre, após a Proclamação da República: Felicíssimo de Azevedo (interino, 15/11/1889), João da Mata Coelho (22/1/1890), José Diogo Costa (11/6/1892), Domingos de Souza Brito (29/6/1892), Alfredo Augusto de Azevedo (nomeado, 12/10/1892), João Luís Faria Santos (5/10/1892–2/1/1896), Cherubim Febeliano da Costa (15/10/1896) e José Montauray de Aguiar Leitão (eleito, 15/10/1896). (SPALDING, Walter. Pequena história de Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Sulina, 1967)

²Assumiram a presidência do Estado, antes de Júlio de Castilhos, “Pelotas, Júlio Frotta, Francisco Silva Tavares, General Bittencourt, General Cândido Costa, Fernando Abbott.” (FRANCO, Sérgio da Costa. Júlio de Castilhos e sua época. 3. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1996-b. p. 101)

³SPALDING, op. cit.

⁴BAKOS, Margareth. Porto Alegre e seus intendentes. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

Contudo, para compreendermos esse longo período de controle da intendência municipal, faz-se forçoso perceber tanto seu elemento de continuidade como suas rupturas. Como diversos estudos mostraram, nas primeiras décadas do século XX, a cidade de Porto Alegre se inseriu no processo de modernização. A experiência da modernidade – tal como explorado no capítulo anterior – constituiu-se em uma experiência social paradoxal. Nela, emergiram formas de sociabilidade particularmente marcadas pela multidão e pelo anonimato, pela vida coletiva e pela individualidade. Em Porto Alegre, esse fenômeno foi descrito por Luiz Maroneze:

As transformações urbanas e sociais estavam marcadas cada vez mais intimamente com a vida pública internacional. Este maior cosmopolitismo refletia-se também na propagação de espaços adequados às novas formas de sociabilidade, que moldavam sobremaneira a história da cidade nos anos vinte e trinta.⁵

Nesse cenário urbano que se modernizava, pode-se esperar que as relações sociais existentes no interior do campo político também tivessem se alterado. Assim, ficou posta às lideranças políticas a necessidade de um movimento de incorporação ao processo político dos setores sociais que emergiam na urbe. Ficou colocada a necessidade da adequação dos mecanismos de legitimação do poder institucional junto aos grupos sociais urbanos.

A troca de Intendente operada pelo PRR, nos anos de 1924 e 1928, não pode ser tomada como uma continuidade da política administrativa anterior. Devemos antes, buscar entender a relação entre essa substituição e as transformações econômicas e sociais ocorridas na cidade.

De outra parte, como visto antes, os intendentes eram peças fundamentais dentro da dinâmica de legitimação institucional do sistema político montado durante a República Velha. Manter na Intendência Municipal um nome de confiança das lideranças partidárias era fundamental para a reprodução do sistema de legitimação do exercício do poder institucional.

⁵MARONEZE, Luiz Antônio Gloger. Espaços de sociabilidade e memória: a vida pública porto-alegrense (1890-1930). In: Porto Alegre: dissertações e teses. Porto Alegre: Unidade Editorial, Secretaria Municipal da Cultura, 1996. p. 71-81. p. 75.

Dessa forma, entendemos que, acima de qualquer política administrativa, as sete eleições sucessivas de José Montauray e mesmo a troca de 1924 e 1928 estavam inseridas em um projeto de manutenção do controle político no município por parte do PRR. Se pensarmos nas sucessivas reeleições de Borges de Medeiros para a presidência do Estado, veremos que o caso de Porto Alegre, também nesse aspecto, não significou propriamente uma exceção, mas o desdobramento de uma estratégia de manutenção do poder institucional através da reeleição operada tanto em nível estadual quanto na capital.

A ruptura dessa estratégia em 1924, precisa ser associada à necessidade de cumprir os termos do Pacto de Pedras Altas que, como apontado no capítulo anterior, significou o fim da reeleição não apenas para o Presidente do Estado, mas também para o cargo de intendente nos municípios do Rio Grande do Sul.⁶ Como salienta Helga Piccolo, o cenário sociopolítico da década de 1920 estava muito alterado em relação ao período de franca hegemonia do PRR no Estado:

A crise da década de vinte do atual século [vinte] denota a existência de interesses não atendidos, de outros grupos sociais – especialmente uma pequena burguesia e os trabalhadores urbanos que faziam reivindicações, que exigiam novos projetos políticos que pudessem incorporá-los.⁷

Ao estudar as eleições para intendente em municípios da zona de colonização alemã, durante a década de 1920, René Gertz mostra que, naquele momento, ocorreram significativas alterações na dinâmica da disputa política. Nos jornais da colônia alemã se estabeleceu um forte debate sobre os nomes a serem indicados como candidatos. Essas comunidades passaram a reivindicar a eleição de nomes de origem alemã, para a administração municipal. No caso particular de Lajeado, houve mesmo a recusa da candidatura apresentada pela direção do PRR.

Mas insistia-se também abertamente que, independente da pessoa de Bard, a oposição vinha do método de sua escolha. Destacava-se que os tempos eram

⁶FRANCO, Sérgio da Costa. A pacificação de 1923: as negociações de Bagé. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/EST Edições, 1996-a.

⁷PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. O Partido Republicano Rio-Grandense e os alemães no Rio Grande do Sul. Anais do 5º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. São Leopoldo, 1989. p. 21-36. p. 32.

outros, que a era Mello, quando era indicado um candidato e não se contestava, tinha chegado ao fim.⁸

Como se vê, na região colonial ocorreu um movimento de contestação das práticas autoritárias de definição das candidaturas distantes dos interesses dos membros da comunidade política. Se esse movimento de contestação, que se sucedeu em outros municípios da região, não se configura uma regra geral para as eleições da década de 1920, ao menos indica que existiam algumas tensões sociais a serem resolvidas.

Como exposto antes, entendemos que o poder se legitima não apenas pela coerção física, mas também por um conjunto de representações e práticas sociais que dizem aos agentes sociais das possibilidades de ação política, das formas de codificar e interpretar as disputas políticas. Ou seja, o entendimento da cultura política desse tempo-espaço contribui para o entendimento das rupturas e continuidades existentes nesse processo histórico.

Desta forma, descrever como se desenvolveram as campanhas eleitorais para os cargos de intendente, vice-intendente e conselheiros municipais de Porto Alegre ocorridas em 1920, 1924 e 1928 torna-se uma estratégia não apenas para identificar os mecanismos de arregimentação e mobilização do eleitorado urbano em Porto Alegre, mas também para evidenciar as recorrências e rupturas entre esses processos eleitorais.

Avaliando como a história política trata o tema das eleições, René Rémond evidencia diferentes abordagens possíveis. Elas podem ser um indicador do “espírito público” das comunidades, uma vez que evidenciam o nível de mobilização das comunidades e suas opiniões. A partir do momento em que se tornam práticas sociais recorrentes os processos eleitorais e seus resultados também se prestam a estudos seriais de longa duração. Afirma ainda que, alargando a observação para o período de campanha eleitoral, podemos perceber como o discurso dos partidos se relaciona às expectativas dos eleitores:

⁸GERTZ, René. As eleições municipais de 1928 no Rio Grande do Sul. Anais da XIX Reunião da Sociedade de Pesquisa Histórica. Curitiba, 1999. p. 307-313. p. 308.

A campanha é parte integrante de uma eleição, é seu primeiro ato. Não apenas a manifestação das preocupações dos eleitores ou a explicação dos programas dos candidatos e dos temas dos partidos, é a entrada em operação de estratégias, a interação entre os cálculos dos políticos e os movimentos de opinião.⁹

Vemos que os diferentes grupos sociais se articulam para apresentar suas concepções ao conjunto da comunidade política e legitimar simbolicamente o controle do aparelho estatal. Com base nessa percepção, o estudo das campanhas eleitorais possibilita identificar as estratégias de legitimação social do poder institucional. Momento de mediação de interesses e significados, as eleições podem ser tomadas como uma porta de acesso ao código operado pelos agentes sociais para codificar e interpretar o processo político.

Diversos estudos de antropologia e de ciência política também apontam para abordagens diferenciadas do fenômeno político e particularmente, das campanhas eleitorais. Segundo Moacir Palmeira e Marcio Goldman, estudos de antropologia política apontam para a percepção das eleições e das campanhas eleitorais como espaços de mediação simbólica. Nessa abordagem, o campo de análise é ampliado para estabelecer as relações desse fenômeno social com as representações particulares de cada grupo, com a dimensão comunitária e familiar dos agentes envolvidos.

Ou seja, em lugar de partir de supostas “faltas” ou “carências” do eleitorado ou do sistema como um todo, busca-se apreender o que há aí de específico e de positivo. Assim, as representações dos eleitores são mais do que produto deformado do atraso político ou falta de informação; as facções políticas não se reduzem a sobrevivências de um passado a ser abolido; as relações intracomunitárias, familiares ou técnicas são vistas como constituintes do próprio processo eleitoral; os meios de comunicação ganham papel ativo que não se limita a refletir estruturas supostamente dadas de antemão; as festas e as representações a elas associadas não são mero suplemento da atividade política; a trajetória dos candidatos e a campanha podem ser vistas como processos mutáveis e imprevisíveis; os mediadores políticos e a dinâmica da vida parlamentar passam a ser encarados como fenômenos dotados de uma certa particularidade.¹⁰

Ainda em uma perspectiva etnográfica, a pesquisa de Antonadia Borges observa como uma comunidade rural ao ser atingida por uma barragem, se apropria da prática política representativa imposta pelo Estado no processo de negociação. Nesse momento, para ter seus

⁹RÉMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996. p. 49.

¹⁰PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Márcio. Antropologia, voto e representação política. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996. p. 8.

interesses atendidos, os agentes dessa comunidade identificam os códigos da democracia representativa apenas formalmente, mantendo no interior da comunidade, as mesmas formas de poder político tradicionais baseadas nos laços de parentesco e compadrio.¹¹

Já no estudo de José do Nascimento Jr. foram observados os rituais e símbolos operados nas convenções de um partido político conservador e minoritário, na sociedade contemporânea. Fazendo a interpretação dessas práticas, este autor concluiu que ali acontecia uma apropriação das representações e práticas sociais utilizadas por outro partido político progressista e majoritário. E conclui seu estudo de caso apontando que é perfeitamente possível uma determinada agremiação partidária se apropriar e atribuir significado as práticas e representações de outra, a qual faz oposição. Agindo desta forma busca converter o capital simbólico para as suas causas e interesses.¹²

O estudo de Nara Magalhães investiga as formas como os discursos articulados nas campanhas eleitorais veiculadas pela mídia são interpretados por uma comunidade de periferia urbana. Ela aponta que a interpretação e apropriação do discurso político se estabelece mais com base nos códigos culturais da própria comunidade que recebe o discurso do que das intenções do emissor.¹³

Esses estudos contribuem para asseverar considerações, já por nós apontadas, sobre a multiplicidade dos códigos da política. Estes, nem sempre são interpretados de forma unissonante pelos grupos que os operacionalizam, pois enquanto prática social, a disputa eleitoral comporta uma série de significações e interpretações elaboradas a partir da bagagem cultural de cada comunidade.

¹¹BORGES, Antonadia Monteiro. “A cada passo”: um estudo de redes e faccionalismo político num reassentamento de atingidos por barragem. Porto Alegre: UFRGS, 1999. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

¹²NASCIMENTO Jr., José do. A familiaridade com a política: representações e práticas na política – um estudo do caso do Partido Progressista Brasileiro - PPB - em Porto Alegre, 1996. Porto Alegre: UFRGS, 1999. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

¹³MAGALHÃES, Nara Maria Emanuelli. O povo sabe votar: uma visão antropológica. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

Fundamentados no entendimento antropológico de cultura, esquadrimos a dinâmica da disputa eleitoral evidenciando as regularidades desse campo de forças. Através desse conceito, é possível identificar não apenas os resultados eleitorais, mas também os significados atribuídos a essa prática social.

A bibliografia existente sobre a legislação eleitoral da República Velha insiste em afirmar que esta, em pouco difere do último regimento do Império. A Constituição republicana de 1891, no que tange à questão eleitoral, seguiu os preceitos federalistas que permitiam ampla autonomia às unidades federadas. Na questão eleitoral, a carta limitou-se a regulamentar os critérios para que o cidadão pudesse se inscrever para o exercício do voto.

A Constituição de 91 manteve o sufrágio amplo: eram eleitores, em princípio, todos os cidadãos maiores de vinte e um anos, que se alistassem na forma da lei. Limitada a competência legislativa da União, no assunto, a regular as condições e o processo da eleição para os cargos federais, ficaram os Estados com a faculdades de legislar sobre as eleições estaduais e municipais.¹⁴

Como se lê nessa análise de Victor Nunes Leal, as definições da Constituição Federal sobre o processo eleitoral basicamente se limitavam aos critérios para o exercício do voto. Eram considerados eleitores os brasileiros, naturais e naturalizados, homens, com idade acima de 21 anos e alfabetizados. No restante, o poder central estava limitado a promover as eleições federais, ficando cada Estado autorizado a regulamentar seus próprios pleitos. Frente a essa situação de autonomia dos entes federados, surgiram diferentes legislações eleitorais estaduais e municipais:

Como a Constituição de 1891 concedeu autonomia aos estados para deliberar sobre a matéria, houve uma enorme variação quanto ao processo eleitoral dos municípios. Em alguns estados havia eleição para o chefe do Executivo (o nome variava de acordo com o estado: prefeito, intendente, superintendente, agente executivo) de todos os municípios. Em Minas Gerais (entre 1903-1930) e no Rio de Janeiro (até 1920), o presidente da Câmara era responsável pela função executiva. Em alguns estados (Ceará e Paraíba) todos os prefeitos eram indicados pelo governador. Em outros, havia indicação para os prefeitos das capitais, estâncias hidrominerais e cidades com obras e serviços de responsabilidade do estado.¹⁵

¹⁴LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. [1. ed. 1949] p. 226.

¹⁵NICOLAU, Jairo Marconi. História do voto no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. p. 28.

Como apontado por Jairo Marconi Nicolau, havia uma ampla liberdade para a criação de diferentes legislações eleitorais nos estados da federação. No caso particular do estado do Rio Grande do Sul, que ora nos interessa, essa licença constitucional significou uma legislação eleitoral estadual muito particular, promulgada em 1897.

A principal modificação introduzida por essa Lei Eleitoral [estadual] foi a supressão do voto secreto, por ser “antagônico com a nova ordem fundada a 15 de novembro de 1889”, e que tinha por objetivo “evitar a fraude”. A prática do voto a descoberto, em nome da “verdade eleitoral”, vinha ao encontro da máxima positivista – viver às claras. Para o cidadão republicano não havia nada a esconder. A declaração de voto de viva voz impedia, claramente a manifestação da oposição, a não ser em localidades em que ela estivesse solidamente implantada.¹⁶

De acordo com esse estudo de Héglio Trindade, a legislação eleitoral estadual estabelecia que as eleições no Rio Grande do Sul seriam realizadas através do voto a descoberto. Ou seja, eram criados mecanismos legais que tornava evidente para qual candidato o eleitor havia confiado seu voto.

O eleitor apresentava duas cédulas que deveriam ser assinadas perante a mesa eleitoral. Uma delas era depositada na urna e a outra ficava em seu poder, depois de datadas e rubricadas ambas pelos mesários. Na prática, isso deu controle total das lideranças políticas locais sobre o voto dos eleitores, pois se exigia deles a cédula como prova do voto. Por outro lado, como o envelope não era padronizado, os políticos utilizavam envelopes de cores e formatos diferentes para identificar de longe em quem se estava votando, no que dava também o controle do voto.¹⁷

Essa prática descrita por Letícia Canedo evidencia o controle do eleitor por parte das estruturas partidárias. Da mesma forma, quando determinava que as próprias mesas eleitorais se transformassem em juntas apuradoras, o regimento eleitoral abria enormes brechas para uma série de práticas fraudulentas do processo.

Em 1912, reformou-se a legislação estadual, estabelecendo um registro permanente de eleitores, a transformação do Estado em um único distrito para as eleições da Assembléia de Representantes e a criação de uma fórmula eleitoral que permitia a representação da oposição

¹⁶TRINDADE, Héglio. Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS/Sulina, 1991-a. p. 44.

¹⁷CANEDO, Letícia. Aprendendo a votar. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2003. p. 517-543. p. 534.

no parlamento. Contudo, o voto permaneceu a descoberto para as eleições estaduais e municipais.¹⁸

Esse regulamento eleitoral, associado a uma máquina administrativa centralizada e uma força militar disciplinada, facilitava mais as sucessivas vitórias eleitorais dos candidatos situacionistas e, efetivamente, deixava a oposição sem condições de se fazer vitoriosa nos pleitos majoritários, como os da presidência do estado e das intendências municipais.

Tal situação somente se alterou com o processo revolucionário de 1923. Detonada com a derrota da candidatura oposicionista de Assis Brasil ao governo do Estado e a posse de Borges de Medeiros em seu quinto mandato, essa revolta armada teve seu fim com o Pacto de Pedras Altas. Através desse acordo, ficaram asseguradas diversas garantias à oposição. A principal delas foi a alteração da Constituição Estadual, “proibindo a reeleição do presidente [do estado] para o período imediato. Idêntica disposição quanto aos intendentess”. Mas também ficava acertada a “adaptação às eleições estaduais e municipais da legislação eleitoral federal”, instituindo garantias à lisura dos processos eleitorais no estado e pondo fim ao voto a descoberto.¹⁹

Os termos desse acordo alteraram a dinâmica da disputa eleitoral e colocaram ao Partido Republicano a necessidade de trocar os candidatos aos cargos do executivo estadual e dos municípios. Essa mudança não foi pequena na percepção dos contemporâneos, tanto que passou a ser explicada pela imprensa às vésperas da eleição, como mostra esse extrato do *Correio do Povo*, no qual foi publicado aviso dizendo que “a cédula deve estar em invólucro fechado, sem distintivo algum, trazendo sempre a indicação da eleição de que se tratar”.²⁰

Se para a situação ficou a necessidade de se legitimar socialmente, através desse processo político eleitoral mais transparente, para a oposição ficou a percepção de que poderia

¹⁸TRINDADE, op. cit., 1991-a, p. 47.

¹⁹FRANCO, op. cit., 1996-a, p. 88.

²⁰CORREIO DO POVO. Porto Alegre, 28 set. 1924, p. 3.

disputar as eleições em condições mais favoráveis. Tanto para um quanto para os outros, portanto, colocou-se a necessidade de estabelecer estratégias mais eficientes para, nessa conjuntura, disputar o voto do eleitorado urbano.

Com o regime republicano extinguiu-se o voto censitário no Brasil, mas se manteve vedado o alistamento eleitoral às mulheres e aos analfabetos. Embora fossem freqüentes as alterações no regulamento, esses critérios para inclusão no eleitorado não se modificaram ao longo da República Velha. Dessa feita, manteve-se a exclusão do voto de uma parcela significativa da população.

Não é, então, de estranhar que o número de votantes tenha permanecido baixo. Na primeira eleição popular para a presidência da República, em 1894, votaram 2,2% da população. Na última eleição presidencial da Primeira República, em 1930, quando o voto universal, inclusive o feminino, já fora adotado pela maioria dos países europeus, votaram no Brasil 5,6% da população.²¹

Como José Murilo de Carvalho, também concluímos que o analfabetismo foi o grande responsável pela exclusão do direito de voto à percentagem significativa da população do período. Assim, uma análise sobre a participação política deve também constatar o nível de escolaridade da população.

Segundo os dados do censo de 1920, 75,5% da população total em nível nacional não sabia ler e escrever. Como vemos no Anexo 2, no Rio Grande do Sul, essa taxa estava em 61,1%, e na sua capital, Porto Alegre, caía para 42,4%. Comparando essa com os percentuais de outras capitais, vemos que Porto Alegre seguia a tendência de apresentar índices de alfabetização acima das médias nacionais e a dos seus respectivos estados.²²

Ainda seguindo esses números do censo de 1920, Porto Alegre possuía uma população total de 179.263 habitantes, sendo a população masculina de 89.081 pessoas. A legislação permitia o exercício de voto aos homens alfabetizados acima dos 21 anos, mas somente tem-

²¹CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001-a. p. 40.

²²DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Synopse do recenseamento realizado em 1 de setembro de 1920*. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1925.

se recorte dos dados da população com 15 anos ou mais. Entre esses, os homens alfabetizados, segundo este levantamento, totalizavam 36.425 habitantes.²³

Por esses dados, percebemos que, em 1920, estariam aptos a se inscrever como eleitores em Porto Alegre menos de 20% da sua população. Seguindo os mesmos critérios, constatamos que esse índice estava bem acima da média nacional de 10%. Frente a outras capitais, observamos que Porto Alegre apresentava um eleitorado potencial bem acima dos índices de 11,3% do Distrito Federal e de 13,9% de São Paulo/capital, mas não muito diferentes dos índices identificados para outras capitais de Estado, como Salvador e Belo Horizonte, com 21,4% e 22,4%, respectivamente.

Tais ponderações permitem apontar que a comunidade política de Porto Alegre, que dava legitimidade ao exercício do poder institucional através dos processos eleitorais englobava percentual bastante reduzido dos cidadãos. O grupo que compartilhava as tarefas e responsabilidades das definições estava próximo de 20% da população total da cidade.²⁴

Mas preencher os critérios legais não bastava para participar do processo eleitoral. O voto não era obrigatório, e se cada cidadão cumprisse os requisitos para se tornar eleitor deveria se inscrever voluntariamente. Em Porto Alegre, como visto antes, esse alistamento era independente para as eleições dos diferentes níveis – federal, estadual e municipal – o que demandava um esforço maior para a inscrição eleitoral em todos os pleitos.

Cruzando o número de votos válidos com os números da população de Porto Alegre, como apresentado no Anexo 3, percebemos que apenas 3,8% da população total da cidade votou para intendente municipal no pleito de 1920. Atualizando a população da cidade por

²³Os dados dos censos de 1920 e 1940 não possuem os rigores técnicos das pesquisas atuais, e seus dados devem ser vistos com ressalvas. Contudo, não possuímos números melhores para comparações estatísticas da população brasileira. Esses dados populacionais são os mesmos utilizados por autores como Victor Nunes Leal, Raymundo Faoro, Joseph Love e José Murilo de Carvalho. Os exercícios de composição do eleitorado aqui apresentados também são inspirados em estratégias utilizadas por estes autores.

²⁴LEVI, Lucio. Legitimidade. In: BOBBIO, Norberto et al. Dicionário de política. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1992. p. 676.

projeções de crescimento frente ao censo de 1940, estimamos uma participação de 4,8% e de 3,8% da população nas eleições municipais de 1924 e de 1928, respectivamente.

Esses índices não representam efetivamente, uma participação massiva da população urbana, mas ainda assim, estão acima daqueles identificados, por outros estudos, para a participação nas eleições presidenciais do período. Como mostra o Anexo 4, os percentuais de votantes para as eleições presidenciais da República Velha oscilavam entre 3,4% e 1,4% da população total. Até mesmo as eleições disputadas de 1910 e 1922 tiveram participação 3% e 2,9%. Apenas a eleição de 1930 superou esses índices, chegando a 5,6% da população total.²⁵

Comparando estas duas tabelas vemos que na eleição presidencial de 1922 enquanto o percentual nacional de participação foi de 2,9% em Porto Alegre a taxa foi de 4,2%. Já no pleito de 1926 o índice geral foi de 2,3%, enquanto na cidade esteve em 4,1%. Estes números demonstram que nesta urbe o processo eleitoral mobilizava contingentes ligeiramente acima das medidas.

A possibilidade da ocorrência da fraude eleitoral – ainda que não consiga ser documentada – era concreta no período e deve ser considerada em qualquer reflexão sobre o processo eleitoral da República Velha. Como alerta Joaquim de Assis Brasil, em discurso freqüentemente lembrado pela bibliografia, existiam muitas formas de fraudar o resultado ao longo das diferentes etapas do processo eleitoral:

Ninguém tem certeza de ser alistado eleitor; ninguém tem certeza de votar, se por ventura for alistado; ninguém tem certeza de que contem o voto, se por ventura votou; ninguém tem certeza que este voto, mesmo depois de contado, seja respeitado na apuração, no chamado terceiro escrutínio que é arbitrária e descaradamente exercido pelo déspota substantivo, ou pelos déspotas adjetivos, conforme o caso for da representação nacional ou das locais.²⁶

²⁵GUERREIRO RAMOS. A crise do poder no Brasil: problemas da revolução nacional brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.p. 32. Os mesmos dados são utilizados por: CARVALHO, José Murilo de. Os três povos da República. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de (org.). República no Catete. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001-b, p. 61-87. LOVE, Joseph. O regionalismo gaúcho. São Paulo: Perspectiva, 1978. FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 8. ed. São Paulo: Globo, 1989. [1. ed. 1957]

²⁶PINTO, Paulo Brossard de Souza. Idéias políticas de Assis Brasil. Brasília: Senado Federal, 1989-1990. V. 3, p. 227.

Como se percebe por esse depoimento da época, a fraude eleitoral poderia se dar no momento da inscrição, habilitando como eleitores pessoas em desacordo com a legislação e/ou barrando a inscrição de outras. Poderia ser no momento da votação, quando outro que não o eleitor se apresentava para votar; ou no registro da contagem dos votos; ou, ainda, na comissão de verificação do resultado final.

Contudo, num cenário urbano como o da capital gaúcha, com um eleitorado proporcionalmente mais amplo que a média nacional, diante de uma imprensa atuante e, sobretudo, após o Pacto de Pedras Altas, a possibilidade da fraude eleitoral, o espaço para alterar os resultados das eleições ficava restrito. Analisando os registros das denúncias de fraudes eleitorais no Rio Grande do Sul durante a República Velha, Joseph Love afirma:

Não há nenhum padrão de distribuição de fraude eleitoral e violência por população municipal. Todavia, é interessante notar que Porto Alegre, com uma população de 179.000 em 1920, foi local de apenas um incidente, e Pelotas, o segundo município de maior população, com 82.000 habitantes, não teve nenhum. Considerados os 71 municípios e 69 casos registrados, Porto Alegre tinha um índice de incidentes médio. Em base per capita, no entanto, a Capital apresentava uma taxa extremamente baixa de fraude e violência.²⁷

Evidentemente, a fraude de um processo eleitoral não pode ser avaliada apenas pela documentação dela decorrente. Visto ser um ato ilícito, ele não pode deixar provas documentais. Contudo, a percepção do processo eleitoral possibilitada pela análise da documentação utilizada nesta pesquisa, nos permite inferir que esse não foi um mecanismo recorrente nas eleições municipais de Porto Alegre, ao longo da década de 1920.

A legislação eleitoral descentralizada também permitiu a existência de um cronograma eleitoral muito movimentado. Os processos eleitorais federais, estaduais e municipais corriam segundo calendários distintos e desarticulados entre si. Como mostra o Anexo 5, na cidade de Porto Alegre, onde estamos focando nosso estudo, corriam cinco calendários eleitorais paralelos.

²⁷LOVE, op. cit., p. 141.

Inicialmente temos o calendário das eleições federais para presidente e vice-presidente a cada quatro anos. Durante a década de 1920, houve eleições para Presidente da República em março de 1922 e 1926. As eleições para senador e deputado federal seguiam outro quadriênio, tendo eleições em maio de 1924 (adiadas desde 1923 devido ao movimento revolucionário) e fevereiro de 1927. Como não havia suplência, sempre que ocorria vacância de algum posto parlamentar eram realizadas eleições avulsas, como em março de 1923.

Independente desse primeiro cronograma, corria o calendário estadual. No Rio Grande do Sul eram previstas eleições a cada cinco anos para Presidente de Estado. Nesta década este pleito ocorreu em novembro de 1922, onde se reelegeu Borges de Medeiros como Presidente do Estado, e em novembro de 1928, quando foi eleito Getúlio Vargas e Flores da Cunha como Presidente e Vice Presidente do Estado. As eleições para a escolha dos membros da Assembléia de Representantes do Estado ocorreram em 1921, 1925 e 1929.

Paralelamente a esses dois processos no Rio Grande do Sul, cada município promulgava sua própria legislação eleitoral, tendo como única regra geral o mandato de quatro anos. Eram eleitos intendentess, a partir de 1924 também vice-intendentess, juntamente com os conselheiros municipais que, no caso estudado, eram em número de nove. Em Porto Alegre, essas eleições municipais ocorreram nos meses de setembro de 1920 e 1924 e de agosto de 1928.

Como visto, esses calendários simultâneos criavam uma sucessão praticamente ininterrupta de processos eleitorais. Em Porto Alegre, durante a década de 1920, ocorreram pleitos em 13 datas diferentes e por vezes, mal eram divulgados os resultados de uma votação já se iniciava os trabalhos de inscrição de eleitores para a próxima.

Essa quantidade de eleições surpreende não apenas por sua grandeza, mas também pelo contexto autoritário em que estão inseridas. Processos eleitorais são momentos de

mobilização política, o que permite apontar para a existência de uma movimentação constante em torno das eleições como mecanismo de legitimação do poder institucional.

2.1 José Montauray: a última reeleição

Como dito antes, num primeiro momento do período republicano, a tarefa de garantir o controle político da Intendência de Porto Alegre para o PRR foi cumprida por um único intendente e “eterno candidato”. Sendo indicado para sua primeira eleição por Júlio de Castilhos, o Engenheiro José Montauray de Aguiar Leitão ganhou o pleito, mesmo não estando na cidade, e tomou posse em 15 de março de 1897.

Também engenheiro, formado na Politécnica do Rio de Janeiro, positivista e republicano, José Montauray de Aguiar Leitão foi o candidato que o partido governante no estado – Partido Republicano Rio-grandense (PRR) – apresentou à população para o voto. Montauray foi escolhido por Júlio de Castilhos, mas empossado por Borges de Medeiros, que sucedera o “Patriarca” em 1897 no governo do Estado. Perfeitamente identificado com as diretrizes do PRR, Montauray seria mantido no cargo por 27 anos, sempre reconduzido pelo borgismo e apoiado no preceito constitucional que permitia a reeleição consecutiva de intendente, tal como do presidente do estado.²⁸

Podemos perceber na trajetória José Montauray as características básicas que o credenciavam a ser intendente da cidade de Porto Alegre naquele momento: inicialmente, sua identidade ideológica com o positivismo que norteava a ação política do PRR; depois, a formação técnica como engenheiro, altamente valorizada pelo pensamento positivista do período, que propunha uma intervenção científica na sociedade; por fim, a sua experiência, desde o tempo do Império, como funcionário do Estado, tendo atuado em diferentes funções administrativas, o que o qualificava como um quadro burocrático.²⁹

²⁸PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999. p. 270.

²⁹A biografia de José Montauray é traçada por Walter Spalding em duas obras: SPALDING, Walter. Pequena história de Porto Alegre. Porto Alegre: Sulina, 1967; _____. Construtores do Rio Grande. Porto Alegre: Sulina, 1969-1973. O governo municipal de José Montauray é estudado por: BARCELOS, Adair. O governo José Montauray e a modernização de Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 1995. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995

Sendo o primeiro intendente a governar sob a Lei Orgânica do Município, coube a Montaury fixar o valor das taxas e impostos municipais, assim como a ampliação dos serviços públicos, a estruturação da administração e a própria construção do Palácio Municipal.

Procurando organizar a intervenção urbana na cidade, José Montaury encomendou ao Engenheiro Moreira Maciel um plano de melhoramentos urbanos com vistas a atender as demandas surgidas com o crescimento urbano e a modernização das relações sociais e econômicas que se desenvolviam na cidade. Contudo, limitado pelo nível de arrecadação municipal e pautado pelo princípio positivista do “equilíbrio orçamentário”, o eterno intendente acabou não executando as obras de maior envergadura ali propostas e, devido a falta de recursos, limitou-se a promover pequenas alterações no cenário urbano.

Nos longos vinte e sete anos de sua administração (devido às reeleições de quatro em quatro anos) à testa da administração da capital do Estado, demonstrou, sempre, o modesto engenheiro, grande interesse pelo progresso da cidade. Entretanto, pouco fez, relativamente, pois que obedece as ordens do Partido.³⁰

No mesmo sentido aponta Adair Barcelos, ao caracterizar essa administração pelo lema positivista “conservar melhorando”:

O projeto positivista de modernização da capital enfrentou, portanto, de início, a insuficiente receita para custear os melhoramentos esperados. Montaury constataria que a cidade dispunha de pouca disponibilidade orçamentária para promover qualquer renovação urbana com a receita herdada. Este foi um problema central a acompanhar o processo de modernização da gestão Montaury.³¹

Ideologicamente comprometido, tecnicamente qualificado e com prática na administração pública, José Montaury possuía o perfil capaz de respaldar a permanência do PRR na administração municipal da capital. Com base nesse perfil, foi reconduzido pelo PRR, através de sucessivas reeleições.

Frente a essa estratégia de manutenção do poder institucional através das sucessivas reeleições, a indicação de José Montaury para o pleito municipal de 1920 não deve ter

³⁰SPALDING, op. cit., 1967, p. 162.

³¹BARCELOS, Adair. O governo José Montaury e a modernização de Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 1995. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995. p. 103.

surpreendido a população de Porto Alegre. Para informar a comunidade dessa candidatura, *A Federação* publicou, no canto superior direito da primeira página da edição do dia 21 de agosto de 1920, um anúncio com tipos em negrito e destaque de molduras que o separavam do restante, dizendo:

Proclamação
De acordo com o nosso chefe, proclamo candidato do Partido Republicano deste município, na eleição municipal a realizar-se no dia 28 de setembro próximo os seguintes cidadãos:
Para intendente
Dr. José Montauray de Aguiar Leitão
Para conselheiros
Dr. Alcides Flores Soares, advogado.
Armando Adolpho Barcellos da Silva, capitalista.
Eleutherio de Castro Araujo, comerciante.
Firmino Osório Nunes, proprietário.
Dr. Fernando de Freitas e Castro, médico.
Henrique Augusto Koch, comerciante.
José Bertaso, industrialista.
Roberto Mathias Stoll, operário.
Victor Henrique da Silva, industrialista.
Porto Alegre, 21 de agosto de 1929.
Marco Andrade.³²

O formato dessa “proclamação” por si só já ganhava destaque no diário. Mas o jornal republicano não se limitou a veicular uma única vez a informação sobre essa decisão partidária. Na mesma edição, repetiu a notícia na sessão dedicada a assuntos do município, nas páginas internas:

Devidamente autorizado pelo chefe do Partido Republicano, o coronel Marcos de Andrade, diretor da política local, proclama candidato na eleição que se realizará a 28 de setembro próximo para intendente do município desta capital [...].
Fazendo pública esta notícia, a Federação congratula-se, por hoje, com o município de Porto Alegre por esta auspiciosa escolha, para proximamente analisar a significação da merecida reeleição do ilustre Dr. José Montauray e da indicação dos nomes que comporão o futuro Conselho Municipal.³³

Diferentemente do anúncio, assinado por Marcos de Andrade, essa nota jornalística foi escrita em tom editorial. Quando dizia que “A Federação congratula-se” pela escolha feita pelo partido, deixava transparecer a idéia de que o jornal era um sujeito distinto do partido.

³²A Federação, 21 ago. 1920, p. 1.

³³A Federação, 21 ago. 1920, p. 5.

Tanto no anúncio da primeira página como na nota do interior do jornal, vê-se que a proclamação é feita pelo líder político local, o Cel. Marcos de Andrade, mas os dois textos mencionavam a expressa autorização do chefe republicano Borges de Medeiros. Ou seja, tal como é percebido pela historiografia em outras localidades do Estado no mesmo período, o chefe partidário e governador do Estado era a instância de definição das candidaturas republicanas.³⁴

O candidato não era associado a nada além da própria atividade na intendência, atividade que exercia já há 12 anos. Os conselheiros eram apresentados através de suas atividades profissionais. Nenhuma menção foi feita sobre a atuação política e partidária desses agentes. Logo, entendemos que a atuação profissional dos mesmos era o elemento importante para legitimar a indicação desses nomes para assumirem a Intendência e o Conselho Municipal.

Entre eles, vêm-se um advogado e um médico frente a três industrialistas, um comerciante, um capitalista e um proprietário. Somando-se a esses últimos o operário, tem-se um total de sete nomes ligados às atividades econômicas típicas do processo de modernização das sociedades, frente a dois nomes ligados às atividades tradicionais. Numa sociedade onde doutores, advogados e médicos eram altamente prestigiados no mundo político, essa presença maior de nomes ligados às atividades produtivas não pode ser desconsiderada.

Nesse momento de industrialização e dinamização econômica e social da cidade de Porto Alegre, podemos entender que essa nominata apresentava uma seleta dos grupos sociais urbanos. Estamos portanto, diante de uma chapa, que de certa forma, espelhava a força dos grupos sociais urbanos emergentes que, seguindo a lógica partidária, incluía representação de todas as “classes produtivas”. Do empresariado ao “proletariado” todos estavam incluídos na sociedade moderna desejada.

³⁴ Isso ocorria não apenas na intendência de Porto Alegre, mas também no interior do estado, como fica identificado na análise de: FÉLIX, Loiva Otelo. Coronelismo, borgismo e cooptação política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

A *Federação* era uma folha de assinantes, ou seja, de leitores que a recebiam diariamente. Mesmo assim, a publicação do anúncio com a nominata de candidatos para a intendência e para o conselho municipal se repetiu por vários dias, sempre na primeira página e com o mesmo destaque.

De acordo com a legislação do período, os eleitores deveriam levar até as sessões eleitorais as cédulas com os nomes de seus candidatos impressos. Para auxiliar nas campanhas, os jornais vinculados a partidos ou a candidaturas, como era o caso de *A Federação*, publicavam anúncios como o antes descrito, para que fossem recortados e utilizados como cédulas pelos eleitores. Essa prática era comum no período, como lembra Jairo Nicolau, quando aponta que:

Freqüentemente os jornais publicavam cédulas dos candidatos que podiam ser recortadas pelos eleitores. Também era comum a distribuição das cédulas pelos “cabos eleitorais” durante o dia da eleição.³⁵

Uma segunda atividade de campanha na qual se envolvia o jornal era o debate político propriamente dito. Como apontado naquele primeiro extrato, *A Federação* iniciou a publicação de uma série de artigos em que se propunha a “analisar a significação da merecida reeleição” do intendente José Montauray. Nesses artigos eram apontadas as conveniências da reeleição do intendente em virtude dos méritos de sua administração. Eram destacados justamente o equilíbrio fiscal e as ampliações dos serviços urbanos efetuados na cidade.

Já para justificar a eleição dos conselheiros, o discurso foi outro, visto que nenhum deles concorria à reeleição. O discurso do jornal, ao mesmo tempo em que se defendia a manutenção do Intendente, sustentava como imperativo a total substituição dos conselheiros municipais, numa ginástica argumentativa como a que segue:

Se para a reeleição do administrador, desde que ele corresponda plenamente às necessidades públicas, existem essas razões indeclináveis, tanto de natureza doutrinária como de ordem prática, para os corpos legislativos ou orçamentários, que são também aparelhos de fiscalização, o critério da renovação periódica, conquanto

³⁵NICOLAU, op. cit., p. 30.

não seja também necessária, é pelo menos aconselhável, como acontece, no caso corrente, com o Conselho Municipal.³⁶

A retórica discursiva, como se vê, não está muito preocupada em manter a coerência de pensamento, visto que se defende simultaneamente a permanência e a alternância dos nomes para os cargos. Fica evidente que a intenção da argumentação é fazer calar qualquer crítica, seja da permanência dos candidatos, seja pela troca dos nomes indicados. Tanto a reeleição do intendente, como a eleição dos conselheiros, significava a continuidade de um projeto político administrativo.

Os candidatos eram individualmente legitimados por sua representatividade social, ao passo que a qualidade da chapa republicana era atribuída justamente à diversidade de setores sociais representados no interior da nominata. Essa vinculação social, contudo, era atribuída a uma atuação profissional, e não propriamente a uma ação política.

Esses artigos continuaram no órgão republicano até o dia da eleição, com argumentos que não variavam muito: falava-se da competência técnica, do imperativo de continuidade administrativa e da confiabilidade política dos indicados pelo PRR para os postos municipais. Ainda na edição do dia anterior à eleição, 27 de setembro de 1920, a folha republicana seguia divulgando os anúncios publicitários, destacando a nominata na primeira página. Mas também publicou uma nota na página cinco, quando reforçou o chamamento às urnas, alertando os eleitores sobre os nomes dos mesários de cada sessão eleitoral.

Efetivamente, não se pode crer que uma campanha eleitoral se fizesse sem nenhuma atividade coletiva envolvendo os candidatos e os eleitores. Mas os jornais do período não fizeram nenhum registro sobre essas reuniões, comícios ou qualquer outra atividade. Dessa forma, podemos entender que para essa comunidade tais eventos não eram significativos para a campanha.

³⁶A Federação, 24 ago. 1920, p. 1.

Constituindo-se *A Federação* o principal veículo de divulgação das candidaturas republicanas é possível tomar os redatores do jornal como os principais responsáveis pela propaganda eleitoral. Era o jornal portanto, o instrumento não apenas de comunicação partidária, mas também de difusão dos elementos responsáveis pela codificação e interpretação do processo de disputa eleitoral para o conjunto da comunidade política.

Contrastando com o entusiasmo do jornal republicano, as edições do *Correio do Povo* do mesmo período praticamente desconhecaram o pleito para a Intendência e o Conselho Municipal de Porto Alegre. Apenas no dia da votação surgiu uma nota apresentando os nomes dos candidatos republicanos e a postura adotada pela oposição em relação ao pleito:

A oposição que tinha um representante no conselho, cujo mandato está a findar, não comparecerá, hoje, às urnas, visto não haver apresentado candidato nem para o cargo de intendente nem para o conselho municipal.³⁷

Como visto, a abstenção da oposição no pleito municipal foi um movimento deliberado. Os motivos para esse afastamento, mesmo não estando explícitos, podem ser associados ao pouco espaço político para a oposição na política regional. Mas o maior impacto social dessa omissão foi a ausência do debate político eleitoral ou sua redução a um monólogo republicano, não envolvendo demais setores da sociedade.

Ainda no dia da eleição, 28 de setembro de 1920, por ser uma publicação vespertina, *A Federação* teve tempo para publicar uma pequena nota informando sobre como transcorreram os trabalhos eleitorais:

Foi extraordinário o número de eleitores que compareceram às urnas prolongando-se os trabalhos das mesas até as 18 horas. Por esse motivo deixamos de estampar em nossa edição de hoje o resultado apurado.³⁸

Esse relato seguiu no dia seguinte, quando se apresentaram maiores informações sobre os resultados e o transcorrer do pleito.

³⁷Correio do Povo, 28 set. 1920, p. 4.

³⁸A Federação, 28 set. 1920, p. 5.

Conforme o boletim que publicamos em outro lugar desta folha, o nosso ilustre amigo R. José Montauray de Aguiar Leitão, candidato do partido republicano ao cargo de intendente, obteve 6.701 votos na eleição ontem realizada.

O partido republicano elegeu, também, todos os conselheiros municipais e os suplentes, tendo os trabalhos ocorrido na melhor ordem no meio de grande entusiasmo.³⁹

Segundo a ótica da folha republicana, o pleito transcorreu “na melhor ordem, no meio de grande entusiasmo”. Uma vez que não existia outra chapa disputando as vagas com os candidatos republicanos, não haveria razão para tumultos. Mencionar como “extraordinário o número de eleitores que compareceram às urnas”, nesse contexto, não significava dizer que o processo teve ampla participação da população. Entendemos que a menção a essa quantidade abstrata era uma forma de reforçar a legitimidade do processo eleitoral.

Já o *Correio do Povo* limitou-se a publicar o resultado da votação, furtando-se a fazer qualquer comentário a respeito de sua dinâmica. Do entusiasmo de um órgão frente ao silêncio do outro mais uma vez podemos inferir que o processo eleitoral municipal de 1920 envolveu apenas os republicanos.

Nem um, nem outro jornal fez menção ao uso de expedientes fraudulentos no processo eleitoral ou de uso da violência. Isso nos dificulta questionar a lisura desse processo. A possibilidade da fraude eleitoral, nesse momento histórico, não era pequena. Mas devemos ter presente que essa foi uma eleição sem disputa, portanto, sem a necessidade da adulteração dos resultados para garantir a vitória de um ou outro candidato. Somado e medido tudo isso, podemos tomar os resultados divulgados como manifestação da opinião, senão do conjunto da população urbana, pelo menos dos eleitores republicanos que compareceram.

Esses resultados que deram vitória aos candidatos republicanos, não apresentaram qualquer surpresa, uma vez que não existiam candidatos opositoristas. Mas outros detalhes desses resultados merecem destaque para que se possa observar o significado social do

³⁹A Federação, 29 de set., p. 21. Julgamos que a grandeza “6.701,” referida nesta nota como votação obtida por Montauray, é fruto de um erro de redação. No quadro do resultado final, publicado na p. 17 da edição do mesmo dia, a votação de Montauray para a Intendência foi de 6.817 votos; 6.701 foi a votação do Dr. Alcides Flores Soares, como primeiro colocado para o cargo de Conselheiro.

processo eleitoral. Conforme os dados dispostos no Anexo 6, observamos que houve uma preocupação de garantir votos não apenas para os candidatos indicados ao conselho, mas também para um igual número de suplentes. Notamos ainda que tanto os conselheiros como os suplentes obtiveram votações muito próximas entre si: 6.700 votos para os conselheiros e 110 votos para os suplentes. E, mais curioso quando observamos que os suplentes obtiveram todos os seus votos no 4º distrito eleitoral.⁴⁰

Como mostram as projeções apresentadas no Anexo 3, quando se tomou a votação para intendente, num total de 6.817 votos como o número de participantes do pleito, tem-se uma presença de 3,8% do total da população de Porto Alegre nesse processo. Como visto antes, esse percentual está ligeiramente acima da média obtida para os pleitos nacionais do período, deixando transparecer que o processo eleitoral tinha uma importância para essa comunidade política. Se assim não o fosse, nem o partido, nem os eleitores se ocupariam em comparecer às urnas num pleito sem concorrência.

Quando se tomam os dados dos distritos isoladamente, vê-se que essa presença não é a mesma em todas as partes da cidade. Conforme os dados do Anexo 7, o percentual de eleitores cai muito nas áreas mais nobres da cidade, como no 2º e 3º distritos, 2,8% e 2,6%, respectivamente. Em compensação, ele é mais elevado nas regiões da cidade caracterizadas pela atividade industrial e com forte presença operária, como é o caso do 1º e do 4º distrito, onde 4,06% e 4,48% da população participou da votação.

Nas regiões afastadas do núcleo urbano, como Belém Velho, Pedras Brancas, Barra do Ribeiro e Mariana Pimentel, o percentual permanece na média geral. A diferença gritante fica para o pequeno distrito das Ilhas, que com menos de 2% da população da cidade, teve uma participação eleitoral de 13,7% dos seus moradores, para o que não se tem interpretação razoável.

⁴⁰ A Federação, 29 set. 1920, p. 17.

Esse fato poderia indicar a manipulação dos resultados. Contudo, não houve contestação deste processo. Dessa forma, entendemos que os eleitores republicanos seguiam as orientações do partido sem grandes desvios, o que deixa indícios da existência de uma eficiente estrutura de arregimentação e mobilização eleitoral. Dessa feita, interpretamos esse resultado como uma demonstração de controle desse eleitorado urbano por parte do PRR.

Como uma prática social responsável por conferir legitimidade ao exercício do poder institucional, as eleições e sua dinâmica estão inseridas em uma rede de significados. No caso agora apresentado, não se pode negligenciar a realização da votação e a presença dos eleitores republicanos, mesmo não havendo disputa. A existência de agentes sociais dispostos a investir seu tempo e seu prestígio social na participação desse processo, como candidatos ou como eleitores, aponta que essa prática social tinha algum significado social.

As poucas informações sobre o pleito municipal de 1920 impedem de se adentrar mais profundamente nos significados dessa prática social para a comunidade política de Porto Alegre. Ou de outro lado, entendido o silêncio como uma fala significativa, podemos, através dele, ler o que não foi dito: perceber nas omissões as formas de codificação e interpretação dessa prática social, perceber os significados do processo eleitoral para essa comunidade política.

O maior silêncio, seguramente, foi a exígua cobertura do *Correio do Povo* para o processo eleitoral. Ainda que esse órgão da imprensa estivesse desvinculado do situacionismo, e mesmo que estivesse vinculado à oposição, isso não era motivo para deixar de noticiar as etapas do processo eleitoral, como por exemplo, a definição dos candidatos republicanos ou os motivos da recusa da oposição em participar do pleito. Esse silêncio pode indicar o pouco envolvimento da população urbana com o processo eleitoral, tendo em vista que apenas 3,8% participava.

A não-participação da oposição no pleito também pode ser tomada como um silêncio significativo. Não se pode dizer que a oposição era inexpressiva na cidade. Ela existia e detinha uma cadeira no Conselho Municipal que encerrava o mandato em 1920. A atitude de recusar a disputa pode ser tomada como um ato político de denúncia da forma irregular como ocorria o processo. Porém, não se tem nota na imprensa que apontasse nesse sentido.

Ao se acompanhar os jornais do período, notamos que não foi noticiado qualquer outro tipo de movimentação política em torno dessas eleições. Não foi informado a realização de comícios, reuniões de campanha ou qualquer outra manifestação pública. Caso esses eventos tenham ocorrido, esse silêncio sobre eles indica seu pouco significado no processo eleitoral.

Pela observação continuada das edições de *A Federação* ao longo desse processo eleitoral, percebemos que o grande instrumento de propaganda das candidaturas republicanas era mesmo a imprensa. Através do jornal se estabeleceu o debate político. Por suas páginas apresentaram-se os argumentos para o convencimento do eleitorado urbano da capital. Nele se publicaram as cédulas a serem utilizadas para a votação. Por seu intermédio chamam-se os eleitores a participar do sufrágio. Para os republicanos, *A Federação* era o grande instrumento de convencimento não apenas dos eleitores, mas do conjunto da comunidade política local sobre a legitimidade do exercício do poder institucional por seus membros.

Em seu conjunto, esse processo eleitoral de 1920 era semelhante ao que a bibliografia sobre o período já referia. O PRR se mostrava disciplinado e obediente ao chefe político. Já a oposição se mostrava limitada na possibilidade de disputa. O conjunto de silêncios sobre a campanha eleitoral faz ouvir o pequeno valor atribuído ao processo eleitoral por essa comunidade política. Nessa medida, a reeleição perdia força como estratégia de legitimação do poder institucional. E o processo eleitoral, como prática social, tinha pouco significado para o conjunto da comunidade de Porto Alegre.

Dessa forma, entendemos que a sétima reeleição de José Montauray para a intendência municipal de Porto Alegre se mostrava como uma última rodada da estratégia política do PRR, de manutenção do poder institucional no município, através do estatuto da reeleição. Sem desejar estabelecer paralelismo, mas para percebermos as recorrências existentes, faz-se forçoso lembrar que, também no ano de 1922, a oposição não reconheceu os resultados eleitorais do pleito estadual e se colocou em armas mostrando o esgotamento do arranjo institucional vigente.

2.2 Otávio Rocha: os resultados da modernização

Ao longo da década de 1920, ocorreram significativas transformações no cenário urbano de Porto Alegre. Como apresentado antes, de um lado, tinha-se a redefinição do cenário político por força do Pacto de Pedras Altas; de outro, passava-se o processo de industrialização, desencadeando na cidade uma série de alterações socioeconômicas e modificando as formas de sociabilidade urbana. De forma geral podemos propor que a administração de Otávio Rocha dialogou firmemente com esta conjuntura.⁴¹

Analisando o desenvolvimento econômico de Porto Alegre, Paul Singer aponta que a cidade centralizou o comércio da zona colonial imigrante. Com a dinamização econômica, os empresários do setor comercial passaram a investir em manufaturas e indústrias, que rapidamente passaram a marcar o cenário urbano.

No fim do século passado [XIX] o Rio Grande ainda era o maior centro industrial do Estado, mas o ritmo de industrialização de Porto Alegre, a julgar pelo número de empresas fundadas entre 1890 e 1900, já era mais intenso. Supomos provável que Porto Alegre tenha assumido a liderança industrial do Estado, o mais tardar na década de 1920.⁴²

Como se vê, no início do século XX o espaço urbano de Porto Alegre teve sua fisionomia social significativamente alterada. Com o incremento econômico advindo da

⁴¹Sobre a administração municipal de Otávio Rocha ver: MONTEIRO, Charles. Porto Alegre, urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

⁴²SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977. p. 174.

industrialização, emergiram no cenário urbano novos grupos sociais. De um lado, eram os operários, que precisavam de residência barata e próxima às fábricas; de outro, os comerciantes e industrialistas enriquecidos, preocupados em ostentar seu padrão de vida, todos pleiteando uma cidade com mais e melhores serviços urbanos.

Como abordado no primeiro capítulo, ao ampliar sua população, a cidade de Porto Alegre também se insere na quimérica construção da modernidade. Os grupos sociais urbanos, como o operariado e a burguesia, conformaram-se com maior clareza. Diferenciando-se entre si, procuraram por espaços próprios no interior da cidade.

O próprio parcelamento do solo se tornou um setor para o investimento mercantil, e a cidade expandiu seus limites para além da península litorânea, através dos arrabaldes que se formavam. Desenvolveram-se loteamentos como os da Glória, Petrópolis, São João e Navegantes. Quanto aos dois primeiros, podem ser caracterizados, nesse período, como zonas nobres da cidade para onde se mudavam os membros de uma burguesia ascendente. Sobre o primeiro deles, sabemos que, lado a lado, conviviam chácaras de produção primária e de veraneio:

O parcelamento do solo na microrregião da Grande Glória, no momento de sua fundação, respondeu à necessidade de ocupação de terra. Os primeiros lotes foram ocupados por produtores rurais que necessitavam de grandes áreas, ou por famílias abastadas que procuravam um local aprazível para veraneiar.⁴³

Já São João e Navegantes podiam ser considerados como bairros de caráter operário-industrial. Devido a sua proximidade com o Guaíba, esses locais acabaram recebendo boa parte das indústrias da cidade e, em consequência disso, alojando os seus operários. Costa Franco aponta que “o bairro revelou desde cedo uma forte vocação industrial, tornando-se, especialmente a partir de 1890, a sede de várias indústrias”.⁴⁴

⁴³PACHECO, Ricardo de Aguiar. A Grande Glória. Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1995-a. (Memória dos Bairros). p. 24.

⁴⁴FRANCO, Sérgio da Costa. Porto Alegre: guia histórico. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992. p. 290.

Tal dinâmica implicou mudanças no interior do espaço urbano como um todo. Contudo, as principais intervenções no cenário foram perceptíveis somente a partir da década de 1920. Num olhar detido às transformações urbanísticas, Andréa Mahfuz também entende que a administração de Otávio Rocha marca o início de uma outra fase na urbanização da cidade.

O período designado como pré-modernização (1924-1945) caracteriza-se pela diversidade de renovações e de acontecimentos marcantes no político, social e cultural da cidade e do país, sob desígnios de um Estado que desloca seus investimentos, do sonho em direção à ação de remodelação do espaço urbano. A realização suplanta a imaginação e as picaretas predominam sobre as pranchetas que, mesmo assim, coordenam as diversas obras, rumo a uma fisionomia condizente com uma identidade efetivamente moderna.⁴⁵

Do ponto de vista institucional, Charles Monteiro diz que:

Na década de 1920, no Brasil e no Rio Grande do Sul, as transformações das estruturas social, política e econômica exigiram modificações nas formas de pensar e planejar a organização do espaço urbano. Espaço este que se apresenta simultaneamente como cenário e ator das transformações político-sociais, como território das disputas pela hegemonia entre os diferentes grupos sociais.⁴⁶

Do ponto de vista político, o acordo que deu fim à Revolução de 1923, como destacado no capítulo anterior, impedia as reeleições estaduais e municipais, impondo ao PRR que revisse sua estratégia de legitimação do poder institucional através das sucessivas reeleições dos detentores de cargos executivos.

Como se tem apontado neste estudo, a disputa política, para além da coerção física, operava com um conjunto de representações e práticas que conferiam legitimidade ao exercício do poder. E nesse contexto, marcado pelas transformações socioeconômicas advindas do início da industrialização da cidade e pelo esgotamento das estratégias de legitimação políticas antes vigentes, que se chega à eleição municipal de 1924.

⁴⁵MAHFUZ, Andréia Soler Machado. A borda do rio-PoA: arquiteturas imaginárias – suporte para a construção de um passado. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003. p. 145.

⁴⁶MONTEIRO, op. cit., 1995. p. 47.

Uma vez alteradas as bases da organização social frente ao processo de modernização da cidade, percebemos uma fragilização dos arranjos políticos institucionais, manifestos na necessidade, ou na possibilidade de um acordo como o Pacto de Pedras Altas, quando tanto republicanos como opositores se comprometeram a alterar as práticas e representações vinculadas ao processo eleitoral. Nesse contexto, tornou-se inevitável aos diferentes grupos políticos rearticular suas estratégias de mobilização eleitoral de maneira que elas viessem a estabelecer a legitimidade social para o exercício do poder institucional.

Frente a essa conjuntura política, o PRR viu-se forçado a substituir o “eterno intendente”. Não podendo seguir com a estratégia da reeleição o partido apresentou Otávio Rocha como candidato à Intendência Municipal e Alberto Bins como candidato a vice. O primeiro é apresentado por Walter Spalding como:

Engenheiro militar Ten. Cel. graduado Octávio Francisco da Rocha que já vinha de longa data, militando na política republicana de Estado, quer como jornalista (redator de “A Federação”), quer como deputado. Tipo invulgar dentro do Partido, enérgico, trabalhador de iniciativas próprias, arrojadas.⁴⁷

E, ainda segundo Walter Spalding, Alberto Bins era descrito:

Como industrial desde a juventude, Alberto Bins, feito major da Guarda Nacional por Júlio de Castilhos em 1894, sabia o que significava dirigir, governar, administrar. A grande indústria metalúrgica, fabricação de camas de ferro, cofres – os famosos cofres Berta –, além de outros produtos de ferro para os mais variados fins, deu-lhe o verdadeiro senso administrativo.⁴⁸

Como se percebe, esses personagens tinham trajetórias distintas, mas tanto o primeiro, com uma vida partidária, como o segundo, com uma carreira empresarial, representavam idéias e valores modernizadores para a administração da cidade e para as práticas políticas.

Antevendo um confronto eleitoral com a oposição nesse pleito, o PRR deu início a uma intensa atividade de campanha. Esse procedimento já demonstrava a disposição do PRR em realizar uma campanha eleitoral distinta da anterior, quando José Montaury teve sua candidatura anunciada com apenas um mês de antecedência, através de nota no jornal. Nesse

⁴⁷SPALDING, op. cit., 1967. p. 167.

⁴⁸SPALDING, op. cit., 1967, p. 175.

momento, Otávio Rocha e Alberto Bins foram oficializados como candidatos dois meses e meio antes da eleição.

No dia 14 de julho, foi organizada uma festa cívica seguida de reunião partidária para o anúncio dos seus candidatos ao pleito municipal. E foi nesse momento de festa cívica e partidária que as candidaturas para o pleito municipal de Porto Alegre foram lançadas. Para tal, nos dias que antecederam a essa atividade, publicou-se o convite na primeira página de *A Federação*:

Convidamos ao partido republicano da capital para homenagem cívica que será prestada a 14 de julho próximo, às 15 horas, ao imortal patriarca Dr. Júlio de Castilhos, junto ao monumento da praça Marechal Deodoro.

Outrossim, convidamos para a sessão que, no teatro São Pedro, logo em seguida, realizará a nossa gloriosa agremiação partidária, para a escolha dos candidatos aos cargos de intendente e vice-intendente e conselheiros municipais, na eleição de 28 de setembro vindouro.⁴⁹

Como se lê nesse chamamento, tratava-se de duas atividades distintas, mas diretamente relacionadas entre si: uma, a “homenagem cívica” ao patriarca junto ao monumento em sua memória; outra, a “sessão partidária” para a escolha dos candidatos republicanos ao pleito municipal no grande teatro da cidade.

Podemos propor, de acordo com nossas reflexões teóricas sobre as representações e práticas socialmente articuladas para codificar e interpretar o processo político antes expostas, que a primeira atividade acionava um conjunto de signos e significados que seguramente passavam a ser explorados no segundo momento, o da aclamação dos candidatos republicanos.

Tal como no estudo de José Murilo de Carvalho, quando se analisa o papel dos símbolos e dos heróis nacionais na construção do sentimento de pertencimento à nação e na formação do imaginário político brasileiro para o pensamento positivista, aqui também se vê o

⁴⁹A Federação, 11 jul. 1924, p. 1.

uso de símbolos pátrios para a sedimentação dos ideais políticos-partidários. Falando sobre a propaganda da ortodoxia positivista no Rio de Janeiro, o autor diz:

O que os adversários nem sempre compreendiam era que a ortodoxia não constituía um fim em si mesmo, ela tinha uma finalidade política. E foi exatamente no fim político a que visavam que os brasileiros se mostraram ao mesmo tempo menos ortodoxos e mais enfáticos no uso do imaginário.⁵⁰

Fica evidente, nessas duas atividades dos republicanos, a utilização de um código para a transmissão de uma mensagem sobre como se esperava que os eleitores se comportassem dentro do processo político. Ao associar uma plenária partidária com uma homenagem ao líder morto, seguia-se o lema positivista “os mortos governam os vivos”. Nesse bordão, lê-se a indicação de que as decisões do presente devem ser tomadas com base na memória do passado: a homenagem voltada ao culto ao líder morto, mas imaginariamente remetendo à obediência devida pelos partidários ao chefe político vivo.

A escolha da data referente ao aniversário da Carta Constitucional reforçou o apego a esse texto legal justamente no momento em que ele havia sido questionado e reformado pela pressão política e militar da oposição. Ou seja, esse ato pode ser interpretado como uma reafirmação do programa histórico do PRR, corporificado no texto constitucional castilhista.

Ao utilizar as dependências do teatro São Pedro, o ato político ganhava uma dimensão e visibilidade de atividade pública. A proclamação da chapa republicana para disputar a eleição à intendência, vice-intendência e conselho municipal tornou-se uma manifestação coletiva de aclamação. Diferentemente do processo anterior, quando o anúncio foi feito pelo jornal, nesse momento se fizeram presentes as diferentes lideranças partidárias municipais: do intendente José Montaury aos membros da Comissão Executiva municipal Genes Bento, Sinval Saldanha, Frederico Mesquita e Otávio Rocha. E chama a atenção a presença do próprio Borges de Medeiros.

⁵⁰CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 133.

Mas também se deve destacar a participação do “grande público”. Não se tem como aferir a quantidade de partidários ali presentes, mas essa menção já serve de indicativo do envolvimento dos partidários na legitimação dos candidatos republicanos. Dessa maneira, inferimos que o conjunto dos republicanos, e não apenas as lideranças, mostravam para a comunidade política o seu compromisso com a nominata apresentada.

Entendemos, sobretudo, que ocorreu uma alteração do significado do processo eleitoral. De uma formalidade institucional o pleito passa a ser percebido como momento de efetiva disputa política. As atividades de campanha, antes desprestigiadas, agora ganhavam ares de movimento social. Diferente de um debate jornalístico, passava à manifestação pública dos diferentes grupos em torno dos programas partidários.

Outro indicativo dessa alteração de significado do processo eleitoral foi a forma como as candidaturas eram divulgadas em *A Federação*. Diferentemente do anúncio publicado no pleito anterior, nesse momento o jornal partidário descreveu detalhadamente o evento. Foram mencionados os nomes dos presentes, narrados os acontecimentos e transcritos os discursos pronunciados do palco.

Segundo o longo relato do jornal partidário, após longos discursos das lideranças, um orador foi chamado para apresentar ao público os nomes indicados como candidatos do PRR ao pleito municipal. Na transcrição dessa fala, vêem-se os argumentos utilizados para justificar a indicação destes aos cargos eletivos:

Francisco Bento Junior, leal e decidido republicano, digno representante do alto comércio desta praça, respeitável cidadão pelas suas virtudes cívicas e privadas.

Dr. Sarmiento Leite, distinto republicano, médico notável, diretor da escola de medicina há vários anos, com suas luzes muito contribuirá para o bem da administração municipal.

Victor Kessler, republicano antigo, de serviços ao partido, industrialista, homem muito conhecido no nosso meio, do alto comércio, será um membro de valor no seio do conselho.

Major Dr. Jaime da Costa Pereira, moço servidor da causa republicana, presidente do clube “Marcos de Andrade”, que assinalados serviços vem prestando, formado em direito, oficial do exército, o seu nome se impôs desde logo para esse posto.

Dr. Egidio Hervé, moço, republicano ardoroso, membro do conselho fiscal do Centro Republicano “Júlio de Castilhos”, engenheiro competente, o conselho

municipal de Porto Alegre terá nele certamente um dos seus mais devotados servidores.

Pedro João Gonçalves da Silva Dossena, digno correligionário, presidente de uma comissão de propaganda eleitoral no pleito de 3 de maio, prestimoso presidente da Associação dos Varejistas desta capital, foi incluído como representante desta operosa classe.

Vigo Tompes Collin, operário, fiel republicano, tesoureiro da “Liga dos Operários Republicanos”, ex-secretário, ex-tesoureiro, ex-presidente da “Federação Operária” do Rio Grande do Sul.

– Para vice-intendente municipal: Major *Alberto Bins*. Quem não o conhece? Deputado estadual há longos anos, membro da comissão de orçamento da Assembléia de Representantes, presidente da Associação Comercial de Porto Alegre, grande industrialista, cidadão bem quisto e conceituado, inteligente e culto, republicano de reais serviços ao nosso partido, o seu nome acreditamos, há de merecer nossos aplausos.

– Para intendente municipal: *Dr. Octavio Francisco Rocha*. Difícil seria traçar aqui num bosquejo, rápido embora, os méritos e os serviços deste trabalhador da nossa causa. Vem de longe a sua ação. No jornalismo que digam as colunas d’A Federação onde deixou colaboração brilhante, conquistando desde logo lugar proeminente no seio do Partido Republicano. Secretário da Fazenda, prestou grande serviços ao Estado nesse alto posto da administração; deputado federal em várias legislaturas, foi considerado sempre como um dos mais operosos representantes da nação.⁵¹

A leitura dessa transcrição do discurso proferido quando do lançamento das candidaturas chama a atenção por diferentes aspectos. Destacamos inicialmente, que o PRR indicou sete nomes para as nove vagas do Conselho Municipal. Mas não se pode entender esse movimento como uma concessão do PRR, visto que o Pacto de Pedras Altas estabelecia o compromisso de não serem apresentadas chapas completas para permitir a representação da oposição.

Houve ainda uma significativa mudança nos argumentos utilizados para a justificativa das candidaturas frente ao eleitorado. Diferentemente do pleito anterior, quando se apresentaram os candidatos por suas profissões, agora se mencionava a atuação política e seu envolvimento com as atividades partidárias através das associações políticas.

O Dr. Egidio Hervé era dado a conhecer como membro do conselho fiscal do Centro Republicano Júlio de Castilhos, e o Dr. Jayme da Costa Pereira foi apresentado como presidente do Clube Marcos de Andrade. Essas duas associações republicanas tinham um papel importante na dinâmica de mobilização dos partidários, pois promoviam inúmeras

⁵¹A Federação, 15 jul. 1924, p. 1-2.

atividades de mobilização política e congregavam inúmeros eleitores republicanos. Ser seu dirigente significava, sem dúvida, uma estreita vinculação com os eleitores republicanos que ali se reuniam.

Como esses, Vigo Tompes Collin era lembrado como tesoureiro da Liga dos Operários Republicanos, outra associação política vinculada ao PRR. Mas era destacada ainda sua trajetória na prestigiada Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS). Para os republicanos esse operário era um partidário valoroso que já assumira responsabilidades junto ao partido. Mas de outra parte, ao ressaltar esse último aspecto, percebemos que ele teve sua candidatura legitimada por sua representatividade junto a esse grupo social urbano particular que é o operariado.

Da mesma forma, apontou-se Pedro João Gonçalves da Silva Dossena como presidente da Associação dos Varejistas da capital. Novamente percebemos a valorização das vinculações políticas exteriores ao partido como elemento de legitimação da candidatura.

Tomando apenas esses casos, seria precipitado afirmar que os outros nomes também fossem representantes de grupos sociais apresentados ao partido. Mas não se pode descartar a importância das posições de presidente, tesoureiro e fiscal atribuída aos outros candidatos, e mesmo que ocupar um desses postos já implicava uma escolha no interior da associação.

A importância dessas associações partidárias no processo eleitoral, nesse momento, também pode ser percebida através do papel que elas desempenharam ao longo da campanha. Diferentemente de 1920, quando o convencimento do eleitorado se restringia ao jornal, em 1924 *A Federação* publicou a ocorrência de nove comícios eleitorais. Como vemos no Anexo 8, essas atividades de campanha se constituíam em atividades diferenciadas voltadas para públicos distintos entre si. Mas sua sistemática foi recorrente: em todos esses eventos, estavam presentes, além da executiva municipal do partido, um ou vários candidatos. Eram proferidos discursos tanto por esses como pelo representante da associação que os recebia.

Se em 1920 a campanha e o debate eleitoral estavam a cargo do jornal do partido, em 1924 as associações políticas assumiram um papel fundamental na campanha eleitoral do PRR. Talvez isso seja uma primeira explicação para o esforço do partido em justificar as candidaturas através do envolvimento desses nomes com elas.

Frente às garantias do Pacto de Pedras Altas, a oposição também se articulou para disputar a Intendência Municipal de Porto Alegre em 1924. Logo após a contagem de votos da eleição de deputados federais e senadores, realizada em maio, a oposição iniciou seus preparativos para disputar esse pleito municipal de setembro. Nesse sentido, o primeiro movimento do Partido Federalista foi a publicação de um anúncio publicitário no *Correio do Povo* chamando para o alistamento eleitoral:

Não há, pois, que perder tempo. Alistai-vos quanto antes e fazei alistar com urgência os vossos amigos e companheiros. Para isso estarão a vossa disposição os diversos centros oposicionistas da capital, inclusive o Diretório do Partido Federalista – rua Andrade Neves n° 8.⁵²

De acordo com a legislação em vigor, cada cidadão apto ao exercício do voto deveria providenciar sua inscrição como eleitor. Dessa feita, o primeiro movimento das campanhas eleitorais era justamente o chamamento para o alistamento eleitoral dos partidários. Nesse anúncio, fazia-se um apelo aos leitores para alistar a si e aos “amigos e companheiros”. Nessa mensagem, vê-se que os partidários da oposição eram chamados não apenas ao voto, mas à mobilização política.

Na seqüência desse período que antecedeu a eleição municipal, a Aliança Libertadora também fez publicar no *Correio do Povo* uma série de artigos, debatendo com os redatores de *A Federação* a instituição do voto secreto e o imperativo de adotar tal instrumento ainda neste pleito.

Somos e seremos pelo voto secreto, enquanto a cultura política de nossos governantes jazer no grão de atraso inominável de manter organizações ditatoriais, como a que nos infelicita e avilta, compressora dos sagrados direitos do povo e da consciência daqueles que dela dependem.⁵³

⁵²Correio do Povo, 1º jun. 1924, p. 1.

⁵³Correio do Povo, 23 set. 1924, p. 1.

Essa série de artigos de um e de outro lado evidencia que o grande debate político do momento ainda era sobre as regras do processo, e não propriamente sobre programas administrativos. Tais manifestações nos evidenciam que, para a oposição, o ganho maior era ter forçado as mudanças no arranjo institucional.

O chamado para a inscrição eleitoral fora publicado três meses antes da votação. Mesmo assim, somente em 13 de setembro os candidatos foram anunciados, ou seja, cerca de 15 dias antes do pleito. Essa indefinição, no interior da oposição, sobre a conveniência de apresentar candidatos implicou atraso no lançamento das candidaturas oposicionistas, o que diminuiu em muito o tempo para a campanha dos candidatos oposicionista.

Agora, a Aliança Libertadora desta capital, em sessão plenária de seus membros, resolveu disputar a eleição, apresentando ao sufrágio dos oposicionistas a seguinte chapa: para intendente, tenente-coronel Frederico Augusto Gomes da Silva; para vice-intendente, dr. Feliciano Falcão; para conselheiros, Israel Rangel, dr. Basil Sefton, José Baptista de Magalhães, Antonio Telles Villas Boas e Vasco Alves Pereira.⁵⁴

Por essa nota sobre o processo sucessório municipal, percebe-se a oposição lançando candidaturas para os cargos de intendente, de vice-intendente e também para cinco conselheiros municipais. Essa chapa deixava evidente a intenção da oposição de disputar os cargos do executivo municipal. Ao mesmo tempo, o número reduzido de candidatos ao Conselho Municipal, cinco nomes para nove vagas, apontava para a intenção de usar o artifício do voto acumulado. Nesse momento, a legislação dizia que cada eleitor dispunha de nove votos para o Conselho, podendo distribuí-los em vários candidatos ou repetir o mesmo nome em mais de um desses.

Observa-se ainda que a decisão de apresentar candidatos ao pleito municipal, tal como entre os republicanos, ocorreu através de uma “sessão plenária”. Dessa forma, as lideranças oposicionistas, embora presentes, simbolicamente também transferiram o poder de definição dos candidatos ao conjunto dos partidários. Procuraram, assim, dar a entender que a nominata

⁵⁴Correio do Povo, 13 set. 1924, p. 4.

não correspondia ao desejo de um pequeno grupo de lideranças partidárias, mas do conjunto dos membros da oposição.

Já no dia seguinte à indicação dessas candidaturas, surgiram convites para comícios de campanha nas associações da oposição. De forma muito similar às atividades do Partido Republicano, esses comícios como mostra o Anexo 9, espalhavam-se pela cidade utilizando as sedes das associações políticas oposicionistas.

Diferentemente do que fora a eleição municipal anterior, no pleito de 1924 apresentaram-se duas chapas disputando o eleitorado urbano. Como já foi dito, não é o objetivo deste trabalho avaliar a lisura dos resultados eleitorais e suas possibilidades de fraude. Muito embora tais procedimentos não possam ser desconsiderados, desejamos antes, evidenciar as estratégias utilizadas pelos partidos para legitimar sua vitória.

Um primeiro dado para avaliar o dia da eleição é ter presente que foi marcada para a véspera, dia 27 de setembro, a chegada na cidade das tropas da Brigada Militar que combateram em São Paulo os revoltosos do movimento tenentista. Os festejos de rua promovidos pelos republicanos para recebê-los não foram isentos para o processo eleitoral, visto que a demonstração de força militar interferiu na manifestação da opinião política. E é com essa percepção que se deseja atribuir sentido à avaliação do processo eleitoral publicada pelo *Correio do Povo*, sobre o dia da votação.

Concorreram às urnas o Partido Republicano, que apresentou chapas para intendente, vice-intendente e sete conselheiros, e a Aliança Libertadora, que também pleiteou os dois primeiros cargos e mais os de cinco conselheiros. Além destas chapas apresentaram-se ainda dois candidatos avulsos aos cargos de membros do Conselho Municipal.

Registramos satisfeitos que a eleição municipal de domingo correu em absoluta ordem em todas as 54 mesas de que se compõem os 10 distritos do município reinando cordialidade entre os mesários, fiscais e eleitores de ambos os partidos.

A maioria das mesas eleitorais foi fiscalizadas pela oposição, sendo que diversos desses fiscais apresentaram protestos alegando a distribuição de chapas a boca de urna. Os fiscais e mesários situacionistas contra-protestaram, contestando essas alegações.⁵⁵

⁵⁵Correio do Povo, 30 set. 1924, p. 6.

Para o redator daquele jornal também mereceu destaque a diferença desse processo frente ao pleito anterior. Como destacado anteriormente, aqui também era evidenciado que antes não houvera disputa, enquanto agora se mencionava uma efetiva concorrência eleitoral entre as chapas da situação republicana e da oposição libertadora.

Os resultados finais também fizeram menção à existência de dois nomes que se apresentaram como “avulsos” para o cargo de conselheiro municipal, que não foi logrado rastrear a origem ou a campanha nos jornais.

Mas sobretudo, destacamos o testemunho dessa folha sobre a lisura do processo de votação e apuração dos resultados. O depoimento do *Correio do Povo* afirma que não houve perturbações da ordem durante o processo eleitoral. Falava mesmo em “absoluta ordem” nas mesas eleitorais, não fazendo menção a atos fraudulentos ou a constrangimentos aos eleitores.

Mencionava-se o acompanhamento feito por parte dos fiscais da oposição junto às mesas eleitorais e das queixas desses devido à atividade de distribuição de chapas na boca das urnas. Mas lembremos que não existiam cédulas eleitorais oficiais, e cabia a cada eleitor levar até a urna, o nome dos candidatos em um papel, a chamada *chapa*.

Frente ao contexto, a distribuição de chapas contendo os nomes dos candidatos era quase um imperativo do processo eleitoral, e a própria oposição também se valia desses artifícios para garantir os votos de seus eleitores. Dessa forma, os protestos da alegando a distribuição de chapas mencionado pelo jornal não se configurava mesmo como uma perturbação do processo.

Quando o *Correio do Povo* atestou a normalidade com que transcorreu o dia, devemos ter presente que ele não era um jornal situacionista, e tal condição nos autoriza a valorizar os termos como relatou o processo de votação. Vemos então que, mesmo na presença das tropas da Brigada Militar, a rotina da cidade não foi alterada e nem houve constrangimento eleitoral,

tendo o pleito transcorrido com tranqüilidade. Suas palavras servem como reconhecimento dos contemporâneos, se não da exatidão dos resultados apurados, ao menos da sua legitimidade social.

A crítica feita ao processo eleitoral como instrumento de legitimação do poder institucional, nesse momento, não recaía sobre sua lisura, mas sobre o percentual dos eleitores que se fizeram presentes ao pleito, pois segundo o redator, o pleito foi “sensivelmente frio”, tendo apresentado uma grande abstenção do eleitorado. Para justificar tal percepção, apresentou um cálculo no qual buscava evidenciar a baixa participação do eleitorado inscrito.

Em maio: eleitorado, 19.000, votantes, 13.000. Porcentagem destes sobre aqueles, 68 ½%.

Em setembro: eleitorado 22.000; votantes, 9.500. Porcentagem dos que compareceram, 43%.⁵⁶

Como apontava esse cálculo entre a eleição federal para senador e deputados federais, ocorrido em maio, e esse pleito para os cargos municipais em setembro, houve um acréscimo de eleitores, mas ocorreu também um decréscimo de votantes. Pode-se facilmente atribuir esse aumento no número de eleitores ao conjunto de atividades de mobilização eleitoral desenvolvidas pelas diferentes associações políticas, tanto da situação como da oposição, ao longo da campanha. Contudo, essa ampliação dos inscritos não foi acompanhada de um maior comparecimento às sessões eleitorais.

Efetivamente, esses números absolutos mostraram que a eleição foi realmente pouco representativa do conjunto da população da cidade. Mas para se ter a dimensão do que ela significou no contexto histórico do qual se está tratando, recorde-se como mostra o Anexo 3, que os votantes naquela eleição representavam 4,2% da população total projetada para a cidade, índice que, como visto anteriormente, se encontrava acima da média nacional para o período.

⁵⁶Correio do Povo, 30 set. 1924, p. 6.

O cálculo do jornalista desconsiderava ainda o conjunto de atividades de campanha promovidas, tanto pelos republicanos como pelos libertadores, durante a campanha eleitoral, listadas nos Anexos 7 e 8. Para nós, o conjunto de atividades de campanha se constituiu no maior indicativo do envolvimento do eleitorado urbano com o processo eleitoral.

Pelo resultado final daquele pleito, mostrado no Anexo 10, foram eleitos os sete candidatos do Partido Republicano, sendo a lista de conselheiros completada pelos dois nomes que se apresentaram como avulsos. Assim, a oposição foi mantida fora do Conselho Municipal.

Mas o que chama a atenção nesse resultado não é propriamente a vitória dos candidatos republicanos, mas sim a proximidade das votações obtidas no interior das chapas. Frente às considerações sobre a ausência de fraude eleitoral, somos levados a destacar o controle do eleitorado por parte da estrutura partidária republicana.

Entre os conselheiros, vê-se que o candidato mais votado foi o nome indicado pela Associação Comercial Varejista. O segundo foi o presidente do Clube Republicano Marcos de Andrade, e o terceiro, um candidato avulso. Na outra ponta, os dois últimos conselheiros republicanos eleitos foram justamente os candidatos sem vinculação aparente com as associações políticas. Lembre-se que, quando do lançamento das candidaturas, eles foram apresentados como representantes do alto comércio da cidade, grupo social economicamente importante, mas numericamente pouco expressivo.

Na nominata da Aliança Libertadora ocorreu um fenômeno semelhante. Embora não tenha sido eleito nenhum de seus candidatos, os mais votados foram justamente os nomes que mais se fizeram presente às reuniões promovidas nas associações políticas oposicionistas. Da mesma forma, percebe-se que o conjunto de atividades de campanha que se realizaram nesse processo eleitoral teve eco no resultado da votação.

Através das notícias divulgadas nos jornais, tem-se uma idéia da mobilização social ocorrida em torno desse pleito. Para o PRR, o convencimento não estava mais a cargo apenas do jornal, não envolvia apenas uns poucos dirigentes. Houve sim, uma mobilização e articulação do conjunto dos partidários através das associações políticas e de suas atividades de campanha. Acompanhando as notas divulgadas pelo *Correio do Povo*, percebe-se que a movimentação da oposição foi mais tardia e, talvez por isso, de menor intensidade. Contudo, utilizou uma estratégia não muito diferente daquelas empregadas pela situação.

Percebemos então que, ao propor candidatos ligados às associações políticas e profissionais, o PRR projetava para o Conselho Municipal algumas lideranças desses grupos sociais em troca de angariar simpatias e votos dos eleitores reunidos nessas entidades. Podemos mesmo inferir que o partido estabeleceu uma aliança com esses setores da sociedade para eleger seus líderes partidários locais, como Francisco Bento Júnior, pois se vê que este, mesmo tendo a menor votação entre os eleitos para o Conselho Municipal, teve prestígio político suficiente para ser escolhido pelos demais eleitos como presidente da mesa desse conselho.

2.3 Alberto Bins: um novo consenso

Com o súbito falecimento de Otávio Rocha em 1927, o vice-intendente Alberto Bins assumiu o posto. Mas o Plano de Melhoramento segue como a base do projeto político administrativo de reformas urbanas. Nessa perspectiva a intendência continuou a execução das obras de urbanização e modernização da cidade.⁵⁷

As recém abertas avenidas centrais da cidade receberam os nomes significativos de Avenida Júlio de Castilhos e Avenida Borges de Medeiros. Já Otávio Rocha, o intendente recém falecido, era homenageado com uma rua, uma praça e o primeiro viaduto da cidade,

⁵⁷Sobre a administração municipal de Alberto Bins ver a obra de: FAUSEL Erich. Alberto Bins: o merlense brasileiro. São Leopoldo: Rotermond & Cia. Ltda., [s.d.]. p. 12.

todos no centro urbano. Prosseguiu-se o aterramento das margens do Guaíba e iniciaram-se também a urbanização do Campo da Redenção e a arborização de outros espaços de lazer, tal como a ampliação do calçamento das vias, da rede de água, de esgoto e de fornecimento de energia elétrica.

Fica evidente através dos discursos veiculados pela imprensa escrita que a abertura das novas avenidas e das obras de alargamento, prolongamento e calçamento das antigas ruas, eram um símbolo do projeto de modernização da burguesia e da elite dirigente: uma fantasmagoria da cultura burguesa. Nelas vê-se no plano físico a projeção dos ideais de normatização e controle da sociedade, mais especificamente das classes populares, e de modernização das formas de sociabilidade pública no espaço urbano.⁵⁸

Uma vez que teve continuidade o projeto político administrativo, interessante aos grupos sociais da cidade que se modernizava, a indicação do nome de Alberto Bins como candidato republicano à intendência no pleito de 1928 surgiu com certa naturalidade, sendo agora acompanhado do nome de Sinval Saldanha como candidato a vice-intendente. Eleito nesse pleito, foi mantido como prefeito de Porto Alegre após a Revolução de 1930, sendo afastado da chefia do município somente com o Golpe de 1937, após dez anos à frente da gestão dos negócios da municipalidade.⁵⁹

À primeira vista, essa longa administração pode remeter àquela estratégia de sucessivas reeleições vivida na cidade com José Montaury. Contudo, um olhar mais detido sobre a dinâmica da eleição municipal de 1928 mostra que a conjuntura política daquele momento exigiu tanto das lideranças do PRR uma estratégia diferente para manter o controle do processo político.

O cenário da eleição municipal de 1928 esteve marcado por uma conjuntura estadual particular. O projeto da oposição de provocar a alternância no poder estadual se concretizou com a eleição de Getúlio Vargas, e sua posse, em fevereiro de 1927, criou expectativas de alteração das relações políticas no Estado. Como observa Paulo Vizontini, o governo estadual

⁵⁸MONTEIRO, op. cit., 1995. p. 109.

⁵⁹SPALDING, op. cit., 1967.

efetivamente implementava uma política de aproximação com a oposição com vistas à intervenção unificada das forças políticas do Estado na eleição presidencial de 1930.

Encontramos na formação da Frente Única Gaúcha o primeiro passo para a estruturação da Aliança Liberal, como forma de atuação nacional na disputa eleitoral pela sucessão de Washington Luís. Não havia inconveniente algum numa aliança entre o PL e o PRR para as suas lideranças. A unificação política do Rio Grande possibilitava a este se impor na política nacional, e daria chances para Borges de Medeiros de revitalizar a si e ao PRR, através da conquista de espaço junto ao governo central.⁶⁰

Uma das estratégias para essa aproximação foi o reconhecimento dos resultados das eleições municipais por parte do governo estadual. Diferente do governo anterior, Getúlio Vargas, enquanto na presidência do Estado, não decretou a intervenção nos municípios onde a oposição saía vencedora. Com isso, respeitava-se o Pacto de Pedras Altas, e o processo eleitoral era reconhecido como mecanismo de legitimação para o exercício do poder institucional.

Dessa forma, no pleito municipal de 1928, mais uma vez colocou-se ao PRR a tarefa de fazer-se vitorioso nas urnas da capital para legitimar o exercício do poder institucional. Para tal reconstituiu a dinâmica da campanha eleitoral anterior, quando a tarefa de legitimação dos candidatos esteve a cargo das associações políticas. Na esteira da modernização urbana e da redefinição das alianças políticas, a vida associativa ganhava mais espaço, projetando no campo político agentes sociais com demandas e estratégias de ação distintas das que eram antes operadas.

Ingressando na vida política pelas mãos do próprio Júlio de Castilhos, de quem o pai era alfaiate, Alberto Bins mantinha estreitas relações com a comunidade alemã do estado, constituindo-se mesmo em representante da colônia frente ao Partido Republicano e ao parlamento. Ele foi eleito membro do Conselho Municipal de Porto Alegre em 1908, representante estadual em 1913, 1917, 1921 e 1926, e, como visto antes, vice-intendente em

⁶⁰VIZENTINI, Paulo F. A crise dos anos 20. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992. p. 52.

1924. Em obra biográfica escrita a partir de entrevistas, Erich Fausel diz que Alberto Bins tinha consciência desse papel:

A firme convicção de ser um representante da classe produtora rege toda a sua atuação administrativa e política. Assim mesmo não perdeu a consciência de que no campo político isto poderia acarretar enormes tensões e que o comércio, visando seu interesse, lutaria por independência, ao passo que a indústria exigiria proteção. Tinha por nociva qualquer solução da questão dos trabalhadores pela força. Estava convicto de que um progresso duradouro somente se poderia alcançar por intermédio de uma cooperação crescente de empregador e empregado.⁶¹

A força dessa relação com a comunidade alemã e por extensão, com significativos grupos da burguesia comercial e industrial da cidade, pôde ser percebida em março de 1924, quando esse grupo social promoveu um abaixo-assinado dirigido ao Presidente do Estado e chefe republicano Borges de Medeiros, solicitando que incluísse o nome de Alberto Bins na nominata de candidatos a deputados federais, dizendo:

Sem o menor deslumbre de insinuação, sr. Presidente, o candidato à deputação federal que satisfaz as aspirações, tanto do elemento católico como protestante germânico, tanto do comércio como da indústria e da lavoura, é o atual deputado estadual, soldado do Partido Republicano, Sr. Major ALBERTO BINS, este homem que, em todos os tempos, encarnou o verdadeiro sentir da colônia em peso, este homem em que ela sempre confiou, pelos títulos todos ilustres que o recomendam aos seus pares, este homem, enfim, que constitui o símbolo de suas mais elevadas aspirações.⁶²

O texto do abaixo-assinado era extenso e cuidadoso no respeito a hierarquia partidária. Nele, é clara a intenção de evitar o “menor deslumbre de insinuação” que causasse constrangimentos ao líder partidário. Mas por outro lado, esse extrato demonstrava claramente a intenção desses membros da colônia alemã de que Alberto Bins fosse indicado como candidato ao congresso federal. Essa candidatura pretendida pela comunidade alemã contudo, não se confirmou. O interessante para a análise que está sendo desenvolvida é perceber o desejo desse grupo social de intervir na indicação das candidaturas do Partido Republicano e a estratégia utilizada para tal.

Não se tem nota, na documentação consultada para esta pesquisa, sobre a mobilização da comunidade alemã, ou mesmo dos industriais da cidade, pela indicação de Alberto Bins

⁶¹FAUSEL, op. cit., [s.d.], p. 12.

⁶²Correspondência de Borges de Medeiros, 24 mar. 1924.

para a vice-intendência, três meses depois daquela eleição federal, em junho de 1924, tão pouco para a intendência, em 1928. Mas julgamos que o movimento anterior seja suficiente para deixar evidente a confiança e a relação desse grupo social com o candidato.⁶³

Para apresentar as candidaturas republicanas para o pleito municipal de 1928 foi novamente preparado um grande ato de mobilização partidária. Com essa finalidade, *A Federação* publicou a convocação para a plenária de proclamação dos candidatos republicanos para o dia 20 de junho. Porém dessa vez, o lançamento das candidaturas foi antecedido de uma reunião preparatória.

Na sede do “Centro Republicano Julio de Castilhos” haverá também uma reunião dos membros da Comissão Executiva, das comissões distritais e dos “clubes republicanos”, a fim de tratarem do mesmo assunto.⁶⁴

O chamado para essa reunião preparatória dirigia-se não apenas à Comissão Executiva Municipal, mas também aos dirigentes das “comissões distritais” e dos “clubes republicanos”, que no texto do jornal foram chamados de “representantes autorizados da opinião republicana”.

Ainda que não tenham sido apresentados os nomes dos presentes, entrevemos uma reunião numerosa. Inicialmente, contava com os membros das comissões, que se organizavam nos sete distritos eleitorais da capital. Junto a esses, devem ser incluídos os diretores de pelo menos nove associações, que articularam atividades de campanha ao longo desse processo eleitoral. Como o chamado foi realizado de forma pública, através da imprensa, podemos supor ainda a presença de diversos outros correligionários.

Como se pode entrever, trata-se de grupo relativamente amplo de republicanos da capital, alguns desses já com projeção, contudo, na sua maioria, anônimos no campo político. Mesmo assim, ficava evidente que os dirigentes das comissões distritais e dos clubes

⁶³A consulta dos jornais da comunidade alemã de Porto Alegre possivelmente jogue luz sobre esse ponto. Contudo, a barreira da língua me impede de utilizar esse material.

⁶⁴*A Federação*, 16 jul. 1928, p. 4.

republicanos passaram a ocupar um local de destaque na vida partidária. A importância desses agentes e a força das suas opiniões podem ser percebidas não tanto pelas resoluções da reunião, mas justamente a partir do que ela não definiu, como mostra o relato dessa reunião, publicado pelo jornal *A Federação*, no dia seguinte:

Os presentes, representantes autorizados da opinião republicana do município, aprovaram sem discrepância os nomes propostos [para intendente e vice], que já mereceram também a aprovação do eminente chefe do partido, dr. Borges de Medeiros.

Sobre a chapa de conselheiros municipais, nada foi resolvido, em definitivo, por não se encontrar ela completamente organizada ainda.⁶⁵

As notas sobre essa reunião prévia para o debate das candidaturas ao pleito municipal devem ser lidas com cuidado, a fim de que se possam encontrar os significados atribuídos às práticas e representações operadas nesse espaço de sociabilidade. Para dimensionar a relevância desse ato, devemos destacar não apenas o que ela traz de recorrente, mas também frisar o que ela apresenta de inédito.

A apresentação e mesmo a aprovação dos candidatos republicanos pelas lideranças locais não surpreende. Certamente, Borges de Medeiros, enquanto chefe partidário, ainda detinha o controle do processo sucessório. Sabe-se que, de forma mais ou menos transparente, ele sempre havia consultado as lideranças partidárias locais antes de definir os nomes dos candidatos do partido nos anteriores, o que, no interior da dinâmica autoritária da política desse tempo-espaço nunca implicou acatar as opiniões das lideranças locais.⁶⁶

Ao mencionar que “sobre a chapa de conselheiros municipais, nada foi resolvido, em definitivo”, o diário partidário nos coloca frente a uma situação distinta da interpretação que estamos acostumados a realizar sobre o processo político republicano no Rio Grande do Sul.

⁶⁵A Federação, 19 jul. 1928, p. 4.

⁶⁶A correspondência pessoal de Borges de Medeiros sob a guarda do IHGRGS contém inúmeras cartas, nas quais se fala sobre a conveniência de determinados candidatos em diversos processos eleitorais. Sobre a sucessão em Porto Alegre, propriamente, muito pouco foi encontrado. Julgamos que, por ser sede do governo estadual, possivelmente os assuntos de Porto Alegre eram tratados de viva voz, não produzindo grande volume de documentação.

Nesse momento, ficava explícito que essa reunião das lideranças locais, dos diretores dos distritos e dos clubes tinha a tarefa de definir os candidatos ao pleito municipal.

Como se vê, às vésperas da reunião de lançamento da chapa ao Conselho Municipal, os nomes dos candidatos ainda não se encontravam definidos. De um lado, isso apontava que o chefe republicano ou não decidiu sobre a totalidade da nominata, ou então que não foi acatado em sua indicação. Olhando de perto a situação descrita, vemos que a autoridade de Borges de Medeiros como chefe partidário não era mais tão incontestada, como nos processos anteriores.

De outro lado, apresenta que a reunião das lideranças políticas locais também não produziu um consenso sobre essa questão. O que apontava para um possível dissenso entre as lideranças partidárias locais, uma vez que não conseguiram definir conjuntamente os nomes dos candidatos ao conselho municipal.

Esta indefinição dialoga com a fragilidade dos arranjos institucionais da década de 1920. Episódios como a Revolução de 1923, mas também a fundação do Partido Comunista do Brasil e a emergência dos levantes tenentistas colocam em cheque as práticas políticas vigentes. Como nos aponta Paulo Vizontini:

Esta crise política, mobilização e agitação social generalizada, demonstrando diferentes tendências dentro de um mesmo processo de transformação tornará o panorama político da época bastante confuso e, até certo ponto, contraditório.⁶⁷

No caso particular que estamos estudando ainda que a estrutura partidária autoritária não fosse questionada, fica evidente que os diretores das associações e dos diretórios distritais não eram meros reprodutores da política dos dirigentes partidários. Nesse episódio, eles assumiram a posição de agentes políticos responsáveis pela aprovação dos candidatos do Partido Republicano. Foram eles os responsáveis pela indefinição da chapa republicana apresentada à comunidade política de Porto Alegre.

⁶⁷ VIZENTINI, Paulo F. A crise dos anos 20. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992. p. 62.

A menção a esses acontecimentos traz à tona a importância adquirida pelos dirigentes das comissões distritais e das associações políticas na disputa eleitoral. Por não ter construído o acordo esperado pelos dirigentes partidários, percebemos que esses diretores não seguiam cegamente as orientações das lideranças partidárias. Essa situação não era pouco significativa frente a uma tradição partidária que valorizava a sua disciplina e o respeito à hierarquia.

Os reflexos dessa indefinição podiam ser percebidos ainda no relato da plenária de lançamento das candidaturas. Na longa nota que *A Federação* publicou, observamos que, naquele momento, os nomes para os cargos de conselheiros ainda estavam mal definidos. Ao contrário do que seria de se esperar de um ato de lançamento da campanha, o orador responsável por fazer a apresentação dos nomes dos candidatos produziu um discurso tão prolixo quanto vazio.

No partido, diz ainda o orador, não se disputa preferências nem posições de destaque; ao contrário, o que caracteriza os seus correligionários é o próprio espírito de renúncia. [...]

Passa depois, o dr. João Carlos Machado a citar os nomes dos srs. Germano Petersen, Luiz Correia Lima, Francisco Xavier da Costa, Frederico Trein, Octávio Barreto, drs. Adolpho Stern, Osvaldo Vergara e Camilo Martins Costa, que a assistência recebeu debaixo de prolongados aplausos.

Ocupa-se ainda, o orador, da personalidade de cada um desses candidatos, citando a sua posição neste ou naquele ramo de atividade e lembrando o que eles poderão fazer pela coletividade porto-alegrense.⁶⁸

Muito díspar dos relatos de outras atividades, o momento mais importante dessa plenária foi quase silencioso. Ainda que o orador tenha mencionado os vínculos sociais e políticos de cada um destes oito candidatos ao Conselho Municipal, o redator do jornal partidário, ao transcrever o discurso, omitiu esses aspectos ao leitor. Nada escreveu sobre a atuação, representatividade ou capacidade pessoal de cada um, elementos que, como se viu nos processos anteriores tinham algum significado para a legitimação social das candidaturas.

O destaque do texto recaiu sobre a menção ao “espírito de renúncia”, ao desapego às “posições de destaque” mencionados no texto como características dos republicanos. Usar tais termos no momento da proclamação dos candidatos e posterior registro no jornal significava

⁶⁸A Federação, 21 jun. 1928, p. 1.

mais que um exercício de retórica. Lembrar da grandeza dos atos de abnegação política num momento de indefinição das candidaturas era mesmo um apelo aos não-contemplados com a indicação para que aceitassem as definições adotadas.

Outra particularidade significativa nesse processo foi a demora para essa nominata ser divulgada nas páginas de *A Federação*. Apenas no dia 26 de junho, ou seja, uma semana após a assembléia de lançamento, *A Federação* voltou a mencionar os nomes dos candidatos republicanos ao pleito municipal.

Os cidadãos que constituem essa chapa, quer pela significação individual, quer pelo elemento social que representam, oferecem as melhores garantias de um legislativo capaz e eficiente na gestão dos negócios do município de Porto Alegre.

As classes liberais ai estão, dignamente corporificadas na inteligência e cultura dos Drs. Oswaldo Vergara e Camilo Martins Costa; a engenharia terá no Dr. Adolpho Stern um representante legítimo, que levará ao Conselho a contribuição de um saber incontestável; o comércio e a indústria em todas as modalidades, terão voz autorizada no Conselho, por intermédio de Germano Petersen, Octávio Barreto e Luiz Correa Lima; e os operários, do mesmo modo, por intermédio de Francisco Xavier da Costa, esforçado lidador dos homens do trabalho.

Estamos, portanto, de parabéns: o problema da sucessão intendencial de Porto Alegre, resolveu-o o partido republicano sob a orientação suprema do ínclito Borges de Medeiros, com felicidade e acerto inegáveis, assegurando a capital do estado um quadriênio de labor, de dignidade, de progresso e de ordem [...].⁶⁹

Nessa nota, finalmente se têm informações que nos permitem entender os liames do processo que se está acompanhando. Diferentemente da descrição anterior, agora os nomes eram apresentados pelas suas qualidades profissionais e pessoais, que os credenciavam para a Intendência e para o Conselho Municipal. Ficou explícito que os candidatos deviam representar não apenas o partido, mas também um grupo social para assim, oferecer “as melhores garantias de um legislativo capaz e eficiente”. A vinculação social dos candidatos, tal como nos pleitos anteriores, foi reafirmada como uma condição para a indicação de um nome ao conselho municipal.

Na seqüência da nota, ficou reconhecida a existência de um “problema da sucessão intendencial”, antes apenas sombreado. Evidentemente, não se conhece a exata dimensão dessa querela. Não se tem como aferir o calor desse debate, nem mesmo as posições ali

⁶⁹A Federação, 26 jun. 1928, p. 1.

tomadas. Mas já há indícios suficientes para entender que ela passou pela definição dos candidatos ao Conselho Municipal, visto que somente após estar resolvido este “problema da sucessão”, o jornal divulgou os nomes dos candidatos para o Conselho Municipal.

Agora, eram divulgados sete candidatos para as nove vagas de conselheiros municipais, quando na plenária de antes, se falava em oito nomes, sendo retirado o nome de Frederico Trein. Considerando que cada candidatura deveria representar um grupo social, a redução da chapa republicana implicava a definição de qual seria o excluído da representação no conselho.

Lembremos que, já no pleito anterior, o PRR havia apresentado uma chapa com sete candidatos, deixando duas vagas em aberto. Contudo, essa redução do número de candidatos explicaria a dificuldade de acordo entre os republicanos, no momento de definição da nominata.

Tratando-se de uma divergência interna dos republicanos, justificava-se ainda a forma sumária com que essa questão dos conselheiros foi tratada na plenária e mesmo a demora na divulgação dos nomes nessa folha republicana. Mas para nossas reflexões interessa evidenciar que os dirigentes das associações políticas e dos diretórios distritais presentes à primeira reunião efetivamente interferiam nesse debate, deixando claro que não eram agentes de todo manobrados pela direção partidária.

Não somos ingênuos em acreditar que decisões de tal ordem se faziam sem a pressão das lideranças partidárias maiores. Efetivamente, o campo político não é um espaço social de iguais. Mas salientamos que, no processo agora observado vemos que as lideranças locais do partido não estavam totalmente submetidas à disciplina partidária.

Mais uma vez definidos os candidatos, esses passam a participar das reuniões de campanha promovidas pelas diferentes associações políticas republicanas em atividade na

cidade. Como mostra o Anexo 11, elas se sucederam desse momento até a véspera da votação, produzindo espaços sociais para a campanha eleitoral.

Do outro lado do cenário político da capital, os libertadores também enfrentaram dificuldades em definir sua participação no processo eleitoral de 1928. Lembremos que estava ocorrendo uma aproximação política entre a oposição e o Presidente do Estado Getúlio Vargas, com vistas ao processo sucessório nacional de 1930. Tal movimento, como aponta a bibliografia sobre o processo político regional, acabou contribuindo para um ambiente de não-enfrentamento por parte das lideranças da oposição. Por outro lado, o reconhecimento da vitória eleitoral da oposição em municípios do interior do estado estimulou alguns opositoristas da capital a apresentarem candidaturas ao pleito, à revelia das lideranças.

As informações a que se tem acesso sobre a movimentação entre os partidários da oposição são mais precárias do que as referentes aos republicanos. Contudo, quando se entende o campo político como um espaço social de regularidades, podemos nos valer do entendimento construído sobre a dinâmica interna do Partido Republicano para lançar luzes sobre os poucos indícios das ações da oposição.

Um primeiro aspecto sobre essa mobilização da oposição era mesmo a pouca informação sobre suas atividades. Talvez esse abafamento fosse motivado pela falta de um jornal opositorista que se ocupasse em divulgar essas atividades com a mesma intensidade que o órgão republicano. De fato, o *Correio do Povo* publicou mais de uma nota chamando a atenção para o movimento feito por Raul Pilla, liderança opositorista, para a fundação de um jornal libertador. Era mesmo anunciada a venda de ações da companhia editora e noticiadas as ações de divulgação dessa idéia em diferentes municípios do Estado.⁷⁰

Esse projeto de uma imprensa libertadora denota a falta que fazia um jornal para a oposição. Mas, de outra parte, a divulgação até mesmo dessa iniciativa evidencia que o

⁷⁰Correio do Povo, 12 jul. 1928, p. 4.

Correio do Povo não dava pouca atenção às atividades políticas deste grupo. Portanto, talvez tenhamos que considerar que as poucas referências apenas refletem a dimensão da ação política oposicionista na capital.

O *Correio do Povo* nos permite acompanhar apenas timidamente aquilo que devia ter sido um rico debate no seio da oposição, sobre a participação no pleito municipal de 1928. De acordo com as notas daquele jornal, surgiram duas correntes de opinião entre os oposicionistas da capital com relação à participação nas eleições municipais.

O Diretório do Partido Libertador de Porto Alegre, em reunião realizada, há dias resolveu, como já noticiamos concorrer ao próximo pleito para a renovação da administração da capital.

Em cumprimento desta resolução, foi marcado o dia de amanhã para a eleição prévia dos candidatos, havendo uma corrente favorável à apresentação de uma chapa, apresentando-se aos cargos de intendente e vice-intendente e de alguns conselheiros e, outra apenas, para conselheiros.⁷¹

Através desta nota confirma-se que é somente pouco mais de um mês da votação que a oposição decidiu concorrer ao pleito municipal. E para definir sobre a dimensão dessa participação foi convocada uma prévia partidária. Ou seja, tal como entre os republicanos, também no Partido Libertador o debate sobre as candidaturas saiu do círculo das lideranças e passou a mobilizar o conjunto dos partidários.

Este trecho retirado do jornal deixa evidente que havia um grupo de oposicionistas que desejava disputar os cargos de intendente e vice, ao passo que outros desejavam apresentar apenas os nomes para as vagas do Conselho Municipal. Pode-se considerar que divergências da oposição eram recorrentes frente ao seu fracionamento programático. Porém, levar a solução desse embate a uma prévia indica, num sentido, que o nível de dissenso sobre o tema era grande e conflituoso. Noutra direção, porém, vemos reafirmado que a participação do conjunto dos partidários na definição das candidaturas era uma prática socialmente valorizada.

⁷¹Correio do Povo, 14 jul. 1928, p. 12.

Sobre essa prévia eleitoral realizada pelos libertadores, o próprio *Correio do Povo* informava que, mesmo com o mau tempo, a votação esteve “bastante concorrida”.

Depois das 20 horas, foi feita a apuração das cédulas, verificando-se então, que o Partido Libertador opinava pela indicação dos drs. Wenceslau Escobar, ex-deputado federal, e Gabino Fonseca, médico aqui residente, para os cargos de intendente e vice-intendente respectivamente.

Os mais votados para conselheiros municipais foram os sr. Pio Contreira, do comércio local, e dr. Basil Sefton, lente da faculdade de medicina, únicos dois candidatos que apresentará o Partido Libertador.⁷²

Não se tem qualquer indicativo do número de eleitores ou de votos obtidos pelas teses concorrentes. Sabemos apenas que a prévia organizada pelo Partido Libertador da capital decidiu pela apresentação de candidatos para a intendência e vice-intendência, acompanhados de dois candidatos ao Conselho Municipal, apontando que os partidários da oposição na capital desejavam um enfrentamento eleitoral com os candidatos republicanos.

No dia seguinte, contudo, o Diretório do Partido Libertador de Porto Alegre reuniu-se para debater a participação da oposição no pleito municipal. Diferentemente do relato das reuniões anteriores, nesse momento foram apresentados os nomes das lideranças oposicionistas presentes à reunião. A referência nominal a esses personagens pode ser entendida como reforço de autoridade às decisões dessa reunião para se contrapor à decisão tomada antes, pois desconsiderando o processo de prévias, essa reunião do diretório decidiu pela não-apresentação de candidatos ao executivo municipal. Foram mantidos apenas os dois candidatos ao Conselho Municipal: Basil Sefton e Pio Contreras. Dessa forma, o diretório da oposição optou por apresentar apenas o número de candidatos deixado em aberto pela chapa republicana, evitando o enfrentamento eleitoral.

Mas o que se destaca como particular nesse processo é a disputa no interior da oposição. De um lado, estava uma determinada maioria dos partidários que participaram da prévia votando pela chapa completa; de outro, os dirigentes que decidiram pela apresentação de candidaturas na exata medida das vagas não preenchidas pela nominata republicana.

⁷²Correio do Povo, 17 jul. 1928, p. 14.

Enquanto que os primeiros desejavam o enfrentamento eleitoral, percebe-se, no movimento dos últimos, a tentativa de evitar o confronto político, que poderia tumultuar a aproximação com o governo do estado.

Essas duas correntes possuíam forças e poderes distintos dentro do Partido Libertador. A tese do enfrentamento aparentemente tinha maior capacidade de mobilização e, por isso, agiu através de uma prévia. Já os contrários ao enfrentamento aparentemente detinham o controle das estruturas burocráticas do partido e as utilizaram para reverter a posição. Ou seja, tal como ocorrido com os republicanos no momento de definição dos candidatos ao conselho, percebemos que, também no seio da oposição, lideranças e liderados divergiam e pressionavam uns aos outros nas definições das disputas políticas.

Outra aproximação que se deve fazer entre a postura da oposição e da situação é a estratégia de promover reuniões de campanha. Após essa definição pelos cargos que se disputaria, teve início uma série de atividades de campanha promovidas pelas associações políticas, como mostra o Anexo 12.

Mas, mesmo isso não pôs fim ao impasse sobre a participação da oposição no pleito. Em 24 de julho, as vésperas do pleito municipal em Porto Alegre, chegou à cidade a notícia da vitória dos candidatos oposicionistas para as intendências de Dom Pedrito e Cachoeira. O *Correio do Povo* afirmava que, “como em outros pontos do Estado”, os libertadores da capital, quatro dias antes da votação, também resolveram realizar uma manifestação pública de comemoração dessa vitória eleitoral.

O Centro dos Estudantes Libertadores resolveu promover, como antecipamos, ontem uma manifestação de apreço ao diretório central e local do Partido Libertador, tendo numerosos manifestantes se reunido, no largo fronteiriço à intendência municipal.

Organizando um préstito puxado por uma banda de música do exército, entre vivas ao sr. Assis Brasil e a outros próceres da oposição, os manifestantes tomaram a rua Sete de Setembro, e contornaram a praça Senador Florêncio, indo por último à frente do Partido Libertador, a rua dos Andradas.⁷³

⁷³Correio do Povo, 25 jul. 1928, p. 16.

Por essa nota vemos que os estudantes libertadores organizaram uma passeata seguida de comício no centro da cidade em comemoração às vitórias eleitorais em municípios do interior do Estado. Chegando à sede do Partido Libertador, foi proferida uma série de discursos da bancada onde se alternaram acadêmicos, promotores do ato e lideranças libertadoras.

Essa manifestação deixou claro que, tal como os republicanos realizavam atividades cívicas em frente ao monumento a Castilhos, a oposição também se utilizava estratégias de mobilização para disputar o pleito municipal.

Como esperamos ter deixado claro, o consenso sobre a candidatura de Alberto Bins para a Intendência Municipal ocultava o dissenso sobre os rumos da política municipal, tanto entre os republicanos como entre a oposição. De um lado, havia a indefinição de quais nomes deveriam compor a chapa republicana ao Conselho Municipal. De outro lado, a oposição debatia se deveria compor uma nominata completa que de fato disputasse o pleito ou se apenas apresentava candidatos aos postos não preenchidos pela chapa republicana, facilitando a aproximação política vivida em nível regional.

Nas edições do dia seguinte à votação, os jornais publicaram suas percepções sobre o processo eleitoral. Por esses textos, observamos que não recaíram suspeitas de fraudes sobre o pleito. Ao contrário, *A Federação* falava mesmo da cordialidade entre os concorrentes:

Queremos ainda, nesses rápidos comentários, frisar com satisfação e orgulho que a eleição de ontem decorreu na maior normalidade e ordem, com pleno e absoluto respeito a todos os direitos e garantias, circunstâncias que, em diversas mesas, os próprios adversários dignamente documentaram, fazendo constar das respectivas atas o seu louvor e o seu aplauso à correção e a cordialidade mantidos no decurso dos trabalhos eleitorais, o que eleva e honra sobremaneira a nossa educação política e a nossa cultura cívica.⁷⁴

Para o redator daquele órgão, a votação transcorreu “com pleno e absoluto respeito a todos os direitos e garantias”. Lê-se nessa nota a preocupação em afirmar o cumprimento dos

⁷⁴A Federação, 16 ago. 1928, p. 1.

termos do Pacto de Pedras Altas, que estabelecia garantias à participação da oposição nos pleitos. Para os republicanos, esse gesto refletia a “educação política e a nossa cultura cívica”. Ou seja, fazia parte de um compromisso moral mais que uma obrigação legal.

O depoimento publicado pelo *Correio do Povo* também apontava para esse respeito entre os partidos concorrentes. Nessa folha, tem-se ainda a transcrição do depoimento de um fiscal da oposição que testemunhava pela lisura do processo eleitoral.

Na 25ª secção, onde funcionou como presidente da mesa o Dr. Antônio P. Louzada, o fiscal da oposição fez o seguinte elogio:

Sr. Presidente. Como fiscal do Partido Libertador tenho o prazer de declarar que, no decorrer dos trabalhos eleitorais, notei em todos os membros da referida mesa a maior correção, dando lugar a que o pleito se realizasse com a máxima cordialidade.⁷⁵

Não se pode generalizar esse depoimento, mas também não se pode desconsiderá-lo como uma fala significativa sobre o processo. “O prazer de declarar” expresso no texto deve ser percebido no contexto de longa queixa da oposição pela efetivação de pleitos legalmente justos. Dessa forma, podemos ler nesse testemunho a satisfação de um vencedor, não do pleito, mas da disputa simbólica travada pela oposição em defesa de uma determinada concepção do processo eleitoral que agora se materializava.

Ainda assim, tomamos os números finais do pleito apenas como um indicativo do pensamento da população urbana. Como apresentado no Anexo 3, tendo por base os dados dos censos nacionais de 1920 e 1940, a população de Porto Alegre em 1928 podia ser estimada em 195.503 habitantes. Tomando por base os votos válidos para intendente temos uma participação de 8.121 eleitores. Assim, chegamos a participação de 4,1% da população nesse pleito, um número se mantinha acima das estimativas para as eleições nacionais do período.

A esmagadora vitória final de Alberto Bins, por 7.472 votos frente aos 331 votos de Lafayette Cruz e os 318 votos de Carlos Prestes, não nos surpreendem, visto essas

⁷⁵Correio do Povo, 16 ago. 1928, p. 14.

candidaturas oposicionistas não terem realizado campanhas. Da mesma forma, a eleição dos candidatos republicanos ao Conselho Municipal, todos com mais de 7.000 votos, não causou estranheza. Mesmo assim, devemos interpretar com maior cuidado o significado desses resultados, expostos no Anexo 13.

Uma primeira observação deve ser feita sobre a votação de Frederico Trein para o Conselho Municipal. Deve-se lembrar que o nome desse republicano constava da primeira lista divulgada na plenária de lançamento das candidaturas republicanas. Mas, após a resolução do “problema da sucessão intencional”, foi retirado da nominata.

Assim, entendemos que, embora republicano, ele tenha concorrido como candidato avulso naquele pleito. Aparentemente, a solução anunciada para o problema da sucessão não foi eficientemente encaminhada, ou talvez, não tenha sido tranquilamente aceita pelo conjunto dos eleitores do partido, uma vez que Frederico Trein se elegeu.

Ao mesmo tempo, o Mal. Mesquita, que era identificado como um republicano, também concorreu como avulso, porém não se elegeu, tendo obtido uma votação muito diminuta. Assim, vemos que essa desobediência não era dispersa.

Uma segunda consideração recai sobre os dois nomes oposicionistas que obtiveram votações expressivas para o cargo de intendente. Lembremos que, pela legislação em vigor, não havia a necessidade de registro prévio de candidaturas, assim os nomes de Lafayette Cruz e Carlos Prestes poderiam ser votados independente de seus desejos pessoais ou das objeções partidárias.

Para entendermos o significado destas votações devemos destacar que Lafayette Cruz era um dos presentes à reunião do Diretório Libertador que havia suspenso as candidaturas oposicionistas ao executivo municipal. Não se sabe sua posição naquele debate, mas tem-se

presente que a menção de seu nome naquele momento o destacava como alguém de prestígio junto aos correligionários.

Já Carlos Prestes era uma liderança do movimento tenentista que questionava as estruturas políticas da República. Como visto antes, a legislação não exigia inscrição prévia dos candidatos, e sem dúvida, ele não se apresentou à cidade em campanha eleitoral. Mas sua votação, bem próxima da obtida pela oposição, demonstrou que esse movimento de contestação a ordens político social vigente encontrava acolhimento na comunidade política local.

De outra parte, Gabriel Moacyr, que obteve votação expressiva para a vice-intendência, também era uma das lideranças da oposição. Ele estava presente ao ato em comemoração à vitória em Dom Pedrito e Cachoeira e se pronunciou aos opositores que ali se manifestavam. Sua votação para o cargo de vice-intendente esteve bem próxima da soma dos votos dados aos dois candidatos opositores à intendência. Mais curiosa fica a situação, quando lembramos que nenhum desses nomes foram lançados publicamente como candidatos. Ao contrário, o Diretório do Partido Libertador tinha decidido por não disputar os cargos executivos.

Não podemos atribuir esses números a mera coincidência. Votações tão próximas entre si para os cargos do executivo são indícios de que elas constituíam diferentes estratégias de intervenção na forma de votação. Indo em desacordo com a decisão tomada pela Comissão Executiva parecem mais uma dissonância entre os diferentes setores da oposição. A documentação não nos permite afirmar com certeza o significado desses números, mas ainda assim nos atrevemos a aventar algumas possibilidades interpretativas.

Uma explicação possível para essa votação díspar entre os diferentes candidatos da oposição seria apontar para uma falta de organização por parte dos opositores. Contudo, ao lembrar os lances políticos e as atividades promovidas durante a campanha, percebemos

que a oposição não estava desarticulada. Dessa forma, preferimos inferir que esses números indicam a existência de diferentes estratégias no interior dos eleitores da oposição.

Se for tomado o total de votos atribuídos aos conselheiros da oposição – 9.845 – e dividirmos pelos nove votos que cada eleitor poderia acumular em um ou mais candidatos, podemos estimar que a oposição levou às urnas algo próximo de 1.000 eleitores, e não apenas os 300 votos para intendente ou os 600 para vice-intendente.

Nessa hipótese, cerca de 300 eleitores seguiram o projeto da prévia do Partido Libertador e votaram em uma chapa completa de libertadores: intendente, vice e acumularam seus votos em dois conselheiros. Outros 300 eleitores, muito provavelmente não-libertadores, decidiram por votar no candidato ligado ao movimento tenentista para intendente e no candidato libertador para vice, o que explicaria seus 600 votos. Já um terceiro grupo de aproximadamente 400 eleitores teria seguido as instruções do diretório do Partido Libertador e votaram apenas nos candidatos ao Conselho Municipal.

Independente da precisão desse cálculo, os resultados obtidos pelos candidatos oposicionistas nos permitem perceber que houve diferentes comportamentos eleitorais. Podemos mesmo ponderar que aqueles diferentes projetos de participação no pleito municipal que se manifestaram no momento de definição das candidaturas permaneceram latentes, mesmo depois das decisões em contrário tomadas pela lideranças partidárias.

Houve uma intenção, portanto, das lideranças da situação e também da oposição de produzir um consenso entre seus eleitores de como conduzir a votação. Mas isso não ocorreu. Nem os chefes da oposição evitaram a emergência das candidaturas à intendência e vice-intendência, nem os dirigentes republicanos conseguiram impedir a inclusão de um oitavo nome na lista republicana de conselheiros.

Tanto de um lado como de outro é possível identificar que essa movimentação foi promovida à revelia das orientações das lideranças políticas republicanas e oposicionistas, fato que evidencia a existência de espaços de decisão diferentes das plenárias partidárias aqui apresentadas controladas pelas lideranças.

2.4 O significado das eleições

Como esperamos ter deixado transparecer nessa análise das campanhas eleitorais realizadas durante a década de 1920, em Porto Alegre, não ocorreu apenas uma troca dos nomes nos postos da administração municipal. Houve sim, uma alteração da forma como se estabelecia a disputa e legitimação do exercício do poder institucional e a emergência de novos espaços e possibilidades de ação política por parte dos eleitores urbanos.

Mais do que os resultados eleitorais, foram as representações e práticas utilizadas para agir, codificar e interpretar o processo político que permitiram perceber as rupturas e continuidades desse processo. Foi a percepção dos códigos operados por essa comunidade de sentidos ao longo das campanhas que evidenciou as regularidades desse campo político.

Em 1920, José Montauray foi lançado como candidato a intendente por Borges de Medeiros, sem maiores mobilizações ou justificativas. Ele era o intendente já eleito por sete vezes sucessivas, o eterno candidato republicano ao cargo. A campanha, nessa eleição, se limitou aos artigos publicados por *A Federação*, pois a legitimidade de seu nome e dos candidatos ao Conselho Municipal dependia basicamente, da escolha do líder partidário.

Em 1924, por força do Pacto de Pedras Altas, ficou vedado o estatuto da reeleição. Colocada em xeque, a estratégia de manutenção do poder institucional através de sucessivas reeleições montadas pelo borgismo não mais se sustentava, ao mesmo tempo em que o eleitorado urbano se diversificava, por conta do processo de modernização econômica. Ao PRR ficou colocada a necessidade de rearticular os mecanismos de legitimação social do

controle do aparelho estatal. Já para a oposição emergia a possibilidade de disputar os cargos eletivos através de eleições lícitas.

Frente a essa situação, a concorrência eleitoral deixou de ser um jogo restrito às lideranças partidárias, transferindo-se para uma rede de associações políticas que se responsabilizaram pelas atividades de campanha eleitoral. Dessa forma, passou a envolver ativamente um conjunto de novos agentes.

A grande plenária de aclamação da candidatura de Otávio Rocha e demais candidatos ao Conselho Municipal de 1924 significou não apenas a ascensão de novos nomes aos postos municipais. Significou a construção de espaços de sociabilidade política nos quais emergiam representações e práticas sociais para codificar e interpretar o processo político. Essa alteração tornou-se mais clara em 1928, quando as associações políticas republicanas não apenas aprovaram as candidaturas, mas procuraram mesmo interferir na definição dos nomes dos candidatos.

Entre os partidários da oposição, de forma muito semelhante, também surgiram pressões por posições mais agressivas no enfrentamento eleitoral. Lembremos que, em 1920, a oposição não apresentou candidatos, possivelmente para não legitimar um processo que julgava fraudulento. No pleito de 1924, a oposição apresentou uma chapa completa para o pleito municipal; já no de 1928, o debate no interior da oposição se estabeleceu no grau de enfrentamento eleitoral conveniente a um momento de aproximação política. Esses encaminhamentos já evidenciavam as diferenças de postura da oposição naquele período.

A continuidade do PRR à frente da Intendência de Porto Alegre, ao longo da década de 1920, portanto, não pode ser entendida como a manutenção de uma política administrativa ou mesmo da manipulação dos resultados eleitorais. Percebemos que o PRR legitimou sua supremacia política através de estratégias eleitorais distintas para duas conjunturas políticas também diferentes.

Num primeiro momento, como visto, os candidatos eram definidos pelas lideranças partidárias e apresentados à comunidade. Nos processos seguintes, os candidatos eram apresentados como escolhas coletivas aclamadas pelo conjunto dos partidários. Por fim, os partidários assumiam posturas mais autônomas e passavam a propor candidaturas à revelia do interesse das lideranças partidárias.

Não foi por acaso portanto, que, em meio a essa crise hegemônica, o PRR substituiu o “eterno intendente” pelo nome de Otávio Rocha. Também não foi coincidência a posterior permanência de Alberto Bins como intendente. Longe de ser uma troca da guarda, entendemos que esse processo representou a emergência de uma estratégia distinta de intervenção no campo político. Percebemos uma capacidade das lideranças políticas de adequarem suas estratégias de mobilização eleitoral às demandas sociais e políticas decorrentes do cenário em transformação vivido na cidade de Porto Alegre.

Sendo fato que as lideranças partidárias tinham forte poder de definição dos encaminhamentos tomados, também fica evidente que surgiam novos mecanismos de mediação política entre esses e os partidários. Sendo constatado que o PRR acatou o acordo de Pedras Altas e disputou os pleitos através do voto, como queriam os liberais, também ficou claro que esses utilizavam as práticas e representações políticas operadas pelos republicanos nas disputas eleitorais.

Pelo anteriormente descrito, era perceptível que tanto a oposição como os republicanos articularam um outro conjunto de representações e práticas sociais para codificar, interpretar e agir no campo político. A base dessa estratégia era uma rede de associações que se disseminou na cidade. Para estabelecer a legitimidade social do poder institucional, ambos procuraram montar uma estrutura de arregimentação e mobilização do eleitorado urbano que se apropriava dos códigos da vida moderna.

No processo de transformações socioeconômicas e de questionamento das estruturas de dominação, as associações significaram uma superação das práticas de controle do eleitorado. Responderam simultaneamente ao esvaziamento das relações de dominação coronelistas, evitando uma ruptura total com o mandonismo local e com as práticas clientelistas, e a modernização das relações sociais, que impelia os grupos sociais urbanos a se comportarem de forma autônoma no processo eleitoral. Elas se constituíram em um espaço de sociabilidade onde se socializavam as representações e práticas legítimas para os membros dessa comunidade codificar e interpretar e agir no campo político.

Para, entender como os agentes sociais se apropriavam e operacionalizavam o código deste campo devemos adentrar neste espaço de sociabilidade que são as atividades promovidas pelas associações e ali alcançar as práticas e representações que compõem a cultura política desse tempo-espaço. A esse desafio nos colocamos no próximo capítulo.

3 Associações políticas no cenário urbano

Como esboçado no capítulo anterior, as associações tiveram um papel de destaque nas eleições municipais em Porto Alegre, durante a década de 1920. Importância que pode ser avaliada tanto pelas atividades que promoviam como pela cobertura que os jornais prestavam a suas atividades.

Como meio de comunicação, o jornal ganhou importância à medida que a população urbana cresceu e as relações sociais se tornaram mais complexas. Na cidade moderna, a população se expandiu, e as informações necessitavam de veículos próprios de divulgação. Segundo Habermas, os jornais, como veículos das informações, se constituem em um elemento importante da vida em comunidade. Ao analisar a formação do Estado moderno na Alemanha, este autor identificou que, juntamente com a burocratização, se formou um conjunto de instituições privadas, tais como jornais, correios, clubes e salões, que conformaram um espaço de debates sobre os regulamentos e deliberações do monarca.

A esse conjunto de práticas sociais, que chamou de “esfera pública”, atribuiu a importância de serem instituições através das quais circulavam as informações sobre as decisões e problemáticas que interferiam na vida coletiva. Dessa forma, eles foram instrumentos que contribuíram para que os diferentes agentes sociais se posicionassem frente aos debates da comunidade política.¹

Fazendo uso desta visão teórica, o estudo de caso de Sandra Jovchelovitch faz uma análise de como as representações que a sociedade brasileira da década de 1990 articulava sobre sua esfera pública interferiam na própria constituição e redefinição das formas como os membros da comunidade política agiram nesse espaço social.

A vida pública, com suas instituições específicas, seus rituais e significados, é o topo no qual as representações sociais desenvolvem-se e adquirem

¹HABERMAS. Jurgen. Mudança estrutural da esfera pública. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

existência concreta. Quando isso ocorre as representações sociais, elas mesmas, tornam-se constituintes da vida pública. Entre representações sociais e a esfera pública, portanto, há uma relação dialética.²

Nessa análise, a esfera pública, que pode ser objetivamente percebida através de algumas instituições como jornais e associações corporativas, também se manifesta por um componente subjetivo. As representações que os membros de uma comunidade constroem a respeito das instituições públicas, das possibilidades e limitações do campo político interferem, objetivamente, nas ações que esses indivíduos se propõem a realizar no cenário político.

Assim, entendemos que, longe da imparcialidade, os jornais carregam em si uma linha editorial e transmitem a visão de mundo particular de seus editores, um compromisso político cujos valores por vezes, se confundem com os dos grupos políticos em disputa. Em órgãos como *A Federação*, que era um veículo partidário, esse compromisso político estava inerente. Já o *Correio do Povo* buscava uma certa independência frente às disputas partidárias e abria espaços para ambos os grupos em disputa na cidade.

A necessidade de publicar sistematicamente informações sobre as associações já pode ser tomada como indício da importância de suas atividades para a cena política urbana. De outra parte, temos claro que a publicação e circulação dessas informações fazem parte da própria disputa, visto que a divulgação de um maior número de atividades poderia levar os contemporâneos a perceber uma maior capacidade de mobilização eleitoral.

Na reflexão que estamos propondo, a disputa política no interior de uma sociedade baseia-se, simultaneamente, no controle do poder institucional e na instauração do poder simbólico, na medida em que este é o responsável pela definição das possibilidades de exercício daquele. Essa dimensão simbólica, conforme sublinha Bourdieu, é uma das formas de reprodução das estruturas de poder, pois:

²JOVCHELOVITCH, Sandra. Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 82.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço da sua força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a “domesticação dos dominados”.³

Com base nesse entendimento dos sistemas simbólicos podemos perceber as formas de enunciação da disputa política como um dos mecanismos de autolegitimação do poder. Podemos propor que o discurso autoritário, característico tanto das lideranças republicanas como das oposicionistas, e a prática da exclusão política na sociedade porto-alegrense consistiram em um mecanismo de legitimação desta elite política que ecoou pela produção bibliográfica.

Mas os jornais também têm que dar conta do compromisso com a verdade frente a seus leitores, com suas expectativas e interesses de informações que correspondam com os acontecimentos. Sendo certo que o redator pode destacar ou minimizar um evento, também é certo que ele não pode simplesmente inventar um evento ou negar a existência de outro, sob pena de perder sua credibilidade.

Com esses filtros, o leitor de hoje pode ler as notícias do passado, não como narrativa fiel dos fatos, mas como representações sobre as práticas sociais estabelecidas por essa comunidade. E, com base nos seus testemunhos, hoje se pode reconstruir, ainda que precariamente, a vida política associativa existente na cidade de Porto Alegre da década de 1920.

Nas colunas dedicadas à vida da cidade de Porto Alegre, jornais como *A Federação* e o *Correio do Povo* noticiavam com muita frequência as atividades realizadas pelas associações políticas. Essas informações eram publicadas em dois formatos: o primeiro deles

³BOURDIEU, op. cit., p. 11.

podemos chamar de “anúncios“, o segundo, de “notas jornalísticas”. No primeiro caso, trata-se de textos com características semelhantes às notas publicitárias do período.⁴

Nas páginas do *Correio do Povo*, eles se misturavam à propaganda de emplastos milagrosos, feitos de algum cirurgião e avisos de chegada de novos produtos no comércio. Em *A Federação*, os anúncios das associações não apareciam junto às notas publicitárias, mas junto às colunas dedicadas à política. Ainda assim, eram apresentados em dimensões e caracteres que os destacavam do restante do texto. Dessa forma, tomamos como notas publicitárias textos como o seguinte:

O Grêmio Republicano “Flores da Cunha” realizará, Sexta feira, 20 do corrente, às 20 horas, em sua sede social, a rua Barão do Amazonas n. 3, no Parthenon, uma sessão de propaganda da chapa republicana.⁵

Os anúncios em geral, eram avisos e convocações para as atividades promovidas. Dirigidos a um público específico, convidavam para participar de alguma atividade a se realizar. Neles, vemos informações básicas, como data e hora. O local da atividade, por vezes, era mencionado como a sede da associação, sem explicitar o endereço e julgando que os leitores saberiam localizá-la. Eventualmente, mencionava-se quem participaria da atividade como convidado, como celebridade ou como orador. E eram sempre acompanhados da assinatura de algum diretor da associação promotora.

No conjunto, essas características apontavam para a intencionalidade de apresentar um certo grau de formalismo à atividade. Tornar as chamadas formais poderia indicar um esforço por parte dos organizadores em ampliar o prestígio que se pretendeu atribuir ao evento divulgado, revertendo aos promotores o capital simbólico ali produzido.

Já as “notas jornalísticas” eram textos produzidos por algum editor do jornal que presenciara ou tivera informação da atividade. Via de regra, elas relatavam alguma reunião ou

⁴TRUSZ, Alice Dubina. A publicidade nas revistas ilustradas: o informativo cotidiano da modernidade. Porto Alegre 1920. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

⁵A Federação, 18 jul. 1928, p. 4.

outra atividade já ocorrida, mas não raro se referiam a algum evento por ocorrer, podendo ser mais ou menos detalhadas. Em geral, o redator do jornal escrevia as informações das atividades que presenciava. Por vezes, era a transcrição de um telegrama ou ofício enviado pela diretoria da associação para a redação, que o publicava na íntegra, e não raro se assemelhava a uma ata do encontro, citando de forma muito sintética, o horário de início e término, quem a presidiu, quem a secretariou e o que se pronunciou. Em eventos de maior significado, os discursos eram transcritos em partes ou mesmo na íntegra.

Essa conexão entre os diretores das associações e as redações dos jornais pode ser tomada como outro indício da legitimidade desses diretores como interlocutores do processo político urbano. Podemos também relacionar o tamanho e a frequência dessas notas com a importância que se desejava atribuir à atividade divulgada. Notamos mesmo que, em *A Federação*, os relatos de algumas atividades ganhavam mais destaque na diagramação que outras, através de um título com letras maiores e mesmo de uma borda que os separava do conjunto das outras informações, particularmente às vésperas das eleições. Como jornal partidário que era, prestava-se a passar dias seguidos referindo-se a um mesmo evento, uma mesma reunião ou comício.

Fora do contexto eleitoral, as informações sobre as associações ficavam mais limitadas. Ainda assim, notamos referências a atividades como a eleição e posse de uma diretoria, a inauguração da sede ou o descerramento de fotografias ou bustos nas suas salas. Esses relatos permitem perceber que elas tinham uma vida própria e atividades constantes que não se resumiam aos trabalhos eleitorais.

São substancialmente esses registros dos jornais que estão sendo utilizados para resgatar do passado as atividades promovidas pelas associações. Essa documentação permite reconstituir, ainda que parcialmente, a sociabilidade desses espaços e rearticular o código utilizado pelos agentes para codificar, interpretar e agir no campo político da cidade de Porto Alegre da década de 1920.

Mesmo falando, até o momento, de um objeto histórico espacialmente pequeno, a cidade de Porto Alegre, e temporalmente curto, a década de 1920, julgamos que a partir de agora, nossa pesquisa passa a se caracterizar propriamente como um estudo de micro-história. Essa perspectiva historiográfica, como exposto antes, distingue-se não tanto pela envergadura do objeto estudado, por sua amplitude temporal ou espacial, mas pela percepção de relações sociais na dimensão do que foi operacionalizado pelos agentes históricos, por perceber as práticas e representações sociais manobradas pelos agentes históricos nas suas relações sociais diretas.⁶

Para identificar o papel desempenhado pelas associações políticas no processo de arregimentação e mobilização eleitoral na cidade de Porto Alegre, durante a década de 1920, nossa observação foi dividida em dois momentos. Primeiramente, vemos como as associações políticas se distribuía, espacial e socialmente, no território urbano. No segundo momento, identificamos traços comuns de sua organização institucional.

Avaliamos que ao esquadrihar a dinâmica de funcionamento das associações evidenciamos algumas regularidades desse campo social, identificando a cultura política dessa comunidade. Isto nos possibilita apreender as estratégias utilizadas pelos grupos sociais emergentes do processo de modernização para se posicionar frente as disputas, mas também observar como as lideranças partidárias enfrentavam as mudanças das regras da concorrência eleitoral colocadas após o Pacto de Pedras Altas.

3.1 Agentes coletivos do campo político

Quando narramos as eleições municipais de Porto Alegre na década de 1920 ficou evidenciado que as associações políticas ganharam importância progressiva. Como vimos, que elas foram o mecanismo utilizado não apenas pelo Partido Republicano, mas também pela

⁶GINZBURG, Carlo. A micro-história e outros ensaios. Lisboa: Difel, 1991. LEVI, Giovanni. A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

oposição, que fazia uso do mesmo estratagema na disputa eleitoral. De tal sorte, elas não podem ser tomadas como mecanismo particular do PRR ou da oposição, mas como prática social articulada pelo conjunto das forças em disputa. Estratégia de mobilização do eleitorado urbano que deve ser entendida como uma característica da cultura política desta comunidade.

Sintetizando as formas como a vida associativa tem sido tratada pela historiografia política, Jean-Pierre Rioux aponta a importância desses grupos, não propriamente partidários, para o entendimento das disputas pelo poder no interior da comunidade. Para o autor, as associações articuladas no interior do campo político podem ser caracterizadas como:

organizações que têm uma direção e que são visíveis [...], organizações que não concorrem para a expressão do sufrágio e para o exercício direto do poder, mas que, em nome dos interesses que invocam na proporção da pressão que exercem sobre a opinião e os poderes públicos, não apenas tem acesso ao político, mas contribuem para estruturar o que os cientistas políticos chamam de um “sistema” político.⁷

A observação do fenômeno associativo deve ter em conta que ele está baseado num determinado acerto entre os participantes. Embora as entidades se diferenciem no que diz respeito ao grau e finalidade da organização, podemos dizer que elas partem de um acordo em que se estabelecem as normas, algumas públicas e outras subjetivas, que dão sentido e coerência à ação coletiva.

O fundamento dessa particular configuração de grupo social é sempre normativo, no sentido de que se trata de uma entidade organizada de indivíduos coligados entre si por um conjunto de regras reconhecidas e repartidas, que definem os fins, os poderes e os procedimentos dos participantes, com base em determinados modelos de comportamento oficialmente aprovado.⁸

A associação dos indivíduos, uma vez formalizada, pode direcionar-se para atividades e finalidades tangenciais ou mesmo muito distintas daquelas para as quais inicialmente se destinava. Dessa forma, a percepção da ação dessas entidades não deve se prender apenas ao propósito manifesto, posto que esse nem sempre corresponde a sua principal interferência na comunidade política.

⁷RIOUX, Jean-Pierre. A associação em política. In: RÉMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996. p. 99-139. p. 103.

⁸CASAREO, Vicenzo. Associonismo voluntário. In: BOBBIO, Norberto et al. Dicionário de política. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1992. p. 64-66. p. 64.

Investigando um caso particular dos movimentos sociais urbanos existentes na cidade de Porto Alegre, nas décadas de 1980 e 1990, Marcelo Kunrath Silva propõe uma abordagem sobre as formas de organização comunitária que rompa com as visões polarizadas sobre a prática associativa das comunidades. Elas não são elementos de um projeto de ruptura social e tão pouco, correspondem a uma prática meramente assistencialistas.

É na produção de novas relações interpessoais, de novos discursos e valores, enfim, de novas práticas cotidianas geradoras de transformações culturais, que se localiza o potencial contestador dos movimentos sociais e se produzem ações que tencionam as instituições sociais e políticas da sociedade.⁹

No caso estudado, o autor aponta como a prática associativa vivida pelos agentes sociais no interior da Igreja Católica, durante o Regime Militar brasileiro, fortaleceu as estratégias de mobilização social pela melhoria da infra-estrutura urbana. De tal sorte que os agentes sociais ali inseridos se sentiram capacitados a empreender combates pela redemocratização do país.

Para esse estudo do campo associativo, o entendimento da ação das instituições passa pela noção de sociabilidade. Julgamos ser no espaço social das relações diretas que se difundem e se potencializa as representações e práticas sociais ligadas a ação política. Dessa forma, propomos que as associações se constituíram um espaço de sociabilidade onde se articulavam representações e práticas sociais utilizadas por essa comunidade para codificar, interpretar e agir no campo político.

Através dessas entidades os grupos sociais se organizam para se fazer ouvir não somente pelos demais setores da sociedade, mas também pelas estruturas de poder, de forma a interferir nas decisões tomadas pela comunidade. Assim sendo, a percepção desse fenômeno deve estar atenta para a percepção do código operado pelos agentes sociais no seu interior.

⁹SILVA, Marcelo Kunrath. Cidadania e exclusão: os movimento sociais urbanos e a expansão de participação na gestão municipal de Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2002. p. 29.

Um primeiro aspecto das associações políticas a ser percebido é a sua distribuição no tecido social urbano. A experiência da modernidade, como antes entendido, promoveu uma divisão social do território urbano. Eram as fronteiras invisíveis da cidade moderna que reunia a todos em um mesmo espaço físico, mas que distinguia todos em vários espaços sociais. Nesse cenário, freqüentar esse ou aquele café, mais do que uma questão de paladar, podia refletir uma posição política.¹⁰

A cidade moderna não era um território uniforme. Dentro dela se misturavam e também se distinguiam vários grupos sociais: estudantes e bacharéis; doutores advogados e doutores médicos; operários nacionais e estrangeiros; comerciantes do porto e industriais dos arrabaldes; moradores da Azenha e dos Navegantes.

Transitar por uma ou outra praça, mais do que o trajeto para a casa, indicava um caminho de prestígio. Os grupos sociais na cidade moderna se encontravam e se cruzavam, mas não se misturavam, pois assim como se distinguiam os lugares para os homens de bem daquele das mulheres de vida fácil, também se divisava o espaço dos malandros daquele das moças de família.¹¹

No campo político, a vida moderna na cidade não era muito diferente. Num espaço social com tantas pessoas circulando, o mundo não estava mais ao alcance das mãos. Ficava difícil encontrar os coronéis que decidiam as coisas da política, que atendiam favores e solucionavam dificuldades das pessoas simples. No cenário urbano, onde as relações de dependência eram mais diluídas, o coronelismo e o mandonismo local, característico da República Velha, perdiam força política e também legitimidade simbólica posto que as

¹⁰MARONEZE, Luiz Antônio Gloger. Espaços de sociabilidade e memória: fragmentos da "vida pública" porto-alegrense entre os anos 1890 e 1930. Porto Alegre: PUCRS, 1994. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1994. FRANCO, Sérgio da Costa. Porto Alegre na guerra civil: o "combate" dos cafés. In: POSSAMAI, Zita. Revolução Federalista de 1983. Porto Alegre: SMC, 1993. p. 65-70. PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Márcio. Antropologia, voto e representação política. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

¹¹PESAVENTO, Sandra Jatahy. O espetáculo da rua. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992-b. _____. Os pobres da cidade. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994. _____. Cidadania e exclusão. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2002-a.

oligarquias tradicionais dividiam espaço, riqueza e prestígio com os grupos economicamente emergentes da burguesia industrial e comercial.

Na cidade moderna, o eleitorado se multiplicava, um incremento tanto do número absoluto de eleitores como do ponto de vista proporcional. Contudo, os custos para incorporá-los na rede clientelista se tornavam progressivamente mais altos e as estratégias tradicionais menos eficientes, exigindo um maior refinamento das posturas e maior sutileza nas relações de dominação. De outra parte, a clientela também tinha mais dificuldade em encontrar os poderosos da cidade, os coronéis da política. Desta forma para os de baixo também se fazia necessário encontrar novos mecanismos através dos quais fosse possível solucionar problemas e pleitear favores cada vez mais complexos.

Na Porto Alegre da década de 1920 as associações responderam a essa necessidade da vida urbana. Fundadas tanto pelos partidários republicanos como pelos oposicionistas, elas cumpriam a função de agregar eleitores de diferentes grupos sociais.

As informações de que se dispõe levam a crer que as associações dividiam entre si tanto áreas geográficas de atuação como grupos sociais. Era como se cada partido tivesse dividido a cidade geográfica e socialmente, na tarefa de arregimentar e mobilizar o eleitorado. Portanto, devemos evidenciar como as associações políticas existentes na Porto Alegre da década de 1920 se distribuía, territorial e socialmente, no espaço urbano e verificar, se possível, as divisões próprias do espaço urbano conformado pelo processo de modernização com a distribuição geográfica e social das associações políticas.

Um exemplo de como essa disputa partidária poderia desenvolver espaços particulares para a atuação política foi o meio estudantil. Se tivermos presente que o ensino superior no Brasil do início do século XX era um privilégio possível de ser sustentado por poucos, e que na república dos bacharéis esse diploma contava para muito mais do que o exercício da advocacia, ver-se-á que as disputas nesse meio não eram de menor importância. Eram, no

mínimo, os ensaios das polêmicas a serem estabelecidas pelas gerações futuras e por isso, mereciam cobertura da imprensa da época.

Já no seu início, o movimento republicano se deu com forte presença de acadêmicos dos cursos superiores. Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e Assis Brasil, entre outros, mantiveram forte atuação durante sua passagem pela Faculdade de Direito de São Paulo.¹² Ali, esses e outros agentes participaram do Grêmio Republicano Vinte de Setembro, que, como o nome alude, propagava o ideal republicano, resgatando a memória da Revolução Farroupilha. A esse respeito, Carlos Reverbel diz:

Ao matricular-se na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1876, Assis Brasil estava preparado para integrar o grupo de estudantes rio-grandenses que ali se formara, com o propósito de pregar e propagar o sistema republicano de governo e de apressar a mudança do regime político do País. Militou, então, ao lado de moços vocacionados como ele para a vida pública, entre os quais avultavam os nomes de Júlio de Castilhos, Alcides Lima, Pinheiro Machado, Ernesto Alves, Borges de Medeiros, Barros Cassal, Germano Hasslocher, Homero Batista, Vítório Monteiro, Álvaro José Gonçalves Chaves. Esta seria a geração mais vigorosa e atuante jamais aparecida no cenário político gaúcho.¹³

Mais tarde, a Faculdade de Direito de Porto Alegre também formou sua tradição política. Na da chamada “geração de 1907”, temos uma série de outros tantos ilustres da política. Aita e Axt comentam que o apoio de um expressivo grupo de estudantes à candidatura de Carlos Barbosa ao governo do Estado em 1907 também se fez com a formação de uma associação política:

Em apoio a esta indicação, Getúlio [Vargas] aliado a João Neves, Firmino Paim Filho, Maurício Cardoso, Eurico Gaspar Dutra, Pedro Aurélio de Góis Monteiro e mais um expressivo número de estudantes engajados na causa republicana fundaram o Bloco Acadêmico Castilhista. Contando com o apoio ilustre do senador José Gomes Pinheiro Machado, as idéias deste grupo foram largamente discutidas nas páginas de um jornal que denominaram O Debate.¹⁴

Como se pode perceber, existia uma longa tradição de participação dos estudantes nas disputas políticas vindas dos tempos do Império, quando já se articulavam associações de

¹²Embora tenha cursado a Faculdade de Direito de São Paulo, no quinto ano Borges de Medeiros transferiu-se para a Faculdade de Direito de Recife, onde concluiu seu curso.

¹³REVERBEL, Carlos. Assis Brasil. Porto Alegre: IEL, 1996. p. 10.

¹⁴AITA, Carmem; AXT, Gunter. Getúlio Vargas: discursos (1903-1929). Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1997. p. 28.

caráter político, e que se estendeu pelo século XX. Através delas, percebemos a intenção desse grupo social de congregar força e tornar públicas suas opiniões.

Em setembro de 1920, temos o relato da reunião do Centro dos Acadêmicos de Direito, dizendo que os trabalhos estiveram “agitadíssimos”, devido a uma iniciativa aparentemente secundária, mas em tudo significativa, das disputas políticas dos anos 1920. Ocorreu que a diretoria da entidade decidiu por não participar das homenagens póstumas a Gaspar Silveira Martins, ícone da oposição federalista. Tal atitude gerou descontentamento dos estudantes ligados ao federalismo, que fizeram aprovar uma moção recriminando essa recusa da diretoria. Poucos dias depois, o mesmo grupo de estudantes federalistas reuniu-se no Centro Federalista e decidiu pela criação de um Grêmio de Estudantes Federalistas.

Dada a proximidade da renovação da diretoria do Centro dos Acadêmicos de Direito, possivelmente essa reunião federalista tenha tratado da eleição, mas com pouco proveito, como mostra a nota sobre a eleição nessa associação:

Realizou-se ontem, às 9 horas a sessão de assembléia geral do Centro dos Acadêmicos de Direito para tratar da eleição do presidente e da comissão eleitoral daquela agremiação.

[...] Procedida a eleição, esta deu o seguinte resultado: presidente, o acadêmico Miguel Teixeira e comissão Fiscal: Pamphylio Cylon Rosa, Fanor Marsililac e J. Loureiro da Silva.¹⁵

Ao cruzar esses nomes com os que aparecem em notas sobre outras reuniões promovidas por estudantes federalistas e republicanos, podemos dizer que nenhum dos eleitos esteve presente em atividades federalistas. Já Fanor Marsililac era liderança dentro das reuniões de estudantes republicanos, e J. Loureiro da Silva, embora ainda não tivesse grande destaque, viria a ser liderança política na cidade.¹⁶ Ou seja, os federalistas não conseguiram eleger a diretoria do Centro dos Acadêmicos de Direito, perdendo essa disputa política para os republicanos.

¹⁵Correio do Povo, 16 set. 1920, p. 4.

¹⁶José Loureiro da Silva foi prefeito entre 1937-1945 e 1960-1963. Formou-se na Faculdade de Direito de Porto Alegre, em 1923, estando, portanto, na instituição no momento que agora se menciona. SPALDING, Walter. Pequena história de Porto Alegre. Porto Alegre: Sulina, 1967. p.179-182.

Anos após esses fatos, em maio de 1922, a disputa se deu no sentido inverso. Nesse segundo momento, os acadêmicos republicanos se colocaram contra a iniciativa da diretoria do Centro dos Acadêmicos de Direito, que enviou, em nome da entidade, um telegrama de solidariedade ao então deputado Eptácio Pessoa. Dessa reunião resultaram um novo telegrama de solidariedade, dessa vez à bancada gaúcha no Congresso, e a renúncia de dois membros da diretoria do Centro de Acadêmicos do Direito.¹⁷

Diversas outras iniciativas evidenciavam a capacidade de mobilização dos estudantes republicanos, como em outubro de 1922, quando uma nominata de jovens acadêmicos convidava para a comemoração do 19º aniversário de morte de Júlio de Castilhos.¹⁸ Mas apenas em julho de 1923, já em meio ao conflito armado, seria fundado o Centro Acadêmico Republicano.¹⁹ De outro lado, os estudantes oposicionistas reapareciam organizados no Centro dos Estudantes Libertadores, em 1928, quando, como visto antes, promoveram uma passeata em comemoração à vitória da oposição na eleição municipal em Dom Pedrito e Cachoeira.

A fundação das associações políticas estudantis, tanto por parte dos republicanos como da oposição, exemplifica a ação dos partidários dos dois grupos políticos de se organizarem. Como grupo social distinto no interior da cidade, os estudantes viviam num espaço social próprio e criavam, mais que instituições, espaços de sociabilidade para a inclusão de novos sujeitos à esfera de influência de um ou outro partido.

Numa sociedade urbana que se industrializava, como a cidade de Porto Alegre, emergiam grupos sociais distintos entre si, como a burguesia e o operariado. De um lado, ter uma influência política sobre esses setores tornava-se demasiado importante para quem desejasse obter uma vitória eleitoral. Assim, os republicanos e a oposição também se preocuparam em divulgar suas iniciativas nesse sentido. De outro lado, para ter

¹⁷A Federação, 5 maio. 1922. p. 5.

¹⁸A Federação, 23 out. 1922. p. 1.

¹⁹A Federação, 9 jul. 1923. p.5.

expressividade política, esses grupos sociais também se organizaram em associações de caráter político para terem condições de incidir sobre as decisões da comunidade.

Assim, percebemos que os senhores da cidade também procuraram interferir no jogo político local, através de algumas entidades que tinham um caráter de classe mais claro, como a Associação Comercial. Outras, contudo, estavam nominalmente vinculadas ao Partido, como o Grêmio Republicano Rivadavia Correa. Elas organizavam atividades e davam publicidade as suas opiniões como forma de interferir no jogo político local.

Por seu turno, o operariado tanto de descendência escrava como de origem imigrante era uma grande fonte de eleitores. Mas para isso era necessário alfabetizá-los em português, para inscrevê-los, dar-lhes títulos e mobilizá-los nos dias das eleições.

O pensamento anarquista teve forte influência no movimento operário no início do século XX. Para os defensores dessa corrente de pensamento, a concorrência eleitoral tinha pouco valor na disputa pelo poder. Dessa forma, essas lideranças pouco interferiram na mobilização para os pleitos.²⁰

Contudo, no ano de 1922, ocorreu a fundação do Partido Comunista do Brasil, introduzindo novos elementos na luta política do operariado urbano. Para os comunistas a disputa eleitoral era uma via de difusão de seus ideais rumo à tomada do poder. Como ficou evidenciado anteriormente, o próprio Carlos Prestes teve uma votação significativa para o cargo de intendente, no pleito de 1928.

²⁰ PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. “Que a união operária seja nossa pátria”: histórias das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: Ed. da UFSM; Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001. PETERSEN, Silvia R. F.; LUCAS, Maria E. Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937). Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS/Tchê!, 1992. SILVA, Adhemar Lourenço da. Povo! Trabalhadores! Tumultos e movimento operário. Porto Alegre: Dissertação (Mestrado em História) UFRGS, 1994.

De outra parte, não foram poucas as tentativas do PRR em influenciar o operariado e cooptá-lo como seus eleitores, sendo muitas dessas já registradas pela historiografia. Isso incluía não apenas o alistamento eleitoral, mas também a fundação de uma associação política com o intuito de reunir a classe operária da cidade de Porto Alegre na década de 1920. Segundo Silvia Petersen e Maria Elizabeth Lucas:

Além da campanha pró-alistamento de operários por ocasião das eleições estaduais de 1922, o PRR inspirou a fundação da Liga dos Operários Republicanos do Rio Grande do Sul, (1923), instalada oficialmente em 12-2-1926, cujos estatutos [...] são um exemplo da busca da subordinação dos operários ao partido oficial.²¹

Pela documentação consultada, foi possível acompanhar os movimentos de grupos de operários que atuaram no interior de algumas das associações políticas que estão aqui sendo analisadas. Em dezembro de 1923, *A Federação* publicou a fundação da Liga dos Operários Republicanos aqui mencionada.²² Em nota datada de fevereiro de 1925, registra-se uma reunião de campanha da Liga. Dela se retirou uma lista de membros da Liga para servirem de “auxiliares das comissões distritais”. Nas ocupações registradas para esses sócios, estavam listados tecelões, pedreiros, carpinteiros, tipógrafos e litógrafos, entre outras atividades de caráter operário.²³

A sede da Liga, como indicava o editor do jornal, situava-se na rua Dr. Timóteo, 51. Mas nota posterior comunicava que ela logo se transferiu para a sede do Centro Republicano Pinheiro Machado, na av. Cristóvão Colombo esquina com a rua Ramiro Barcelos.²⁴ Durante a década de 1920, essa região da cidade se caracterizava por ser um pólo industrial e local de residência do operariado urbano. Nada mais natural que ali se instalassem as instituições que visavam à arregimentação operária.

Nesse entorno, encontramos ainda as sedes de outras associações. O Centro de Assistência dos Operários situava-se na av. Eduardo, nº 3. Na mesma via, estava situada a

²¹PETERSEN e LUCAS, op. cit., p. 192.

²²A Federação, 30 dez. 1923. p. 5.

²³A Federação, 23 fev. 1925. p. 5.

²⁴A Federação, 8 set. 1924. p.4.

sede do Centro Republicano Borges de Medeiros. Já o Clube Rafael Cabeda tinha lugar na rua Ramiro Barcelos, nº 130. Tantas associações nessa região evidenciam que ela comportava uma significativa atividade política.

Mas as outras regiões da cidade também tinham suas associações políticas. No centro da cidade se encontravam as principais: o Centro Republicano Júlio de Castilhos, que concentrava boa parte das atividades do Partido Republicano, se situava na rua Sete de Setembro; e a oposição se reunia no Grêmio Cívico, na rua Gal. Câmara, nº 30.

No Parthenon, os republicanos contavam com o Grêmio Republicano Flores da Cunha, que em 1924 se situava na estrada do Mato Grosso, nº 237 B, transferindo-se, em 1928, para a rua Barão do Amazonas, nº 3. Já os opositoristas desse arrabalde tinham resguardo no Centro Republicano Libertador, situado na mesma estrada do Mato Grosso, nº 177.

O Clube Republicano Venâncio Aires se situava na Tristeza; o Grêmio Republicano Vinte de Setembro na Cidade Baixa; e o Clube Republicano Ernesto Alves no Mont'Serrat. Os opositoristas tinham o Centro Rego Lins, na estrada da Pedreira, nº 27, Auxiliadora; o Centro Cívico Honório Lemes, no bairro São João; o Clube Tropeiro da Liberdade, na rua Plácido de Castro; e o Clube Rafael Cabeda, na rua Ramiro Barcelos.

Assim como a cidade moderna era um território dividido, do ponto de vista geográfico e social, também se pode averiguar que os partidos políticos dividiram a sua atuação através das associações, que delimitaram entre si as áreas de influência sobre o eleitorado urbano da cidade de Porto Alegre da década de 1920.

Uma primeira divisão dizia respeito ao próprio posicionamento político. Enquanto algumas se vinculavam ao Partido Republicano, outras se dedicavam a campanhas da oposição vinculadas, inicialmente, ao Partido Federalistas, depois à Aliança Libertadora e por fim, ao Partido Libertador.

Com a expansão do espaço urbano, as associações políticas também se multiplicavam pelos arrabaldes. Assim, surgiram associações tanto oposicionistas como republicanas em distintos bairros da cidade: na Azenha, no Quarto Distrito e no Mont'Serrat, entre outros pontos. Mas ocorria também uma divisão social do eleitorado urbano. Como se pôde perceber, as associações políticas dividiam entre si eleitores pertencentes a distintos grupos sociais. Havia aquelas voltadas para os estudantes, umas para a burguesia urbana, e outras para o operariado.

Essa pluralidade, essa diversidade e, porque não dizer, essa proximidade das associações com os eleitores evidencia que havia um esforço tanto dos partidos como dos grupos sociais em criar instâncias de mediação do campo político. Considerando a cidade como um território dividido geográfica e socialmente, julgamos que as associações mantinham entre si delimitações das suas áreas de influência sobre o eleitorado urbano.

Distribuídas pelos diferentes arrabaldes e voltadas para os diferentes grupos sociais urbanos, as associações políticas formavam uma rede de arregimentação e mobilização do eleitorado urbano. Portanto, podemos pensá-las como um espaço de sociabilidade no qual os agentes envolvidos no campo político se agregavam de forma a articular e manifestar a opinião de grupos sociais de diferentes tipos.

3.2 A dinâmica burocrática da vida associativa

As informações disponíveis nos jornais sobre associações políticas mostram que elas mantinham uma estrutura de funcionamento que contemplava alguns elementos comuns entre si. Basicamente, existia uma diretoria que coordenava as atividades, um estatuto que regulava o funcionamento e uma sede onde eram promovidas suas atividades.

Nesse espaço de sociabilidade, eram articuladas diversas atividades e distribuídas responsabilidades entre seus membros, configurando uma vida associativa que envolvia os

agentes sociais para além dos trabalhos eleitorais. Assim sendo, faz-se necessário identificar justamente a dinâmica interna de funcionamento dessas associações com vistas a evidenciar as regularidades da vida associativa.

Não se têm os registros completos da vida de cada uma das associações políticas existentes na cidade, ao longo da década de 1920. Porém, ao se constatar as práticas e representações dessa vida associativa como parte da cultura política desse tempo-espaço, podemos usar os fragmentos de que se dispõe, para construir um mosaico dessa vida associativa, e percebê-la não como excepcionalidade, mas como fragmentos do código utilizado para a comunicação no interior desse espaço social.

Assim, a noção de cultura política, como o código utilizado pelos agentes sociais para codificar, interpretar e agir no campo político, antes de um objeto a ser descrito, figura-se como uma ferramenta analítica que permite articular as parcas informações de que se dispõe sobre a dinâmica desse campo, o código que permite articular esses elementos difusos em um cenário objetivo, uma chave que possibilita abrir as portas para se ter acesso às representações e práticas socialmente legítimas no interior do campo político.

Ao conceituar cultura, o antropólogo Roque de Barros Laraia a compara com óculos através do qual o homem observa o mundo material e social, atribuindo sentido aos objetos e as práticas sociais.

O modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura.²⁵

O estudo da cultura, portanto, não pode pretender tomá-la por uma materialidade capaz de ser apreendida através da observação imediata. Os limites da observação cultural das sociedades distantes no tempo presente e no passado nos impedem de termos acesso direto ao objeto.

²⁵LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 11. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. p. 70.

A análise cultural é (ou deveria ser) uma adivinhação dos significados, uma avaliação das conjecturas, um traçar de conclusões explanatórias a partir das melhores conjecturas e não a descoberta do Continente dos Significados e o mapeamento da sua paisagem incorpórea.²⁶

Como propõe Clifford Geertz, não se pode reproduzir uma imagem estática das formas culturais. A cultura como prática social somente pode ser percebida quando em operação, ou seja, em movimento. Sua apreensão portanto, é necessariamente parcial e incompleta. A análise cultural assim, compreende uma interpretação e rearticulação dos significados que será sempre de segunda mão, posto que apenas os agentes formados e formadores desse campo social possuem condições de operacionalizá-la de forma original.

Nessa medida, a análise cultural é interpretativa, e não descritiva. Nas palavras do etnógrafo, a análise cultural é uma “adivinhação”. Mas uma adivinhação pautada pelas conjecturas coerentes com o conjunto das hipóteses interpretativas do objeto, uma interpretação comprometida com a verossimilhança delineada dentro de critérios de plausibilidade.

Um primeiro traço a ser observado na cultura da vida associativa se apresenta no momento da fundação destas entidades. A mais antiga delas, o Centro Republicano Júlio de Castilhos, remonta aos primeiros anos da República. Contudo, a maioria das associações foi fundada em torno do ano de 1924, após a assinatura do Pacto de Pedras Altas.

O nascimento de uma associação política não tem uma regra única, mas sim uma lógica. Ela se formava à medida que existisse um público, um conjunto de sujeitos sociais dispostos a se congregarem para uma ação política, como evidencia o movimento de fundação do Clube Republicano Ernesto Alves, que teve início em uma festa:

Ontem, em Mont’Serrat, houve concorrida festa republicana, em regozijo á vitória obtida pelo nosso partido na recente luta eleitoral.

[...] Durante a festa, foram trocadas idéias para a organização de um grêmio político com sede no florescente arrabalde de Mont’Serrat.²⁷

²⁶GEERTZ, op. cit. p. 30.

²⁷A Federação, 12 fev. 1923. p. 5.

Um mês após essa primeira nota, a intenção se materializou, sendo noticiada pelo periódico republicano da seguinte forma:

Recebemos, hoje, comunicado de que, no arrabalde Mont’Serrat, foi fundado um clube republicano, denominado “Ernesto Alves”, obedecendo à orientação do nosso preclaro chefe Dr. Borges de Medeiros.

A sua primeira sessão teve lugar quinta-feira última, com a presença de 37 sócios.

Submetidos a aprovação os estatutos, que são calcados nos do Centro Republicano Júlio de Castilhos, foram unanimemente aprovados. Passou-se logo após à eleição da diretoria [...].²⁸

A fundação do Clube Republicano Ernesto Alves foi inicialmente debatida por partidários em uma festa de caráter político. Pelos termos utilizados no relato, concluímos que o redator não estava presente no evento. Também não era mencionada a presença de nenhuma liderança partidária que estivesse induzindo ou assumindo os louros dessa iniciativa de organização.

Como ficou explícito por essa nota, tão logo formalizada a fundação, os partidários ali reunidos procuraram organizar um estatuto que regulamentasse suas atividades. Os termos desse regramento “são calcados nos do Centro Republicano Júlio de Castilhos”. Através desse uso, acreditamos que possivelmente os objetivos, finalidades e estrutura de funcionamento dessa primeira associação também tivessem sido resgatados e mantidos.

De forma semelhante, podemos pensar que o Centro Federalista (ou Centro Cívico), que era o espaço de muitas das atividades da oposição, tivesse servido de referência. O Grêmio Estudantil Federalista foi uma das primeiras associações oposicionistas a ser fundada na década de 1920. E utilizou a sede daquele centro oposicionista para se reunir.

Conforme fora convocada, realizou-se, ontem, no Centro Federalista, a reunião dos estudantes federalistas para tratar da fundação de um grêmio político, sendo os trabalhos presididos pelo doutorando Camillo Riet Machado, que tinha como secretários o doutorando Roberto Osório Junior e acadêmico Manoel Domingos Mazza.

Foi unanimemente deliberada a fundação do Grêmio dos Estudantes Federalistas, tendo ainda sido aclamada a seguinte diretoria para dirigi-lo provisoriamente até a sua instalação: presidente doutorando Camillo Riet Machado, secretário Plínio Gayer e tesoureiro Eurico Rodrigues.

²⁸A Federação, 17 mar. 1923. p. 5.

O presidente nomeou, a seguir, uma comissão de estatutos e outra de propaganda, sendo marcado o dia 20 do corrente para eleição da primeira diretoria efetiva e instalação da agremiação que acabava de ser fundada.²⁹

A nota não informa por quem “fora convocada” a reunião dos estudantes federalistas, mas diz que ela foi dirigida por “doutorandos.” Aqui também, não vemos a intervenção de lideranças partidárias no processo de formação do Grêmio dos Estudantes Federalistas. Aparentemente, essa iniciativa teve origem no próprio meio estudantil, no calor dos debates políticos no interior da academia que se viu antes.

A reunião do dia 20 de setembro para a efetiva fundação do Grêmio de Estudantes Federalistas foi assim descrita no jornal:

Sob a presidência do doutorando Camilo Riet Machado, realizou-se, ontem, no Centro Federalista, conforme convocação feita, a sessão de assembléia geral do “Grêmio de Estudantes Federalistas” para tratar de seus estatutos, da eleição da primeira diretoria efetiva e da sua instalação.

A discussão dos estatutos foi adiada para a próxima reunião, visto a comissão designada para tal por motivo de força maior, não ter apresentado o projeto.

Para dirigir a nova agremiação foi escolhida, por aclamação, a seguinte diretoria: presidente, Oscar Fontoura; 1º e 2º vice-presidentes, respectivamente, João Costa e José Caetano de Mello Filho; secretário, Plínio Gayer; tesoureiro, Celso Munhoz de Camargo.

Foram designados uma comissão eleitoral composta dos estudantes Manuel D. Mazza, Eurico Rodrigues e Gastão Rhode e uma comissão de propaganda, composta dos estudantes Roberto Osorio Junior, David Martins, Angelo Castelo Branco, Lauro Guimarães, Sady Ribeiro, Gastal Monte, Olavo Fernandes da Silva e João Francisco Moura.

Foi deliberado que o “Grêmio de Estudantes Federalistas” não só tratará da propaganda dos ideais do partido de que fazem parte os seus membros, como trabalhará pela instrução popular e pelo desenvolvimento de cultura cívica pelos meios que julgar adequado.

O presidente a seguir marcou o dia 26 do corrente para a posse da primeira diretoria do grêmio.³⁰

Dessa nota jornalística, que se assemelha a uma ata da reunião, extraímos outras considerações significativas para o entendimento do processo de fundação das associações. Primeiramente, a organização burocrática ainda era um desejo de formalidade institucional mais do que uma prática objetiva, visto o fato da comissão de estatuto não apresentar o projeto. Esse atraso, contudo, não impediu que fosse eleita a diretoria e se fundasse efetivamente a associação.

²⁹Correio do Povo, 10 set. 1920. p.4.

³⁰Correio do Povo, 21 set. 1920. p. 4.

Outro elemento a considerar era a quantidade de nomes envolvidos com a associação: cinco diretores, mais três na comissão eleitoral e outros oito na comissão de propaganda, ou seja, 16 pessoas diretamente envolvidas nas atividades da associação. Mesmo que não se tenha a lista dos participantes da reunião, nada permite crer que todos os presentes tivessem assumido alguma função na instituição. Ainda que assim fosse, reunir 16 estudantes oposicionistas e dispostos a uma vida associativa institucionalizada em Porto Alegre não era um número desprezível para a fundação de uma associação política. Recordemos que o registro sobre a fundação do Clube Republicano Ernesto Alves falava na presença de 37 sócios fundadores.

Destaquemos ainda que os estudantes se colocaram o nobre propósito de promover e trabalhar pela “instrução popular”. Vemos aqui manifestado aquele que se julgava ser o principal objetivo das associações políticas: a mobilização do eleitorado, ou no caso, a criação do eleitor. Lembremos que, pela legislação eleitoral em vigor na década de 1920, para gozar do direito de voto o cidadão deveria comprovar ser alfabetizado. Trabalhar pela alfabetização nesse contexto, podia ser interpretado como um esforço para transformar o analfabeto em eleitor. Mas, quando o trabalho de alfabetização vinha vinculado à divulgação dos “ideais do partido” ficava evidente que pelas mãos do alfabetizador também se aprendia em quem votar.

Mais intrigante para a reflexão que se está realizando era a intenção de promover o “desenvolvimento de cultura cívica”. Termo repleto de significados, julgamos que não foi utilizado pelos acadêmicos despreziosamente. A “cultura cívica” mencionada no texto jornalístico podia ser entendida como uma rede de sentidos valorativa da atividade política, da articulação da esfera pública com o espaço social no qual eram debatidos e definidos os rumos tomados pela comunidade política.

Essa percepção da ação política não existia desde sempre. O cidadão moderno, filho das revoluções burguesas do século XVIII, era um sujeito político particular e somente se constituiu a partir da formação de uma filosofia política que rompeu com a noção de súditos

presos a suas obrigações desiguais. Na teoria política da era moderna foi resgatada a noção clássica de vida pública através da participação na ágora, no cenário do debate público. Na modernidade, o cidadão longe de ser um sujeito político portador de habilidades inatas, era um indivíduo educado para o exercício de uma determinada prática política. Assim, entendemos os esforços dos governos revolucionários pela efetivação de políticas educacionais extensivas que disseminassem entre os membros da comunidade política as representações e práticas sociais próprias do Estado moderno.³¹

Dessa forma, a alfabetização dos membros da comunidade tornava-se um instrumento de divulgação dos valores constituintes da cultura política. Mas tais valores também podiam ser percebidos na própria prática associativa, nas atividades públicas realizadas, na manifestação e disputa por projetos políticos diferenciados daquele dos dirigentes do estado e, sobretudo, na valorização do voto como instrumento de manifestação política.

Nesse processo de inclusão dos cidadãos nas listas de eleitores, o operariado urbano também se posicionava. Em Porto Alegre, esse grupo social possuía uma trajetória de lutas políticas que remontava à organização de caixas beneficentes e sindicatos no início do século. Mas um outro movimento desse grupo social, particularmente significativo para nosso estudo, foi a constituição de uma associação política. Em dezembro de 1923, *A Federação* publicou carta enviada pela diretoria da recém fundada Liga dos Operários Republicanos, dando conta da organização dessa entidade:

Ilustrada redação da ‘A Federação – afetuosas saudações. – tenho o máximo prazer de levar a vosso conhecimento que foi fundada nesta cidade de Porto Alegre a “Liga dos Operários Republicanos” que se compõe e compor-se-á de cidadão operários de qualquer ofício ou arte e [sic] sejam de bons costumes tendo intuito fundamental de congregar e orientar o operariado para a defesa de seus direitos e para a prática espontânea e consciente de seus deveres de modo a ocupar sempre na comunhão social o lugar que legitimamente lhe compete como elemento valioso de progresso moral e material da coletividade.

³¹Diversas são as obras de maior ou menor fôlego que historicam a formação da noção de cidadania e a distinguem de outras formas de ação e sujeição política. Entre elas, destacam-se: CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001-a.. PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003. SANTOS, Boaventura. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

Como lógica derivação do seu caráter básico a Liga propõe-se a praticar o seguinte:

Difundir o aperfeiçoamento intelectual e profissional da classe por meio de ambos, [sic] biblioteca, gabinete de leitura, preleções públicas, exposições artísticas ou industriais e outros meios correlativos.

Esforçar-se para que a mesma intervenha nos assuntos políticos do país orientando-se pela propaganda e pela defesa do republicanismo puro tal qual está consignado na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, visto que esta institui a plenitude da igualdade e da fraternidade, fundamentada na ordem e na justiça, condições essenciais para o progresso e bem estar a todos.

Propagar entre os operários o espírito de solidariedade sob a égide da rigorosa moral e da absoluta razão, estabelecendo-se, deste modo, a proteção mútua entre os membros sem preocupações de proveitos egoístas, mas dando-lhe o seu verdadeiro caráter: o cumprimento de um dever rudimentar e sagrado.

Porto Alegre, 23 de dezembro de 1923.

Antonio Gonzaga, 1º secretário³²

O redator do jornal partidário transcreveu na íntegra o ofício enviado pelo secretário da Liga dos Operários Republicano. Nesse relato, percebemos novamente que não ocorreu a presença de lideranças do Partido Republicano, tão pouco do redator do jornal, nessa reunião de fundação.

De outra parte, se percebe no formalismo um elemento de legitimação de autoridade da associação. Não era um líder político ou mesmo o presidente da entidade que enviou o texto, mas o secretário, diretor estatutariamente responsável pela correspondência da associação.

Pelos princípios anunciados vemos que ela se colocava como associação política nos mesmos moldes dos centros e grêmios analisados. Aqui, contudo, ficava explícito seu caráter de classe ao anunciar que ela “compõe-se e compor-se-á de cidadãos operários de qualquer ofício ou arte”. Era um recorte claro, como clara era a distinção social do operariado dentro do cenário urbano.

A filiação direta da Liga à causa republicana ficou explícita não apenas no nome ou por ter se utilizado de *A Federação* para divulgar sua formalização. É necessário que se dê significado ao conjunto de termos inspirados nos discursos positivistas empregados no ofício

³²A Federação, 30 dez. 1923. p. 5.

distribuído. Ali, expressões como “comunhão social” e “progresso moral e material da coletividade” eram uma referência clara à doutrina do PRR.

Isso, contudo, não pode ser interpretado de forma precipitada como uma vinculação ou adesão deste grupo social à doutrina. Como dito antes, o positivismo era o discurso disponível para os membros da comunidade comunicarem suas posições de forma a serem entendidos pelos seus contemporâneos.³³

Também era significativa a intenção de lutar pelo “republicanismo puro tal qual está consignado na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul”. Essa construção devia ser entendida na lógica expressa nas atividades de outras associações. A filiação à causa republicana devia ser manifestada pela referência aos heróis republicanos do passado. No caso, aqui se reverenciava a Constituição Estadual e, por conseguinte, os ideais de seu autor, Júlio de Castilhos, nesse momento de contestação ao modelo constitucional regional.

O uso desse vocabulário, contudo, não deve iludir. Ele não significava uma vinculação tão estreita ao positivismo, nem mesmo uma erudição por parte do operariado. Antes, apontava para os usos que esse grupo social fazia do discurso hegemônico no interior do Partido Republicano para se fazer ouvir pelos líderes partidários.

Do mesmo modo cabe observar as datas deste documento. O ofício da Liga esta datado em 23 de dezembro, mas a publicação somente se deu no dia 30. Esse atraso destoou do conjunto das atividades de outras associações políticas, que eram noticiadas de imediato. Podemos pensar que a Liga teve dificuldades em fazer chegar esse documento até a redação do jornal. Mas também se pode aventar a possibilidade de o diretor do jornal não ter certeza sobre a pertinência de publicar essa informação, necessitando de tempo para confirmar o interesse do partido em divulgar essa fundação. Essa segunda visão podia ser reforçada pela

³³BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. IN: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (org.). RS: cultura e ideologia. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 34-59.

opção da publicação da íntegra do ofício recebido, ao invés da configuração de um texto jornalístico.

Contudo, o grande surto de associações políticas ocorreu em 1924. Em julho desse ano, reuniu-se nos salões do Clube Navegantes um grupo de republicanos que decidiram fundar uma associação política. Para dar notícia dessa decisão, enviaram um telegrama a Nabor Moura Azevedo, diretor de *A Federação*, que o fez publicar na íntegra:

Temos o grande prazer de levar ao conhecimento do ilustre republicano que nesta data, em sessão deliberativa realizada nos salões do Sport Clube Navegantes, fundamos o Clube Republicano Rivadavia Corrêa, para o único fim de propugnar pelos interesses do nosso imortal partido.

Prestando merecedora distinção a grata personalidade de v. s. aclamamos unanimemente vosso nome para presidente honorário.

A diretoria ficou composta dos seguintes correligionários a quem v. s. entusiasmará enormemente aceitando a indicação acima: presidente Arnaldo Ely, industrialista; vice-presidente Alberto Renck, capitalista; 1º secretário Darcy Bennet, comerciante; 2º secretário Pedro F. Licht, comerciante; 3º secretário, Ignácio Andrade, comerciante; 1º tesoureiro, Otto Kuhn, industrialista; 2º tesoureiro Raymundo Muller, industrialista; orador Frederico Vieira, industrialista; diretor Ulysses Bandeira, proprietário; diretor fiscal, Ernesto Petzohld, industrialista; Setembrino Schmidt, dentista; João Wang, industrialista; Alfredo Altemburno, farmacêutico; Alfredo Ely, industrialista; Alfredo Jung, mestre fabril; Antonio Wolpi, construtor; Albino Ferreira, comerciante.

Antecipadamente externamos a v. s. que nos encontramos unidos e fortes no são entusiasmo de corroborar para a grandeza sempre crescente do partido, ipso facto do nosso abençoado torrão de quem é respectivamente, inconfundível chefe e legítimo orgulho, o preclaro dr. Borges de Medeiros, o estadista sem par que o Brasil inteiro admira.

Não será demasiado afiançar-lhe todo o nosso legítimo orgulho pela anuência de v. s. a nossa pretensão.

Pedimos anunciar que até a completa organização de nossa sede que inauguraremos no dia 17 de agosto próximo, logicamente desvanecido pela honra de vossa presença, faremos funcionar a secretaria á rua São José n. 6.³⁴

Como se pode ler, a lógica de fundação se mantinha como as já observadas. Aqui também houve a reunião de alguns partidários que decidiram pela organização de uma associação. Aqui também não se tem referência à presença de lideranças políticas expressivas nesse momento, e mesmo o jornal somente ficou sabendo da iniciativa através de telegrama enviado a Moura Azevedo. Na edição do dia seguinte, o jornal ainda mencionou o telegrama recebido por Borges de Medeiros, dando conta ao chefe do partido da fundação do Grêmio

³⁴A Federação, 30 jul. 1924, p. 5.

Republicano Rivadavia Correa, deixando indícios que, mesmo para o líder partidário, o ato era uma novidade.

Associando esses detalhes ao fato de não estar anunciada a presença de membros da Comissão Executiva do partido, nem mesmo de qualquer liderança ilustre, o que também nos permite inferir que a fundação das associações políticas poderia se dar de forma independente das instâncias partidárias. Essa autonomia no ato fundador e o perfil não-político dos sócios podiam ser lidos também na insistência com que era feito o convite a Nabor Moura de Azevedo, gerente de *A Federação*, para aceitar a presidência de honra da associação. Outro não deve ter sido o motivo, senão o de ter entre seus membros um eficiente interlocutor frente a direção partidária.

O objetivo manifesto dessa associação era “propugnar pelos interesses do nosso imortal partido”. Assim, entendemos que os partidários estavam interessados em criar um espaço institucional para a ação político-partidária. Podemos mesmo pensar que, quanto maior fosse a repercussão deste espaço, maior seria a visibilidade dos agentes sociais ali envolvidos no campo político, somando e dividindo entre si o capital simbólico desse espaço de sociabilidade.

Como se lê na nota, os nomes dos diretores da associação estavam relacionados às atividades econômicas de cada membro. Foram mencionados industriais, comerciantes e capitalistas. Os nomes e sobrenomes dos presentes mostram que ela reunia, basicamente, membros da comunidade alemã da cidade. Assim sendo, percebemos um recorte social muito claro nos membros dessa associação política: dela faziam parte basicamente os grandes proprietários da cidade, muitos deles de origem imigrante.

A publicação desse depoimento também evidencia a diferença da atenção dada às diferentes entidades e suas iniciativas. O tratamento dispensado aos empresários e proprietários foi muito distinto daquele dado aos bacharelados e aos operários, como se viu

antes. De tal sorte, podemos propor que, entre as entidades, havia uma certa hierarquia de importância.

Em mais de um caso, identificamos referências da existência de estatuto que regulamentava as relações no interior das associações políticas. Essa recorrência apontava para a importância que a vida associativa tinha para os agentes envolvidos. Evidenciavam um esforço para definir as atribuições, identificar os papéis e regular as relações no seu interior. De outro lado, a organização burocrática apontava um certo grau de legitimidade institucional das associações. Esse instrumento burocrático pode ser tomado como um balizador das atividades, mas também deve ser lido como um esforço de legitimação da sua representatividade frente a comunidade.

O Centro Republicano Júlio de Castilhos foi a primeira dessas associações e inspirou a organização das demais. Como ficou explícito na nota sobre a fundação do Clube Republicano Ernesto Alves, o estatuto do primeiro foi utilizado para orientar a formulação do segundo. Assim, tomamos o regramento dessa primeira associação como modelo organizativo das associações políticas.

Os estatutos do Grêmio Republicano Júlio de Castilhos tiveram alterações aprovadas em assembléia realizada em julho de 1922. Após esses reparos, foi editado num pequeno livreto. Essa publicação, mostrada no Anexo 14, nos deixa indícios de que seus termos eram divulgados e conhecidos pelo conjunto dos associados tendo significado presente para o grupo de sócios. No primeiro parágrafo deste texto lemos:

Art. 1º – O “Centro Republicano”, com sede nesta capital, que passou a denominar-se “Centro Republicano Júlio de Castilhos” em 12 de janeiro de 1913, pela sua fusão com o antigo “Clube Júlio de Castilhos”, compõe-se de membros do partido Republicano e tem por fim promover comemorações cívicas, especialmente tudo o que for de interesse do Partido, estreitando as relações de solidariedade republicana no seio da agremiação política, a que está filiado.³⁵

³⁵Estatutos do Centro Republicano Júlio de Castilhos. Porto Alegre, [1922]. Esse texto está publicado em formato de brochura e depositado no Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul, no fundo APSSBM, Caixa 3, código IBM/5. Não se encontra a data de impressão do documento, mas consta na publicação que o texto foi “aprovado em sessão de Assembléia Geral em 18 de julho de 1922”.

Como se vê o Centro Republicano Júlio de Castilhos “tem por fim promover comemorações cívicas, especialmente tudo o que for de interesse do Partido”. Nesse sentido, observamos que a promoção de atividade cívicas e partidárias era uma questão primeira dessa associação política.

Essas atividades tinham como motivação estreitar “as relações de solidariedade republicana no seio da agremiação política, a que está filiado”. Termo vago, a solidariedade manifesta aqui podia estar relacionada tanto à fraternidade da humanidade pregada pelo positivismo, como a uma ação de mútua ajuda, característica dos movimentos associativos, da mesma forma que apontava para relações clientelistas de trocas de favores entre os detentores do poder estatal e os eleitores.

Quando se refere ao grupo de sócios, o estatuto registra que essa associação “compõe-se de membros do partido Republicano”. Compreendemos então que, fazer parte do centro implicava pertencer ao Partido Republicano. Contudo, o inverso não se fazia verdadeiro, posto que aqueles republicanos que desejavam participar da associação política deveriam “se inscreverem na matrícula geral dos associados”, como mostra o artigo 6º do mesmo estatuto.³⁶

Já o pedido de inscrição como sócio da associação política, segundo o artigo 8º do mesmo regimento, deveria ser aceito pelo presidente. Sobre o acolhimento de inscrições de sócios, temos um relato da reunião do Grêmio Republicano Marcos de Andrade quando, “entre vários assuntos tratados, destaca-se a admissão de sócios – que tem sido intensificada com vivo interesse”.³⁷

O Estatuto da Liga dos Operários Republicanos do Rio Grande do Sul, por seu turno, também definiam os limites de existência e de atuação dessa associação que, como dizia o nome, visava congregar os operários republicanos.

³⁶Estatutos do Centro Republicano Júlio de Castilhos, op. cit., [1924].

³⁷A Federação, 12 dez. 1923. p. 5.

Art. 1º – A Liga dos Operários Republicanos do Rio Grande do Sul, com sede e foro jurídico na cidade de Porto Alegre, fundada em 23 de dezembro de 1923 e instalada a 12 de fevereiro de 1926, compor-se-á de número ilimitado de sócios, independente de cor, raça, credo religioso, filosófico ou científico, desde que estejam no uso e gozo de seus direitos políticos e civis, sendo condição especial que aceitem e mantenham, prestigiando-os, os preceitos da Carta Constitucional de 14 de julho de 1891.

[...]

Art. 4º – A Liga pleiteará, por intermédio de seus representantes, como por todos os meios que a lei lhe facultar, o estabelecimento de legislação operária, que uniformize e equilibre o gozo dos direitos e a satisfação dos deveres.³⁸

Os artigos deste estatuto deixam bem claro os termos de constituição desta entidade. Inicialmente destacamos que ela se propõe a reunir como sócios membros do operariado urbano para desta forma pleitear “por todos os meios que a lei lhe facultar” o estabelecimento da legislação trabalhista. Ou seja, tal qual a Associação dos Padeiros que vimos antes buscava através da atuação institucional a regulamentação das relações de trabalho.

É importante destacar ainda que esse texto está datado de fevereiro de 1926. No entanto a atuação dessa entidade, como mostra o estatuto e evidenciam as notas nos jornais, iniciou-se em dezembro de 1923. Isso mostra que o estatuto não foi nem um imperativo nem uma imposição para o início de funcionamento da entidade, mas uma construção que em determinado momento se fez necessário para este grupo seguir atuando de forma institucional.

Ainda segundo esse texto, temos a definição de alguns direitos dos sócios da Liga:

Art. 6º – Todo sócio terá direito a assistência jurídica, sempre que comparecer em juízo, excluindo-se os casos em que o crime seja infame, contra a honra da família ou do indivíduo.

Art. 7º – A Liga promoverá a assistência médica, hospitalar e medicamentosa, gratuita, a seus associados e famílias.

Art. 8º – Manterá um departamento, com caráter de Bolsa de Trabalho, que funcionará de acordo com patrões e operários, por meio do qual colocará seus associados e promoverá os acessos que forem de justiça.³⁹

Constatamos nesses artigos que a entidade se manifestava preocupada com a assistência a seus associados. Num sentido, podemos entender essa preocupação como uma

³⁸Estatutos da Liga dos Operários Republicanos do Rio Grande do Sul. Apud PETERSEN e LUCAS, op. cit., 1992. p. 296.

³⁹Estatutos da Liga dos Operários Republicanos do Rio Grande do Sul. Apud PETERSEN e LUCAS, op. cit., 1992. p. 297.

prática assistencialista, voltada para a superação de necessidades básicas da saúde. Mas aqui também estava manifestada a intenção de promover a defesa jurídica de seus membros.

Considerando as exclusões desse último tipo de assistência, ficava subentendido que ela estava voltada para a questão trabalhista, que se fazia premente no contexto da disputa política da década de 1920. Da mesma forma, associava-se a proposição da manutenção de uma “Bolsa de Trabalho” à idéia do acesso ao emprego como um direito dos operários.

Voltando aos estatutos do Centro Republicano Júlio de Castilhos, vemos que essa associação possuía uma diretoria própria composta por presidente e vice-presidente, 1º e 2º secretários, 1º e 2º tesoureiros e orador. De forma semelhante, os estatutos da Liga apontavam para a existência de uma diretoria composta por presidente, secretário e tesoureiro. Nas notas, onde antes se viu a divulgação da fundação de outras associações foi sempre possível identificar a existência destes cargos.

Também era freqüente a divulgação dos nomes que ocupavam estes postos. Tal recorrência nos faz pensar que estes postos não eram figurativos. De um lado podemos pensar que eles efetivamente exerciam determinadas funções administrativas. De outra parte podemos propor que assumir estas posições representava certa projeção dos agentes no interior do campo político local.⁴⁰

Esses cargos eram definidos periodicamente, em reuniões dos sócios, e tinham mandatos de um ano. Os relatos sobre o processo de escolha desses diretores não nos permitem afirmar que eram todos eleitos, mas sim, que os sócios tinham voz ativa no processo. Como mostrava a nota sobre a escolha da diretoria do Club Republicano Borges de Medeiros, houve uma manifestação dos sócios acatada pela direção partidária:

⁴⁰A Federação, 30 jul. 1924, p. 5.

Iniciados os trabalhos foi apresentada à assembléia a chapa homologada pela comissão central, que foi organizada de acordo com a inspiração do corpo social.⁴¹

No relato da posse da diretoria do Club Republicano Ernesto Alves, ficava mais evidente que a interferência dos sócios nesse processo de escolha poderia se estabelecer através da eleição dos diretores:

Recebemos o comunicado que a 11 de janeiro findo, foi eleita, sendo empossada a 11 do corrente, a seguinte diretoria do Club Republicano Ernesto Alves: [...].⁴²

Esses postos também tinham funções definidas pelos estatutos, que podiam ser confirmadas pelas regularidades encontradas na documentação. Ao presidente cabia a organização dos trabalhos de arregimentação e mobilização dos eleitores, tais como a inscrição eleitoral, a direção de reuniões de propaganda partidária e mesmo a representação da associação em outras atividades.

Os secretários eram os responsáveis não apenas pelos registros das reuniões, mas também por encaminhar os comunicados que essas faziam com outras instituições. Bem como os telegramas expedidos e anúncios publicados nos jornais eram, diversas vezes, assinados pelo secretário. Outro cargo importante era o do orador, encarregado de pronunciar os discursos em nome da associação, em atividades por ela promovidas.

A existência de uma tesouraria demonstrava que essas associações movimentavam recursos financeiros. Nos estatutos do Centro Republicano Júlio de Castilhos, era mesmo estabelecida uma contribuição:

Art. 41 – É de 3\$000 a mensalidade dos sócios efetivos do centro, podendo ser ela alterada, se assim julgar conveniente o presidente.⁴³

Não há condições de avaliar se esses valores eram efetivamente cobrados, nem de mensurar o montante que essa arrecadação gerava, mas era o suficiente para as associações,

⁴¹A Federação, 8 jun. 1928. p. 4.

⁴²A Federação, 18 fev. 1925. p. 5.

⁴³Estatutos do Centro Republicano Júlio de Castilhos, op. cit. [1922].

na maioria das vezes, promover uma série de iniciativas de arregimentação e mobilização eleitoral, como o aluguel de uma sede, o pagamento de publicações e mesmo a promoção de coquetéis “com líquidos e doces” ou um “churrasco à gaúcha” para seus sócios e convidados. Aquelas que não arrecadavam valores suficientes para manter uma sede individualmente acabavam por realizar suas atividades no espaço de uma outra.

Foi também, resolvido aceitar o oferecimento do Clube Pinheiro Machado, para que a Liga [dos Operários Republicanos] transfira sua sede para os salões daquela agremiação o que será feito em caráter provisório até que a mesma encontre um prédio adequado ao funcionamento de sua secretaria.⁴⁴

Havia mesmo uma preocupação com a preparação desse espaço para as atividades da associação. O Grêmio Republicano Rivadavia Correa, que congregava os empresários da cidade, não teve problemas em organizar sua sede. A inauguração desse espaço se constituiu no primeiro evento da associação, revestido de pompa e com a presença de várias lideranças partidárias.

Realizou-se, ontem, conforme havíamos anunciado, a inauguração festiva da sede do Clube Republicano Rivadavia Corrêa, recentemente fundado nesta cidade e sito a rua de São José n. 8A, no arrabalde dos Navegantes.

Às 10 ½ horas, presentes os srs. João Antunes da Cunha, representando o dr. Borges de Medeiros, presidente do Estado, dr. José Montaury, intendente municipal e presidente da comissão executiva, major Nabor Moura Azevedo, presidente honorário do Clube e gerente desta folha, tenente Marcelino, representante do comando geral da Brigada Militar, foi aberta a sessão, tendo o presidente do clube, sr. Arnaldo Ely, convidado para presidir a sessão o representante do governo do Estado.

[...] Após falarem outros oradores, declarava o Sr. João Antunes da Cunha, representante do dr. Borges de Medeiros, inaugurado o Clube “Rivadavia Correa”, as 11 horas precisamente, encerrando em seguida a sessão, depois de augurar ao novel clube os melhores votos de prosperidade.

Durante esta cerimônia, abrilhantada por uma banda, gentilmente cedida pela Brigada Militar ouviam-se estrepitosos urras á Borges de Medeiros, Pinheiro Machado, Júlio de Castilhos, Marcos de Andrade, José Montaury, Nabor Azevedo e outros.

Passaram, então, os presentes, para um belo caramanchão, nos fundos da sede, onde, em mesas adredes preparadas, foi servido succulento churrasco á rio-grandense.

Ainda nesta ocasião, falou o major Nabor Azevedo, que teceu caloroso hino ao Partido Republicano e a raça germânica, representada por muitos de seus descendentes, presentes a solenidade, o que provocou animado aplausos [...].⁴⁵

Não nos enganemos em julgar que a inauguração de uma sede era sempre concorrida como essa. Arregimentar os ilustres industriais e comerciantes de origem germânica era

⁴⁴A Federação, 8 set. 1924. p. 6.

⁴⁵A Federação, 18 ago. 1924. p. 4.

prerrogativa dessa associação, e não de todas, talvez por isso a grande presença das lideranças republicanas no evento. Também a proximidade do pleito em que concorreram Otávio Rocha e Alberto Bins fosse considerada como um elemento aglutinador para essa atividade. Como visto antes, Bins era um industrial de prestígio na cidade e contava com o apoio da classe para a sua candidatura.

O Grêmio Republicano Borges de Medeiros, quando da inauguração do retrato do líder que homenageava na sala de reuniões, também foi prestigiado com a presença de inúmeras lideranças.⁴⁶ Diferente sorte teve o Grêmio Republicano Flores da Cunha que teve que deixar para outro dia a inauguração de sua sede pois a Comissão Executiva Municipal que marcou um comício para a mesma data.⁴⁷

Uma pálida imagem dessas reuniões é apresentada no Anexo 15, onde se vê a presença de ilustres lideranças do Partido Republicano, como Borges de Medeiros, José Montauray e Getúlio Vargas. Na parede ao fundo, observamos fotos de Borges de Medeiros, Júlio de Castilhos e Venâncio Aires. A fotografia não está datada, mas pelas feições jovens dos rostos supomos que a cena tenha sido registrada no início da década de 1920. O local também não foi identificado, mas, pelo contexto, é possível considerar que se trata da reunião de inauguração dos retratos na sede de uma associação política, possivelmente o Centro Republicano Venâncio Aires visto que, o retrato deste personagem ombreia as imagens dos dois grandes vultos do Partido Republicano.

De qualquer forma, uma inauguração, uma sessão solene, um comício de propaganda era sempre uma atividade importante e servia como atrativo para a presença das lideranças partidárias, como a Comissão Executiva, o intendente, a redação do jornal *A Federação*, a Brigada Militar e mesmo o governador do Estado.

⁴⁶A Federação, 17 nov. 1922. p. 2.

⁴⁷A Federação, 12 jul. 1924. p. 4.

Em geral, as associações políticas mantinham uma série de atividades regulares. Mas, nos momentos de campanha eleitoral, como acompanhado no capítulo anterior, elas se intensificavam. Como visto nos Anexos 8 e 9, houve uma intensa mobilização no pleito municipal de 1924, tanto de parte do Partido Republicano como pela oposição.

Por essa lista, percebemos que o Partido Republicano organizou duas grandes atividades de mobilização política. O primeiro e grande evento foi a própria reunião de lançamento das candidaturas, que deu início à campanha republicana. A última atividade foi a recepção às tropas da Brigada Militar, que mobilizou os republicanos da cidade na véspera do pleito. Entre essas duas atividades se desdobraram diversas reuniões, jantares e almoços, que tiveram como finalidade o debate, a articulação e a propaganda eleitoral. Esses eventos tiveram como lugar privilegiado as sedes das associações políticas. Também ruas, praças e teatros da cidade foram tomados como palco para a atividade político-partidária.

A oposição também realizou suas atividades de mobilização nessa campanha. Como mostra o levantamento feito através das notas do *Correio do Povo*, durante os 15 dias entre o lançamento das candidaturas oposicionistas e o pleito municipal de 1924 foram realizadas pelo menos seis atividades de campanha das candidaturas oposicionistas.

Observando o calendário das reuniões, ficou o indício de que, mesmo sendo organizadas pelas diretorias de cada centro, clube e grêmios republicanos, elas não eram independentes entre si. Pelo contrário, existia a coordenação, que estabelecia o seu cronograma de forma que as atividades não concorressem entre si e contassem sempre com a presença dos candidatos.

No processo eleitoral de 1928, a situação se repetiu. Pelas notas de *A Federação* podemos mapear a realização de onze atividades de campanha eleitoral, sistematizadas no Anexo 11. Já a oposição, em meio ao debate se deveria ou não disputar esse pleito não

realizou atividades de campanha propriamente. Ainda assim, é possível identificar o acontecimento de quatro atividades relacionadas ao pleito, listadas no Anexo 12.

Todas essas características das associações evidenciam que elas não eram uma dimensão menor da vida política na cidade de Porto Alegre. A existência de uma extensa rede de associações políticas nos deixa o indício da intencionalidade dos partidos políticos em organizar o eleitorado urbano seja com base em uma divisão territorial ou social.

Os relatos sobre a dinâmica interna das associações apontam para uma série de elementos comuns. Ainda que não se tenham informações completas sobre a vida de cada uma delas, esses fragmentos permitem entender, em linhas gerais, o código operado pelos agentes sociais ali inseridos.

Essa forma de organização ganhava maior destaque quando se percebia que a iniciativa de fundação das associações políticas partia dos próprios agentes, que se mobilizavam para a sua fundação. Nesse sentido, o passo inicial era a convocação de uma reunião de fundação que, sem maiores restrições ou impedimentos, formalizava o ato. Dessa feita, identificamos um significativo grau de autonomia delas frente à direção partidária. A autonomia para a fundação de uma associação política era muito distintiva, pois evidenciava que, embora caracterizada como uma estrutura política autoritária, o campo político desse tempo-espço permitia a organização coletiva de seus membros.

A preocupação em organizar estatutos também apontou para o significativo grau de burocratização adotado pelas associações. Aparentemente, antes de ter uma vida pública, a associação necessitava de uma estrutura burocrática que a regulamentasse. No caso específico dos acadêmicos, devemos considerar o fato de muitos de seus membros serem estudantes de direito, o que explicaria a preocupação com a normatização das relações sociais. Mas, como se pode observar, essa preocupação não era menor na fundação das outras associações.

A escolha de uma diretoria por parte dos membros também indicava uma capacidade de autodeterminação e ainda, que o trabalho no interior das associações políticas não era solitário. Ao contrário, era muito bem articulado, com papéis e responsabilidades definidos. Já a manutenção de sedes, mais que a existência de locais para reuniões, apontava para a capacidade de financiamento desses espaços. Locação, manutenção e funcionários tinham um custo que necessitava ser arrecadado e gerenciado pelos membros.

Dessa maneira, julgamos que as associações buscavam uma legitimidade social através de uma dinâmica burocrática. Essa, de um lado, delimitava as possibilidades de movimentação dos seus membros, e por outro, reforçava a sua legitimidade como entidade representativa de interesses coletivos.

É evidente que existia interesse dos diretórios partidários na existência delas. Mas, antes de haver um planejamento de quais associações deveriam existir, identificamos que havia um movimento dos próprios partidários no sentido da fundação das associações. Mais intrincado que isso se faz saber quais os motivos que levavam os sujeitos sociais a se exporem publicamente. Fazer reuniões periódicas, escolher uma diretoria e aprovar um estatuto eram ações complexas e requeriam uma certa legitimidade social para se efetivar. Mesmo assim, as associações se multiplicaram rapidamente, durante a década de 1920.

O objetivo maior da fundação de uma associação política parece ter sido esse desejo de articulação de um espaço de sociabilidade, um local com regras institucionais e informais, onde seus membros poderiam se relacionar diretamente entre si e com as lideranças partidárias. Assim julgamos que os participantes deste espaço de sociabilidade desejavam justamente se apropriar das representações e práticas operadas por esta comunidade de sentidos para codificar, interpretar e agir no campo político desse tempo-espaço.

Assim julgamos que, ao participar de uma associação os agentes desejavam se apropriar do código operado neste campo, buscando ser conhecidos e reconhecidos como

membros da comunidade. Traçar os contornos das representações e práticas sociais que compõem esta cultura política é o que desejamos explorar no capítulo seguinte.

4 Estratégias de mobilização do eleitor

Os registros dos jornais permitem ver que as associações existentes na cidade de Porto Alegre, durante a década de 1920, desenvolviam uma série de atividades relacionadas à campanha eleitoral. Ainda que as grandes definições sobre os rumos da política fossem de prerrogativa das lideranças partidárias, eram responsabilidade dessas entidades, de seus diretores e sócios, diferentes tarefas de arregimentação e mobilização do eleitorado urbano.

Essas atividades variavam da inscrição eleitoral, às vésperas de cada eleição, à distribuição de chapas no dia do pleito. Passavam por reuniões de propaganda organizadas no interior de suas sedes, mas também incluíam comícios e passeatas que utilizavam as ruas e praças da cidade como palco para o jogo político eleitoral. Entendidas como espaços de sociabilidade, tornam-se momentos em que se podem perceber as representações e práticas sociais operadas por esses agentes sociais para codificar, interpretar e agir, no campo político desse tempo-espaço.

As representações sociais estão radicadas nas reuniões públicas, nos cafés, nas ruas, nos meios de comunicação, nas instituições sociais e assim por diante. Este é o espaço em que elas se incubam, se cristalizam e são transmitidas. É no encontro público de atores sociais, nas várias mediações da vida pública, nos espaços em que sujeitos sociais reúnem-se para falar e dar sentido ao cotidiano que as representações são formadas.¹

Os elementos do campo simbólico, como aponta Sandra Jovchelovitch, interferem não apenas nas formas como os agentes sociais interpretam o mundo, mas também lhes apontam as possibilidades de ação. Enquanto código, as representações e práticas sociais somente podem ser percebidas quando em operação, nos momentos e espaços sociais onde os agentes se encontram e se comunicam utilizando a cultura particular de seu tempo espaço.

¹JOVCHELOVITCH, Sandra. Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 40.

Como código, a cultura pode ser entendida como os mecanismos simbólicos internalizados pelo indivíduo que lhe permite interpretar o mundo social em que está inserido.

Como diz Roque Laraia, de forma metafórica:

A cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo. Homens de culturas diferentes usam lentes diversas e, portanto, têm visões desencontradas das coisas.²

A cultura são as lentes, ou filtros, através dos quais cada sujeito percebe o mundo material e simbólico em que está inserido interferindo na forma como o mundo é interpretado. Nesse entendimento as atividades de campanha promovidas pelas associações se apresentam como outra forma de aproximação da cultura política deste tempo-espaço.

A descrição densa, como alerta Sandra Pesavento, não pode ser entendida como mero relato expositivo do objeto analisado. Com o uso dessa estratégia metodológica, desejamos evidenciar, tanto quanto a documentação permitir, não apenas os detalhes desses eventos, mas as regularidades existentes no seu interior.

Não se trata apenas, como o nome pode sugerir, de descrever o objeto minuciosamente, mas sim de aprofundar a análise do mesmo, explorando todas as possibilidades interpretativas que ele oferece, o que só poderá ser dado por meio de um intenso cruzamento com outros elementos, observáveis no contexto ou mesmo fora dele.³

A aplicação desse método do à leitura dos relatos dos acontecimentos publicados nos jornais aponta para a necessidade de observação não apenas do evento em si, mas também para o entendimento das conexões de cada detalhe do evento com o contexto em que foi produzido, para a percepção das regularidades existentes.

Como código, ela somente pode identificar seus contornos quando em operação. Através da descrição de alguns aspectos das atividades de campanha, desejamos registrar, tanto quanto possível, as formas de sociabilidade articuladas no interior destas atividades promovidas pelas associações. Ao tomar essas atividades como elementos de uma dinâmica

²LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 11. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. p. 69.

³PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & história cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 66.

social recorrente no interior do campo político, podemos relacionar os aspectos de um evento com os observados em outras atividades. Dessa forma, torna-se possível identificar alguns traços característicos da cultura política da Porto Alegre da década de 1920.

4.1 O trabalho de galopim

Pela legislação eleitoral desta época, cabia a quem desejasse participar da votação, inscrever-se como eleitor. Diferentemente de outros estados, que utilizavam os cadastros das eleições federais para os processos locais, no Rio Grande do Sul mantiveram-se registros independentes para os processos estadual e municipal. Assim sendo, a União realizava um cadastro para as eleições de presidente, vice-presidente, senadores e deputados federais, o estado efetuava outro, para as eleições de presidente estadual e para a Assembléia de Representante, e cada município criava sua própria inscrição para as eleições de intendente e conselheiros municipais.

De acordo com o “Projeto de Lei Eleitoral do Município de Porto Alegre” de 1928, o registro de eleitores municipais tinha as seguintes determinações:

Art. 7º – Só terão voto nas eleições municipais os eleitores alistados de conformidade com a legislação federal, e residentes no Município.

Art. 8º – Fica instituído o Registro dos Eleitores Municipais, na sede do município, subordinado ao presidente do Conselho Municipal.⁴

Sendo necessário a inscrição o número de eleitores registrados para participar de cada pleito dependia, em muito, da capacidade de mobilização dos grupos políticos desde o momento da inscrição eleitoral. Pelo observado na documentação, em Porto Alegre, essa tarefa de galopim esteve centrada nas associações. Às vésperas de cada pleito, eram freqüentes os chamados para que os cidadãos fossem até a sede de alguma dessas entidades para se inscrever ou para regularizar sua inscrição eleitoral para o próximo pleito, fosse ele municipal, estadual ou federal. Como em 1920, quando o Centro Republicano Júlio de

⁴A Federação, 5 jul. 1924. p. 9.

Castilhos, na época a única associação política republicana em atividade, fazia o seguinte chamamento aos eleitores do partido:

Convido os correligionários que mudaram de domicílio (de um para outro distrito da capital) a comparecerem ao Centro Republicano Júlio de Castilhos a fim de darem seus novos endereços e ao mesmo tempo receberem circular e título para a eleição de 28 do corrente.⁵

Essa prática de chamamento direto ao eleitor não era uma estratégia particular do partido situacionista. Também a oposição, quando decidida a lançar candidatos, fazia esse tipo de investida utilizando-se do mesmo mecanismo. Meses antes da eleição em maio de 1924 para deputados federais e senador, entre outras ofertas do comércio da cidade, era publicado um anúncio publicitário com significativo destaque, em que eram chamados os cidadãos a se inscreverem como eleitores. Para tal era colocado à disposição o endereço da associação oposicionista:

Qualificai-vos e votai.
A aliança Libertadora Assis Brasil á Rua 7 de Setembro, 85 b se encarregará de vos alistar.⁶

Com a multiplicação das associações políticas ao longo da década de 1920, o trabalho de alistamento eleitoral na cidade de Porto Alegre passou a ser dividido entre elas, mas isso não significou dispersão da atividade. Os registros dos jornais apontam para a articulação entre as diferentes associações de forma a maximizar a cobertura do eleitorado urbano.

Aos correligionários que desejando preparar os papéis para a respectiva inscrição no alistamento eleitoral estadual não possam comparecer á secretaria do “Centro Republicano Júlio de Castilhos” ás horas do expediente da mesma, para receberem as necessárias indicações, convido, com a anuência da Comissão Executiva local, a dirigirem-se á sede do “Grêmio Republicano Marcos de Andrade”, sito a rua da Azenha, 161 (Palacete Firmo) onde, para tal fim, achar-se-á ao seu inteiro dispor, das 18 ás 22 horas, exceto domingos e feriados nacionais, um representante da diretoria desta corporação.⁷

De forma semelhante, também entre a oposição a proliferação das associações significou uma distribuição das atividades de inscrição eleitoral:

Alistai-vos quanto antes e fazei alistar com urgência os vossos amigos e companheiros. Para isto estarão á vossa disposição os diversos centros

⁵A Federação, 13 set. 1920. p. 1.

⁶Correio do Povo, 15 mar. 1924. p. 6.

⁷A Federação, 17 abr. 1922. p. 1.

oposicionistas da capital, inclusive o DIRETÓRIO DO PARTIDO FEDERALISTA
– Rua Andrade Neves, nº 8.⁸

Como se constata por essas notas, as atividades de alistamento eleitoral eram planejadas pelos grupos políticos. O empenho para a inscrição era intenso, dependendo significativos esforços das associações e de seus membros: preparar uma sede, mantê-la aberta, dispor de funcionário capaz de orientar os possíveis eleitores de como proceder e até mesmo encaminhar a documentação necessária para a inscrição dos eleitores não era tarefa simples.

Notas como essas, oriundas tanto das associações republicanas como oposicionistas, repetiram-se ao longo da década. Elas evidenciavam que, em ambos os lados, as associações políticas se empenhavam nos esforços de inscrição eleitoral. Encontramos, entre essas notas publicadas ao longo do período, alguma nuance quanto ao conteúdo do discurso, ora mais agressivo, ora mais objetivo, mas a estratégia adotada era a mesma: motivar os cidadãos a procurarem, ou se deixarem levar, a sede de uma associação para efetuar a sua inscrição como eleitor.

Essas notas também permitiam perceber que, embora esse trabalho de galopim fosse realizado nas sedes das diferentes associações, não se pode tomar esse esforço como disperso ou desordenado. Acompanhando as notas publicadas, percebemos que as associações, como visto antes, dividiam entre si as áreas da cidade e os grupos sociais representativos, também repartiam entre si essa tarefa. Revezavam não só o horário de atendimento ao eleitor, mas também as regiões da cidade. Faziam de tudo com a intenção de facilitar a inscrição e ampliar o universo de eleitores.

Para esse trabalho de galopim eram chamados diversos colaboradores, entre eles, alguns funcionários do Estado. Em papel timbrado da “Secretaria da Comissão Executiva do Partido Republicano”, Sinval Saldanha escreve uma carta à direção da Escola de Engenharia.

⁸Correio do Povo, 1º jun. 1924, p. 1.

Ao longo do texto, entendemos ser ele um irônico pedido de desculpas por ter solicitado a dispensa de um funcionário “por três ou quatro dias” para atuar junto ao alistamento eleitoral.

É numeroso nosso pessoal, angariando aqui e ali onde palpitem corações republicanos. E como o estabelecimento que diriges, devedor de inúmeros favores ao partido e ao Governo do Estado, não tinha fornecido nenhum auxiliar para os serviços de alistamento, tive a idéia de apelar, numa hora de aperto de toda a sorte, para a vossa dedicação partidária.⁹

Não se tem como afirmar que o pedido feito à Escola tenha sido atendido, tão pouco que ele se repetiu para outros órgãos do serviço público. Mas, como se lê no texto, esse estabelecimento não havia contribuído com o partido, deixando explícito que outros órgãos públicos já o haviam feito.

Por vezes, esse esforço pelo alistamento eleitoral poderia implicar mesmo a criação das condições para que o indivíduo se tornasse eleitor. Recordemos o manifesto dos estudantes libertadores, citado antes, no qual se dispunham a criar cursos de alfabetização juntamente com o esforço de alistamento eleitoral. Essa também parecia ser a intenção do Grêmio Cívico Ruy Barbosa, quando promovia um “curso de leitura”:

Realizou-se ontem, como havíamos noticiado, a sessão solene deste grêmio nacionalista em homenagem ao nosso companheiro de trabalho, dr. Francisco Leonardo Truda, patrono do curso de leitura da mesma associação recentemente criado.¹⁰

Esse conjunto de esforços – convocar para inscrição eleitoral, dispor de pessoas capazes de orientar esse procedimento e até mesmo promover a alfabetização para assim poder inscrevê-las – talvez explique porque Porto Alegre possuía uma participação de eleitores ligeiramente acima da média nacional.

Depois de feito o alistamento eleitoral, era necessário instruir o eleitor sobre como proceder no momento da votação. Essa tarefa implicava não apenas informá-lo dos locais das sessões e dos nomes dos candidatos, mas do próprio procedimento eleitoral, caso contrário, poderiam ocorrer enganos que acarretariam perda de votos. Para tais atividades, as

⁹Carta escrita por Sinval Saldanha em 31 de março de 1924.

¹⁰Correio do Povo, 20 jun. 1924. p. 4.

associações também serviam de referência. Nelas, era possível consultar as listas eleitorais, saber os locais de votação, receber as chapas a serem depositadas nas urnas, informar-se como proceder no espaço da sessão, enfim, como votar nos candidatos apoiados pela associação.

Pelas notas publicadas no *Correio do Povo*, vemos que a oposição disponibilizava “pessoa habilitada” a orientar os seus eleitores na sede dos diversos centros oposicionistas existentes na cidade:

O eleitor que não souber a sessão em que tem que votar, deve dirigir-se com toda a brevidade ao centro oposicionista mais próximo, que nele encontrará, diariamente, pessoa habilitada, que lhe prestará as informações que necessitar.¹¹

De forma semelhante, o Partido Republicano também prestava essas informações. Numa ação mais ofensiva, o Grêmio Republicano Marcos de Andrade enviou instruções para seus eleitores por correspondência:

Aos nossos correligionários do 2º distrito, que por mudança de residência ou outro qualquer motivo, não receberam a circular (convite), para as eleições municipais de 15 do corrente, avisamos que deverão comparecer às mesmas mesas em que costumam votar, visto não ter ocorrido nenhuma alteração.¹²

Em 1924, a oposição demonstrando certa confiança nas garantias eleitorais conquistadas com o Pacto de Pedras Altas lançou candidatos à disputa para os cargos de deputado federal e senador. Mas, às vésperas do pleito, julgou importante informar aos eleitores oposicionistas de suas garantias e explicar os procedimentos de votação que, pela legislação da década de 1920, não eram muito simples. Tal deve ter sido o sentido da reunião convocada por essa nota:

O Centro Libertador Republicano, no firme propósito de proporcionar a todos os oposicionistas do Parthenon medidas garantidoras da sua liberdade individual, por ocasião das eleições de 3 de maio próximo, convida a todos seus correligionários já qualificados e por qualificar no mesmo arrabalde, para uma reunião que se efetuará no domingo, 16 do corrente, às 19 horas da manhã, em sua sede, à Estrada do Mato Grosso, nº 177¹³

¹¹Correio do Povo, 2 maio 1924. p. 1.

¹²A Federação, 11 ago. 1928. p. 7.

¹³Correio do Povo, 16 mar. 1924. p. 1.

Embora essa eleição fosse federal, o destaque feito às “medidas garantidoras da sua liberdade individual” fazia lembrar a extinção do voto a descoberto nas eleições municipais e estaduais. Esse foi um dos pontos do Pacto de Pedras Altas, assinado meses antes dessa nota ser divulgada.

Após muitos chamados para a inscrição eleitoral, às vésperas desse pleito, o Grêmio Cívico, entidade ligada à oposição, fez publicar no *Correio do Povo* um anúncio intitulado “Prevenção necessária ao eleitorado da Aliança Libertadora”. Através dele, foram passadas aos eleitores instruções pormenorizadas sobre como proceder nas sessões eleitorais:

O eleitor só poderá votar na sessão em que for chamado. As cédulas, isto é, as chapas que contiverem nomes riscados, substituídos ou não por outros, não serão apuradas, sendo portanto perdidas. Os envelopes, contendo as cédulas, devem ser fechados. A chamada dos eleitores será iniciada logo após a instalação das mesas, às 9 horas da manhã. Convém que o eleitor esteja presente á hora que for chamado, pois caso contrário, só poderá votar depois de feita a chamada, isto mesmo se, até as 3 horas da tarde, tiver feito entrega á mesa do seu título e carta de identidade.

[...] É indispensável que o eleitor apresente, junto com o título, sua carta de identidade. As chapas não levam assinatura. Os eleitores só assinarão o livro de presença.¹⁴

Como se pode ler nesse anúncio, a oposição se dirigia ao seu eleitorado para orientá-lo. Primeiramente, informava que era possível ter a lista dos locais de votação na sede e, posteriormente, explicava os procedimentos de votação. Alertava sobre a importância de estar presente durante todo o demorado processo, que iniciava com a chegada à sessão eleitoral, seguido da entrega dos documentos, e a espera da chamada para depositar a sua cédula na urna. Para tornar-se eleitor, então era necessário não apenas o conhecimento da leitura e a iniciativa para se fazer inscrever, mas também uma certa dose de paciência para se apresentar e aguardar uma chamada que poderia demorar. Um outro destaque era feito com relação ao voto secreto. Essa nota lembrava que “os envelopes, contendo as cédulas, devem ser fechados”, e complementava, afirmando: “As chapas não levam assinatura. Os eleitores só assinarão o livro de presença”.

¹⁴Correio do Povo, 2 maio 1924. p. 1.

As instruções detalhadas sobre como proceder na votação demonstravam uma clara preocupação em não desperdiçar os esforços de inscrição. Para a oposição era importante explicitar as garantias à liberdade de opinião do eleitor. A divulgação indica que esses postulados poderiam ser invocados durante o processo. Em outro sentido, interpretamos que a necessidade de informações tão minuciosas se devia a um desconhecimento, por parte do eleitor, sobre como se procedia. Podia ainda indicar uma tentativa da oposição de, frisando o sigilo do voto, obter alguns votos inscritos pelos republicanos.

Mecanismo para a manifestação de opinião para os liberais, no pensamento positivista que guiava o Partido Republicano, o voto secreto era um instrumento para os que não tinham coragem de assumir publicamente suas opiniões. Na seqüência, esse debate seguia ocupando inúmeras páginas com críticas e respostas: a oposição afirmando sua importância e mantendo na memória social o principal ganho da Revolução de 1923, e os republicanos demarcando o respeito aos termos da carta constitucional castilhistas.

No pleito municipal de 1920, como apresentado antes, *A Federação* publicou nos dias anteriores da votação, numa das pontas da primeira página, uma nota com a “chapa” dos candidatos republicanos. Como cabia aos eleitores levarem até a sessão eleitoral um papel com os nomes dos candidatos, sem rasuras, podemos presumir que a publicação continuada desse box servia de cédula para os eleitores republicanos.

Contudo, nos pleitos municipais posteriores, essa prática foi substituída pela divulgação dos nomes de um grupo de “distribuidores de chapas” que se faziam presentes diretamente nas sessões. Esses personagens eram responsáveis por entregar aos eleitores os papéis a serem utilizados como cédulas. Às vésperas do pleito municipal de 1928. Esses eram apresentados, pela Executiva Municipal, através da imprensa:

A comissão executiva comunica aos eleitores republicanos que estão encarregados de distribuir chapas nas eleições de amanhã os seguintes amigos: [...].¹⁵

¹⁵A Federação, 14 ago. 1928. p. 2.

A esses “distribuidores de chapas”, tanto do partido republicano como da oposição, cabia garantir o voto correto dos correligionários. Para assumir tal responsabilidade, esses nomes deveriam ser conhecidos e reconhecidos pelos eleitores como representantes do partido.

A eficiência desse controle dos votos podia ser percebida, como já mencionado, nos resultados das votações. Lembremos que os candidatos republicanos ao Conselho Municipal obtiveram resultados muito próximos entre si nas três eleições antes descritas. Os candidatos da oposição, embora não tenham obtido resultados tão semelhantes, também tinham votações possíveis de serem relacionadas a essa estratégia de controle do voto do eleitor.

No pleito de 1924, a oposição reclamou da presença de “distribuidores de chapas”, mas aparentemente, esses não prejudicaram o andamento dos trabalhos, visto não haver registros de irregularidades. Em 1928, o único incidente mencionado pela oposição foi o uso de uma chapa indevida por parte de um eleitor e não propriamente a distribuição do material:

Uma nota deveras interessante ocorreu na 12^o seção. Um conhecido opositorista que ali chegara a fim de votar, recebeu das mãos de um distribuidor dos candidatos situacionistas as cédulas com as quais votou nos candidatos governistas, convencido de que estava sufragando os candidatos do Partido Libertador.¹⁶

Nesse momento, a queixa não se referia propriamente à presença dos “distribuidores”. Ao contrário, lamentava-se do uso da “chapa” errada por parte do eleitor opositorista. Se esse pegou e utilizou a chapa republicana, não foi por coação, mas por estar “convencido” de a ter recebido de um opositorista. Estava explícito que o eleitor em questão desejava ter recebido e utilizado a “chapa” opositorista, o que indicava que essa deveria estar sendo distribuída. O relato desse equívoco deixou um indício de ser comum também ao eleitor da oposição receber a cédula eleitoral do distribuidor na porta da sessão e apenas depositá-la na urna.

¹⁶Correio do Povo, 16 ago. 1928. p. 14.

Mas esse relato também trazia a percepção de dois movimentos simultâneos: de um lado, o distribuidor de chapas do Partido Republicano efetivamente ganhou um voto declaradamente oposicionista, o que reforçou a importância dessa atuação para angariar votos; de outro, o distribuidor da oposição se mostrou ineficiente para exercer um controle sobre os eleitores da oposição.

Outro cuidado era o reforço, através da imprensa, da nominata correta a ser depositada nas urnas. Lembretes, como o que segue, eram publicados nos jornais nos dias anteriores aos pleitos:

O Diretório Federalista de Porto Alegre previne os correligionários de que as cédulas da aliança Libertadora são as que contêm o nome do Dr. Assis Brasil para senatoria e os dos drs. Wenceslau Escobar, Plínio Casado e Lafayette Cruz para a deputação.

Entre os três candidatos á deputação serão regularmente distribuídos os cinco votos que competem a cada eleitor. Em cada cédula dois dos candidatos tem dois votos e o terceiro um, e assim alternativamente para cada candidato.

Para evitar possíveis enganos e a inútil dispersão de votos – pois votos dispersos são votos que não contam no resultado final – recomenda-se aos eleitores que verifiquem cuidadosamente a cédula antes de fechar o envelope. É preciso ter em conta também que a cédula com nomes riscados é cédula nula.

As cédulas além de se encontrarem em mão dos distribuidores no dia da eleição, poderão ainda ser procuradas na rua da Ladeira n. 30, sede do Grêmio Cívico Riograndense e, provisoriamente, do Diretório Federalista.¹⁷

Nessa nota, vemos a preocupação de lembrar ao eleitor oposicionista o nome dos candidatos e a importância de não alterá-los. Essa preocupação deve ser relacionada à diversidade de posições no interior da oposição. As chapas montadas por acordo entre as lideranças, nem sempre agradavam o conjunto dos partidários, que acabavam tomando decisões individualizadas. A alteração dos nomes, como bem advertia o texto, implicava a votação de candidatos avulsos, que apenas “dispersavam votos”, enfraquecendo a intervenção eleitoral e dificultando a vitória dos candidatos indicados.

O texto publicado pela oposição apontava que, “os cinco votos de cada eleitor” oposicionista eram divididos entre os três candidatos da oposição. Essa tarefa implicava uma verdadeira contabilidade eleitoral, pois impunha a necessidade de distribuir entre os eleitores

¹⁷Correio do Povo, 2 maio 1924. p. 1.

uma quantidade igual de chapas diferentes. Nesse caso, a distribuição era um mecanismo de organização e controle importante para o uso do recurso do voto cumulativo por parte dos eleitores.

A nota afirmava que as “cédulas” com o nome dos candidatos republicanos, assim como dos opositoristas, poderiam ser recebidas da “mão” dos distribuidores no dia da eleição, ou então, pegadas com antecedência na sede das associações opositoristas. Nessa estratégia eleitoral, a distribuição de chapas não era de pouca importância. Era, pois, importante ter os distribuidores bem instruídos. Para isso eram chamadas reuniões preparatórias tanto dos cabos eleitorais republicanos:

A Comissão Executiva do Partido Republicano convida os distribuidores de chapas das diferentes sessões desta capital para uma reunião, hoje, às 20 horas, na Secretaria do Centro Republicano Júlio de Castilhos a fim de se tratar-se de assunto que se prende ao pleito de amanhã.¹⁸

De forma semelhante se mobilizava a oposição:

A “Aliança Libertadora” realizará, hoje, às 19 horas, em sua sede, á Rua General Câmara, nº 30, uma reunião de assembléia geral, a fim de tratar da organização das mesas eleitorais para o próximo pleito municipal desta capital.¹⁹

Como vemos, tanto os republicanos como a oposição se utilizava uma rede de associações para mobilizar e instruir os eleitores. Através destas instituições se potencializava a inscrição de eleitores para os diferentes processo eleitorais. Ali também eram distribuídas as cédulas utilizadas para a votação. Dessa forma, podemos tomar o trabalho de galopim como estratégia de disputa eleitoral socialmente legítima.

Nessa dinâmica eleitoral, a distribuição das cédulas com os nomes dos candidatos era uma atividade importante. Dela dependia o frutificar do trabalho de inscrição eleitoral feito antes. Mesmo para os padrões atuais de propaganda eleitoral, as estratégias de distribuição de material de campanha junto às sessões eleitorais era uma prática recorrente. Embora se possa tergiversar sobre os limites éticos dessa atividade, claro estava que, para aquele momento ela

¹⁸A Federação, 14 mar. 1925. p. 1.

¹⁹Correio do Povo, 17 set. 1924. p. 4.

não era entendida como algo que comprometia o pleito como processo de legitimação do exercício do poder institucional.

De alguma forma, é possível relacionar tais atividades com as práticas do coronelismo desenvolvidas pelas oligarquias rurais. Podemos pensar nas associações como currais que arrebanhavam os eleitores urbanos e os conduziam até as sessões. Tal interpretação não pode ser simplesmente descartada. Essa relação deve ser evidenciada pela pesquisa, primeiramente porque efetivamente o tempo histórico estudado convivia com essas práticas eleitorais em diversas localidades. Segundo, porque a visão autoritária das elites políticas seguramente assim entendia e desejava que fosse o comportamento do eleitorado urbano.

Por outro lado, considerando o processo de modernização econômica e social vivido pelas sociedades urbanas da década de 1920, com a emergência de novos grupos sociais, entendemos que essa relação era mais uma sombra da qual os cidadãos foram se afastando de uma tradição à qual se sujeitavam passivamente.

Para reduzir os diversos e diferentes grupos sociais urbanos à condição de rebanho teríamos de desconsiderar as transformações sociais decorrentes da urbanização que, como explorado antes, não eram pouco significativas. Estaríamos simplificando a complexidade das relações sociais à ação de heróis que tudo podiam ou à força das estruturas que a todos condicionava. Limitando o eleitorado urbano de Porto Alegre da década de 1920 a seres sujeitados a estruturas sociais autônomas, agentes que não significavam não interpretavam e não interagiam com o processo político que experimentavam.

Se, de fato, o eleitorado urbano fosse de tal forma submisso às estruturas de dominação oligárquica, não haveria necessidade de uma rede de associações tão ampla do ponto de vista geográfico e social, e nem da institucionalização dessas relações em níveis tão capilares como já constatados.

Entendida como prática social, essa estratégia de arregimentação eleitoral através das associações pode ser entendida como uma maneira de comprometer o conjunto dos partidários com a inscrição eleitoral. De outra parte, o eleitor, ao ser publicamente chamado para participar do processo eleitoral, era valorizado como um agente político que necessitava ser conquistado.

4.2 As reuniões de propaganda

Quando observamos as campanhas eleitorais no município em Porto Alegre durante a década de 1920, percebemos que as associações promoveram diversas reuniões. Ao longo de todo o período investigado, ocorreram encontros de diretoria, sessões de inauguração das sedes, comemorações das datas cívicas, enfim, um conjunto de atividades sistematizadas nos anexos 8, 9, 11 e 12, que mantinham as sedes ocupadas e os associados envolvidos.

Neste momento destacamos um conjunto de atividades realizadas no interior das sedes. Nos jornais, eram publicados convites para participação da “reunião política”, “sessão solene”, “recepção”, “visita da comissão executiva”, “solenidade” ou “recepção festiva”. As dinâmicas de funcionamento dessas atividades não diferiam entre si, o que nos permitiu chamar a todas de reuniões de propaganda, pois tinham como principal finalidade a promoção de momentos nos quais os candidatos a um cargo eletivo divulgavam seu programa.

Descrever cada uma dessas reuniões de propaganda individualmente seria pouco produtivo para o presente objetivo. Por isso, tomamos como referência as atividades realizadas às vésperas da eleição municipal de 1924. Como explorado antes, as candidaturas republicanas de Otávio Rocha e Alberto Bins disputaram os cargos de intendente e vice, contra os oposicionistas Frederico Gomes e Feliciano Falcão, respectivamente. Os primeiros estavam acompanhados de sete candidatos às nove vagas de conselheiro municipal, ao passo que a oposição disputou com apenas cinco.

A campanha eleitoral para o pleito municipal de 1924 se iniciou com o lançamento das candidaturas republicanas em 14 de julho e, até o dia do pleito, as associações políticas republicanas promoveram doze reuniões de propaganda.

Uma primeira observação sobre essas atividades dizia respeito à relação entre as associações políticas e o diretório partidário. Acompanhando pelos jornais as notas publicadas para convocar essa atividade, se deduz que não houve reuniões de propaganda simultâneas. Assim, podemos pensar que elas seguiam um cronograma, provavelmente organizado pelo diretório do partido, que indicava uma data para visitar a sede.

As reuniões de propaganda eram divulgadas com antecedência. Nos jornais, publicavam-se notas assinadas pela diretoria das associações, convidando o público a comparecer nessas atividades. Os convites poderiam ser mais extensos ou mais breves, mas sempre indicavam a data, a hora e o local da reunião. Em geral, as atividades de campanha eram programadas para o período da noite. Não se identificou um dia da semana particular para elas, ao contrário, em mais de um pleito, na semana anterior à votação, ocorriam atividades diariamente.

Em honra da Comissão Executiva que ontem lhe fez significativa visita, promoveu o Grêmio 14 de julho, em sua sede, brilhante e entusiástica festa cívica, a qual deixou em todos que a assistiram uma bela impressão.²⁰

Chamados como esses deixavam explícito que se tratava de atividades de propaganda eleitoral. Podemos presumir assim, que todos os eleitores que o atendiam estavam manifestando apoio àquela candidatura. Mas isso não retirava dessas atividades o seu caráter de campanha, sua perspectiva de mobilização e convencimento do eleitorado. As reuniões de propaganda eram uma forma de tornar pública a opinião dos eleitores e assim evidenciar, para os adversários e para o conjunto da sociedade, a força eleitoral de que o grupo dispunha.

²⁰A Federação, 18 set. 1924, p. 1.

Em geral, as reuniões de propaganda ocorriam nas sedes das associações políticas, mas eventualmente poderiam ocupar espaços públicos como salas de cinema e teatros. Assim foi com o lançamento das candidaturas republicanas, que ocuparam o Teatro São Pedro em 1924 e 1928. Também com a oposição que, em março de 1924, utilizou o Cinema República para lançamento da candidatura a deputado federal.

Realizar-se-á, hoje, a anunciada conferência do Dr. José Júlio Silveira Martins, que, como se sabe, se apresenta candidato a deputação federal pelo 1º círculo, como representante do federalismo.

A conferência efetuar-se-á ás 20 horas no Cinema República, á rua dos Andradas.

O conferencista dissertará sob o tema – “reação necessária” – “O assalto ao federalismo.”²¹

Uma vez que eram chamadas e promovidas pela diretoria das associações políticas, podemos supor que as reuniões de propaganda envolviam uma intensa atividade de preparação. Independente do local de realização, era necessária uma definição dos nomes que representariam a associação, o que sem dúvida, demandava algumas reuniões preparatórias. Também era preciso organizar o espaço físico para receber tanto os candidatos como os eleitores, o que envolvia o “embandeiramento” da sede, o preparo da mesa para os diretores partidários, das cadeiras e do salão para o público e do que mais fosse oferecido aos presentes.

Não se possuem relatos desses preparativos propriamente, mas temos o lamento da diretoria do Clube Republicano Borges de Medeiros, que deixou evidente a frustração por não ter tido tempo suficiente para executar tais providências:

Em sua oração, o 1º secretário lamentou que a visita que era feita ao Clube Republicano Borges de Medeiros, quase de surpresa, não houvesse permitido, em virtude de angustia de tempo, á diretoria, organizar uma melhor recepção, em que o ilustre homenageado, Dr. Octávio Rocha, pudesse ter uma impressão mais segura, dos valores eleitorais de que dispõe, com a presença de auxiliares prestimosos do Partido Republicano no 4º distrito, possuidores, cada um, de regular número de eleitores matriculados no livro de registro do Clube.²²

Como se lê, o orador daquela associação lamentava que a “visita” era realizada de “surpresa”, o que impediu a preparação da atividade. Pela enunciação do que faltava, tempo

²¹Correio do Povo, 29 mar. 1924. p. 3.

²²A Federação, 30 ago. 1924. p. 1.

para “organizar uma melhor recepção,” podemos deduzir que as diretorias das associações políticas costumavam dispor dele. Também ficava claro o que as associações procuravam mostrar à Executiva Municipal: os “valores eleitorais” da associação, ou seja, o “número de eleitores matriculados” através do seu trabalho de inscrição eleitoral.

Na seqüência dessa nota, vemos que, para minimizar as limitações impostas pelo imprevisto, “foi, então, expedido pela secretaria, a última hora, aviso a alguns associados, com residência em pontos próximos”. Esse procedimento corrobora as observações já realizadas de que as associações reuniam entre seus sócios moradores da região onde suas sedes estavam situadas; e que mantinham uma estrutura burocrática de funcionamento que permitiam uma rápida mobilização dos seus membros.

Nessa primeira atividade da campanha eleitoral de Otávio Rocha, esse movimento ficou limitado. Mas, nas reuniões seguintes, o planejamento prévio potencializou as expectativas dos republicanos. Seguindo os relatos, que o primeiro momento das reuniões de propaganda estava marcado pela chegada da comissão Executiva Municipal do Partido Republicano à sede da associação. Na campanha municipal de 1924, em particular, era recorrente a presença dos três membros da Executiva Municipal republicana: José Montauray, então intendente municipal, Otávio Rocha, candidato ao cargo de intendente municipal, e Sinval Saldanha, então presidente do Clube Republicano Júlio de Castilhos. Como mostra o relato da reunião do Grêmio Republicano Marcos de Andrade:

Às 20 horas, deu entrada no Grêmio a comissão executiva, constituída dos nossos presados amigos Drs. José Montauray, Octavio Rocha e Sinval Saldanha, Marechal Carlos Frederico de Mesquita e Coronel Genes Bento.”²³

Listadas as autoridades partidárias presentes ao evento, os relatos tratam de descrever como eram recebidas. Era sempre mencionada uma calorosa acolhida que poderia incluir palmas e “vivas.” Invariavelmente, as sessões eram abertas pelo presidente da associação promotora do comício, que tinha como primeira providência chamar à mesa os membros da

²³A Federação, 3 set. 1924. p. 1.

comissão executiva e o candidato presente. Em algumas atividades, ocorria que, uma vez aberta a reunião, se transferia a presidência da mesa diretora dos trabalhos a um dos dirigentes ali presentes, como no comício do Clube Republicano Ernesto Alves:

A convite do presidente do Grêmio Sr. João Gabriel Rupperti dirigiu os trabalhos da assembléia o dr. Sinval Saldanha.²⁴

Essa prática demonstrava um mútuo reconhecimento de funções e poderes. A Executiva Municipal era, sem dúvida, a instância superior do partido, mas aguardando que um dirigente da associação iniciasse a sessão os reconhecia como autoridade legítima para mobilizar e reunir os eleitores daquela entidade. Nessa situação, a relação de subordinação das associações em relação à Executiva Municipal estava clara, mas também ficava evidente o respeito das lideranças partidárias à autoridade dos diretores no trabalho de mobilização eleitoral.

No momento seguinte, aconteciam os discursos. O primeiro cabia ao orador da associação promotora do comício, que falava de muitos assuntos, mas invariavelmente afirmava que os republicanos daquela associação eram leais ao partido e votariam nos candidatos indicados pela liderança do Partido Republicano. Eram falas como a do Dr. Alberto de Brito, orador do Grêmio Republicano Pinheiro Machado:

Após outras considerações conclui o orador dizendo que a comissão executiva iria encontrar ali os republicanos a postos, prontos, decididos a se baterem, em qualquer terreno, pela grandeza e pela vitória do nosso grande e invencível partido.²⁵

Da mesma forma, entendemos o pronunciamento do operário Antônio Gonzaga, orador oficial da Liga dos Operários Republicanos, no comício organizado na sua sede:

O Sr. Gonzaga enunciou conceitos de valor referindo-se, com muita felicidade, a orientação política que o operariado riograndense deve manter.²⁶

Após essa fala inicial e oficial da diretoria da associação, era a vez dos membros da executiva do partido se pronunciarem diretamente ao público presente. Na campanha

²⁴A Federação, 10 set. 1924. p. 1.

²⁵A Federação, 3 set. 1924. p. 1.

²⁶A Federação, 25 set. 1924. p. 1.

municipal de 1924, geralmente cabia a palavra a Sinval Saldanha, então membro da Executiva Municipal, como mostra o relato do comício promovido pelo Grêmio Republicano Marcos de Andrade.

Em seguida o Dr. Sinval Saldanha, explicando o motivo da visita da Comissão Executiva, á sede do Grêmio Marcos de Andrade, declarou que ela indicava o marco inicial da propaganda das candidaturas ao pleito intencional, tarefa que se propuseram a realizar não porque não confiem no resultado do pleito, mas porque obedecia isso a uma praxe do partido.²⁷

Os mesmos discursos citavam as biografias dos candidatos, destacando os serviços já prestados ao partido em outras esferas de atuação. A lógica da argumentação defendia que cada republicano em seu posto cumpria um serviço, ora como candidato, ora como eleitor, mas de igual importância ao partido. E Sinval Saldanha concluía, dizendo o que esperava dos eleitores republicanos presentes, no comício do Grêmio Republicano Marcos de Andrade:

Assim julgando que a divisão do trabalho no Partido Republicano tem aplicação constante neste momento, enquanto o preclaro chefe, no silêncio do seu gabinete trabalha, sem esmorecimento, pela felicidade do Rio Grande e da República e os valorosos soldados republicanos, que constituem a briosa Brigada Militar, prestam relevantes serviços a causa da legalidade nas terras paulistas, nós outros trabalhamos também para elevar cada vez mais alto o estandarte vitorioso do nosso partido.²⁸

Relacionar a ação do eleitor com as responsabilidades do presidente do Estado, com os combates que a Brigada Militar travava contra os revoltosos em São Paulo, significava igualar, no campo das representações sociais, as responsabilidades dos partidários ali reunidos. Mais que uma metáfora, esse discurso conclamava os partidários a assumirem sua responsabilidade no processo eleitoral, a contribuírem para a legitimação do programa e as ações da administração republicana nas urnas e, dessa forma, legitimar o partido no exercício do poder institucional.

Aqui, os eleitores trabalhavam com esforço igual ao despendido pelos líderes partidários e pela briosa força militar. Significava que cada partidário deveria comparecer às urnas com seu voto para que os líderes políticos pudessem continuar seu trabalho. Assim o

²⁷A Federação, 2 set. 1924. p. 1.

²⁸A Federação, 2 set. 1924. p. 1.

trabalho de cada associação na mobilização do eleitorado da sua região, da cidade ou do seu grupo social era tomado como equivalente e tão relevante, quanto os esforços dos candidatos e dirigentes partidários. Neste raciocínio metafórico relacionava a dimensão das imagens mentais sobre o mundo com os desafios objetivos da manutenção do poder institucional.

Os relatos dos comícios subseqüentes deixaram de fazer transcrições tão ricas dos discursos pronunciados por Sinval Saldanha, mas não ficou dúvida de que a inflexão era sempre essa: passar para o eleitorado a responsabilidade de eleger os candidatos definidos pela direção do Partido Republicano.

No momento seguinte das reuniões de propaganda, o presidente da mesa diretora abria a palavra ao público. No Grêmio Republicano Saldanha Marinho, as falas dos presentes se seguiram:

Falaram, ainda, o Dr. João de Deus Vieira Filho, saudando o Dr. José Montaury, o Dr. Jayme da Costa Pereira, em nome do Grêmio Republicano Marcos de Andrade; o Dr. José Montaury em agradecimento a saudação que lhe fora feita.²⁹

Da visita ao Grêmio Republicano Venâncio Ayres ficou escrito que:

Cessados os aplausos pediu a palavra o nosso correligionário Sr. Espindola que, em breves palavras, significou o seu jubilo pela presença da comissão executiva aquele centro e como humilde operário sentia-se feliz em poder saudar as pessoas dos nossos ilustres amigos Drs. Octávio Rocha e José Montaury, fazendo o elogio a ambos como velhos republicanos encanecidos na luta e com valiosos e inestimáveis serviços ao Partido Republicano.³⁰

Aparentemente, essas falas não estavam no programa do comício. Podemos, assim, tomá-las como iniciativas dos próprios agentes ali envolvidos. Mas não se deve crer que a palavra seria franqueada a qualquer presente. O fato do redator do jornal saber seus nomes para registrá-los já indicava a proximidade do “humilde operário” Sr. Espindola com a estrutura partidária.

²⁹A Federação, 12 set. 1924. p. 1.

³⁰A Federação, 4 set. 1924. p. 1.

A felicidade de “poder saudar” os ilustres candidatos deixava um indício de como os comícios aproximavam sujeitos sociais tão distintos e distantes como candidatos e eleitores, simples partidários e ilustres lideranças. Ouvir a palavra do próprio candidato e poder lhe dirigir a voz tinha um forte apelo. Era o reconhecimento público do eleitor para com o candidato, mas também o comprometimento do candidato com o eleitor.

Após essas diversas falas, era reservado um último pronunciamento para o candidato. Do que Otávio Rocha disse à platéia do Grêmio Republicano Marcos de Andrade em setembro de 1924 ficou assim registrado:

Declara que por si nada vale e que apenas é um reflexo da força do partido de que é membro.

Diz que nunca pretendeu o cargo de intendente e que apenas aceitou por disciplina, por que sabe as agruras que os homens públicos sofrem nos cargos administrativos.³¹

Por suas palavras, o então candidato também procurava reforçar uma condição de simples membro do partido, ao qual foi imposta uma difícil tarefa. Mas essa modéstia e inocência também não poderiam ser levada na sua literalidade. Dizer que “aceitou por disciplina” a indicação ao cargo deve antes, ser entendido como um reforço daquela retórica eleitoral que desejava aproximar candidato e eleitores, dirigentes e membros do partido.

Nessa lógica, a lealdade partidária e a disciplina eleitoral deixaram de ser uma imposição de lideranças autoritárias e passaram a ser responsabilidade de cada partidário, de cada associação política enquanto membro de uma família. Ao deixar entendido que a posição de candidato e futuro intendente compartilhava a mesma responsabilidade e o mesmo relevo de todos os partidários ali reunidos. Aqui novamente se percebe o desejo de se criarem laços simbólicos de lealdade entre os presentes, de reforçar a noção de pertencimento a uma mesma comunidade de sentido, uma identidade comum entre os diferentes agentes sociais ali envolvidos.

³¹ A Federação, 2 set. 1924. p. 1.

Após a fala do candidato, o comício era conduzido ao seu final pela palavra da diretoria da associação. Era então feito um último pronunciamento e se convidava os presentes para uma recepção com comes e bebes que encerrava a reunião de campanha. Desse momento ficou registrada a atividade no Grêmio Republicano Venâncio Aires:

Ninguém mais querendo fazer uso da palavra, pelo presidente foi convidada a comissão executiva e os presentes a passar para uma sala onde foi servido uma taça de champanha, trocando-se, então, efusivos brindes entre os presentes.³²

Ou, como no comício do Grêmio Republicano Rivadavia Corrêa:

A seguir o Sr. Arnaldo Ely, encerrou a sessão, convidando a sessão executiva a participar de um succulento churrasco preparado para abrilhantar a festa.³³

A menção ao momento dos comes e bebes ficou mais freqüente nos últimos comícios dessa série de atividades da campanha municipal de 1924. Nos primeiros, o redator de *A Federação* se demorou em descrever a decoração das sedes, as pessoas presentes e os discursos pronunciados. Progressivamente, o texto do jornal republicano passou a falar mais dos brindes feitos com “champanha”, a mencionar a presença de “uma banda de música”³⁴, da “mesa de doces finos e líquidos.”³⁵ Entendemos que esses momentos festivos da atividade política ganharam mais destaque da imprensa porque passaram a ter mais significado para o público, gerando maiores expectativas.

Essas referências podem indicar que os eleitores iam ao comício para comer e beber, pois mais de uma vez foram oferecidos comes e bebes. Isso pode ser percebido no Anexo 16 que retrata a “festa a gaúcha”, promovida pelo Grêmio Republicano Paim Filho, reunia diversos partidários de origem humilde. Contudo, os grupos sociais mais abastados também organizavam grandes jantares como o “banquete das classes conservadoras” oferecido a Otávio Rocha as vésperas do pleito que o elegeu Intendente Municipal. Como vemos no anexo 17 participavam desta atividade apenas senhores trajados a rigor.

³²A Federação, 4 set. 1924. p. 1.

³³A Federação, 8 set. 1924. p. 1.

³⁴A Federação, 12 set. 1924. p. 1.

³⁵A Federação, 10 set. 1924. p. 1.

Pelo que se deduz a patuscada ganhava importância tanto para os grupos sociais subalternos como para a elite. Oferecer um churrasco, um jantar, ou mesmo uma mesa de líquidos e doces menos que uma pífia manipulação pode ser entendido como uma estratégia para aproximar os participantes da atividade. Propiciar um espaço social, onde, com relativa liberdade, cada eleitor podia efetivamente sentir-se um membro do partido. Podia dirigir-se diretamente ao candidato e comentar sobre as coisas da política e também sobre as dificuldades de sua vida cotidiana. Evidenciar seu apoio eleitoral e solicitar uma ajuda pessoal. Eleitor e candidato se reconheciam como membros de uma mesma comunidade.

As reuniões de propaganda não tinham uma duração muito longa, estendendo-se por algo próximo a uma hora. A visita da Comissão Executiva ao Clube Republicano Ernesto Alves teve início às 20 horas e terminou “passando das 22 horas”.³⁶ Já a recepção do Grêmio Republicano 14 de Julho teve início às 20 horas e término às 21 horas. Mais longo foi o churrasco do Grêmio Republicano Rivadavia Correa que, iniciando-se às 10 horas, contou com a presença da Executiva Municipal até às 13h e 30min, mas se seguiu até “altas horas da noite”.³⁷

Não temos como avaliar a audiência de cada uma dessas atividades, pois apenas no relato do comício promovido pelo Clube Republicano Ernesto Alves está mencionado que estiveram presentes “ao todo mais de 100 pessoas”.³⁸ Da mesma forma, sabemos que o Centro Republicano Pinheiro Machado “dá conta para mais de quinhentos sócios.”³⁹

As informações disponíveis na imprensa do período sobre as reuniões de propaganda da oposição eram muito mais dispersas e sintéticas do que as referentes às atividades promovidas pelas associações republicanas. A *Federação* não apresentava informação sobre

³⁶A Federação, 10 set. 1924. p. 1.

³⁷A Federação, 8 set. 1924. p. 1.

³⁸A Federação, 10 set. 1924. p. 1.

³⁹A Federação, 3 set. 1924. p. 1.

as atividades programadas pela oposição. Já o *Correio do Povo* dividia seu espaço para a vida política local, divulgando notas tanto das ações oposicionistas como dos republicanos.

O relato das atividades de campanha da oposição foram divulgados, no *Correio do Povo*, em meio a outras notas da vida na cidade. Como os eventos ocorreram em menor número e a cobertura foi mais limitada, não há condições de percebê-las na mesma profundidade que as republicanas. Cabe então, apenas destacar o que cada um deles apresentava de interessante para entender as suas práticas e sua representação.

De acordo com essas informações, sabemos que, durante a campanha para a Intendência Municipal de Porto Alegre, em setembro de 1924, a oposição realizou, como mostra o Anexo 8, quatro reuniões de propaganda. Os relatos sobre as mesmas são breves, mas ao se entender as práticas e representações sobre o processo de disputa eleitoral como elementos de uma mesma rede de significados, é possível ler as falas e os silêncios da documentação.

Como visto antes, na eleição para Intendente Municipal de 1924, a Aliança Libertadora demorou a se definir pelo lançamento das candidaturas ao pleito municipal. Mas, uma vez definidas, logo tiveram início as reuniões de propaganda com uma atividade no Clube Raphael Cabeda. Como chamamento a essa atividade foi publicado o seguinte convite:

De ordem do sr. Presidente são convidados os oposicionistas da Capital para assistirem hoje ás 17 ½, da noite na sede deste Clube á rua Ramiro Barcelos num. 130 (quadra entre Floresta e Caminho Novo), a primeira conferência da série que a Aliança Libertadora resolveu efetuar em propaganda dos seus candidatos ao pleito de 28 de setembro.⁴⁰

Nesse convite ficou evidente o entendimento de que esta atividade visava promover a “propaganda de seus candidatos”. Sem dúvida, essa era a intenção das reuniões da Aliança Libertadora e de outras promovidas pelos republicanos, no mesmo período. Podemos também

⁴⁰Correio do Povo, 14 set. 1924. p. 1.

notar que essa atividade teve lugar na sede da associação política, sendo apenas “a primeira conferência da série” a ser realizada pela oposição.

Esse texto permitiu entrever a intenção da direção partidária em organizar essas atividades. Assim como nas reuniões republicanas, as informações indicavam que a organização das atividades ainda cabia à associação, visto que era a diretoria que assinava os convites publicados na imprensa. O relato dessa primeira atividade de campanha publicado pelo *Correio do Povo* dizia que:

Teve lugar na rua Ramiro Barcellos, a convite do Clube Raphael Cabeda, o primeiro comício da série que a Aliança Libertadora local pretende levar a efeito, em propaganda dos seus candidatos ao pleito municipal de 28 do corrente.

Perante numerosa assistência, falaram os Srs. Israel Rangel e Antônio Telles Villasboas, os quais discorreram longamente sobre o momento político do Rio Grande do Sul.

Ambos oradores foram muito aplaudidos, sendo oferecido ao sr. Israel Rangel, por uma senhorita presente, um grande buquê de flores naturais.⁴¹

Breve e objetivo, esse texto por si, não apresenta como essa reunião transcorreu. Mas, cruzando com as informações de outras notas já citadas, sabemos que os oradores mencionados acima eram os candidatos opositores ao cargo de Conselheiro Municipal e não podiam, nesse momento, ser confundidos com oradores da associação.

A “numerosa assistência”, ainda que não pudesse ser quantificada, apontava para a existência de um esforço de mobilização por parte dos opositores e também a disposição desses eleitores em participarem de uma atividade pública de campanha opositora.

Como não há menção à presença dos candidatos a intendente e vice, podemos entender que a campanha da oposição estava sendo feita pelos conselheiros e não priorizava a disputa do executivo municipal. Mas também lembremos que, de acordo com os resultados do pleito mostrados no Anexo 9, eles foram os candidatos mais votados dentre os nomes indicados pela oposição, tendo mais sufrágios que os candidatos opositores a intendente e a vice-intendente.

⁴¹Correio do Povo, 16 set. 1924. p. 4.

Uma segunda reunião de propaganda da Aliança Libertadora teve lugar no Clube Tropeiro da Liberdade, no dia 20 de setembro:

Nessa reunião, que esteve bastante concorrida, falou em primeiro lugar, o Sr. Lourival Mario, orador do mesmo clube, seguindo-se com a palavra o Sr. Simões Lopes Filho, que discorreu longamente sobre o momento político atual e enalteceu as qualidades dos candidatos da oposição.

Falaram, ainda, os srs. Goullart de Andrade, Antônio Telles Villas Boas e outros, sendo todos muito aplaudidos.⁴²

Nesse relato, temos o registro dos nomes de quem se pronunciou à platéia: o primeiro a falar foi o “orador do mesmo clube”; o segundo era uma liderança partidária; depois desses, falou o próprio candidato; e por fim, a palavra esteve à disposição de “outros”. Termo vago e plural que deixava entrever a possibilidade de os partidários ali reunidos, tal como nas atividades republicanas, se dirigirem ao candidato e às lideranças políticas.

Ainda que não se tenha o registro do conteúdo das falas, mereceu destaque do jornal aquela que “discorreu sobre o momento político atual”. Nesse contexto, seguramente discorreu sobre as implicações do Pacto de Pedras Altas na sucessão municipal, as garantias e as liberdades desse pleito. Como visto antes, o debate sobre o voto secreto e as garantias eleitorais estava na pauta e apontava para a possibilidade de eleger algum opositor para o Conselho Municipal.

No domingo anterior ao da eleição, o Centro Rego Lins também preparou a sua “reunião política” para propaganda dos candidatos opositoristas ao pleito municipal:

Às 15 horas daquele dia, realizou-se a do Centro Rego Lins, na qual falou, como orador oficial, o Sr. Israel Rangel, que discorreu longamente sobre o atual momento político riograndense. Após outros oradores, discursou ainda, a senhorita Thalita Rangel, que, como os demais, foi bastante aplaudida.

Aos presentes foi oferecido, em seguida gordo churrasco, servido ao ar livre.⁴³

Outra vez temos apenas a menção aos nomes dos oradores. A referência ao “orador oficial” feita ao Sr. Israel Rangel indica que ele era a pessoa programada para ser ouvida

⁴²Correio do Povo, 21 set. 1924. p. 1.

⁴³Correio do Povo, 24 set. 1924. p. 1.

naquela sessão, visto ser um dos candidatos ao Conselho Municipal. Mas também pode significar que ele era o membro da diretoria dessa associação política com a função de orador.

Como se tem notado, era recorrente a menção à fala de outros presentes aos comícios. Mas, nesse caso, chamava a atenção que o nome destacado era o da “senhorita Thalita Rangel”. Pelo seu sobrenome, percebemos um parentesco com o candidato. Mas o destaque aqui recaiu para o fato dela ter discursado em uma reunião de propaganda, num momento em que às mulheres não cabiam direitos políticos e possivelmente, o discurso da senhorita tivesse demandado por esses direitos para as mulheres. Assim esse fato também evidencia a possibilidade de grupos sociais excluídos do processo eleitoral participarem dos comícios para realizarem suas demandas.

O relato da atividade seguiu mencionando o “gordo churrasco” oferecido aos presentes, o que do mesmo modo nos remete à prática da patuscada. Era fato que os relatos das atividades anteriores da oposição não mencionavam comes e bebes. Mas, por comparação às atividades republicanas, algo deveria ser ofertado aos presentes. De outra parte, oferecer comes e bebes para atrair os eleitores aos comícios não podia ser identificado como estratégia de um único grupo político. Sua recorrência apontava para uma prática socialmente legítima na mobilização eleitoral.

A última nota que se tem dos comícios da oposição falava sobre o ocorrido no Clube Honório Lemes, também no domingo, 21 de setembro, porém à noite. Essa movimentação de duas atividades no mesmo dia evidenciou que não havia um único grupo a organizar as atividades, mostrando também a agilidade dos candidatos que se deslocavam pela cidade:

A noite teve lugar a sessão do Clube Honório Lemes, destinada a mesma propaganda política.

Por essa ocasião falou o dr. Goulart de Andrade, que fez lisonjeiras referências aos candidatos da oposição concitando o eleitorado a comparecer as urnas. Fizeram-se ouvir mais alguns oradores, inclusive o candidato ao pleito sr. Antônio Telles Villas Boas e Israel Rangel.⁴⁴

⁴⁴Correio do Povo, 24 set. 1924. p. 1.

Curta como as demais, essa nota mencionou a ocorrência de uma fala “concitando o eleitorado a comparecer às urnas,” numa indicação da função de mobilização dos comícios. O oferecimento de flores, mais do que uma gentileza ou agrado, indicou o reconhecimento que a associação e seus sócios prestavam ao candidato que ali se apresentou.

Em seu conjunto, as notas jornalísticas sobre as reuniões de propaganda da oposição apontaram para uma dinâmica que não diferiu em muito das promovidas pelos republicanos. Tal como as anteriormente descritas, essas também se constituíram em espaços de sociabilidade política, em local onde se reuniam candidatos e eleitores, lideranças políticas e simples partidários da oposição se comunicando através de um conjunto de representações e práticas socialmente legítimas para codificar e decodificar o processo político eleitoral, um local onde circulavam interesses e se estabeleciam compromissos.

Pelas descrições obtidas das reuniões de propaganda, podemos perceber algumas recorrências. Tanto os republicanos como a oposição compartilhavam uma mesma dinâmica, que se repetia em cada reunião de campanha. Sem referência a nenhum deles diretamente, mas recolhendo as recorrências percebidas, é possível traçar um esboço do que seria uma reunião de campanha na cidade de Porto Alegre.

Aparentemente, tanto no caso dos republicanos como da oposição, essas atividades eram uma demanda das direções partidárias. Era a Executiva Municipal dos partidos que, de alguma forma, definia o calendário das reuniões de campanha para que elas não colidissem. Contudo, a organização das atividades cabia à diretoria e aos membros de cada associação política. Era responsabilidade deles convocar os eleitores, organizar o espaço, receber os convidados e preparar a patuscada.

A atividade tinha início com a chegada dos candidatos. Recebidos pelos diretores da associação e saudados entusiasticamente pelo público presente, os candidatos e dirigentes partidários que os acompanhavam eram levados a compor a mesa dos trabalhos.

Logo após se iniciavam os discursos. O primeiro a fazer uso da palavra era um orador da associação anfitriã, que falava de muitas coisas. Mas a tônica era a lealdade que os sócios da associação ofereciam aos candidatos ali presentes. Era uma fala em nome dos sócios, daqueles que, através da associação se inscreveram como eleitores.

Uma outra fala partia de um dirigente partidário, que iniciava elogiando a diretoria da associação política pela organização do evento; depois, alertava para os desafios e as condições da disputa eleitoral; por fim, abordava as tarefas de mobilização que cada correligionário tinha de cumprir para que se produzisse a vitória nas urnas. Logo a seguir, os nomes dos candidatos eram lançados ao público, que os aclamava entusiasticamente. Ouvia-se a descrição de suas qualidades e dos serviços prestados como bravos combatentes das causas partidárias. A platéia ali presente a tudo aplaudia, manifestando sua concordância com as palavras pronunciadas e sua disposição para a realização das tarefas.

Então, o candidato presente recebia a palavra. Cessadas as aclamações, seu pronunciamento iniciava com os agradecimentos pela acolhida e seguia afirmando que não era candidato por vontade ou desejo próprio, mas para cumprir um compromisso com o partido e com todos que ali estavam. Após, algum membro da platéia manifestava a alegria de ver pessoas tão ilustres no seu arrabalde. Afirmava sua satisfação de estar ali compartilhando esse desafio eleitoral com os dirigentes. Declarava sua lealdade ao programa do partido e se comprometia a despender todo o seu esforço pela vitória nas urnas.

Para encerrar essa sessão também eram servidos doces e líquidos. Nesse momento de descontração surgiam diversos brindes: aos candidatos, aos dirigentes ali presentes, às lideranças maiores do grupo político a que a associação se filiava e, por fim, à vitória nas urnas. Nesse momento mágico de comunhão, os candidatos se misturavam aos eleitores ali presentes. Diretores das associações, líderes e partidários se cumprimentavam. Falava-se da disputa, das necessidades da cidade e do arrabalde, das dificuldades na campanha e na vida pessoal. E disso possivelmente surgiam entendimentos comuns de como solucionar esses

desafios. Assim, eleitor e candidato trocavam compromissos: o primeiro solicitava uma atenção especial com alguma demanda específica, um emprego, o conserto de uma rua; o segundo se comprometia a solucioná-la, tão logo assumisse o posto a que concorria.

Essa descrição hipotética pode, sem muitas alterações, narrar cada uma das reuniões de campanha tanto republicanas como oposicionistas antes descritas. Sua regularidade mostrava como as atividades de campanha política seguiam um mesmo padrão, um mesmo código.

Dessas atividades ainda temos algumas lembranças que, tal como nos aniversários, eram distribuídas aos participantes. Para a reunião de 1º de novembro de 1927 em prol das candidaturas de Getúlio Vargas e João Neves da Fontoura para presidência e vice-presidência do estado, foi produzido um postal. Como mostra o Anexo 18, o material trazia as fotos dos candidatos encimados pela imagem de Borges de Medeiros e cercados de frases de compromisso dos partidários. Distribuídos aos presentes na reunião, o exemplar localizado apresenta no verso, uma dedicatória a Sinval Saldanha, então membro da Comissão Executiva Municipal do Partido Republicano.

Outro exemplo era o impresso tamanho ofício assinado pelo Grêmio Republicano Marcos de Andrade em homenagem ao aniversário de morte dessa liderança partidária. No Anexo 19 vemos mostra que nele constava sua a foto com o dizer “exemplo de lealdade e devotamento partidário”. As rasuras nas datas do documento permitem propor que o mesmo material tenha sido distribuído nos anos de 1926 e 1927. Ou seja, que os exemplares excedentes do primeiro ano foram utilizados no segundo evidenciando a recorrência da prática.

As reuniões de campanha eram assim, espaços de reconhecimento no mundo da política, momentos em que, como se vê, um “jovem tribuno” poderia se pronunciar diretamente ao ilustre candidato e ser não apenas ouvido, mas reconhecido e noticiado no

jornal; ocasião em que um “humilde operário”, de nome “Espindola”, podia falar da sua alegria de estar diante do intendente municipal, onde uma certa “senhorita Thalita Rangel” falou de política para um público masculino.

Eram candidatos chamando os eleitores a lhes confiar o voto, e eleitores reconhecendo nas lideranças partidárias os sujeitos políticos legítimos para disputar os cargos eletivos. Eram os diretores e sócios das associações sentindo-se prestigiados pela presença dos dirigentes. No inverso, eram dirigentes valorizando e reconhecendo o trabalho de mobilização eleitoral promovido pela diretoria da associação política.

As reuniões de propaganda podem ser entendidas como um espaço de sociabilidade onde circulava um conjunto de práticas e representações sociais sobre o campo político. Ali se misturavam e se encontravam, face a face, candidatos e eleitores, dirigentes e partidários, homens de diferentes níveis sociais e até algumas mulheres que falavam em público e, mais importante que isso, eram ouvidos pelos ilustres da política.

As reuniões de propaganda organizadas pelas associações políticas no processo eleitoral municipal de 1924 seguiram esta mesma lógica, esta mesma dinâmica. Antes de tudo, havia os preparativos para a atividade; na data marcada ela iniciava com o discurso da diretoria da associação política anfitriã; a esse seguiam-se os discursos das lideranças partidárias e dos candidatos; encerrando-se com uma confraternização.

No seu decorrer se enunciavam discursos nos quais se mencionava que candidatos e eleitores pertenciam a uma mesma comunidade de sentidos. Estimulava-se uma percepção simbólica do mundo, na qual, mesmo assumindo postos diferentes, todos possuíam igual importância na defesa dos interesses do partido.

Momentos como esses, de contato direto entre candidatos e eleitores, dirigentes e partidários, possibilitavam o desabrochar de um sentimento de pertencimento a uma mesma

comunidade de sentido. Era o momento de negociar os sentidos do processo político, de formar uma rede de lealdade e laços de compromisso entre os dirigentes e os subalternos do partido. Ali os agentes sociais se apropriavam do código operado por esta comunidade para codificar, interpretar e agir no processo de disputa eleitoral.

4.3 As mobilizações de rua

Além das reuniões de campanha nas sedes, as associações estiveram envolvidas em diferentes eventos que utilizaram ruas e praças como espaços para a manifestação política. Segundo as notas dos jornais, ao longo da década de 1920, ocorreram diversas festas cívicas, recepções a autoridades que chegavam na cidade, comícios e passeatas vinculados ao processo eleitoral.

Não se tem a intenção de observar mais amplamente as mobilizações populares da cidade, mas cabe destacar que a população de Porto Alegre também usava as ruas e praças para manifestações coletivas em eventos não-políticos. Isso ocorreu por exemplo, na passagem do avião italiano de Pinedo pela cidade, na sua viagem de travessia oceânica.⁴⁵ Da mesma forma, atividades religiosas, como a Festa do Divino, que reunia na praça a população da cidade; ou ainda, na festa pagã do entrudo. Esses eventos mostram a familiaridade da sociedade porto-alegrense com o uso dos espaços públicos para atividades coletivas, o que possibilita pensar na transposição de práticas de uma cultura popular para o campo político.⁴⁶

O uso de ruas e praças para atividades coletivas tornou-se uma característica da cidade moderna. Os espaços públicos eram locais para manifestações coletivas laicas e religiosas. Como aponta Sandra Pesavento, quando fala da cidade de Porto Alegre do começo do século:

⁴⁵A Federação, 2 mar. 1927. p.1.

⁴⁶Sobre as festas populares em Porto Alegre, ver: SPALDING, Walter. Pequena história de Porto Alegre. Porto Alegre: Sulina, 1967. p. 235- 238.

A festa de rua podia inclusive ter um caráter político, como aquelas realizadas em Porto Alegre por ocasião da queda de Deodoro, quando um préstito de dez mil pessoas, à luz de lanternas venezianas e ao som de bandas de música, percorreu as principais ruas da capital em sinal de regozijo com a queda do ditador (Gazetinha, 29/11/1891). Ou ainda, a festa na rua dava-se por ocasião do 1º de Maio, quando as sociedades operárias locais organizavam-se em um préstito, empunhando bandeiras e acompanhadas por bandas nos seus percursos pelas principais ruas da cidade (O Independente, 4/5/1911).⁴⁷

Como se vê, o uso das ruas para atividade de caráter político tinha tradição na cidade de Porto Alegre. Desta feita a primeira observação que se deve fazer sobre essas atividades é a naturalidade com que eram relatadas pela imprensa. Diferentemente do que se pudesse esperar em uma comunidade política marcada pelo pensamento político autoritário, as notas jornalísticas que os relatavam não externavam qualquer dúvida sobre a legitimidade do uso dos espaços públicos para a manifestação de suas posições políticas.

As manifestações de rua, tais como os festejos cívicos, as recepções no porto e na estação, os comícios eleitorais e as passeatas, eram práticas socialmente legítimas do campo político da cidade de Porto Alegre da década de 1920. A recorrência a atividades desse tipo faz pensar que, para além de atos episódicos, elas se constituíram em uma outra regularidade. Eram práticas socialmente legítimas para manifestação dos interesses políticos de grupos sociais. Elas eram parte do código através do qual o processo e a disputa política poderiam ser expressos. Assim sendo, julgamos pertinente tentar descrever como elas se desenvolviam, de forma a identificar as regularidades dessas atividades.

Para desencadear tais eventos era recorrente o uso de datas cívicas. As diversas estratégias de preservação e rememoração do passado possuem um papel importante na vida das sociedades modernas posto sua potencialidade para a afirmação das identidades nacionais.⁴⁸

⁴⁷PESAVENTO, Sandra Jatahy. O espetáculo da rua. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS/Prefeitura Municipal, 1992-b. p. 81.

⁴⁸PÉRES, Mara Regina de Jesus. Quando as coisas ganham sentido: a institucionalização do patrimônio histórico e artístico e a construção da identidade nacional, 1937-1945. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

As datas comemorativas de eventos e personalidades ligadas a formação da nação não apenas resgatavam uma visão sobre o transcorrido, mas também reforçavam aquilo que se desejava manter no presente e construir para o futuro. Como nos alerta Lucia Lippi de Oliveira, a memória social e a tradição são produções culturais que incidem sobre o sentimentos de pertencimento a determinada comunidade de sentidos.

Sabemos que a memória social não é natural, e sim o resultado de um trabalho de grupos e pessoas que implica as atividades de produção, circulação e consumo de sentidos e valores. O mesmo pode ser dito da memória coletiva, na qual um grupo se assume como portador da tradição. A memória nacional, que envolve toda a sociedade, se constitui como um discurso de segunda ordem construído sobre valores da memória coletiva de diferentes grupos, e principalmente das classes populares.⁴⁹

Falando das festas cívicas do governo republicano a mesma autora aponta que os intelectuais do início do século XX se envolveram em fortes debates pela consolidação de uma memória social positiva sobre o regime.

Os republicanos instituíram suas festas procurando estabelecer uma continuidade com eventos históricos passados; valorizavam a lembrança de feitos e heróis até então perdedores. A República os resgatava em sua dignidade e valor. A proposta da tradição republicana não destacava a singularidade do país e sim seu pertencimento a uma fraternidade com países e/ou momentos visualizados como representantes do lema: liberdade, igualdade, fraternidade.⁵⁰

Pensando desta forma podemos entender porque o 14 de julho era uma data emblemática para comemorações dos republicanos. Data alusiva a Revolução Francesa, marco inicial de um mundo que acredita estar se inventando a cada dia, não por coincidência foi também escolhido como dia da Promulgação da Constituição Estadual, no ano de 1891. Dessa forma se associava no campo do imaginário social o modelo político castilhistas, as idéias e valores daquele movimento síntese do pensamento político moderno.

Assim, este dia passou a ser o momento de rememorar um passado como forma de afirmar, naquele tempo presente, o projeto político de Júlio de Castilhos para o futuro materializado na carta constitucional estadual. Com este fim todos os anos, as associações

⁴⁹OLIVEIRA, Lucia Lippi de. Imaginário histórico e poder cultural: as comemorações do descobrimento. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 183-202, 2000. p. 184.

⁵⁰OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As festas que a República manda guardar. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 172-189, 1989. p. 84.

políticas da cidade organizavam eventos alusivos ao ato fundador do modelo político republicano implementado no Estado.

Como nos anos anteriores, realizar-se-á segunda, 14 de julho, às 15 horas, uma comemoração cívica promovida pelo Centro Republicano Júlio de Castilhos junto do monumento do saudoso patriarca.⁵¹

Em 1924, essa data foi utilizada para o lançamento das candidaturas republicanas ao pleito municipal. Nesse momento, como já mencionado, o Partido Republicano organizou uma assembléia de proclamação dessas candidaturas. Antes porém, ocorreu uma manifestação em frente ao monumento a Júlio de Castilhos:

Revestiu-se de excepcional brilho as comemorações ontem realizadas nesta capital em homenagem de mais um aniversário da promulgação da Constituição de Estado à que é também consagrada à comemoração da Independência e Liberdade dos Povos Americanos.⁵²

Em 1928, a mesma data foi lembrada com uma atividade promovida justamente pelo Grêmio Republicano 14 de Julho:

À Sessão, que teve lugar em um dos salões do Clube Caixeiral, vistosamente decorado, compareceram numerosos correligionários, bem como delegações de vários clubes republicanos e comissões distritais.⁵³

A oposição, por seu lado, não tinha uma data tão marcante como essa para comemorar, mas ainda assim, é possível identificar a intenção de consolidação na memória de seus partidários, o culto aos heróis opositores. Em 1920, foi promovida uma atividade em homenagem póstuma ao conselheiro Gaspar Silveira Martins. Como visto antes, a passagem dos restos mortais do líder liberal pela cidade levou alguns partidários a solicitar o uso do salão da Intendência Municipal, para prestar uma homenagem ao antigo líder do federalismo.⁵⁴ E a memória desse mesmo personagem fez com que os opositores promovessem uma atividade religiosa também no ano de 1924. Porém, as vésperas do pleito municipal, não se pode desconsiderar a conotação política dessa atividade.⁵⁵

⁵¹ A Federação, 19 set. 1921. p. 2.

⁵² A Federação, 15 jul. 1924. p. 1.

⁵³ A Federação, 16 jul. 1928. p. 1.

⁵⁴ Atas do Conselho Municipal de Porto Alegre. Sessão Extraordinária de 24 de agosto de 1920.

⁵⁵ Correio do Povo, 22 jul. 1924. p. 4.

Como se percebe, a oposição tinha clara a lembrança da memória do último líder do Partido Liberal do Império. Mesmo não representando os ideais de todos os opositoristas ao governo republicano, era um marco, uma referência na disputa simbólica pela elevação de personagens contestadores do governo republicano à condição de heróis.

No caso das atividades promovidas pelos republicanos, estava claro o desejo de, ao homenagear Júlio de Castilhos, prestigiar as estruturas políticas e administrativas por ele fundadas e materializadas na Constituição Estadual de 14 de julho de 1891. Do outro lado, a lembrança do conselheiro Gaspar Silveira Martins implicava manter viva a discordância com o modelo político adotado pelo Estado Republicano.

Em ambos os grupos, constatamos que essas atividades se constituíam em exercícios de construção da memória social. Tanto num caso como no outro, ilustra o adágio positivista no qual se diz que “os vivos são guiados pelos mortos.” Nestes momentos vemos um positivismo difuso sendo utilizado como código para os agentes sociais representarem no campo simbólico os elementos do mundo social vivenciado.⁵⁶

Um outro exemplo da legitimidade social do uso das ruas e praças como espaço para a manifestação da opinião política foram os festejos pela pacificação, em dezembro de 1923. Tal foi o entusiasmo pela finalização das negociações de paz que a Associação Comercial de Porto Alegre se dirigiu aos comerciantes num anúncio em que era solicitado que esses promovessem um feriado de dois dias em júbilo ao feito:

Esta corporação, jubilosamente, congratula-se com todas as classes por ela representadas, com os rio-grandenses, com os brasileiros e ainda com os estrangeiros que, conosco, colaboraram nas dignificantes lutas do trabalho, pelo pacto de paz recentemente assinado, permitindo-se solicitar ao comércio em geral que cerre as portas dos seus estabelecimentos e embandeire as fachadas dos mesmos, não só hoje, mas também amanhã, reabrindo-as na próxima segunda-feira, para mais solenemente, ser festejado tão fausto acontecimento.⁵⁷

⁵⁶ BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. IN: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (org.). RS: cultura e ideologia. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 34-59.

⁵⁷ A Federação, 17 dez. 1923. p. 2.

Esse chamamento da Associação Comercial, solicitando aos proprietários de estabelecimentos que fechassem as portas para comemorar um fato político, já indicava o envolvimento da associação com os movimentos do campo político. Mas, destacamos aqui o pronunciamento oficial feito pela Associação Comercial não apenas aos seus sócios, mas aos proprietários em geral, para participar das atividades públicas. O comunicado pedia ainda que o comércio “embandeire as fachadas” das lojas e que liberasse do trabalho a si próprios e aos empregados para participar dos dois dias de festejos.

Efetivamente, o motivo a comemorar era bastante consensual, e, por certo, todos os grupos sociais estavam felizes com o fim das hostilidades no estado. Mas o comunicado também permite ver o reconhecimento da legitimidade das manifestações de rua como uma forma de manifestação de opiniões sobre o processo político por parte do grupo social reunido nesta associação.

A foto dessa comemoração, apresentada no anexo 20, mostra que estes festejos tiveram uma grande participação popular. Nelas, vemos que uma multidão se deslocou pelas ruas centrais da cidade empunhando bandeiras, indo se concentrar diante do palácio do governo estadual. Das janelas do palácio, percebemos algumas lideranças realizando pronunciamentos para a numerosa audiência que se concentrava na praça em frente. Neste momento vemos os cidadãos se dirigindo ao poder constituído por meio de um ato público. Na direção inversa, vemos o Estado reconhecendo a manifestação de rua como prática política legítima.

Como percebemos, para essa comunidade o uso dos espaços públicos para a manifestação do posicionamento político era socialmente legítimo. Assim se procedia nas festas cívicas, nas homenagens aos heróis, nos eventos partidários. Às vésperas das eleições, esses festejos ganhavam um contorno especial. Nesses momentos das comemorações cívicas, era ativada uma rede de significados, ligando os interesses de um grupo político particular ao universo simbólico da memória coletiva dessa comunidade de sentidos. Dessa forma, era

possível vincular aos personagens do presente as representações sociais atribuídas aos heróis e eventos perpetuados na memória coletiva.

Numa sociedade onde ainda se publicavam nos jornais os nomes das pessoas que chegavam e partiam pelo cais do porto ou pela estação ferroviária, o cumprimento a familiares, amigos e colegas era um ritual importante na sociabilidade urbana. Os relatos dos jornais permitem perceber que essa prática social denotava não apenas carinho, mas respeito e apreço, pelos viajantes. Receber as lideranças na estação ou no porto era uma prática social que transitou do contexto das relações pessoais para o campo político, carregando, do primeiro, suas práticas e potencializando, do segundo, seus significados.

Em setembro de 1920, foi comunicada previamente a chegada de Assis Brasil em Porto Alegre, através de uma breve nota no jornal:

“Procedente de Pedras Altas deverá chegar, hoje, a esta capital o Dr. Assis Brasil”.⁵⁸

Em janeiro de 1921, o Centro Republicano Júlio de Castilhos promoveu a recepção do Senador João Vespúcio:

O Centro Republicano Júlio de Castilhos convida os nossos correligionários para a recepção que se fará amanhã, às 10 horas, na estação férrea, ao nosso ilustre amigo e correligionário senador João Vespúcio de Abreu e Silva.⁵⁹

Divulgar a chegada de uma liderança, nesse contexto, não era apenas dar boas-vindas. Apontava o desejo de tornar pública esta chegada ou partida para que neste momento se fizesse um ato de apoio às suas palavras, uma demonstração pública de comprometimento com suas idéias e com as suas propostas políticas.

Um momento emblemático dessa prática social foi a chegada de Flores da Cunha a Porto Alegre, em 15 de agosto de 1923. Em meio à revolta armada da oposição, o comandante

⁵⁸Correio do Povo, 19 set. 1920. p. 4.

⁵⁹A Federação, 25 jan. 1921. p. 1.

das tropas da Brigada Provisória que combatia os revoltosos na região oeste do estado veio à capital e, para recebê-lo, foi organizada uma manifestação na estação ferroviária:

Encontrando-se nesta capital o bravo republicano Coronel Dr. José Antônio Flores da Cunha, valoroso comandante da Brigada Provisória do Oeste, convida-se a população de Porto Alegre, para demonstrar ao galhardoso soldado da legalidade a profunda admiração de que se faz credor, neste glorioso período de decisivas afirmações cívicas em que o Rio Grande, mais uma vez se mostra sentinela incansável da República.⁶⁰

A cerimônia oferecida a esse líder miliciano republicano conforme a citação acima não foi uma atividade espontânea ou ingênua. Antes de tudo, tratou-se de uma ação do Partido Republicano produzida com a intenção de causar impacto tanto no homenageado como nos leitores do jornal, levando estes últimos a perceber a força do partido e de suas lideranças na capital do Estado.

O extenso relato dessa atividade pública de apreço produziu muitos detalhes dignos de nota para a presente reflexão. Inicialmente, percebemos que estavam presentes a essa recepção líderes partidários, autoridades civis e militares do Estado. Um diferencial dessa manifestação foi a postura do Presidente do Estado e líder do Partido Republicano Borges de Medeiros, o qual, juntamente com a comitiva de secretários estaduais, foi até a estação férrea receber o chefe militar. Estavam presentes praticamente todos os detentores de postos no governo: do delegado de polícia aos juízes, do comandante da Brigada Militar à banda da corporação. A presença de tantos detentores de postos da máquina estatal evidenciava a importância que esses agentes atribuíam a essa prática social.

A foto dessa recepção publicada por *A Federação*, Anexo 21, também evidencia o grande número de presentes à manifestação. Qualquer quantificação da manifestação seria incerta. Para os fins a que se almeja – acessar os códigos com os quais essa comunidade urbana codificava e decodificava o processo político – basta o registro dessa presença, pois essa participação já nos deixa evidência de que os cidadãos atribuíam importância a essas atividades, conferiam algum significado ao ato de receber as lideranças políticas.

⁶⁰A Federação, 14 ago. 1923. p. 2.

Pode-se supor que os detentores de postos de chefia da administração pública tivessem se utilizado desses cargos para levar seus subordinados a participar dessa atividade. Mas mesmo que assim houvesse ocorrido, não se pode deixar de considerar que os presentes tivessem aceitado participar dessa atividade de manifestação pública de apoio político, investindo nisso seu tempo e prestígio.

O texto menciona ainda que Flores da Cunha “foi, ao saltar do carro, afetuosamente abraçado pelo Dr. Borges de Medeiros e demais autoridades”. Essa atitude seguramente estava associada ao momento particular da vida política regional. Em meio a uma crise institucional, era importante para o líder político prestigiar o chefe militar. Mas, da mesma forma, devemos pesar os riscos inerentes a um Chefe de Estado, que estava sendo questionado pelas armas, se expor em local público e aberto.

A soma de tais fatores apenas reafirmava a importância dos significados atribuídos ao ato de receber na estação o ilustre que chegava à cidade. O que estava colocado em questão, naquele momento, era tornar público o prestígio tanto do líder político que recebia quanto do comandante militar que chegava. Nesse momento de contestação do poder institucional, era fundamental que o Partido Republicano desse evidências aos cidadãos e aos leitores do jornal de fora da cidade e do estado, da sua capacidade de mobilização social e da sua legitimidade como líder político.

E a recepção como atividade de manifestação política pública se repetiu em outros momentos. Em julho de 1928, Borges de Medeiros, após o término do seu governo, retornou à capital. Nesse momento, é publicado na primeira página do *Correio do Povo* um convite assinado por Alberto Bins para que o líder partidário fosse recebido no cais do porto.

Devendo chegar a esta capital, hoje, de regresso da Cachoeira, o egrégio cidadão dr. A. A. Borges de Medeiros, eminente chefe do Partido Republicano Rio-Grandense e ilustre ex-Presidente do Estado, convido os republicanos e a população desta capital para a manifestação de solidariedade e apreço que lhe será levada por ocasião do seu desembarque, no Cais do Porto, às 16 horas.⁶¹

⁶¹Correio do Povo, 4 jul. 1928. p. 1.

Como se pode perceber por essa convocação, as recepções eram organizadas para serem vistas não somente como atos de apoio da população porto-alegrense aos ilustres, mas também à causa que representavam. Dessa feita, podemos entender que o Partido Republicano e seus líderes estavam significando uma prática social urbana e lhe atribuindo uma conotação política. Eles estavam operando um código para a codificação e decodificação do processo político urbano. Transportavam uma experiência da dimensão pessoal, até mesmo familiar, para o campo do político.

Um outro tipo de atividade que utilizava a rua como espaço para a manifestação eram os “préstitos” ou “marchas”, ou seja, passeatas que percorriam as ruas da cidade. Sua recorrência em diferentes momentos da década de 1920 nos permite pensar que essas atividades também eram uma prática socialmente legítima para a manifestação dos grupos políticos.

Após a recepção a Flores da Cunha na estação ferroviária a que nos referimos antes, a multidão ali reunida saiu pelas ruas da cidade em passeata puxada por próprio Borges de Medeiros. Segundo a nota do jornal, “o cortejo tomou a rua da Conceição, a rua da Independência e Andradas em direção à praça Senador Florêncio até o Grande Hotel”, cruzando o centro comercial da cidade.

Por entre o entusiasmo popular, que vibrava nas ovações ao valoroso cabo de guerra e ao Dr. Borges de Medeiros, organizou-se, então, extenso cordão, desfilando por entre alas formadas de republicanos, o Dr. Flores da Cunha, ao lado de S. Ex. e dos secretários de Estado, magistrados, comandante geral da Brigada Militar, chefe de polícia, etc. precedidos de grande massa popular.

Sob novos e vibrantes vitória da multidão, que se sucediam de momento a momento, o cortejo tomou a rua da Conceição, a rua da Independência e Andradas em direção a Praça Senador Florêncio até o Grande Hotel.⁶²

Uma multidão disposta a se deslocar de forma coesa pela cidade a seguir seus líderes políticos era uma demonstração pública de lealdade partidária. E divulgar essa manifestação no jornal partidário tinha um impacto na disputa da legitimidade social do exercício do poder, pois contribuía para criar a percepção da legitimidade do governo. De outro lado, para os

⁶²A Federação, 14 ago. 1924. p. 1.

participantes, fazer-se ver em passeata pelo conjunto da cidade podia ser interpretado como um desejo de acumular determinado prestígio, de obter determinada projeção no interior da rede de relações do campo político.

Na sua mobilização para a campanha federal de maio de 1924, a oposição, através do Centro Cívico Honório Lemos, fez publicar no *Correio do Povo* um anúncio com destaque, convidando seus partidários para uma passeata noturna.

O Centro Cívico Honório Lemos convida o povo livre desta capital e especialmente o dos arrabaldes dos Navegantes e São João, a comparecer, hoje, ás 7 horas da tarde, á Avenida Missões n. 26 Próximo a Avenida Germânia, (Sede do Centro) a fim de receber e acompanhar em marcha ao "flambeaux" até a Avenida Eduardo, em frente aos Gondoleiros, onde lhe será feita uma manifestação.⁶³

Vemos aqui reproduzida a mesma lógica dos chamamentos feitos para as reuniões de campanha que ocorriam nas sedes das associações. O convite foi assinado pela diretoria da associação política, e nele estavam expressas a data e a hora. O local de concentração para a passeata era a própria sede, o que evidencia que também para esse tipo de atividade esses espaços eram importantes pontos de apoio e referência.

O convite se dirigia "especialmente [ao povo] dos arrabaldes dos Navegantes e São João", pois essa era a região da cidade onde se situava a sede dessa associação política. Aqui, novamente se constata as associações políticas dividindo a cidade na promoção das atividades políticas. A intenção desse encontro na sede da associação era "receber e acompanhar em marcha ao 'flambeaux' até a Avenida Eduardo". Ou seja, tratava-se de uma passeata pelas ruas principais do quarto distrito da cidade. Para esse ponto final da atividade estava prevista a realização de uma "manifestação", que deveria envolver discursos, pois no final do convite, eram anunciados como oradores os "Srs. Drs. Wenceslau Escobar e Plínio Casado".

Ao chamar a participação do "povo livre desta capital," era ativada uma imagem mental dos republicanos, como agentes sujeitados à estrutura partidária, como personagens

⁶³Correio do Povo, 26 mar. 1924. p. 1.

presos e tutelados pelos chefes políticos. Opunha-se assim, à representação da oposição como manifestação da liberdade contra a opressão. Atentemos que o chamado era para participar de uma “marcha ao *‘flambeaux.’* Ou seja, como uma marcha com tochas, uma passeata luminosa durante a noite. Luzes essas que rompiam a escuridão metáfora atribuída à política oficial.

Em meio à campanha eleitoral para os cargos municipais em 1928, como já mencionado, ocorreu uma passeata da oposição promovida pelo Centro dos Estudantes Libertadores:

O Centro dos Estudantes Libertadores resolveu promover, como antecipamos, ontem, a noite, uma manifestação de apreço ao diretório central e local do Partido Libertador, tendo numerosos manifestantes se reunido, no largo fronteiro a intendência municipal.

Organizado o préstito puxado por uma banda de música do exército, entre vivas ao dr. Assis Brasil e a outros próceres da oposição, os manifestantes tomaram a rua sete de setembro, e contornaram a praça senador Florêncio indo por último a frente da sede do Partido Libertador, a rua dos Andradas, em cuja sacada se achavam os drs. Raul Pilla e Edgar Schneider, respectivamente, vice-presidente e secretário do Diretório Central; drs. Feliciano Falcão, Archimedes Cavalcanti e Gabriel Pedro Moacyr e srs. Armando Tavares, Pio Salgado Contreiras, Israel Rangel e outros membros do Partido Libertador.⁶⁴

Como em outros momentos, a iniciativa da promoção da passeata partiu de uma associação política, no caso, o Centro dos Estudantes Libertadores. O local para a reunião foi, como em outras ocasiões, o “largo fronteiro a intendência municipal”, a Praça Montevideu. Desse ponto, “os manifestantes tomaram a rua sete de setembro, e contornaram a praça senador Florêncio indo por último a frente da sede do Partido Libertador, a rua dos Andradas”. Ou seja, da mesma forma que as atividades republicanas similares, a passeata da oposição também cruzava pelas principais ruas da cidade.

O relato dessa atividade diz que, uma vez que a marcha chegou ao seu ponto final, a sede do Partido Libertador teve suas sacadas utilizadas como palanque de onde diversos oradores se revezaram em discursos. Ali, segundo o texto publicado no jornal, “cessados os aplausos, falou em primeiro lugar, o acadêmico Waldemar Rippol”.⁶⁵ Após esse,

⁶⁴Correio do Povo, 25 jul. 1928. p. 16.

⁶⁵Correio do Povo, 25 jul. 1928. p. 16.

manifestaram-se diversas lideranças partidárias da oposição e os candidatos oposicionistas ao pleito municipal próximo. Ou seja, como nos comícios realizados no interior das sedes das associações, o discurso inicial coube a um membro da associação promotora da atividade, sendo sucedido pelas lideranças partidárias e pelos candidatos.

Para o dia 15 de novembro de 1927, foi programada uma série de atividades para a comemoração dessa data cívica que, como apontado antes, era um bom momento para as manifestações políticas. Entre elas, estava incluída uma reunião no Centro Republicano Júlio de Castilhos, uma homenagem do magistério ao governador do Estado e uma passeata promovida pela Liga dos Operários Republicanos.⁶⁶

A noite, a Liga dos Operários Republicanos realizou uma passeata cívica em homenagem ao Dr. Borges de Medeiros, Presidente do Estado.

Os manifestantes reuniram-se no largo fronteira da Intendência Municipal, onde organizaram um préstito que, tendo a frente uma banda de música e bandeira nacional e riograndense, se encaminhou em direção ao palácio do Governo do Estado.

As 20 ½ horas, os manifestantes chegaram ali, tendo prorrompido em vivas quando S. Exa. apareceu em uma janela, acompanhado dos Dr. Protásio Alves e Augusto Pestana.⁶⁷

Uma primeira leitura desse relato obriga a lembrar a Liga dos Operários Republicanos como associação política ligada ao Partido Republicano. Podemos, então, pensar que ela estava realizando uma atividade dirigida pelas instâncias superiores para demonstrar o apoio do operariado urbano ao governo republicano. Mas essa visão sobre o fato em questão impede o entendimento das motivações que levaram tais agentes sociais a participarem dessa atividade de homenagem ao governador do Estado, prestes a deixar o cargo.

Enquanto *A Federação* divulgava que a atividade ocorreria na praça Senador Florêncio, o relato publicado na edição do dia seguinte descrevia que a concentração se dera no Largo da Intendência, e nem mesmo no trajeto até o Palácio do Governo ela passou pela praça Senador Florêncio. Essa divergência entre o local divulgado para o encontro e o local onde ele efetivamente ocorreu deixa evidente que a estrutura partidária não tinha um total

⁶⁶A Federação, 14 nov. 1927. p. 4.

⁶⁷A Federação, 16 nov. 1927. p. 4.

controle sobre as atividades da Liga dos Operários Republicanos. Caso fosse uma determinação do partido se reunir na praça, ela não havia sido obedecida. Se considerarmos que a nota tenha se equivocado na informação ficaria claro o distanciamento entre a redação do jornal e a diretoria da Liga. Num e noutro caso, fica patente que os membros dessa associação não se informaram da atividade pela imprensa partidária, pois a concentração não se deu no local divulgado pelo jornal.

Freqüentar determinados lugares da cidade moderna, como já mencionado anteriormente, não era uma ato inocente. O uso do Largo da Intendência era tido como espaço para a concentração para passeatas, pelo menos, desde a Proclamação da República⁶⁸. Junto ao largo ficavam os terminais das linhas de bonde que chegavam dos arrabaldes. Ali era o local do comércio popular e por onde circulava um sem número de pessoas que iam e vinham de diversos pontos da cidade.

A praça Senador Florêncio, por outro lado, ficava em um ponto nobre do centro da cidade. Fronteiriças a ela se encontravam diversas repartições públicas. Suas calçadas eram espaço para o *footing* das moças que freqüentavam os melhores cinemas. Ali também se localizavam os cafés mais elegantes da cidade, onde ocorriam debates acalorados sobre a política. Em seu entorno ainda se encontravam as sedes dos partidos e de algumas associações importantes. Convocar os participantes de uma passeata para se concentrar em um ou outro desses dois pontos da cidade, mais que uma questão de trajeto, implicava definir o público que se desejava reunir.⁶⁹

Da Intendência ao Palácio do Governo, essa passeata passou pela rua dos Andradas, cruzando o centro comercial da cidade. Nos relatos são mencionados a presença de uma “banda de música” e o uso da “bandeira nacional e rio-grandense”, ou seja, falava-se de algo que produzia barulho pelas ruas centrais da cidade. Por seu turno, quando Borges de Medeiros

⁶⁸PACHECO, Ricardo de Aguiar. A recém-nascida República: a cidadania festiva no 30º dia da República. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. XXV, n. 1, p. 171-192, jun. 1999.

⁶⁹PACHECO, Ricardo de Aguiar. Conserve a direita. Porto & Vírgula, v. 22, p. 32-34, ago. 1995-b.

“apareceu em uma janela”, estava se dirigindo aos presentes. Ato simbólico, o líder político e chefe de Estado reconhecia a legitimidade da passeata como estratégia para um grupo social manifestar sua opinião. Contudo, não foi feita menção a nenhum incômodo causado pela atividade, deixando implícita a legitimidade social da manifestação como prática política.

Outro tipo de atividade que utilizava as ruas e praças como palco da cena política urbana eram os comícios. Na campanha eleitoral para a Presidência da República de 1922, quando se apresentaram duas chapas aos cargos, foi organizado um comício da candidatura federal no dia 25 de janeiro, na data comemorativa do aniversário do governo Borges de Medeiros.

Passou, ontem, mais um aniversário da gestão governamental do Dr. Borges de Medeiros, presidente do Estado.

Comemorando este fato, efetuou-se, na praça Senador Florêncio, o anunciado comício organizado por uma comissão constituída de membros dos comitês de propaganda dos candidatos da dissidência à Presidência da República e vice-presidência.

Às 20 horas, reunidos naquele logradouro público os adeptos da chapa Nilo-Seabra, assomou a tribuna, que ali fora especialmente armada, o 1º dos oradores oficiais, o deputado federal Gomercindo Ribas.⁷⁰

Segundo as notas, o comício foi organizado pelos “membros das comissões de propaganda” da campanha de Nilo e Seabra à presidência e vice-presidência da República. Sabemos que teve início às 20 horas, sendo montada para sua realização, uma tribuna na praça. Dos presentes discursaram Gumercindo Ribas, Dr. João Carlos Machado, o bacharel Itiberé de Moura e o Dr. Silveira Martins Leão, sendo que as palavras proferidas nesse momento foram transcritas pelo jornal *A Federação*.⁷¹

Nesse contexto, o uso da data de aniversário da administração Borges para o comício não pode ser tomado como coincidência. Mais do que simplesmente expressar o apoio dos republicanos à candidatura federal de oposição, remetia a uma vinculação entre as posições adotadas frente à política regional com as tomadas em relação à campanha nacional. Apoiar a candidatura Nilo e Seabra, nesse momento, significava felicitar Borges de Medeiros pelo

⁷⁰Correio do Povo, 26 jan. 1922. p. 4.

⁷¹A Federação, 26 jan. 1922. p. 1.

aniversário de seu governo. No sentido inverso, os esforços de mobilização para o pleito federal capitalizavam apoios para a disputa estadual que se aproximava.

No dia 15 de novembro de 1922, data comemorativa da Proclamação da República, o Centro Republicano Júlio de Castilhos promoveu um comício em defesa da candidatura Borges de Medeiros para a Presidência do Estado.

Constituiu de verdadeira consagração ao nome do Dr. Borges de Medeiros, o ímpoluto chefe do nosso partido, o comício realizado à noite de ontem, à frente do “centro republicano Júlio de Castilho”, em prol da reeleição do benemérito presidente do Estado.

Muito antes da hora marcada, já aquele local regurgitava de republicanos, que formavam compacta multidão. Viam-se entre os presentes, os membros da comissão executiva do Partido Republicano local, médicos, advogados, engenheiros, operários, acadêmicos de todas as escolas superiores, representantes de todas as classes sociais, populares, etc.

As 19 ½ precisas, apareceu à janela do “centro” o Dr. Alberto Brito, que foi recebido por entre calorosas salvas de palmas.⁷²

A escolha dessa efeméride para a atividade não foi inocente. Realizar um comício eleitoral na data alusiva à Proclamação da República servia para vincular a candidatura ao evento comemorado. Afirmava-se assim, uma vinculação entre partido e regime político enunciada em diversos outros momentos. Criava-se uma metáfora na qual a efeméride se afastava de seu caráter de símbolo pátrio e assumia a dimensão de ato partidário. Ou, ao contrário, o projeto partidário era alçado à condição de postulado universal.

Mesmo tendo utilizado a sede do Centro Republicano Júlio de Castilhos os organizadores dessa manifestação buscavam tornar pública a sua atividade de campanha ocupando o espaço da rua para sua realização. Foi nas calçadas em frente à sede que os ouvintes se reuniram para acompanhar o orador que falava da sacada. Buscavam, com isso, evidenciar sua capacidade de mobilização social e dessa maneira, demonstrar sua capacidade de se fazer vitoriosos nas urnas.

⁷²A Federação, 16 nov. 1922. p. 4.

Também a oposição promovia comícios para seus partidários tornarem públicas as suas posições. Assim foi a atividade promovida pelo Centro Cívico em outubro de 1922.⁷³ O motivo era comemorar o lançamento da candidatura de Assis Brasil à Presidência do Estado. Para tal fim se promoveu uma reunião em frente ao Centro Cívico, e da sacada desse foram feitos os discursos. Atividade deste tipo se repetiu ainda em novembro:

Ontem de noite, um grupo de adeptos do Sr. Assis Brasil estava postado em frente do Centro Cívico, a Rua dos Andradas, a ouvir alguns oradores.⁷⁴

Em julho de 1928, vemos outra vez a sede do Centro Republicano Júlio de Castilhos sendo utilizada como palco para um comício. Nesse momento, ocorria o encerramento de mais um ano de trabalhos da Assembléia de Representantes, e como afirmava a nota jornalística:

Terminada a visita ao Dr. Getúlio Vargas, presidente do Estado, dirigiram-se os deputados republicanos ao Centro Júlio de Castilhos, local designado pelo egrégio dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros, preclaro chefe do Partido Republicano, em companhia do Sr. Sinval Saldanha, presidente desta associação política.⁷⁵

Como bem mostra a montagem feita com fotos deste evento, dispostas no Anexo 22, em frente à sede da associação se concentrava um grande número de cidadãos. Nessa imagem observamos uma presença popular que aponta para a aceitação dessa prática como forma de manifestação das posições e opções eleitorais. De outro lado, percebemos que também as lideranças, como Borges de Medeiros, ao se dirigir à multidão reunida em frente à sede, reconheciam essa prática social como uma forma legítima de manifestação.

As atividades administrativas também poderiam ser utilizadas como momentos de manifestação pública do partido situacionista. Assim foi em 21 de fevereiro de 1927, quando a Intendência Municipal inaugurou uma praça no 4º distrito que, como já mencionado, se tratava do arrabalde operário da cidade. Ao atribuir a este logradouro o nome de Pinheiro

⁷³A Federação, 9 out. 1922. p.1.

⁷⁴A Federação, 29 nov. 1922. p. 1.

⁷⁵A Federação, 5 jul. 1928. p. 1.

Machado, mais que uma justa homenagem ao senador gaúcho, devemos ter presente os usos que o partido republicano fazia destes eventos cívicos já evidenciado em outras atividades.

Como se pode observar pela foto do Anexo 23, a praça estava cheia para o evento. E o momento festivo foi aproveitado para mais uma atividade de campanha das candidaturas ao pleito federal que se aproximava. A multidão ali reunida foi apropriada pelo Centro dos Operários republicanos para a realização de um comício. Em meio a uma campanha eleitoral, esse ato procurava associar a memória do homenageado à personalidade dos candidatos do pleito, transportando a imagem do líder tombado para os candidatos do partido.

Os comícios, as recepções, as passeatas e as comemorações cívicas, que utilizavam as ruas e praças como espaço para a atividade política, tal como as atividades no interior das sedes, operavam algumas regularidades que permitem pensá-las como uma prática socialmente legítima para publicizar as opiniões e posições políticas.

Ainda que não se possam apresentar regras gerais, é possível apontar que essas mobilizações utilizavam preferencialmente as ruas centrais da cidade. A praça Montevideú, junto ao comércio popular da cidade, e a praça Senador Florêncio, ponto elegante do centro, eram espaços especiais para a realização dos comícios. Já a rua dos Andradas, passagem obrigatória para quem desejasse ser visto em Porto Alegre da década de 1920, era caminho quase que obrigatório para as passeatas.

A presença de bandas de música, recorrente tanto nos comícios como nas passeatas, denotava um certo grau de tranquilidade e descontração, sempre desejado para os momentos de manifestação coletiva. De certa forma, esse caráter festivo já era perceptível nas patuscadas realizadas nas sedes.

A dinâmica interna dessas atividades que utilizavam a rua como palco para a manifestação política era muito similar a identificada nas reuniões ocorridas no interior das

sedes das associações. Assim, vemos que as mobilizações de rua não eram atividades excepcionais na vida política da cidade de Porto Alegre. Antes disso, elas seguiam uma regularidade comum às reuniões de campanha das sedes. Se for certo que essas não eram tão freqüentes quanto aquelas, também parece correto afirmar que uns eram tão comuns à vida urbana, quanto os outros. Era apenas outra estratégia para tornar pública a força dos grupos em disputa.

Operando com as práticas e representações do espaço urbano, as lideranças políticas criavam uma comunhão de sentidos que potencializava os vínculos entre esses agentes. Reunindo os partidários de uma ou outra causa, criava-se um momento especial para manifestar apoio a determinada candidatura. Ali se concentravam oradores e partidários, candidatos e eleitores. Nesse espaço de sociabilidade urbana, como em outros, ver era tão importante quanto ser visto.

4.4 A responsabilidade coletiva

Pelo que a documentação permite reconstituir das atividades de campanha do período, vemos que tanto o Partido Republicano como a oposição promoviam diversas atividades de mobilização política na cidade de Porto Alegre. Elas tinham início com o alistamento eleitoral e a instrução dos eleitores. Passavam pelas reuniões de propaganda promovidas no interior das sedes e chegavam a comícios e passeatas que utilizavam as ruas e praças da cidade.

Caso se observasse cada uma dessas manifestações isoladamente, elas seriam tomadas como uma mobilização do Partido Republicano ou da oposição. Perceber-se-ia apenas a capacidade desse grupo político de mobilizar, manipular, ou coagir, os corações e mentes da população urbana. Embora essa interpretação não possa ser desconsiderada, julgamos que ao entender essas atividades como espaços de sociabilidade estruturado por um conjunto representações e práticas somos levados a entender essas atividades como uma regularidade do campo político.

Quantificar e comparar os participante das atividades de cada grupos seguramente foi feito pelos contemporâneos com a intenção de verificar qual grupo político tinha maior capacidade de mobilização e, portanto, maior legitimidade social. Contudo, pautar nossa análise do processo histórico por esse procedimento nos impediria de perceber as regularidades e as regras de funcionamento do campo político. Isso desviaria do entendimento dessa prática social como elemento da cultura política particular desse tempo-espaço e da percepção das representações e práticas sociais legítimas para codificar, interpretar e agir no campo político.

Também não se deseja avaliar nem a legitimidade das demandas apresentadas nessas manifestações e tão pouco a sua aceitação por parte do poder constituído. Julgamos mais interessante realçar quais foram às estratégias utilizadas pelos grupos políticos para externar esses interesses no cenário urbano típico da modernidade.

Vimos que uma primeira atividade de mobilização política era a própria constituição do eleitorado. Através de diferentes iniciativas, os eleitores eram inscritos e depois orientados no momento da votação. Mas eram também conduzidos aos espaços das associações e ali, inseridos numa rede de relações sociais marcadas por uma série de atividades.

As reuniões de campanha eram momentos de divulgação das propostas dos candidatos, mas também se constituíam em espaços de sociabilidade onde dirigentes e partidários estabeleciam contato direto, estreitando seus laços de lealdade. Eram eventos em que se encontravam frente a frente candidatos e eleitores, lideranças e partidários estabelecendo compromissos e dividindo responsabilidades. Momentos em que sujeitos sociais com responsabilidades e percepções distintas do processo poderiam negociar os sentidos da política, onde circulavam representações e práticas sociais que compunham a cultura política desse tempo-espaço.

Participando das atividades das associações, o agente social era socializado com o código operado no campo político. Aprendia os significados atribuídos a um conjunto de práticas e representações particulares, como os termos dos discursos, os momentos dos aplausos (vivas!) e dos brindes. Mas também se apropriava de uma série de representações sobre seu papel e suas possibilidades no interior do campo político. Dessa forma se estabelecia uma noção de pertencimento a uma mesma comunidade de sentidos e se reforçavam os laços identitários que atribuam o sentido da disputa política entre os grupos.

Como se pode perceber através da descrição desse conjunto de atividades promovidas pelas associações, os agentes ali inseridos se apropriavam do código socialmente legítimo para se manifestar no campo e operavam um jogo de compensações simbólicas em que eleitores e candidatos, lideranças e partidários, em suas diferentes posições, se reconheciam como personagens significativos na disputa política.

No mesmo sentido, funcionavam as mobilizações de rua. Ali, agentes com diferentes papéis se encontravam e dividiam a responsabilidade da disputa política. Comícios e passeatas eram momentos para estes agentes não apenas se comprometerem com determinada causa, mas também para tornar públicas suas opiniões frente à comunidade recebendo os créditos e o ônus desse envolvimento.

Embora com papéis e responsabilidades distintas, nesses espaços de sociabilidade criava-se uma sensibilidade de mútuo compromisso pela vitória e/ou pela derrota no enfrentamento eleitoral. Assim, os ganhos e perdas objetivas poderiam ser socializados e recompensados no campo simbólico. Para perceber a forma como cada agente operava este código para projetar interesses pessoais e coletivos necessitamos acompanhar as trajetórias de alguns personagens no interior do campo político. A isso nos desafiamos a seguir.

5 As possibilidades de intervenção no campo político

As garantias estabelecidas pelo Pacto de Pedras Altas, como já mencionado, alteraram as condições para a disputa eleitoral no Estado. Na cidade de Porto Alegre, essa situação se particularizava frente ao processo de modernização das relações econômicas que conformava grupos sociais com demandas distintas. Nessa conjuntura, como já observado, as associações ganharam grande importância como mecanismos de arregimentação e mobilização eleitoral. Através delas, tanto o Partido Republicano como a oposição dialogavam com os diferentes grupos sociais urbanos que se organizavam e participavam do campo político local.

Resgatando o debate bibliográfico sobre a influência do processo de modernização das relações sociais no interior do cenário urbano, nosso olhar se voltou, num segundo momento, para a percepção das campanhas eleitorais na Porto Alegre da década de 1920. Destacada a importância das associações ao longo das campanhas eleitorais nos vimos impelidos a observar a dinâmica institucional e sua condição de agentes representativos dos grupos sociais urbanos.

Tal percepção nos colocou a tarefa de descrever as atividades de arregimentação e mobilização do eleitorado caracterizando os espaços de sociabilidade desse campo. Descortinadas as representações e práticas operadas neste tempo espaço, foi possível perceber suas regularidades, deixando transparecer os termos do código através do qual os agentes desse tempo-espaço codificavam, interpretavam e agiam na disputa política.

Com base nessas observações sobre o fenômeno social julgamos pertinente, agora, acompanhar algumas trajetórias para averiguar de que forma os agentes sociais utilizavam o código operado nesses espaços de sociabilidade para projetar interesses pessoais ou coletivos.

Com essa perspectiva, selecionamos alguns agentes possíveis de serem acompanhados em suas trajetórias, de forma mais sistemática, ao longo da década de 1920 para evidenciar que as associações atuavam como agente coletivo representante dos interesses de um grupo social particular. Num segundo momento, destacamos a trajetória percorrida por alguns indivíduos, observando as diferentes posições e responsabilidades por eles assumidas como forma de destacar as estratégias utilizadas para se projetar no campo político local.

Temos clareza de que a amostragem poderia ser mais significativa se apresentássemos um número maior de personagens. Isso seria possível caso fizéssemos a catalogação de cada um dos muitos nomes transcritos nas diversas notas jornalísticas consultadas nas fontes. Contudo, esse esforço prosopográfico, nesse momento, se faz por demais trabalhoso para as condições de execução desta pesquisa.

Essas trajetórias coletivas e individuais nos permitem perceber como os agentes se posicionavam frente às possibilidades e limitações do espaço social em que estavam inseridos. Elas evidenciavam como os agentes se apropriavam do código operado nesse espaço de sociabilidade atribuindo significado as representações e práticas para se projetar frente ao partido, ao grupo social a que pertenciam e ao conjunto da comunidade. Entendemos essas trajetórias como caminhos através dos quais se torna possível compreender como os agentes codificavam, interpretavam e agiam no campo político, como dialogavam com esta cultura política desse tempo-espaço subordinando-se e contrapondo-se aos limites estabelecidos.

O tempo histórico da modernidade se constitui em um constante transformar-se, numa ininterrupta mediação entre as formas do passado vivido e as possibilidades de um futuro projetado. Ele se constitui em uma experiência particular que, como alerta Reinhart Koselleck, pode ser percebida como um tempo de transição, como um presente que se enxerga simultaneamente neste passado vivido e no futuro projetado:

Finalmente, se abre el abismo entre la experiencia precedente y la expectativa venidera, crece la diferencia entre pasado y futuro, de manera que el tiempo en que se vive se experimenta como ruptura, como tiempo de transición en el

que una y otra vez aparece algo nuevo y inesperado. La novedad aumenta en el campo de sentido del tiempo y tanto más porque antes de la tecnificación de la comunicación y información, la aceleración había llegado a ser una experiencia fundamental específica del tiempo. Y en el campo del político y social, el retardamiento se convirtió también en un teorema clave, ya fuera de los conservadores para detener el movimiento, ya de los progresistas para estimularlo: Pero ambas posiciones nacen de una historia cuya dinámica exigía categorías temporales de movimiento.¹

Conclui-se das palavras de Koselleck, que o tempo histórico da modernidade se abre frente aos agentes com um abismo entre as práticas sociais anteriores e as perspectivas de mudanças. Essa contradição produz a percepção de uma aceleração social, uma sensibilidade de que as estruturas políticas e sociais estão constantemente prestes a serem superadas. Produz uma expectativa de futuro que potencializa a ação dos agentes no seu tempo presente.

Na proposta teórica de Pierre Bourdieu, a sociedade está articulada através de espaços sociais onde os agentes estabelecem relações objetivas entre si, algo que nomeou de *campus*. Neste espaço social se articula um conjunto de saberes, de práticas e representações socialmente legítimas que chamou de *hábitus*. E alerta:

O princípio da ação histórica [do agente] não reside nem na consciência, nem nas coisas, mas na relação entre dois estados do social, ou seja, entre a história objetivada nas coisas, na forma de instituições, e a história encarnada nos corpos, sob a forma desses sistemas de disposições duráveis que chamo de *hábitus*. O corpo está dentro do mundo social, mas o mundo social está dentro do corpo. E a incorporação do social que a aprendizagem realiza é o fundamento da presença no mundo social que a ação socialmente bem-sucedida e a experiência ordinária desse mundo supõem necessárias.²

Nessa visão teórica da sociedade se propõem a superação da dicotomia estrutura versus sujeito. Agente e campo são dois termos de uma igualdade. O agente é conformado pelas relações estabelecidas no campo, mas é também formador das regras sociais vigentes no seu interior. Nem as estruturas são formadoras de alguém de todo sujeito, nem o indivíduo é

¹“Finalmente, se abre o abismo entre a experiência precedente e a expectativa futura, cresce a diferença entre passado e futuro, de maneira que o tempo em que se vive se experimenta como ruptura, como tempo de transição no qual uma e outra vez aparecem algo novo e inesperado. A novidade aumenta no campo do sentido do tempo e tanto mais porque, antes da tecnificação da comunicação e informação, a aceleração havia chegado a ser uma experiência fundamentalmente específica do tempo. E no campo do político e social, o atraso se converteu também num teorema chave, fosse dos conservadores para deter o movimento, fosse dos progressistas para estimulá-lo: porém ambas as posições nascem de uma história cuja dinâmica exigia categorias temporais de movimento.” [livre tradução] KOSELLECK, Reinhart. Futuro pasado: para una semántica de los tiempos históricos. Barcelona: Paidós Ibérica, 1993. p. 321.

²BOURDIEU, Pierre. Lições de aula. São Paulo: Ática, 2001. p. 40-41.

uma singularidade de todo autônoma frente a elas. Criador e criatura das relações sociais existentes, o agente é ao mesmo tempo, sujeito estruturado e indivíduo estruturante das regularidades do campo social em que está inserido.

Pensando nessa perspectiva teórica, Pierre Bourdieu entende que a história da humanidade se reflete em duas dimensões: uma, objetivada através da cultura material e imaterial que são as estruturas sociais; outra, materializada nos corpos dos agentes através de seus comportamentos e práticas, que orientam suas opções.

Tal estratégia teórica aponta para a percepção das relações sociais como um todo dinâmico, mas coerente, e permite pensar as práticas e representações sociais como um conjunto articulado de saberes adquiridos e inventados. Em tal perspectiva, entender as estruturas sociais passa pela apreensão das regras da linguagem material e social empregada na disputa pela legitimação simbólica do mundo. Como nos propõe Pierre Bourdieu, “compreender a gênese social de um campo [...] é explicar [...] os atos dos produtores e as obras por eles produzidas”.³

Por outro lado, interpretar as opções e trajetórias adotadas pelos indivíduos no interior do campo passa pela análise do *habitus*. Nem submissão nem ruptura, essa noção aponta para o leque de possibilidades de ação e percepção descortinadas para cada agente em dado campo. “O *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital [...] o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural.”⁴

Sob o foco dessa lente teórica, a narrativa das trajetórias pode evidenciar as possibilidades de ação no interior do campo. São exemplos de como os agentes dialogam com as estruturas sociais, aceitando suas influências e reproduzindo suas práticas, de como dão significados as representações e práticas nesse jogo de submissão e transformação. Torna-se

³BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 69.

⁴BOURDIEU, op. cit., 1998, p. 61.

mais uma fresta para o historiador acessar o código com o qual os agentes codificavam, interpretavam e agiam no mundo político no qual estavam inseridos.

Entendemos a dicotomia estrutura-sujeito, e os nossos personagens como agentes inseridos em um campo onde se articula um determinado *hábitus*. Sem considerá-los como casos singulares ou como exceções, são pensados como agentes estruturados por uma rede de relações sociais que conformam sua experiência, mas também capazes de se apropriar e atribuir significado as práticas e representações desse espaço, desencadeando ações que incidem sobre as estruturas de acordo com suas expectativas e interesses.

Para além da submissão às regras de normalidade e aquém dos atos de revolta e rebeldia, vislumbramos aqui agentes formados e formadores das estruturas sociais. Percebemos as sombras de uma estratégia de ação característica de setores da sociedade brasileira que, segundo a interpretação de Marilena Chauí, mescla movimentos de conformismo e resistência de forma peculiar:

Talvez seja mais interessante considerá-lo ambíguo, tecido de ignorância e de saber, de atraso e de desejo de emancipação, capaz de conformismo ao resistir, capaz de resistência ao se conformar. Ambigüidade que o determina radicalmente como lógica e prática que se desenvolvem sob a dominação.⁵

Tendo como base o entendimento do tempo histórico da modernidade como espaço de mudança e a teoria social dos campos, o estudo das trajetórias individuais no contexto da experiência social nacional ganha outro tempero. Nem como individualidade singular, nem como generalidade estrutural, julgamos que o registro das trajetórias de alguns personagens serve como porta de entrada para observarmos como a dinâmica das relações sociais de um determinado tempo histórico era percebida e operada pelos agentes sociais. Através delas, pensamos ser possível traçar os contornos do universo simbólico com o qual os homens e mulheres de um dado tempo-espaço davam sentidos à sua existência.

⁵CHAUÍ, Marilena. Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 124.

5.1 Os agentes coletivos do campo político

Como apresentamos no início deste estudo diversas associações se dirigiam ao conselho Municipal realizando diferentes solicitações. Eram os padeiros desejosos do descanso semanal e os proprietários de padarias pedindo o abrandamento da resolução. Era o Centro Republicano Júlio de Castilhos, atrás de uma contribuição financeira para sua atividade cívica e o Diretório Federalista desejando realizar uma homenagem. Já apontamos que em seu conjunto estas manifestações realizadas através da formalidade burocrática apontam para a legitimidade social destas entidades como interlocutores do campo político.

Quando falamos da definição das candidaturas a serem apresentadas à comunidade política também foi possível perceber a capacidade de iniciativa das associações como agentes coletivos do campo político. Como abordado antes, durante as eleições municipais de Porto Alegre da década de 1920, o lançamento da candidatura de José Montaury, para o pleito de 1920 teve uma dinâmica diferente do processo vivido por Otávio Rocha, em 1924, e por Alberto Bins, em 1928.

No primeiro caso, ficou evidente que as definições tanto sobre a sua candidatura como sobre os nomes para o Conselho Municipal foram tomadas pela direção partidária a cargo de Borges de Medeiros. Já na definição dos candidatos nos dois processos seguintes, ainda que a figura do líder estivesse presente, ocorreram diversas outras atividades de mediação política tais como reuniões, plenárias e assembléias.

Cabe, portanto, discutir a atuação dessas entidades como personagens coletivos não apenas durante a campanha eleitoral, mas também no momento anterior da definição das candidaturas. Momento em que se pode perceber como elas foram capazes de tomarem iniciativas diferentes daquelas esperadas num contexto político autoritário.

Um caso em que se percebe a intervenção das associações com maior nitidez se refere aos grupos economicamente mais significativos da cidade que se modernizava. Em Buenos Aires, tal como em Porto Alegre, boa parte dos empresários e comerciantes eram imigrantes ou descendentes. Estudando o processo eleitoral naquela capital, em meados do século XIX, Hilda Sábato aponta que a violência foi um elemento que afastava do processo significativos setores sociais que não desejavam se ver envolvidos em conflitos públicos, entre eles a burguesia. A autora aponta que, para cobrir essa ausência, esse grupo social procurava mecanismos para interferir no processo político que não era propriamente o voto.⁶

Nesse sentido, iniciativas como a fundação de jornais que produziam um debate público sobre as decisões e definições do Estado, e a criação de entidades representativas, que pressionavam o governo para o atendimento de seus interesses coletivos, também devem ser interpretadas como ações no sentido da participação política de setores que não desejam se envolver demasiadamente nas disputas partidárias e eleitorais.

Na cidade de Porto Alegre, os empresários de origem estrangeira também não foram indiferentes ao processo político. Em março de 1924, a Associação Comercial de Porto Alegre recebeu um telegrama da Associação Comercial do Rio de Janeiro e outro da Associação Comercial de Uruguaiana. Em ambos, propunha-se uma iniciativa de envolvimento dessas entidades com o processo eleitoral federal.

Como se sabe, a Associação Comercial do Rio de Janeiro convocou uma reunião das associações de classe que se realizou no dia 21 de fevereiro, a fim de congregar o comércio e a indústria para o alistamento eleitoral dos comerciantes, industriais e auxiliares do comércio e indústria. [...]

A Associação Comercial de Porto Alegre recebeu, há dias, um ofício circular daquela co-irmã, firmado pelo Sr. Heitor Beltrão, secretário geral, convidando-a a aderir à iniciativa aprovada na grande reunião, realizada em 21 do mês passado, tendo o Sr. Alberto Bins, presidente da diretoria, convocado a esta para tomar conhecimento do convite recebido, assim como para tratar de assuntos de interesse geral e social.⁷

⁶SÁBATO, Hilda. *La política en las calles*. Buenos Aires: Sudamericana, 1998.

⁷Correio do Povo, 16 mar. 1924. p. 3.

Nesse momento se articulava uma proposta das Associações Comerciais de se mobilizarem para inscrever eleitores e apresentar candidaturas próprias ao Congresso Federal. Para debater essa proposição, o Presidente da Associação Comercial de Porto Alegre, Alberto Bins, realizou uma reunião de diretoria.

Sobre esta reunião, o jornal ainda informava que a deliberação final foi por não participar dessa iniciativa. E transcreveu o telegrama enviado como resposta, no qual a Associação Comercial de Porto Alegre afirmava:

Obedecendo, entretanto, as leis que regem esta corporação e a orientação a que ela esta subordinada, a qual manda respeitar todas as opiniões políticas e de culto religioso, sem atacar nem defender nenhuma além de que no seu quadro social figuram grande número de estrangeiros, sente ela ter de informar a v.s. que sendo o seu objetivo concorrer por todos os meios ao seu alcance, para o desenvolvimento comercial, industrial e agrícola das classes nelas representadas, cumpre-lhe, como já, por vezes, tem, publicamente, declarado, cingir-se, estritamente, a orientação apontada nos seus estatutos, e por isso, deixa de se imiscuir na eleição de um deputado por este circulo eleitoral.⁸

Como lemos, foram enumerados diversos motivos para não apresentar um candidato da Associação Comercial de Porto Alegre ao Congresso Federal. Foi apontada a presença de um “grande número de estrangeiros” entre os sócios, como quem diz que esses sujeitos estariam privados do direito de voto.

As diferenças políticas e religiosas existentes no interior da classe também foram apresentadas como razões para o não lançamento das candidaturas representativas da classe. Este argumento aponta para largos dissensos religiosos entre os membros da Associação Comercial que impediam uma ação política conjunta.

Destacamos ainda, a referência ao argumento estatutário que faz pensar em um instrumento regimental intransponível. Esse mote remete à importância e ao respeito à dinâmica burocrática. Como antes se observava como característica do funcionamento das

⁸Correio do Povo, 16 mar. 1924, p. 3.

associações políticas, a legitimidade das ações de uma associação encontrava reforço na definição e respeito a normais estatutárias estabelecidas.

E por fim, a posição da Associação, escrita em termos firmes, era de não “se imiscuir” no processo eleitoral. Termo de carga pejorativa, que apontava para o desejo de não se envolver em algo considerado de menor significado ou de caráter duvidoso para essa classe empresarial.

Essa postura da Associação Comercial de Porto Alegre estava carregada de significados para o tempo histórico vivido. Claro está que ela não possuía uma vinculação partidária como outras entidades de que se está tratando. Mas claro também está que ela agregava e representava um grupo social economicamente importante dentro do espaço urbano. Agregava agentes que não poderiam se furtar ao debate sobre a condução da política.

Logo, não se deve crer que esses argumentos fossem sempre seguidos na sua integralidade. Esse texto, assinado pela Associação Comercial, por sua vez, não considerava que Alberto Bins, além de presidente dessa Associação Comercial que desejava não se “imiscuir” na disputa eleitoral, era, à época, membro da Assembléia de Representantes eleito pelo Partido Republicano. Os argumentos apresentados, portanto, serviam para evitar o envolvimento com a candidatura avulsa proposta pela entidades carioca.

Mais evidente fica o efeito retórico dessa argumentação quando se percebe que o nome de Alberto Bins foi lembrado pela comunidade alemã, composta por imigrantes e descendentes, no momento em que se formava a lista de candidatos republicanos à Câmara Federal. Através de um abaixo assinado, essa comunidade o apontava como seu representante político junto ao partido:

Sem o menor deslumbre de insinuação Sr. Presidente o candidato a deputação que melhor satisfaz as aspirações, tanto do elemento católico como protestante germânico, tanto do comércio, como da indústria e da lavoura, é o atual

deputado estadual, soldado disciplinado do Partido Republicano, Sr. Major Alberto Bins.⁹

Como se pode ler nesse extrato do abaixo-assinado, era solicitado ao chefe do Partido Republicano que incluísse o nome de Alberto Bins na chapa do partido. Nesse momento, as diferenças internas da comunidade de origem germânica, tanto de ordem econômica como religiosa, não foram empecilhos para a indicação de seu nome como representante da comunidade.

Embora essa solicitação, em particular, não tenha sido aceita por Borges de Medeiros e o nome não tenha sido incluído na chapa, observamos que o não envolvimento da Associação Comercial de Porto Alegre com o projeto de uma eleição de um representante do comércio, proposto pelas associações comerciais do Rio de Janeiro e de Uruguaiana, não era uma questão de princípio.

Quando se vêem personagens e grupos sociais que faziam parte daquela associação comercial pleitearem, através do abaixo-assinado, uma candidatura representativa, descortina-se a opção desse agente coletivo pela estratégia de, ao invés de lançar uma candidatura avulsa ao pleito federal, pressionar os líderes partidários para colocá-la na chapa partidária.

Também há de se considerar que, logo após esse pleito federal, Alberto Bins foi lançado, nas eleições municipais de 1924, como candidato republicano ao cargo de vice-intendente. Nesse momento, ele foi explicitamente apresentado, pelo Partido Republicano, como representante da Associação Comercial de Porto Alegre.

Para vice-intendente municipal: Major *Alberto Bins*. Quem não o conhece? Deputado estadual a longos anos, membro da comissão de orçamento da Assembléia de Representantes, presidente da Associação Comercial de Porto Alegre, grande industrialista, cidadão bem quisto e conceituado, inteligente e culto, republicano de reais serviços ao nosso partido, o seu nome acreditamos, há de merecer nossos aplausos.¹⁰

⁹Correspondência de Borges de Medeiros. IHGRGS. 24 mar. 1924.

¹⁰A Federação, 15 jul. 1924, p. 1.

Homem de carreira no partido, os adjetivos do candidato de fato eram muitos. Mas o que chama a atenção é o fato de o próprio Partido apresentá-lo como presidente da Associação Comercial. Ou seja, a entidade que, meses antes, dizia não se imiscuir em assuntos eleitorais agora tinha seu presidente sendo apresentado como candidato representativo da classe.

Nesse contexto, entendemos que a Associação Comercial de Porto Alegre era reconhecida pelo Partido Republicano como um agente representativo dos interesses do grupo social ali agregado no interior do campo, e seus dirigentes eram tomados como legítimos representantes dos interesses coletivos desse grupo social.

E de fato, dias antes dessa eleição municipal, ocorreu um banquete oferecido pelas “classes conservadoras” aos candidatos do Partido Republicano. Tal como as atividades de campanha das demais associações, esse evento contou com a presença tanto das lideranças partidárias, como dos dirigentes das entidades representativas. Para se pronunciar e para ouvir os discursos, se fizeram presentes não só os candidatos republicanos, mas também inúmeros empresários da cidade. Segundo as palavras publicadas no *Correio do Povo*:

Realizou-se ontem a noite, no salão nobre da Intendência Municipal, o banquete que um grupo de comerciantes e industriais resolveu oferecer ao Dr. Otavio Rocha, candidato a intendente municipal pelo partido republicano na próxima eleição municipal de Porto Alegre e os seus colegas de chapa: major Alberto Bins, para vice intendente, e os senhores Drs. Eduardo Sarmiento Leite, Hygidio Hervé, Jaime da Costa Pereira e Victor Kessler, Pedro Dossema e Vigo Collin, para conselheiros municipais.

Neste banquete que se revestiu de brilhantismo, participaram para mais de 150 convivas, nele se fazendo representar, também, todas as altas autoridades do Estado.¹¹

Como mostram as fotos publicadas no jornal *A Federação*, expostas no Anexo 17, tal evento esteve muito concorrido. Os jornais publicaram a lista de presentes, na qual se lê os nomes de boa parte dos comerciantes e industriais da cidade, mostrando que também esse grupo social se dispunha a participar das reuniões de campanha. Na descrição da dinâmica da atividade, também se percebe a proximidade dessa com aquela que antes se identificou nas

¹¹Correio do Povo, 24 set. 1924. p. 6.

atividades de campanha: a recepção dos candidatos, os discursos, as manifestações de apoio e reconhecimentos múltiplos e por fim, a patuscada interpretada por banquete.

Dessa forma, vemos os membros da Associação Comercial de Porto Alegre operando o código antes identificado como recorrente nas ações das demais entidades. Ao invés de agirem como a congênere carioca, que lançava uma candidatura avulsa ao pleito, aqui se identifica o esforço desse grupo social no sentido de se fazer reconhecido pelo líder político e incorporado à nominata oficial.

Outro movimento interessante para se entender a atuação do empresariado de origem estrangeira no jogo político da cidade foi a fundação do Grêmio Republicano Rivadavia Correa em 1924. Como observado antes, essa associação, com sede localizada no arraial industrial dos Navegantes, teve sua diretoria composta basicamente por proprietários com sobrenomes de origem germânica. Uma vez fundada e organizada, passou a centralizar as atividades de mobilização e arregimentação do eleitorado urbano.¹²

No momento do pleito de 1928, ela não apareceu nas notas dos jornais. Mas, a comunidade germânica pôde ser percebida na fundação do Grêmio Republicano Getúlio Vargas, situado no mesmo Arraial dos Navegantes. Essa fundação, tal como a anterior, também foi utilizada como motivo para a realização de uma reunião de campanha ao pleito municipal, sendo ali distribuído um “boletim” assinado por importantes industriais e comerciantes da cidade.¹³

Dentro do estudo que se está realizando sobre as representações e práticas socialmente legítimas para atuar no campo político, não se pode tomar a fundação dessas duas associações políticas como movimentos inocentes, mas como iniciativas de articulação de espaços de sociabilidade política nas quais se desenvolviam atividades de arregimentação e mobilização

¹²A Federação, 30 jul. 1924, p. 5.

¹³Correio do Povo, 24 jul. 1928, p. 16.

do eleitorado por parte da burguesia comercial e industrial da cidade, com vistas a legitimar sua representação política.

Estes movimentos nos evidenciam que a burguesia urbana, como grupo social economicamente importante, não se furtava a participar das disputas eleitorais do período. Ao contrário, utilizava o mesmo código operacionalizado pelos demais grupos sociais para se fazer perceber e representar. Esquivando-se do compromisso de lançamento de uma candidatura avulsa, postulou por um representante na nominata republicana. Interessada em se fazer ouvir pelos detentores dos cargos públicos, esta burguesia promoveu recepções para os candidatos e por necessidade de demonstrar sua capacidade de arregimentação e mobilização eleitoral organizou também as suas entidades.

A Associação Comercial Varejista foi outra entidade representativa de um grupo social que não se pode considerar como uma associação política diretamente vinculada ao Partido Republicano. Mas, ao se perceber sua articulação durante os processos eleitorais, há de se reconhecer que sua atuação era muito consistente na definição das candidaturas republicanas.

Primeiramente, destacamos que, mesmo não estando diretamente subordinada ao Partido, ela promoveu diversas atividades de campanha para os candidatos republicanos. Um exemplo disso foram as reuniões promovidas na sua sede, durante a campanha municipal de 1924.

Convida-se o digno consórcio para a reunião a realizar-se no 12 do corrente, às 19 horas, á rua João Alfredo nº 163 a fim de receber a Comissão Executiva do Partido Republicano que vem render uma homenagem à classe, pela apresentação de seu candidato ao Conselho Municipal.¹⁴

Nesse convite, percebemos que, tal como as associações políticas ligadas ao Partido, a Associação Comercial Varejista também promoveu atividades de propaganda dos candidatos republicanos em sua sede. O convite destacava que a Comissão do partido “vem render uma

¹⁴A Federação, 11 set. 1924, p. 2.

homenagem à classe” dos comerciantes varejistas, homenagem devida ao fato desta classe ter apresentado “seu candidato ao Conselho Municipal”.

No momento em que se descreveu a dinâmica das atividades de campanha eleitoral, ficou evidente que ocorriam trocas simbólicas nesses espaços de sociabilidades. No contexto descrito transparece que a homenagem da Comissão Executiva à classe era também a homenagem de tal grupo ao partido. O reconhecimento da entidade era também o apoio do candidato a interesses da classe.

Quando se relatou o processo de apresentação dos candidatos ao pleito municipal de 1924, ficou apontada a inclusão de um diretor da Associação Comercial Varejista para uma vaga de Conselheiro Municipal na nominata apresentada pelo PRR ao eleitorado urbano:

Pedro João Gonçalves da Silva Dossena, digno correligionário, presidente de uma comissão de propaganda eleitoral no pleito de 3 de maio, prestimoso presidente da Associação dos Varejistas desta capital, foi incluído como representante desta operosa classe.¹⁵

Pelo texto do jornal republicano, vemos que o presidente da Associação Comercial Varejista também fora membro da comissão de propaganda do Partido Republicano nas eleições federais. Concluimos, portanto, que os mesmos indivíduos que estavam comprometidos com as entidades de representação social também se envolviam com as atividades de propaganda partidária. Atuando dessa forma, carregavam o prestígio adquirido junto a um grupo social para a disputa eleitoral. De outro lado, ao indicar esses agentes como candidatos, o partido se aproveitava dessa influência para angariar simpatias e votos para o restante de sua chapa.

Esse capital simbólico, contudo, não se construía de forma individual. Eram as associações, enquanto agente coletivo do campo político, que faziam de seus diretores referências no cenário político local e dialogavam com as lideranças partidárias. Em nota

¹⁵A Federação, 15 jul. 1924, p. 1 e 2.

publicada no *Correio do Povo*, é possível perceber, ainda que timidamente, os movimentos nesse sentido:

A Associação Comercial dos Varejistas achando que esta classe necessitava de um representante direto junto aos poderes competentes constituídos, apresentou alguns nomes de seus sócios, para que fosse escolhido dentre eles um para ser conselheiro municipal e, recaindo esta escolha do partido republicano na pessoa do nosso digno consórcio e presidente desta Associação Sr. Pedro Gonçalves Dossena, vimos por meio desta lembrar-vos a conveniência de sufragarmos o nome deste candidato para o bem geral da nossa classe.¹⁶

Nesse momento, explicita-se o desenvolvimento de uma ação estrategicamente planejada pela Associação do Comércio Varejista para interferir na composição da nominata republicana. Embora a publicação dessa nota tenha ocorrido após a aceitação da indicação do nome do representante da classe pelo Partido Republicano, fica claro que houve uma iniciativa anterior da por parte da Associação para oficializar essa candidatura.

Constatamos, portanto, que as ações de pressão das associações políticas passavam por outras iniciativas além da publicação nas páginas dos jornais. Poderia ser um abaixo-assinado, como o promovido pela comunidade germânica no caso da indicação de Alberto Bins, mas poderia ser a apresentação informal de alguns nomes ao Partido Republicano.

No pleito municipal seguinte, há indícios de que a estratégia se repetia, evidenciando que esse tipo de ação não era uma eventualidade. Às vésperas do dia do pleito municipal de 1928, a nominata republicana sofreu uma alteração e *A Federação* publicou uma nota em que avisava sobre os motivos:

O último desses candidatos, que representa a Associação Comercial dos Varejistas, por motivos especiais que expôs recentemente á Comissão Executiva do Partido Republicano desistiu de sua candidatura. Em vista dessa desistência, a Comissão Executiva escolheu, para substituir o candidato Luiz Corrêa Lima, o nosso correligionário José da Costa Dias, de acordo com indicação da Associação dos Varejistas, na qual é esse nosso amigo figura de real prestígio.¹⁷

O texto do jornal republicano afirmava abertamente que um dos candidatos de sua nominata “representa a Associação Comercial Varejista”. Mas ocorreu que esse, “por motivos

¹⁶Correio do Povo, 27 set. 1924. p. 1.

¹⁷A Federação, 13 ago. 1928. p. 4.

personais”, desistiu de participar do pleito. Para superar tal situação e recompor a chapa, o Partido Republicano apresentou o nome de outro correligionário. Contudo, ressalta-se que essa substituição foi feita “de acordo com a indicação da Associação dos Varejistas”.

Agindo dessa forma, mais do que eximir o partido da responsabilidade pela troca, esse texto deixa claro que a indicação do candidato foi de responsabilidade da Associação. Tanto o candidato que renunciava como o que ingressava na nominata eram indicações realizadas pela entidade que o partido apenas abonava.

Assim como o nome de José da Costa Dias foi colocado pela Associação Comercial dos Varejistas, podemos propor que outras entidades também tivessem apresentado candidaturas que representavam os interesses do grupo social que agregava. Como se teve oportunidade de demonstrar, a nominata republicana para os pleitos municipais era composta por candidatos oriundos de diferentes associações representativas dos grupos sociais urbanos. Quatro dos sete candidatos indicados ao Conselho Municipal pelo Partido Republicano em 1924 foram apresentados como ligados a alguma associação política. No pleito de 1928, a escolha dos candidatos ao Conselho municipal deu-se durante muitas reuniões dos diretores dessas associações para definição das candidaturas.

Observados em conjunto, esses movimentos deixavam explícito que não eram as lideranças do partido que definiam a chapa de forma aleatória. Havia, sim, um amplo processo de mediação com as associações representativas dos grupos sociais urbanos. De tal sorte a estratégia do Partido Republicano de apresentar seus candidatos aos pleitos municipais como representantes dos grupos sociais urbanos não era pura demagogia ou proselitismo, mas fruto de um conjunto de ações de mediação política estabelecidas no interior desse espaço de sociabilidade.

Efetivamente, não se pode supor que apenas a indicação pela associação colocava um determinado nome na nominata republicana. Nenhum partido se exime da responsabilidade de

aprovar os nomes dos seus candidatos, e isso não seria diferente em uma estrutura autoritária como a do PRR. Mas, ao se perceber que uma associação de classe, que não se caracterizava como sendo estritamente partidária, podia, ela própria, indicar e substituir os candidatos do partido, o que nos permite pensar que também as demais associações políticas pudessem interferir na composição da nominata.

O discurso de *A Federação* deixava evidente o esforço para demonstrar que o partido também apresentava candidatos representativos do operariado urbano nas eleições municipais. Na campanha eleitoral de 1920, quando o Partido Republicano divulgou sua chapa destacando atuação profissional, o então candidato ao Conselho Municipal Roberto Matias Stoll era apresentado como “operário”.¹⁸ No pleito municipal de 1924, *A Federação* se referia ao candidato ao Conselho Municipal Vigo Tompes Collin como sendo “operário, fiel republicano, tesoureiro da ‘Liga dos Operários Republicanos’, ex-secretário, ex-tesoureiro, ex-presidente da ‘Federação Operária’ do Rio Grande do Sul”.¹⁹ De forma semelhante, em 1928, ao associar cada candidato republicano ao Conselho Municipal a um grupo social, disse que estavam representados “os operários, do mesmo modo, por intermédio de Francisco Xavier da Costa, esforçado lidador dos homens do trabalho”.²⁰

Não se tem indicação de como se estabelecia a definição desses nomes como representantes da classe operária na chapa republicana. Mas, cruzando as notas desses diferentes processos é possível propor que, tal como nos casos descritos anteriormente, aqui também tenha havido uma mediação com a Liga dos Operários Republicanos para uma posterior aprovação por parte da executiva do partido.

Como antes destacado, a Liga, desde sua fundação em dezembro de 1923, se colocou ao lado das associações republicanas nas atividades de campanha. A fundação das associações políticas seguia uma lógica de organização de grupos sociais particular no interior do partido.

¹⁸A Federação, 21 ago. 1920. p. 1.

¹⁹A Federação, 15 jul. 1924. p. 1 e 2.

²⁰A Federação, 26 jun. 1928. p. 1.

Dentro dessa estratégia, o papel a ser desempenhado pela entidade era arregimentar os operários para se inscreverem como eleitores e mobilizá-los nas atividades de campanha como nas eleições federais de março de 1924:

Recebemos vários exemplares do manifesto que a Liga dos Operários Republicanos dirige a classe operária do Rio Grande do Sul.

Nesse documento, que é longo, a Liga expõe os seus fins e justifica as razões que a levam a recomendar ao sufrágio, os candidatos do partido republicano nas próximas eleições federais.²¹

Como dizia a nota jornalística, a Liga estava distribuindo um manifesto em que se “dirige a classe operária do Rio Grande do Sul”, grupo social que representava. De forma semelhante, nas eleições municipais de 1924, seguiu promovendo atividades de campanha direcionada a esse grupo social. Dentro da série de comícios, o promovido pela Liga foi assim descrito:

Convocada esta reunião para às 20 horas, já às 19 ½ as salas do edifício do Grêmio Pinheiro Machado”, onde funciona a “Liga”, a Rua Cristóvão Colombo esquina da Ramiro Barcelos, achavam-se repletas de operários, entre os quais via-se a maioria dos que são conhecidos como prestimosos orientadores dos movimentos de sua classe nessa capital, representantes de associações políticas do nosso credo e outros muitos correligionários.²²

Pelo que se lê, ficam poucas dúvidas sobre a vinculação política da Liga dos Operários Republicanos ao próprio partido. Tal como as outras associações políticas, ela também pautava suas ações de campanha pelas definições tomadas pela Comissão Executiva se mobilizando em torno dos candidatos republicanos. Da mesma forma, era reconhecida pelo Partido Republicano como espaço de organização desse grupo social urbano. Prova desse prestígio era a presença de “representantes de associações políticas de nosso credo” na atividade que organizou.

Mas, o movimento de proposição de uma candidatura operária por parte da Liga ficou mais evidente durante a campanha para o pleito estadual de março de 1925. O início dessa ação pode ser percebido no momento em que a Liga organizou uma reunião para tratar da mobilização eleitoral com seus associados.

²¹Correio do Povo, 29 mar. 1924. p. 3.

²²A Federação, 25 set. 1924. p. 1.

Com a presença de grande número de sócios, a Diretoria Geral e as comissões eleitorais da “Liga dos Operários Republicanos” realizaram ontem, conforme convite inserto nesta folha, uma reunião para combinar providências tendentes a intensificar a propaganda da chapa dos candidatos republicanos à eleição do mês vindouro. [...]

Por proposta do presidente da “Liga”, Sr. Francisco Xavier da Costa, os trabalhos foram dirigidos pela comissão política permanente deste grêmio, cujo relator, o Sr. Araújo e Silva, comunicou ao auditório os promissores resultados que a ação das mesma tem conseguido no cumprimento das instruções expostas pelo Dr. Sinval Saldanha, de acordo com a comissão executiva, na reunião das diretorias das associações republicanas da capital efetuada no Centro Republicano Júlio de Castilhos.

A comunicação do Sr. Araújo e Silva, que se referiu, também, ao trabalho das subcomissões, causou vivo e intenso entusiasmo á assembléia da qual faziam parte diversos operários conhecidos como antigos elementos de valor no seio da sua classe, que se achavam afastados, desde alguns anos, do movimento da mesma e que na reunião de ontem aderiram à Liga.

[...] Por proposta do Sr. João Martins foi aclamada uma comissão para redigir o manifesto que a Liga publicará dentro de poucos dias.²³

Nesse momento da campanha para eleição da Assembléia de Representantes do Estado, a Liga dos Operários Republicanos estava cumprindo as instruções “expostas pelo Dr. Sinval Saldanha, de acordo com a comissão executiva, na reunião das diretorias das associações republicanas da capital efetuada no Centro Republicano Júlio de Castilhos”. Ou seja, tal como as demais associações políticas republicanas, essa também organizou atividades de mobilização eleitoral.

Esse relato não fala sobre o número de eleitores presentes a essa reunião. Mas, além dos já citados, a nota listava outros vinte nomes de pedreiros, pintores, mecânicos e outros profissionais que foram designados como “auxiliares das comissões distritais eleitorais”, o que permite inferir que ao menos esses estariam presentes. Também estavam na reunião “diversos operários conhecidos como antigos elementos de valor no seio da sua classe”.

Ainda que essas lideranças não fossem nomeadas, o destaque dado a sua presença revelava que o jornal partidário atribuía valor a sua presença. A vinculação da Liga com os republicanos, seu caráter operário, a presença de antigas lideranças da classe, a articulação desses agentes e a produção do manifesto permitiam perceber que a movimentação em torno dessa eleição estadual não era pequena.

²³A Federação, 23 fev. 1925. p. 5.

A mesma nota jornalística segue falando que foram propostas e aceitas a elaboração e a divulgação de um manifesto político assinado pela Liga, conclamando os operários a votarem nos candidatos republicanos nesse pleito estadual. Não se sabe quais os nomes indicados pela “comissão para redigir o manifesto”, tão pouco se aqueles antigos líderes operários, que agora se somavam à Liga, assumiram tal papel ou outras funções no interior da Liga.

Contudo, logo após essa reunião, a Liga alterava sua posição em relação às candidaturas do Partido Republicano. Para informar ao partido e à comunidade política dessa mudança nos rumos da sua atuação eleitoral ela enviou um ofício à redação de *A Federação*.

Tendo a Liga dos Operários Republicanos resolvido a apresentação do nome do cidadão Orlando Torelly de Araújo e Silva, sapateiro, residente nesta capital, como candidato avulso á Assembléia dos Representantes na qualidade de genuíno representante da classe, determinou que fosse remetida a imprensa a presente nota oficial.

[...] Trazemos ao vosso conhecimento que em virtude de resolução ontem votada por unanimidade e convicta de que não é possível a classe operária esperar qualquer consideração de ordem política em prol dos seus direitos e de seus interesses por parte da direção do partido em que nos organizamos, a Liga dos Operários Republicanos declara-se absolutamente desobrigada de compromissos com a mesma direção, anulando, conseqüentemente, todos os até hoje assumidos.

Acrescentamos que, apesar disso, a Liga mantém integrais o seu título, os seus princípios e o seu programa de ação.²⁴

O texto desse documento, que obviamente foi feito com o intuito de ser divulgado pela imprensa, seguia o tom formal e burocrático adotado pelas associações para regularizarem suas manifestações publicamente. A formalidade burocrática, como apontado, atribuía as suas aparições uma certa formalidade, significando que, uma vez tomadas, as decisões desse agente eram tidas como opiniões validadas não apenas pelos dirigentes, mas também pelo coletivo que ela representava, devendo ser respeitada pelo conjunto da comunidade.

Como visto nesse texto, houve uma reunião da Liga e ao invés de ser aprovado o manifesto em defesa dos candidatos republicanos, se decidiu pelo lançamento de um candidato avulso à Assembléia de Representantes a dez dias do pleito. Embora se afirme que

²⁴A Federação, 4 mar. 1925, p. 5.

a “Liga mantém integrais o seu título, os seus princípios e o seu programa de ação,” vemos que o afastamento das determinações do Partido se fez firme e decidido.

Ao lançar uma candidatura paralela à chapa republicana, ela não apenas desafiava a autoridade política das lideranças do partido, mas apontava para a possibilidade concreta das associações proporem nomes aos pleitos, movimento que, como visto nos casos anteriores, era perfeitamente possível.

A declarada manutenção dos princípios republicanos nos impede de pensar que algum ativista da oposição ou mesmo das correntes anarquista ou socialista existentes em meio ao movimento operário da década de 1920 tivesse se infiltrado na associação para tomá-la de assalto.

Para justificar o rompimento, o texto seguia afirmando que “não é possível a classe operária esperar qualquer consideração de ordem política em prol dos seus direitos e de seus interesses por parte da direção do partido em que nos organizamos”. Essa lamúria, perfeitamente compreensível aos nossos olhos distanciados pelo tempo, enunciadas no contexto da década de 1920, demonstrava uma lucidez dos agentes envolvidos no processo político local. Nesse pensamento, a atuação no interior de uma associação política não significava a subordinação aos interesses partidários, mas uma estratégia para ver atendida determinada demanda do grupo social que ali se congregava, no caso, a representação da classe operária na Assembléia de Representantes do Estado.

Na nota anterior, o “cidadão Orlando Torelly de Araújo e Silva” era apresentado como candidato pela Liga dos Operários Republicanos e identificado como membro da “comissão política permanente” da Liga. Nessa posição, cabia a ele dirigir as atividades de

arregimentação dos eleitores. Tanto assim que foi sua responsabilidade relatar como estavam se desenvolvendo esses trabalhos para o plenário.²⁵

Como visto, esse personagem tinha projeção no interior da Liga. Se o cargo de diretor e a responsabilidade de organizar as atividades de arregimentação eleitoral não lhe conferiam grandes poderes na estrutura partidária, também era certo que ele não era um desconhecido dos sócios da Liga e, tão pouco da direção partidária e mesmo da comunidade política.

Na conjuntura de disputa eleitoral, o lançamento de uma candidatura por parte da Liga prestou-se a interpretações na comunidade e logo, devia ter sido tomada como uma ação da oposição. Em resposta a essas afirmações, foi interesse de *A Federação* reproduzir a carta de João Candido Martins, presidente da Liga, ao diretor da *Última Hora*, quando afirmava que, embora dissidente, não era oposição ao Partido Republicano:

Recorro ao vosso espírito de justiça solicitando-vos a fereza de noticiar que a apresentação da candidatura do Sr. Orlando Torelly de Araujo e Silva, sapateiro como eu, é a expressão lídima da vontade da Liga e não produto de cambalachos ou combinações com qualquer partido ou facção política. Assumi a presidência por vontade unânime da assembléia geral em substituição ao Sr. Xavier da Costa, porque este nosso amigo, a quem muito continuamos a prezar, colocou-se sob ponto de vista inteiramente oposto ao nosso, quando entendemos que no caso da representação política da nossa classe não devíamos nem devemos nos sujeitar a vontade de elementos sociais cujos interesses freqüentemente são contrários aos dos operários.²⁶

Lemos no manifesto que a candidatura apresentada não era “produto de cambalachos ou combinações com qualquer partido”. Esse texto, entendido no debate desse tempo-espaço, significava que a Liga não buscava nem uma ruptura com o Partido Republicano nem uma aproximação com a oposição. O postulado reafirmado era o da representação política da classe operária por elementos oriundos do próprio grupo social.

“Sapateiro como eu.” O candidato e o novo presidente da Liga compartilhavam uma identidade não apenas de classe, mas de profissão. Essa forma de entender o mundo por parte do presidente espelhava uma visão classista da Liga, que antes dizia não poder esperar de

²⁵A Federação, 23 fev. 1925. p. 5.

²⁶A Federação, 4 mar. 1925. p. 5.

outros iniciativas na defesa de seus interesses. No raciocínio apresentado, ser sapateiro era ser operário, era pertencer a uma classe social particular e, portanto, estar credenciado para representar os interesses desse grupo social particular nas instituições de representação política do estado.

Essa leitura do mundo dividido em classes também se evidenciava quando falava que, “no caso da representação política da nossa classe não devíamos, nem devemos nos sujeitar a vontade de elementos sociais cujos interesses freqüentemente são contrários aos do operariado”. Estabelecer tal representação devia ter sido a premissa central para a decisão de lançar uma candidatura própria à Assembléia de Representantes, e ela levava ao limite o princípio positivista de incorporação do operariado à sociedade moderna.

Do ponto de vista legal, o lançamento de uma candidatura dias antes do pleito somente era possível devido a legislação da época, que não exigia registro prévio, podendo cada eleitor votar em qualquer nome, independente de este ter se manifestado candidato ou não. Numa perspectiva eleitoral, contudo, essa atitude não poderia ter resultados muito expressivos, mas, mesmo assim, representava uma atitude ousada por parte dessa entidade.

Como era de se esperar, a mobilização da Liga em Porto Alegre não foi suficiente para garantir a eleição de um representante estadual. Pelos resultados eleitorais do 1º Distrito eleitoral do Estado, onde se incluía Porto Alegre, vemos que os cinco candidatos republicanos obtiveram mais de 7.000 votos cada, e o opositor recebeu 1.505 votos, ficando com a sexta vaga. Já o nome “Orlando Silva,” candidato lançado pela Liga dos Operários Republicanos, obteve 150 votos, todos obtido em Porto Alegre, ficando em sétimo lugar e não se elegendo.²⁷

Considerando o instrumento do voto acumulado, devemos dividir os 150 votos obtidos por Orlando Silva pelos seis votos que cada eleitor podia depositar na urna. Assim, ver-se-á

²⁷A Federação, 19 mar. 1925. p. 5.

que a Liga devia ter mobilizado um número mínimo de 25 eleitores no município de Porto Alegre. Número bastante reduzido se considerado com os mais de 7.000 eleitores que o PRR conseguiu mobilizar na cidade e mesmo os cerca de 250 votantes da oposição. Mas ainda assim, coerente com os vinte nomes listados como “auxiliares das comissões distritais” e portanto indicativo da capacidade de mobilização desta associação, num momento de dissidência.

Para avaliar este resultado também temos que considerar diversos outros fatores: tratava-se de uma candidatura avulsa; ela foi lançada dez dias antes da votação; contou com o trabalho de apenas uma associação política e sem aliança com a oposição; e sua atuação foi reduzida a Porto Alegre, não se estendendo a outros municípios do distrito eleitoral. Frente a tal conjunto de obstáculos, leve-se em conta que os esforços da Liga, e de sua candidatura, não foram insignificantes. O resultado obtido no pleito foi representativo da sua capacidade de ação independente do partido.

Ainda que derrotada, a candidatura apresentada pela Liga dos Operários Republicanos evidenciou que os operários ali reunidos não eram de todo subordinados ao partido. Eles possuíam iniciativa e ousadia suficientes para se lançarem em projetos eleitorais maiores que os permitidos pela direção partidária. O grau de liberdade dessa entidade pode ser contrastado nos termos colocados nos estatutos registrados em fevereiro de 1926. Neles, ficou estabelecido que:

Art. 1º § Único – A Liga não poderá, absolutamente, pleitear os cargos de presidente e vice-presidente do Estado, nem de intendente e vice-intendente dos municípios.

Art. 2º – A Liga só apresentará candidatos a cargos eletivos, após prévio entendimento com os poderes constituídos.

§ Único - Por exceção e como medida extrema, a Liga só agirá soberanamente nos casos em que, observada a exigência dos Estatutos, apenas resultarem desse entendimento medidas manifestadamente contrárias as aspirações gerais de seus sócios.²⁸

²⁸Apud PETERSEN, Silvia R. F.; LUCAS, Maria E. Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937). Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS/Tchê!, 1992. p. 296.

Observamos nestes artigos que o estatuto da Liga impunha restrições à atuação política dessa entidade. Mas, aqui, o texto deve ser interpretado não tanto como um instrumento impeditivo, mas como a manifestação da plausibilidade, pois o estatuto apenas normatizava caminhos possíveis de serem percorridos pela entidade.

A proibição aqui serve como um enunciado da possibilidade de realização de tal ação. Ao enunciar o que não era permitido fazer, fica tácita a possibilidade do grupo social ali reunido postular tal iniciativa. Onde se lê que a associação “só apresentará candidatos a cargos eletivos, após prévio entendimento”, interpretamos que era perfeitamente possível tanto a essa entidade como a outras se manifestar nesse sentido.

E assim a Liga manteve o debate sobre a representação do operariado através de personagens identificados como pertencentes ao grupo. Agora, contudo, eram utilizados outros termos do discurso sobre o exercício do poder institucional que circulavam no campo. Como evidenciado em uma das falas do comício para a candidatura de Washington Luís, os termos do debate político do período eram apropriados pelos agentes que lhes atribuíam outros sentidos:

Anteontem, à tarde, na avenida Eduardo, promovido pelo Centro Republicano Operário, houve concorrido comício, de propaganda das candidaturas dos Srs. Washington Luís e Mello Viana, à presidência e vice-presidência da República.

Um dos oradores que primeiro falou foi o Sr. Antonio Lourenço que fez um apelo aos presentes, afim dos operários sufragarem os candidatos acima. Referindo-se ao fato de haver Júlio de Castilhos se debatido pela incorporação do operariado à sociedade, seguindo assim os verdadeiros ditames democráticos.²⁹

Nesse extrato do discurso, percebemos como os termos do debate eleitoral eram misturados de forma a produzir um sentido interessante para o grupo social. Primeiramente, lembremos que Antonio Lourenço era um orador vinculado à Liga Operária que organizava o comício, e o público presente, composto de moradores do bairro operário industrial da cidade, seguramente se sentia incluído na identidade de operários que ali se evocava.

²⁹Correio do Povo, 2 mar. 1926, p. 1.

Como nas demais atividades de campanha republicana, aqui também a figura de Júlio de Castilhos foi evocada como referência política a ser seguida em suas idéias. Dele foi resgatado, de forma difusa, o princípio da doutrina positivista da “incorporação do operariado a sociedade”. No contexto da disputa pela auto-representação, o postulado era associado com “os verdadeiros ditames democráticos” alardeados pelo pensamento liberal.

Não nos cabe cobrar do orador uma coerência doutrinária ou entendimento de filosofia política. Para ele, enquanto representante do operariado urbano, importava articular os sentidos atribuídos aos termos empregados no campo de forma a produzir um significado positivo para seu grupo político.

Aqui, tanto a expressão “incorporação do operariado,” típica do pensamento positivista, como os “ditames democráticos,” que faz referência a doutrina liberal, se articulam em um terceiro discurso. Não significavam uma filiação ideológica, mas o uso de termos disponíveis no discurso do campo político desse tempo-espaço. Através deles, e não de outros, era possível enunciar a demanda da representação política do operariado urbano de forma a ser compreendido pelo conjunto da comunidade.

Nesse sentido, a Liga dos Operários Republicanos pode ser tomada como um agente coletivo que atribuía sentido as representações e práticas sociais do campo político local de forma a pleitear o atendimento dos interesses de um grupo social particular. Como tal, arregimentava e mobilizava o eleitorado urbano, promovia atividades de campanha e manifestava interesses coletivos frente ao partido, sendo por este reconhecida como entidade representativa do operariado, quando indicava seus dirigentes como candidatos aos cargos eletivos municipais.

Entendido nos termos em que se estabelecia a disputa política desse tempo-espaço, a candidatura derrotada da Liga, no pleito estadual de 1925 não pode ser interpretada como um movimento de ruptura da entidade com o partido, tão pouco como uma derrota. Trata-se de

um agente social tencionando ao limite das possibilidades de ação de seu campo, apropriando-se dos códigos socialmente legítimos para agir e buscando uma configuração mais satisfatória das estruturas estabelecidas. Assim como o alto comércio, representado na Associação Comercial de Porto Alegre, como os varejistas, presentes na Associação Comercial Varejista, também o operariado urbano tinha espaço para propor seus candidatos através da Liga dos Operários Republicanos.

Como nos lembra Ricardo Rodrigues a filosofia positivista adotada pelo PRR ao longo da República Velha não manteve os mesmos postulados ao longo de todo o período. Tendo por base os postulados positivistas Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e Pinheiro Machado, enquanto lideranças partidárias imprimiram a sua atuação características próprias. Para este autor o modelo castilhista, instituído na Constituição Estadual de 1891 desprezava a representação política dos grupos sociais nas instituições estatais. Já estes casos da década de 1920 apontam que a noção de representatividade é retomada como um valor.³⁰

Também sob os marcos oposicionistas, as associações se constituíam em agentes ativos e propositivos no cenário político urbano, propondo candidaturas diferentes daquelas definidas pelas lideranças partidárias. Como descrito anteriormente, em 1924, a decisão de participar da disputa eleitoral foi tomada em uma assembleia geral dos partidários da oposição. Já em 1928, houve um intenso debate sobre o lançamento das candidaturas oposicionistas, quando ficou evidente que os partidários, diferentemente das lideranças, desejavam efetivar candidaturas para a Intendência Municipal.

Efetivamente, os eventos das campanhas oposicionistas antes descritos não denotam um desacerto ou um conflito de interesses no interior da oposição maior que aquele já enunciado pela historiografia, mas apontam que essas divergências não se limitavam às lideranças, ao contrário se desdobravam entre os partidários da oposição.

³⁰RODRIGUES, Ricardo Veles. O Castilhismo. 1982.

Em seu conjunto, todos esses casos apontam para a possibilidade de iniciativa no campo. Era perfeitamente plausível aos diferentes grupos sociais postular a indicação de candidatos para compor as chapas partidárias ou mesmo lançar candidaturas avulsas, projetando personagens do campo político como representantes de determinado grupo social urbano. A promoção de eventos, a proposição de nomes para as chapas e mesmo o lançamento de candidaturas avulsas eram ações que apontavam, não tanto para a ruptura das regularidades do campo, mas para uma pressão pelo deslocamento dos limites postos pelas estruturas sociais.

Como agentes coletivos do campo político, as associações, ao mesmo tempo em que assumiam como legítimas as práticas e representações nele articuladas, as transformavam em estratégias de ação próprias que acabavam por ampliar as suas possibilidades de intervenção no processo. Esse era o código operado pelos padeiros, pelos vendedores de carne seca, pelos funcionários públicos e tantas outras categorias e grupos sociais, ao se dirigirem ao Conselho Municipal através de ofícios assinados por diretores de associações.

A fundação das associações, o emprego da formalidade burocrática, a articulação de espaços de sociabilidade, foram estratégias operadas pelos grupos sociais urbanos para, atuando como agentes coletivos, manifestarem seus interesses particulares. Foi a apropriação que os diferentes grupos sociais realizaram de um código construído pela elite política para atribuir legitimidade social ao exercício do poder institucional.

5.2 Os personagens da política local

Como apresentamos antes a solicitação de folga semanal feita pela Associação dos Padeiros foi defendida pelo Conselheiro Municipal Vigo Tompes Collin, mas encontrou forte resistência do colega Jayme da Costa Pereira. Oposição essa, que se alterou quando o ofício veio acompanhado da assinatura de Francisco Xavier da Costa. Desta feita as atas do Conselho Municipal nos mostram que as opiniões e votos de seus membros sobre

determinado tema poderiam mudar. E que essa alteração, por vezes, dependia menos da argumentação apresentada e mais dos personagens que se envolviam no debate.

Nos relatos em que comunicava as atividades das associações, *A Federação*, com frequência, divulgava extensas listas com os nomes dos presentes. Num sentido, podemos interpretar essa prática como uma forma do partido evidenciar quem apoiava suas candidaturas. Em outro, devemos entender que os agentes, ao se envolverem nessas instâncias, estavam em busca, de forma mais ou menos clara, de certa projeção dentro do campo político. Ter o seu nome divulgado na lista de presentes era uma forma de se fazer perceber no interior do campo para assim se pagar os tributos, mas também se receber os créditos da vinculação pública ao grupo social ali articulado.

Esses personagens que assumiam posições no interior do campo com distintas responsabilidades: eram membros da diretoria ou simples associados, distribuidores de chapa ou mesários, eleitores ou candidatos. Mesmo em posições tão diferentes, partilhavam um espaço no qual se socializavam com o conjunto de representações e práticas socialmente válidas para codificar e interpretar o processo político concretamente vivido. Ou seja, eram agentes sociais, formados e formadores das estruturas estruturantes desse campo, que partilhavam um *hábitus* particular, relacionando-se e comunicando-se através de um mesmo código cultural.

Destacar as informações disponíveis sobre alguns personagens nos permite traçar percursos possíveis de serem percorridos pelos agentes no interior do campo. Mas também nos faz observar como as representações e práticas da cultura política deste tempo-espaço eram utilizados por estes, tanto para a projeção pessoal, como para a defesa de interesses coletivos.

Francisco Xavier da Costa: um velho líder

Um personagem muito presente nas atividades promovidas pelas associações na década de 1920 era Francisco Xavier da Costa. Sua atuação no campo iniciou-se antes ainda do período em que estão sendo focadas as presentes reflexões. Liderança da corrente social democrata do movimento operário que rivalizava com os anarquistas, esse personagem esteve presente em momentos políticos importantes desde a virada do século XX. Assim foi na fundação do Partido Socialista do Rio Grande do Sul, em 1897, do Partido Operário Rio-grandense, em 1905, e da Federação Operária do Rio Grande do Sul, 1906. Sobre sua atuação ao longo da década de 1920, Silvia Petersen diz que:

Francisco Xavier da Costa continuava, sem dúvida, como o principal líder socialista, mas não é possível avaliar com maior rigor seu peso no movimento operário. Embora apareça na frente das principais iniciativas dos socialistas e quase como uma eminência, à qual se atribuía toda a sorte de distinções e homenagens, não se pode esquecer que sua visibilidade também poderia creditar-se ao fato de que era um inteligente tipógrafo, educado pelos sociais-democratas alemães e que tinha (e teria) uma longa trajetória em diferentes órgãos da imprensa popular de Porto Alegre.³¹

Como destacado, Francisco Xavier da Costa foi uma liderança do movimento operário que transitou para o Partido Republicano. Em diversos pleitos, seu nome era associado à tarefa de distribuidor de chapas no dia das eleições. As notícias publicadas nos jornais da década o apontavam como presidente do Grêmio Republicano Marco de Andrade, entre 1922 e 1923, e como presidente de honra da Liga Operária Republicana, entre 1924 e 1925, sendo também Conselheiro Municipal nas legislaturas de 1912 a 1916, 1916 a 1920 e 1928 a 1930. Em todas essas posições, ele estava simultaneamente associado ao movimento operário e ao Partido Republicano.

Em setembro de 1920, Francisco Xavier da Costa, como Conselheiro Municipal, estava presente à reunião do Conselho em que se definiram os nomes dos mesários para a eleição municipal que se aproximava. Nesse momento, de acordo com a legislação eleitoral, o

³¹PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. “Que a união operária seja nossa pátria”: histórias das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: Ed. da UFSM; Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001. p. 215.

controle das mesas era fundamental para a vitória eleitoral. Estar presente nessa reunião, na qual não estavam todos os membros do Conselho, definindo tais questões deixava ver que, já em 1920, esse personagem tinha responsabilidades políticas importantes frente ao Partido.

A sessão de ontem foi presidida pelo coronel Evaristo Lopes dos Santos, vice-presidente em exercício, comparecendo mais os conselheiros Francisco Xavier da Costa, Floriano Nunes Dias e Generoso Vieira e o suplente Nicolau Ely.³²

Já em 1922, temos registro da atuação de apenas três associações políticas republicanas na cidade de Porto Alegre, entre elas, o recém fundado Grêmio Republicano Marcos de Andrade, sediado no 5º distrito eleitoral da cidade, que teve como seu primeiro presidente Francisco Xavier da Costa. Como já desenvolvido anteriormente, ser diretor de uma entidade, mediante as responsabilidades por elas assumidas, era uma posição destacada na vida partidária, tanto assim que Lindolfo Collor, na época redator do jornal partidário, se julgava devedor de cumprir com os compromissos assumidos com o diretor da associação.

O Dr. Lindolfo Collor, tomando a palavra, explicou os motivos daquela reunião, dizendo que se desobrigava com grande satisfação de um compromisso que tomara com o presidente do Grêmio, o major Xavier da Costa, no dia da instalação daquela sociedade.³³

Era responsabilidade de Francisco Xavier da Costa coordenar as atividades de inscrição e orientação dos eleitores, organizar o conjunto de reuniões e comícios políticos assumindo parcela da responsabilidade de arregimentação e mobilização do eleitorado urbano. Também lhe cabia convocar e organizar reuniões de campanha, fazendo publicar nos jornais notas de chamamento por ele assinadas.

No pleito para presidência estadual de novembro de 1922, Francisco Xavier da Costa foi membro das comissões para “auxiliar o pleito presidencial” junto ao 5º distrito.³⁴ Essa tarefa, aparentemente menor, significava como visto antes, a garantia de que os eleitores inscritos votariam nos candidatos do partido. Quando se descreveu a forma como se operacionalizava essa atividade, vimos que, para assumir tal responsabilidade, o agente

³²Correio do Povo, 19 set. 1920, p. 5.

³³A Federação, 13 fev. 1922. p. 1.

³⁴A Federação, 7 nov. 1922. p. 4.

deveria ser pessoa publicamente conhecida e reconhecida como membro do partido, pois o distribuidor de chapas era aquele que mostrava a face na seção eleitoral para garantir o voto correto.

Em 1924, passou a presidência do Grêmio Republicano Marcos de Andrade para Jayme da Costa Pereira. Mas, poucos meses depois, Francisco Xavier da Costa recebeu, e aceitou, o convite para ser presidente honorário da recém inaugurada Liga dos Operários Republicanos.

Esse convite, seguramente, foi decorrência de sua trajetória anterior no movimento operário. Em tal condição, se fazia presente nas atividades dessa associação política dirigindo as reuniões e falando aos membros desta associação. Então, seguramente era consultado e opinava sobre como desencadear as atividades de arregimentação e mobilização eleitoral. Nos relatos das sessões de maior importância da Liga, ele era chamado à mesa para presidir os trabalhos.

Após haverem eles tomado assento à mesa diretora e o presidente efetivo da Liga Sr. Gaspar Jerônimo pedir silêncio e, em seguida, declarar aberta a sessão, saudá-los em breves palavras e convidar o presidente honorário dessa prestímoza corporação major Francisco Xavier da Costa a assumir a direção dos trabalhos.³⁵

Nesse momento, sempre enunciava palavras de reconhecimento aos diretores e sócios da entidade. Na descrição dessas atividades de campanha que antes apresentamos, percebemos que esses discursos faziam parte de um importante jogo de mediação simbólica entre dirigentes e partidários.

Aparentemente, Francisco Xavier da Costa, em momentos como esse, ocupava uma posição privilegiada no interior do campo político. Assumindo, simbolicamente, a direção da entidade operária, essa liderança política local, ao mesmo tempo em que prestigiava o grupo social, servindo de avalista desse junto à direção partidária e mesmo o Conselho Municipal.

³⁵A Federação, 25 set. 1924, p. 1.

Neste momentos ele operava um jogo de duplo sentido, pois falava aos partidários com a voz de dirigente, ao mesmo tempo que falava ao partido como representante do grupo social.

Como visto antes a Liga dos Operários, mesmo se manifestando republicana, adotou uma postura política pouco disciplinada no pleito de 1925, ao lançar uma candidatura avulsa e independente do partido. Como liderança ligada ao Partido Republicano, Francisco Xavier da Costa não poderia concordar com uma candidatura contrária àquela indicada pelo partido. Nesse momento, divergindo da associação que presidia, o então presidente honorário demitiu-se do cargo. Sobre esse movimento, o sapateiro João Carlos Martins, que assumiu a presidência da Liga, remeteu uma carta, publicada em *A Federação*:

Assumi a presidência da Liga por vontade unânime da assembléia geral em substituição ao Sr Xavier da Costa, por que este nosso amigo, a quem muito continuamos a prezar, colocou-se sob um ponto de vista inteiramente oposto ao nosso.³⁶

De acordo com esta citação Francisco Xavier da Costa afastou-se da Liga e manteve-se leal às candidaturas partidárias. Mas tal divergência não implicou em uma ruptura, pois, nas palavras do presidente que o substituíra, esse era “nosso amigo, a quem muito continuamos a prezar.” Ou seja, o presidente da Liga que assumia e passava a falar legitimamente pelo grupo social ali reunido mantinha a amizade e admiração por esta liderança.

Para o pleito municipal de 1928, Francisco Xavier da Costa era outra vez candidato republicano ao Conselho Municipal. No artigo que justificava a escolha dos candidatos republicanos, *A Federação*, referindo-se à representação dos diferentes grupos sociais, dizia que na chapa se faziam representar “os operários, do mesmo modo, por intermédio de Francisco Xavier da Costa, esforçado lidador dos homens do trabalho”.³⁷ Esta candidatura nos afiança que o Partido Republicano não o responsabilizou pelo lançamento daquela candidatura dissidente e seguiu tendo-o como interlocutor junto ao operariado urbano.

³⁶A Federação, 4 mar. 1925. p. 1.

³⁷A Federação, 26 jun. 1928. p. 1.

A trajetória desse personagem no interior do campo político local demonstra que a atuação nas associações poderia ser uma estratégia de legitimação de lideranças frente aos grupos sociais urbanos, mas também diante do partido. Pelas posições ocupadas e responsabilidades assumidas, percebemos que Francisco Xavier da Costa, num sentido, se projetou frente ao Partido Republicano como representante operário, e em outro, ficou reconhecido como liderança republicana frente a esse grupo social. Dessa forma, tornou-se um elo de ligação entre o operariado urbano e o Partido Republicano.

Essa trajetória que se iniciou antes da década de 1920 e se estendeu para os anos seguintes evidencia ser possível a uma antiga liderança se projetar, tanto frente ao partido, como diante de um grupo social particular, através da sua atuação nas atividades promovidas pelas associações políticas.

Jayme da Costa Pereira: um jovem promissor

De outra parte Jayme da Costa Pereira também foi um personagem recorrente em diversas atividades das associações. Sua trajetória nos postos do Partido Republicano foi rápida e ascensional. Ele iniciou sua atuação partidária com pequenas tarefas e rapidamente galgou os degraus da carreira política. Inicialmente distribuidor de chapas, assumiu a direção de uma associação, para então ser candidato a uma vaga no Conselho Municipal.

Em novembro de 1922, o nome do capitão Jayme da Costa Pereira apareceu na lista de “auxiliares” para o trabalho das eleições para a Presidência Estadual, no 5º distrito da cidade de Porto Alegre.³⁸ Como já visto, os distribuidores de chapa cumpriam a função de entregar aos eleitores as cédulas eleitorais no dia do pleito. Para assumir esse posto, nosso personagem deveria assumir uma posição pública como membro do Partido Republicano.

³⁸A Federação, 7 nov. 1922. p. 4.

Mas, se isso o fez conhecido como republicano, não o tornava alguém de destaque dentro da estrutura partidária, visto a simplicidade da atividade e o baixo grau de responsabilidade nela depositada. Tendo seu nome listado em meio a outros tantos, podemos dizer que aqui, ele foi mais um partidário a serviço da causa. Já no ano seguinte, foi apresentado pela imprensa republicana como presidente do Grêmio Republicano Marcos de Andrade.

Realizou-se anteontem, à noite, a 6ª sessão ordinária da nova diretoria do Grêmio Republicano Marcos de Andrade, com a presença de 23 membros sob a presidência de nosso distinto amigo major dr. Jayme da Costa Pereira ³⁹

Nessa posição, substituiu Francisco Xavier da Costa, assumindo maiores responsabilidades frente ao partido e, por certo, um pouco de sua projeção. Como essa associação tinha sua sede no 5º distrito, julgamos que ela reunia os republicanos da região onde nosso personagem fora antes distribuidor de chapas. Dessa forma, é possível conceber que ele se ligava ao partido através da rede de associações que dividia cidade mediante sua distribuição territorial e social.

A direção das reuniões da associação, a coordenação dos trabalhos de inscrição dos eleitores e a preparação das reuniões de campanha estavam agora sob sua coordenação. Responder por esse conjunto de ações certamente colocava em evidência seu trabalho partidário. A forma como conduziu essas atividades seguramente contribuiu para a sua indicação, em 1924, como candidato ao Conselho Municipal de Porto Alegre pela chapa republicana. Como citado antes, ao justificar cada um dos candidatos apresentados nesse pleito, *A Federação* dizia:

“Mj. Dr. Jayme da Costa Pereira, moço servidor da causa republicana, presidente do Club ‘Marcos de Andrade’, que assinalados serviços vem prestando, formado em direito, oficial do exército, o seu nome se impôs desde logo para esse posto”.⁴⁰

O texto apresenta nosso personagem como candidato aos eleitores, destacando os méritos que levaram o partido a propor seu nome ao Conselho Municipal: o termo “moço”

³⁹A Federação, 12 dez. 1923. p. 5.

⁴⁰A Federação, 15 jul. 1924. p. 2.

poderia estar se referindo a sua pouca idade frente aos demais senhores da política, mas também fazia alusão ao pouco tempo de atuação na estrutura partidária. Lembremos que, apenas dois anos antes, ele apenas era distribuidor de chapas e somente há um ano assumira a presidência de uma associação.

Mesmo “moço”, ele já reunia predicados muito valorizados no campo como ser era oficial do exército nacional e bacharel em direito. Mesmo assim, o primeiro destaque ao seu nome foi o de “servidor da causa republicana” através da sua atuação como presidência do Clube Republicano. Nessa trajetória transparece que assumir posições e responsabilidades no interior do campo das associações se constituía numa estratégia de projeção no campo político local. Atuando em tais instituições, os agentes poderiam dar prova do compromisso com o partido e sua capacidade de responder às tarefas de mobilização política.

E foi como Conselheiro Municipal e como presidente do Grêmio Republicano Marcos de Andrade que Jayme da Costa Pereira seguiu sendo citado, com frequência, nas notas do jornal partidário. Nessa condição, participava de reuniões de diversas outras entidades. Fazia-se presente em atividades de campanha e discursava para diferentes platéias, fazendo propaganda dos candidatos do partido.

Dessa feita, Jayme da Costa Pereira mostrava uma outra trajetória possível de ser traçada pelos agentes sociais, envolvidos nos espaços de sociabilidade das associações políticas. Formado em direito, aparentemente não tinha banca na cidade. Oficial do exército, não era apresentado como responsável por nenhum comando. Seu trunfo político parecia estar justamente na dedicação às responsabilidades que assumiu nos espaços de sociabilidade das associações. Através dessa atuação, projetou-se no campo, sendo conhecido e reconhecido pelo partido como uma liderança partidária.

Sua trajetória no interior do campo político local mostrou que era possível aos agentes construir uma carreira ascendente no interior dessa vida associativa, pois foi ocupando os

espaços existentes nas associações que esse jovem partidário se tornou uma liderança política local e membro do Conselho Municipal.

Araújo e Silva: uma liderança paralela

Mas nem todos os envolvidos nas associações políticas tiveram uma trajetória claramente ascendente no interior do campo. De fato, na maior parte eram e permaneceram anônimos, sem ascender a posições de maior responsabilidade. A outros, embora assumindo obrigações e postos de destaque, não lhes foi possibilitada maior projeção.

A trajetória de Orlando Torelly de Araújo e Silva pode exemplificar os casos de agentes que foram limitados em sua ascensão. Seu nome surgiu associado às tarefas de arregimentação e mobilização eleitoral e, tal como Francisco Xavier da Costa, ele se colocava como representante do operariado que ingressou na vida pública através da rede de relações estabelecidas nas atividades das associações políticas. Foi como membro da diretoria da Liga dos Operários Republicanos, e tal como Jayme da Costa Pereira, ele também assumiu diferentes posições e responsabilidades frente ao partido através de sua atuação nesse espaço de sociabilidade. Contudo, quando lançado a candidato à Assembléia de Representantes, em 1925, diferentemente daqueles personagens, não alcançou se eleger como representante do seu grupo social.

Aparentemente, Orlando Torelly de Araújo e Silva era um orador capacitado e influente entre os operários da cidade. Em setembro de 1924, o Clube Republicano Ernesto Alves publicou um anúncio convidando para uma sua conferência:

De ordem do Exmo. Sr. Presidente, convido a todos os sócios do Club Ernesto Alves, e ao povo em geral, para assistir a 14 do corrente, na sede do Club, a uma conferência, dada pelo Sr. Orlando Araújo, a qual realizar-se-a às 10 horas do mencionado dia.

Versará a conferência sob [sic] o tema – os operários e a sociedade moderna.⁴¹

⁴¹A Federação, 11 set. 1924, p. 2.

Não se localizou o relato dessa atividade na imprensa, mas, pelo título da conferência, podemos crer que ela se dirigia ao operariado. Assim sendo, tomamos esse personagem como um dos propagandistas do Partido Republicano junto ao operariado urbano.

Mas sua atuação de maior destaque se dava junto à Liga dos Operários Republicanos. Se for lembrado que a Liga transferiu sua sede para junto do Grêmio Republicano Borges de Medeiros, ver-se-á que os membros de uma entidade acompanhavam as atividades da outra. Dessa forma, nosso personagem tanto presenciava a movimentação dessa associação como poderia ser observado pelos seus membros, multiplicando a sua visibilidade no interior do campo.

Como diretor da Liga, também circulava por diversos outros espaços desse campo. Seu nome era mencionado nas listas de presentes as atividades promovidas por várias entidades, nas quais, supomos, mantinha contato com diversos agentes do campo político local.

Nela, foi membro da comissão política, responsabilizando-se pelas atividades de arregimentação eleitoral. Pela dinâmica do processo eleitoral, narrada antes, temos claro que essa atividade era de grande importância para o partido. Implicava estabelecer e operacionalizar estratégias para, primeiro inscrever os eleitores e depois, orientá-los no momento da votação.

Em reunião preparatória ao pleito para Assembléia de Representantes, promovida pela Liga dos Operários Republicanos e presidida por Francisco Xavier da Costa, em fevereiro de 1925, coube a Orlando Torelly de Araujo e Silva, na condição de relator da “comissão política permanente”, apresentar os resultados das atividades preparatórias para o pleito estadual que se aproximava.

A comunicação do Sr. Araújo e Silva, que se referiu, também, ao trabalho das subcomissões, causou vivo e intenso entusiasmo á assembléia.⁴²

O entusiasmo com o trabalho de arregimentação do operariado como eleitores, descrito pelo jornal, possivelmente foi interpretado pela audiência como a materialização das condições para concorrer à Assembléia de Representantes com um candidato oriundo da própria entidade representativa da classe que alistava eleitores para o pleito.

Para validar tal hipóteses, avaliemos os termos como a candidatura foi apresentada à comunidade. Uma carta enviada *A Federação* pela Liga deixava explícito que o fator motivador dessa candidatura era o desejo do grupo social de se fazer representar nos espaços institucionais através de um de seus membros:

Apresentação do nome do cidadão Orlando Torelly de Araújo e Silva, sapateiro, residente nesta capital, como candidato avulso à Assembléia de Representantes na qualidade de genuíno representante da classe.⁴³

Efetivamente, não se pode transportar para a década de 1920, o entendimento estrito de classe operária ligada ao trabalho assalariado que possuímos hoje. Lembremos que a industrialização na cidade de Porto Alegre dava seus passos iniciais e a distinção entre capital e trabalho ainda se fazia pouco nítida. Mas destaquemos que, diferente dos outros agentes envolvidos no processo político, nosso personagem não foi apresentado por seus títulos acadêmicos ou postos militares. Antes, foi identificado como sapateiro, atividade manual que bem poderia ser exercida em uma oficina própria. Ainda que assim fosse, sua condição o distinguia socialmente dos demais candidatos apresentados e o fazia reconhecido frente aos membros da Liga dos Operários Republicanos como membro do grupo.

Como candidato à Assembléia de Representantes, já se sabe que, Orlando Torelly de Araújo e Silva não se elegeu. Como apresentado antes, o seu desempenho ficou limitado ao eleitorado de Porto Alegre e sua votação numericamente baixa. Mas, como exposto antes, evidenciava a capacidade de mobilização eleitoral da Liga no interior do campo.

⁴²A Federação, 23 fev. 1925. p. 5.

⁴³A Federação, 4 mar. 1925. p. 5.

Diferentemente do que uma leitura apressada poderia supor, essa derrota não significou o abandono da atividade política desse personagem. Ele não se distanciou do Partido Republicano, tão pouco se afastou do operariado urbano. Em diversos outros momentos, mesmo depois da derrota eleitoral, Orlando Torelly de Araújo e Silva seguiu atuando no campo político da cidade, entre os operários e ao lado dos republicanos.

Em março de 1926, o *Correio do Povo* noticiava que o Centro Republicano Operário, muito provavelmente a mesma agremiação de que se falava antes, promoveu um comício para campanha da candidatura de Washington Luís e Mello Viana:

Por último, orou o Sr. Orlando de Araújo e Silva, que se ocupou da personalidade de cada um dos candidatos fazendo-lhe elogios.
E como os outros oradores finalizou o seu discurso entre aplausos.⁴⁴

Como se sabe, a candidatura presidencial de Washington Luís e Mello Viana era endossada, no Rio Grande do Sul, pelo Partido Republicano. O comício aqui descrito, portanto, precisa ser entendido como uma atividade relacionada às demais atividades promovidas pelas associações políticas republicanas, nessa campanha eleitoral.

Quando avaliamos a dinâmica das atividades percebemos que a apresentação dos candidatos aos eleitores era o momento central dos comícios. Cabia a esse orador articular os elementos simbólicos que faziam com que eleitores e candidatos se sentissem ligados a uma mesma comunidade de sentidos, comprometidos com interesses comuns à todos. Esta tarefa, portanto, era atribuída aos oradores mais capazes e comprometidos com a causa. Ao se encontrar Orlando Torelly de Araújo e Silva nessa posição, percebemos que ele se mantinha como um mediador entre o Partido Republicano e os eleitores recrutados junto ao operariado urbano.

A manutenção dos laços com o Partido Republicano também pode ser percebida em fevereiro de 1927, quando da inauguração da praça Pinheiro Machado. Nesse momento, às

⁴⁴Correio do Povo, 2 mar. 1926. p. 1.

vésperas da eleição federal, ocorreu um *meeting* de propaganda pelos candidatos republicanos. Após a atividade de inauguração organizada pela Intendência Municipal, foi promovido um comício pelo Partido Republicano, mostrado no anexo 24, quando discursaram para os presentes na festa o industrial Guido Mondim e o operário Orlando Torelly de Araújo e Silva falando pelo Centro dos Operários Republicanos.

Depois da festa inaugural da nova Praça Pinheiro Machado, foi organizado no recinto da mesma, que estava completamente repleta um “meeting” de propaganda para as eleições de 24 do corrente, tendo falado de baixo de gerais aplausos o Dr. Luiz Coelho da Silva, o industrialista Guido Mondim, o operário Orlando Araújo e Silva, pelo Centro dos Operários Republicanos, e o Sr. Philadelpho de Souza.⁴⁵

Fica claro que a posição por ele ocupada no interior das associações lhe dava significativo destaque. Isso o fazia pessoa pública conhecida e reconhecida pela comunidade, como liderança política representativa da opinião dos operários. Em outro sentido, podia ser percebido, pelas lideranças partidárias, como interlocutor diante do grupo social reunido pela Liga dos Operários Republicanos.

As notas sobre a trajetória política de Orlando Torelly de Araújo e Silva mostravam uma outra dimensão da participação nas associações políticas. Assim como Francisco Xavier da Costa, também Orlando Torelly de Araújo e Silva era atuante na associação representativa dos operários. Tal como Jayme da Costa Pereira, esse operário exerceu cargos na estrutura de mobilização do Partido Republicano. Como visto, era um personagem representativo no interior das associações e tinha tantos quesitos, quanto os outros personagens para ser proposto como candidato.

Contudo, diferentemente daqueles, não alcançou o mérito necessário para ser projetado ao posto de candidato apoiado pelo Partido Republicano. Mas, como se vê, a candidatura frustrada à Assembléia de Representantes não implicou o afastamento de Orlando Torelly de Araújo e Silva do campo político. Também não significou um abalo nas suas relações com o partido, nem mesmo uma limitação do seu espaço de atuação frente à Liga.

⁴⁵A Federação, 21 fev. 1927. p. 2.

Através de sua trajetória, percebemos que a projeção no interior do campo estava ligada à rede de relações que se estabelecia diretamente entre os membros da associação, mas também dependia das lealdades e compromissos com a estrutura partidária, pois ela poderia jogar sua força institucional e sua capacidade de desarticulação de iniciativas indesejadas limitando assim, as iniciativas dissidentes.

Os indícios das trajetórias aqui apresentados levam a entender suas ações não tanto como atos de insubordinação ou ruptura com as regras postas para a atuação no interior do campo político local, mas como diferentes apropriações que os agentes poderiam fazer destas representações e práticas. Não tanto como estratégias planejadas, mas como movimentos possíveis dentro do código socialmente legítimo.

5.3 Trajetórias em rede

Como exposto no capítulo inicial, o Pacto de Pedras Altas, assinado pelas lideranças políticas do Estado, apontou para a utilização do processo eleitoral como elemento de legitimação social do exercício do poder institucional. Pelo que apresentamos ao longo deste estudo podemos propor que nesse tempo-espaço particular do processo de modernização da sociedade se configurou, tal como propõe Reinhart Koselleck, o abismo entre o campo da experiência, como memória coletiva que prefigura as possibilidades de ação dos agentes, e o universo de expectativas, que como desejo de mudança configura as condutas.

Também apontamos que, no cenário urbano de Porto Alegre, esta conjuntura esteve marcada pela emergência de distintos grupos sociais que passaram a atuar no campo político local. De acordo com a teoria dos campos sociais de Bourdieu, propomos que nesse espaço social os agentes se apropriavam e significavam os códigos operados por esta comunidade, para legitimar socialmente o exercício do poder institucional. Assim, nos cabe observar os personagens desse espaço social como agentes, simultaneamente, estruturados pelas regularidades do campo e estruturantes das possibilidades de ação.

Para interpretarmos tais movimentos podemos nos valer do entendimento da cultura brasileira formulado por Marilena Chauí. Para esta autora o saber popular utiliza simultaneamente o conformismo e a resistência como estratégia de relação com as estruturas do poder. Nesta lógica ações operadas de forma mais ou menos intuitiva ou consciente fazem da submissão uma estratégia de resistência. Interpreta as determinações e proibições de forma a produzir compensações simbólicas para as vicissitudes do mundo material.

As trajetórias traçadas neste momento evidenciaram que os agentes sociais inseridos neste tempo-espço particular da modernidade mediarão a experiência passada marcada com suas expectativa de futuro articulando práticas e representações apropriadas para codificar, interpretar e agir em seu tempo presente. Como agentes sociais inseridos em um contexto social particular, eles se apropriaram e significaram os termos do debate. Desta forma operaram um jogo de conformismo e resistência aceitando determinadas regularidades e subvertendo outras.

Nas eleições municipais da década de 1920, como narrado no segundo capítulo, percebemos que o PRR legitimava seus candidatos através do argumento da representatividade social. Essa era confirmada através da atuação dos candidatos no interior das associações aglutinadoras dos diferentes grupos sociais do espaço urbano. Esse mesmo princípio foi utilizado por diferentes grupos sociais como a comunidade germânica, dos membros do comércio varejistas e do operariado urbano para proporem nomes de seus membros como candidatos aos postos eletivos.

Desta forma podemos entender movimentos como o da indefinição da chapa republicana para a eleição municipal de 1928, ou a prévia para definição das candidaturas da oposição como a manifestação das estratégia utilizada pelos agentes para alargarem sua possibilidade de ação.

Não acreditamos que, ao propor uma candidatura frágil como a do sapateiro Orlando Torelly de Araújo e Silva, a Liga dos Operários Republicanos tivesse a intenção de eleger seu candidato. Se assim fosse, não teria lançado seu nome dias do pleito, nem teria limitado sua campanha à cidade de Porto Alegre, onde, como mostram os resultados eleitorais, ficou restrita. Julgamos mais interessante perceber que a Liga tencionava dar visibilidade a sua causa frente ao conjunto da comunidade política. Isso efetivamente conseguiu, pois muitos foram os manifestos e programas divulgados através dos jornais e dessa maneira evidenciar frente ao conjunto da comunidade sua capacidade de proposição.

Em tais momentos, esses agentes individuais e coletivos se mostram não apenas limitados pela experiência passada, mas também impulsionados por uma expectativa futura. Se valeram das mesmas representações e práticas socialmente utilizadas pelas lideranças partidárias para manifestar suas intenções e projetá-las no campo. Embaralhando os termos do debate, promovendo comícios e atividades de mobilização eleitoral, faziam um jogo de conformismo e resistência onde, apropriando-se desse código legítimo do campo político deste tempo espaço, enunciava as demandas particulares dos diferentes grupos sociais.

A adoção de uma estratégia de arregimentação e mobilização do eleitorado através das associações implicou na estruturação de um campo político modelado por um espaço de sociabilidade particular. Como indicado no terceiro capítulo, os diferentes grupos sociais que atuavam no campo político utilizavam como estratégias de ação, a fundação de associações que faziam uso da formalidade burocrática como mecanismo de legitimação das deliberações e estratégia de reforço de sua autoridade.

Isso é perceptível nos comunicados que realizavam com o restante da comunidade através de anúncios nos jornais, mas também nas dinâmicas propostas. Tendo presente tal regularidade, podemos interpretar a Liga dos Operários Republicanos, mas também a Associação Comercial e a Associação Comercial Varejista como agentes coletivos do campo político local que se comunicavam de forma institucional com o restante da comunidade. Da

mesma forma os personagens, quando apresentados como diretores de uma associação, eram tratados não como individualidades, mas como representantes institucionais de uma determinada coletividade.

Como descrito no quarto capítulo, as atividades de arregimentação e mobilização do eleitorado ganharam legitimidade social na Porto Alegre da década de 1920. Reuniões políticas, comícios e passeatas eram estratégias de ação estimuladas pelas lideranças partidárias como espaços e estratégias de campanha eleitoral.

Seguindo as mesmas regularidades os diferentes grupos sociais conseguiram se fazer ouvir pelas lideranças políticas, pois quando realizavam uma reunião de campanha, uma passeata, um comício ou uma patuscada, a associação conseguia chamar até a sua sede uma ou mais lideranças para discursar, e também para ouvir os partidários, para pedir votos e para se comprometer com as demandas deste grupo social.

A apropriação dessas práticas pelos diferentes grupos sociais lhes permitiu manifestar suas opiniões e demandas frente a comunidade. A atuação nesses espaços de sociabilidade possibilitou aos agentes sociais se projetarem através do código legítimo para se comunicarem no campo político.

Ponderando as trajetórias destes agente coletivos e individuais que aqui apresentamos torna-se perceptível que no espaço de sociabilidade produzido pelas associações se projetava um universo de expectativas que motivava os agentes a se mobilizarem. Dessa forma podemos entender como aquelas velhas lideranças operárias, que se fizeram presentes na reunião da Liga dos Operários Republicanos, e os partidários da oposição, que promoveram uma prévia para legitimar suas candidaturas não desejadas pelas lideranças partidárias, estavam operando um jogo de conformismo com as regras estabelecidas, mas também de resistência as determinações das direções partidárias.

Inseridas no campo de experiência desse tempo-espaço, o fracasso das candidaturas apresentadas tanto pela Liga dos Operários Republicanos, como pela oposição não podem ser desconsideradas como vitórias políticas. Tanto uma como outra, mais do que eleger seu candidato, antes da ruptura com as regularidades do campo, visavam estender os limites de participação estabelecidos pelas regularidades do campo marcado pela experiência autoritária.

Também assim entendemos a fundação das associações por parte da comunidade germânica, a organização de banquetes por parte da burguesia comercial e industrial, as atividades de campanha organizadas pelos varejistas. Foram todas estas iniciativas estratégicas apropriadas pelos grupos sociais urbanos para se fazerem ouvir pelas lideranças partidárias. Tanto assim que estes grupos sociais se fizeram ouvir e obtiveram a indicação e eleição de seus candidatos.

Atuar nessas instituições era uma estratégia legítima, tanto para ingressar, como para se manter no campo. No seu interior, era possível ocupar posições de destaque, e, através delas, demonstrar seu valor às lideranças partidárias, traçando, assim, uma rota de projeção pessoal ou coletiva. Através das relações diretas que se estabeleciam nessas atividades era possível ver e ser visto, conhecer e ser reconhecido. Ao estar entre eleitores e candidatos, entre partidários e dirigentes, os agentes seguramente compartilhavam de um capital simbólico capaz de ser revertido para galgar postos nessa e em outras carreiras. O que explicaria porque tantos anônimos se faziam nomear nas listas de presença das reuniões publicadas, como diretores de repartições públicas, oficiais do exército e da Brigada, advogados e médicos.

Contudo, a presença no interior das associações não oferecia as mesmas condições e possibilidades para todos os agentes envolvidos. Havia um complexo jogo de lealdades que potencializava ou barrava diferentes personagens. Ainda que reproduzindo o discurso, assumindo as atividades de campanha, de mobilização e arregimentação dos eleitores, as associações, seus diretores e seus membros não eram automaticamente promovidos. A

disparidade de condições nos coloca frente a um conjunto de regras não explícitas que demarcavam as possibilidades e os limites para as trajetórias no interior do campo. Desta feita as trajetórias que apresentamos não podem, nem devem ser tomadas como regra geral para ser aplicada a outros personagens. Devemos, antes, entendê-las como exceções representativas das possibilidades de projeção e/ou bloqueio nesse espaço social.

Ainda assim, as trajetórias individuais e coletivas traçadas evidenciaram o emaranhado das redes de relações diretas existentes no interior das associações. Uma velha liderança republicana usou as práticas associativas para se manter atuante na política municipal. Ao lado dessa, um jovem partidário se projetou através do seu trabalho nas associações, assumindo responsabilidades políticas progressivamente maiores. Ao mesmo tempo uma liderança atuante, mas dissidente, não se elegeu, mas ainda assim se manteve atuante e com projeção junto ao partido.

Francisco Xavier da Costa foi uma liderança operária da década anterior que passou a participar ativamente das associações políticas republicanas surgidas na década de 1920. Como presidente do Grêmio Republicano Marcos de Andrade, manteve o prestígio político adquirido anteriormente. Depois de passar esse posto para Jayme da Costa Pereira, assumiu a presidência de honra da Liga dos Operários Republicanos, na qual conviveu com o também dirigente Orlando Torelly de Araújo e Silva.

Jayme da Costa Pereira, como presidente do Grêmio Republicano Marcos de Andrade, se destacou na política local e acabou sendo eleito para o Conselho Municipal. No ano seguinte, Orlando Torelly de Araújo e Silva, através da Liga dos Operários Republicanos, foi lançado candidato à Assembléia de Representantes, à revelia do Partido Republicano.

Em seu conjunto, esses personagens evidenciaram que os caminhos da política local passavam pelas associações. Ali, no cruzamento das trajetórias individuais e coletivas, vemos os agentes disputando a legitimação social de seus interesses individuais e coletivos. Tanto as

lideranças tradicionais, como as emergentes, tanto os que obedeciam à lógica autoritária das lideranças partidárias republicanas ou oposicionistas, como aqueles que desejavam alargar os limites da representação social.

Os casos aqui apresentados nos fazem perceber que freqüentar as atividades de uma associação era fazer parte de um espaço de sociabilidade, no qual era possível se apropriar das representações e práticas sociais da cultura política próprias deste tempo espaço. E capitalizar simpatias e lealdades para causas pessoais ou coletivas e incidir, ainda que minimamente, nas disputas políticas desta comunidade de sentidos.

CONCLUSÃO

O oleiro empilhou os pratos, primeiro os rasos, depois os covos, depois estes sobre aqueles, acomodou-os à curva do braço esquerdo do homem, e, como a bilha para a água já estava suspensa da mão direita dele, não teve o beneficiado muito de si com que agradecer, só a vulgar palavra obrigado, que tanto é sincera como não, e a surpresa de uma inclinação de cabeça nada de harmonia com a classe social a que pertence, o que isso quer dizer é que saberíamos muito mais das complexidades da vida se nos aplicássemos a estudar com afinco as suas contradições em vez de perdermos tanto tempo com as identidades e as coerências, que essas tem obrigação de explicar-se por si mesmas.

José Saramago. A caverna.

OS HERÓIS SEM PRINCESAS

A década de 1920 pode ser caracterizada na história do ocidente pela ascensão de um modo de vida predominantemente urbano. Tanto a objetividade dos dados estatísticos como as representações presentes na literatura desse período evidenciam que nesse momento a cidade se tornou o lócus privilegiado para a emergência dos personagens sociais característicos do que se convencionou chamar de modernidade.

Na cidade de Porto Alegre da década de 1920 o movimento da modernidade também pode ser percebido. Nesse tempo-espaço, os cidadãos viveram um processo de intensas modificações das estruturas econômicas e sociais que implicaram adequações das relações políticas. No setor econômico, houve o incremento das atividades industriais e comerciais, que imprimiu à capital gaúcha os ritmos da modernização. No plano urbanístico, foram as intervenções do poder público que materializaram espaço e serviços característicos.

As instituições políticas montadas na sociedade brasileira até então não foram insensíveis a essa dinamização das relações sociais. A política dos governadores, que dava sustentação a todo mecanismo de legitimação do exercício do poder institucional, estava baseada na capacidade das elites políticas locais estabelecerem formas de controle do processo eleitoral. A fraude e a violência, características da República Velha, foram viáveis em pequenas comunidades, onde era possível cooptar alguns eleitores com favores ou

silenciar outros com a truculência. Mas esta estratégia de legitimação do poder institucional não conseguia se reproduzir em centros urbanos mais numerosos da mesma forma.

O coronelismo, como sistema político fundamentado na prática da barganha e na troca de favores, não poderia se reproduzir tal e qual no dinâmico contexto urbano. Desta forma fez-se necessário às lideranças políticas locais promover a rearticulação das estratégias de legitimação do exercício do poder institucional. Podemos mesmo propor que a década de 1920 foi o momento político em que a sociedade gaúcha enfrentou uma conjuntura marcada pelo esgotamento da estratégia borgista de controle político através das sucessivas reeleições.

Desta forma o Pacto de Pedras Altas, surgido desse impasse, colocava em xeque os mecanismos de controle político já estabelecidos. Nesse acordo entre as lideranças partidárias do período ficou definindo que a partir de então o controle do poder institucional deveria ser legitimado com a vitória eleitoral. Por certo, isso não eliminou as possibilidades de uso efetivo da força e da fraude durante as etapas do processo, mas as evidências apontavam que o emprego desses recursos ficou em muito limitado, e no caso particular de Porto Alegre, não há indícios de sua ocorrência desde então.

Frente a essa conjuntura os partidários da situação republicana e da oposição enfrentaram a necessidade de estabelecer outros mecanismos de controle do eleitorado. Nossa observação identificou que, no contexto urbano de Porto Alegre, as associações foram os mecanismos responsáveis pela superação desses impasses.

É certo que associações de caráter político, tais como grêmios, clubes e centros, existiam em Porto Alegre desde muito tempo. Sabemos pela historiografia que o movimento republicano de 1880, já fazia uso delas e que, nos primeiros anos da República, organizações desse tipo se mantiveram atuantes. Mas é justamente na década de 1920, no bojo desse processo de superação de determinada estratégia de controle eleitoral, que se vê sua proliferação no território urbano. Assim, propomos que a sua proliferação nesse período

correspondeu à necessidade das elites políticas estabelecerem outras estratégias de arregimentação e mobilização do eleitorado urbano.

Como evidenciou a documentação, o Partido Republicano e os opositoristas lançaram mão dessa estratégia de organização do eleitorado. As associações foram responsáveis pelo desenvolvimento de diversas iniciativas de arregimentação e mobilização do eleitorado, tais como comícios, reuniões de propaganda e inscrição de eleitores. Mas elas também mantinham uma vida associativa para além dos períodos eleitorais, possuíam diretoria permanente e sedes onde os associados se encontravam continuamente, em múltiplas e constantes atividades. No interior desses eventos, transitavam tanto personagens ilustres como anônimos do campo político.

Observadas isoladamente cada uma dessas associações e das atividades por elas desenvolvidas podem ser facilmente tomadas como uma dimensão menor do campo político. Mas, quando observadas em seu conjunto, percebemos que são elementos da cultura política desse tempo-espço. Sob o foco de uma observação micro-histórica, podemos detectar, nesses eventos, uma sociabilidade marcada pelas práticas e representações próprias da cultura política desse tempo-espço. Dessa forma, os eventos observados na escala micro adquirem a envergadura de elementos significativos para o entendimento dos limites do processo de disputa política.

O conceito de cultura política nos licencia para organizar o conjunto disperso de elementos do real vivido e imaginado, apontando para a percepção das redes de significados inerentes às relações sociais. Permite entender as recorrências como uma forma particular dessa comunidade de sentidos codificar, interpretar e agir no campo político. Possibilita organizar as representações e práticas como elementos do código operado pelos agentes sociais para dar sentido às disputas e embates na defesa de seus interesses individuais e coletivos.

Assim sendo, consideramos essas associações, seus espaços e atividades como uma porta de acesso à cultura política particular desse tempo-espaço. A análise desse fenômeno nos permite evidenciar as representações e práticas dos agentes envolvidos nesse espaço de sociabilidade e assim, traçar os limites e as possibilidades de ação.

O problema central da nossa investigação do passado foi identificar o papel desempenhado pelas associações atuantes no espaço urbano de Porto Alegre da década de 1920 no processo de arregimentação e mobilização do eleitorado nesse tempo-espaço. Tivemos a intenção de tornar evidente o papel que elas desempenharam enquanto mecanismos de mediação política e simbólica entre as lideranças partidárias. Evidenciar as estratégias utilizadas, tanto pelo Partido Republicano quanto pela oposição – organizada no Partido Federalista, na Aliança Libertadora e no Partido Libertador – para se relacionar com o conjunto do eleitorado urbano.

Esperamos ter deixado transparecer em nossa narrativa que as associações se constituíram em agentes responsáveis pela articulação de espaços de sociabilidade através dos quais os eleitores eram inseridos no campo político local. No interior destas relações se evidenciou a existência de uma rede de significados, expressa por um conjunto representações e práticas sociais formadoras de uma maneira de codificar, interpretar e agir. Ou seja, de uma cultura política particular desse tempo-espaço que supomos poder ser caracterizada por quatro elementos básicos:

a) pela existência de uma extensa rede de associações, que organizava o eleitorado urbano com base numa divisão tanto territorial como social do espaço urbano incorporando-o ao campo político local;

b) pela utilização de uma dinâmica burocrática que delimitava as possibilidades de movimentação dos seus membros, mas que, no sentido inverso, reforçava sua legitimidade social enquanto entidades representativas de interesses coletivos;

c) pela articulação de espaços de sociabilidade através dos quais os eleitores tornavam públicas as suas preferências eleitorais, criando vínculos identitários e laços de lealdade entre líderes e partidários, entre candidatos e eleitores;

d) pela possibilidade da emergência, no interior desse espaço de sociabilidade, de agentes coletivos e de personagens individuais como representantes dos interesses de grupos sociais particulares existentes no interior dessa comunidade política urbana.

Em seu conjunto, esses elementos apontam para a articulação do que nomeamos como cultura política associativa. Esta pode ser caracterizada pela centralidade dessas associações no campo político local, pela dinâmica burocrática que essa institucionalidade criou e pela articulação de espaços de sociabilidade, onde tanto os agentes sociais coletivos como os personagens representativos podiam projetar seus interesses. Ou seja, um vago espaço de poder onde dezenas, ou centenas, de heróis lutavam cotidianamente, não por belas princesas, mas pelo seu próprio reconhecimento social.

De acordo com o levantamento apresentado, foi possível perceber que diversas associações existentes na Porto Alegre da década de 1920 atuavam no campo político. Nossa abordagem evidenciou que elas organizavam os eleitores urbanos a partir de algumas delimitações e dividindo entre si a influência sobre grupos do eleitorado urbano.

A primeira dessas divisões obviamente, remete ao partido ao qual se associava. Enquanto algumas tinham relações privilegiadas com o Partido Republicano, outras se associavam às atividades de campanha da oposição. Mas, pelo apresentado ao longo deste estudo, observamos que elas também estabeleciam entre si fronteiras geográficas e sociais no interior do território urbano. Essa separação pode ser percebida tanto pela localização das sedes como pelo perfil dos sócios, e, também, pelas estratégias de mobilização adotadas.

Dessa forma, entendemos que uma associação, como o Clube Republicano Ernesto Alves, reunia os republicanos do Mont'Serrat, ao passo que outras, como o Centro Libertador Republicano, congregavam os opositoristas do Arraial do Parthenon. Já no 4º Distrito, enquanto o Clube Republicano Rivadavia Correa reunia os empresários de origem germânica, a Liga dos Operários Republicanos organizava essa outra classe social.

Nesse estudo nos interessaram as instituições que, em alguma medida, participaram do esforço de mobilização do eleitorado urbano interferindo sobre o processo eleitoral. Sabemos pela historiografia que durante esse período uma série de outras associações atuavam na cidade. Havia sociedades mutualistas e assistenciais que articulavam estratégias de solidariedade e auto-socorro entre grupos de imigrantes e/ou operários. Existiam os sindicatos, a Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS) e o próprio Partido Comunista, que congregavam o operariado na defesa da classe.

Não foi nossa intenção, mas sabemos que as percepções aqui desenvolvidas podem ser desdobradas em outros questionamentos sobre a atuação política dessas e outras entidades, que não foram aqui abordadas. O presente texto aponta também para a percepção dos sentidos atribuídos e do impacto das ações desenvolvidas por essas entidades associativas e recreativas no campo político local.

Também podemos propor que a organização do eleitorado através de associações não tenha sido uma estratégia exclusiva da cidade de Porto Alegre. As fontes documentais consultadas nos deixam indícios, que não foram aqui explorados, da existência de formas semelhantes de organização em outras cidades do estado. Avaliar a proximidade dessas experiências pode clarear alguns fenômenos aqui apenas esboçados.

Uma segunda característica dessa cultura política diz respeito à dinâmica de funcionamento interno dessas entidades, e ao tipo de relações que elas estabeleciam entre si e com as estruturas partidárias. Pela documentação consultada, foi possível verificar que elas

seguiam um modelo de organização que previa um estatuto regulamentando a dinâmica interna; uma diretoria que se responsabilizava pela organização das atividades e que respondia pelo corpo de associados; e uma sede onde se centralizavam suas atividades.

A recorrência com que personagens da cena política eram apresentados como diretores de associações faz perceber o prestígio atribuído a esses postos por parte da comunidade política. Ser presidente, secretário ou tesoureiro de uma associação política era uma forma de situar o agente neste campo, de dizer onde se está e por quem se fala. Enfim, de ser conhecido e reconhecido como alguém de prestígio no campo político local.

Também deve ser dado destaque ao fato das associações manterem uma sede onde organizavam atividades, recebiam os sócios e mesmo prestavam alguns serviços, como a inscrição e a orientação eleitoral. Mas também temos informações sobre iniciativas como a montagem de uma biblioteca ou mesmo a manutenção de aulas de alfabetização, condição necessária ao eleitor neste momento.

Como agentes coletivos, elas criavam muitas estratégias institucionais que davam legitimidade às deliberações e posições que adotavam. Assim, essa prática apontou para uma institucionalização das relações do campo político, o que nos permite tomar as ações das associações como manifestações de uma vontade coletiva organizada.

Embora não tenha chegado até nós, parte significativa da documentação produzida por esta dinâmica burocrática, sabemos que eram inspirados no texto do estatuto do Centro Republicano Júlio de Castilhos, provavelmente a mais antiga das associações de caráter político. Nesse documento, estão definidos os objetivos e a dinâmica de funcionamento da entidade; a atribuição de tarefas e a divisão das responsabilidades.

Num sentido podemos entender que essas práticas burocratizavam a participação dos membros da comunidade. Mas em outra direção, elas atribuíam legitimidade às atividades e

decisões dos associados. Os comunicados feitos pelas diretorias para o conjunto da sociedade significavam não a opinião individual, mas deliberações publicamente reconhecidas como representativas de interesses de determinado grupo social. Nesse sentido, o apoio a determinada candidatura e a participação em atividade encaminhada por um membro da diretoria eram tomadas como ações vinculadas aos interesses do grupo social reunido por essa associação e não apenas como simples manifestação de um interesse pessoal ou mesmo partidário.

Obviamente, não se está aqui inferindo que cada associação política funcionava de forma desvinculada do partido. Antes, acreditamos que elas seguiam um padrão de organização geral, mas que teriam significativa liberdade de ação. Avaliar o grau de conformismo ou resistência de cada uma dessas entidades não estava entre nossos objetivos. Aqui nos limitamos à descrição de movimentos que evidenciaram a possibilidade de ações tanto num sentido como noutro. Uma investigação focada nessa problemática certamente apontaria para conclusões sobre essa ambigüidade, sobre o quanto dos interesses dos grupos sociais eram efetivamente satisfeitos e o quanto eram subordinados à estrutura partidária. Mas este debate está além dos limites propostos por este estudo.

Como descrevemos, às vésperas de cada pleito, havia uma intensa atividade de mobilização eleitoral. Embora as associações participassem dos esforços partidários de campanha, cada qual realizava um conjunto de atividades de arregimentação e mobilização do eleitorado urbano voltadas para o público específico que nela se reunia. Essas ações variavam de reuniões de propaganda em suas sedes às passeatas de rua; de comícios nos salões a coquetéis e churrascadas.

Desta feita é possível notar a articulação de diversos espaços de sociabilidade onde podemos perceber uma terceira dimensão dessa cultura política como as ações de arregimentação e mobilização do eleitorado. Embora sejam perceptíveis as particularidades

entre as estratégias adotadas pelas diversas entidades, podemos dizer que as atividades de campanha estavam marcadas pelo contato direto entre os diferentes agentes deste campo.

Quando o diretor do Grêmio Republicano Marcos de Andrade ou do Centro Cívico Honório Lemes assinava uma nota nos jornais, convidando para uma atividade de campanha, uma reunião ou um comício, percebemos a intenção de promover espaços de sociabilidade onde seria possível operar jogos de mediação política. Dirigentes e partidários, eleitores e candidatos se encontravam frente a frente e ali tornavam públicos suas posições e compromissos. Sem dúvida, isso contribuía para a formação de laços identitários que reforçavam, em cada indivíduo, o sentimento de pertencimento a uma mesma comunidade de sentidos.

Como espaço de sociabilidade, ali se operacionalizava um conjunto de práticas e representações sociais que delimitavam as possibilidades de manifestação dos agentes no interior do campo político. Assim, vemos grupos sociais promovendo conferências e reuniões de campanha nas suas sedes; outros, organizando comícios e passeatas nas ruas e praças da cidade ou manifestações de apreço a líderes que chegavam à cidade.

Para produzir esses momentos de mobilização, eram utilizados diferentes artifícios. O civismo era um dos elementos importantes do pensamento positivista do PRR que valorizava as efemérides. Porém, o conteúdo dado a tais eventos nos períodos de campanha evidencia o uso que tanto os republicanos como os opositores faziam desses momentos. Associando seu programa ao regime de governo e misturando as manifestações em regozijo da República com sua campanha eleitoral, percebemos como os elementos de um signo eram capitalizados para defesa e justificativa de determinadas causas partidárias.

Mas também há registros da realização de diversos comícios e passeatas nas ruas e praças da cidade. Utilizando-se de espaços públicos tais eventos não pretendiam ser e nem eram discretos. Uma multidão reunida transitando pela cidade causava muitos transtornos.

Contudo, não se percebe estranheza ou descontentamento com essas atividades e a naturalidade com que eram descritas pela imprensa evidencia a legitimidade dessa prática como forma de manifestação das opiniões.

Outro momento singular para a manifestação política era a chegada de alguma liderança à cidade. Tal como na vida social, a recepção ou despedida a uma liderança partidária era significada como apoio às causas por ela defendidas. Fazer-se presente nesses momentos era outra forma de tornar públicas suas posições e dessa forma, se fazer membro de uma coletividade.

Além de participarem das atividades nos espaços públicos, muitos membros das associações políticas tinham seus nomes divulgados no jornal, o que mostra a importância atribuída à participação em tais atividades. Ao se fazerem presentes às atividades promovidas pelas associações políticas, estes agentes tornavam pública a sua adesão ao programa político ali defendido, à candidatura que era ali propagandeada. Numa comunidade política marcada pela polarização, a publicização das posturas e posicionamentos políticos, tanto por parte dos defensores do situacionismo como dos opositores, não pode ser minimizada.

Ver a rua como espaço socialmente legítimo para manifestações em uma estrutura política autoritária, como é o caso da República Velha no Rio Grande do Sul, causa estranheza. Mas, como mostra a documentação exposta neste estudo, na Porto Alegre da década de 1920, fatos dessa ordem não apenas ocorreram como foram amplamente utilizados tanto pelo PRR, para legitimação do exercício do poder institucional, como pela oposição, para questionar essa mesma autoridade.

No momento em que artifícios como a fraude ou a violência deixavam de ser instrumentos aceitáveis, a vitória nas urnas deveria estar antecedida de uma ampla mobilização social que tornasse pública a sua aceitação por parte do eleitorado urbano. Assim a legitimação do exercício do poder institucional, para além da obtenção de votos, passava

pela manifestação da representatividade social através do envolvimento direto dos agentes sociais. Podemos então propor que, para além dos resultados eleitorais, eram as manifestações públicas, como momentos em que se dava publicidade a força social de cada um dos grupos concorrentes, que produziam a legitimidade social para o exercício do poder institucional.

Mas, as atividades políticas também devem ser tomadas como espaços de mediação simbólica. Eram momentos utilizados tanto pelas lideranças como pelos partidários para afirmarem seus programas e fazerem perceptíveis seus interesses particulares ou coletivos no interior de campo político. Nessa medida, não apenas era possível, mas desejável, que os agentes situados em diferentes posições tornassem pública a sua posição no processo político eleitoral.

Participar desses eventos pode ser considerado como uma estratégia para os eleitores tornarem públicas suas opiniões e posições. Mas eles também devem ser entendidos como uma forma dos cidadãos se inserirem no campo político e ali se apropriar do código legítimo para enunciar suas demandas. Assim, entendemos os personagens envolvidos nessas manifestações como agentes sociais que dialogavam com as estruturas do seu tempo-espaço, buscando brechas para também estruturar as regularidades desse espaço social.

Entendendo a cultura política de um determinado tempo-espaço como um conjunto de signos que podem ser significados pelos diferentes grupos sociais, entendemos a participação nessas atividades como a manifestação de uma estratégia de diferentes grupos sociais para obterem determinado capital que lhes possibilite um ganho material ou simbólico. Nessa medida não podemos tomar os presentes como mera massa de manobra das lideranças políticas republicanas ou opositoristas.

Neste trabalho, não tivemos a pretensão de proceder a uma análise discursiva dos pronunciamentos proferidos nessas atividades ou da forma como eram descritos pelos redatores. Mas estamos certos que uma abordagem nesse sentido alargaria a percepção dos

termos do debate e dos valores tomados como princípios norteadores da prática política. Apenas para ilustrar essa possibilidade, mencionemos que houve no período um significativo debate entre as lideranças partidárias, em torno da legitimidade ou não do voto secreto como instrumento da manifestação política. Destacamos aqui a curiosa ausência do conceito de cidadania nas falas sobre a representatividade social das candidaturas, o que poderia remeter a reflexões sobre as formas como o liberalismo e o totalitarismo existente no pensamento político ocidental do período eram significados por esta comunidade. Estamos certos de que investigar tais regularidades discursivas abriria outras portas para as representações e práticas do campo político desse tempo-espaço.

No bojo do processo de mobilização eleitoral, as associações políticas foram mecanismos legítimos tanto para mobilizar seus integrantes como para pronunciar-se em nome da coletividade que representavam, frente aos demais agentes do campo. Assim sendo, outro elemento que consideramos característico da cultura política desse tempo-espaço é justamente a legitimidade adquirida por elas, como agentes representativos dos interesses de diferentes grupos sociais urbanos.

Foram inúmeras as atividades desenvolvidas pelas diversas associações para evidenciar sua posição no interior do campo político. Em cada um desses momentos, elas podem ser tomadas como agentes coletivos representativos mais dos interesses dos grupos sociais urbanos ali articulados, do que meras reprodutoras da vontade de lideranças partidárias.

Essa representatividade ficava mais evidente quando interferiam na definição da nominata apresentada pela direção partidária e mesmo quando, divergindo desta, lançava candidatos próprios. Nesses movimentos, observamos os agentes sociais estabelecendo demandas através da rearticulação das representações e práticas do campo. Como se teve oportunidade de demonstrar, os candidatos republicanos aos pleitos municipais eram apresentados como membros das associações políticas, como nomes representativos dos

interesses do grupo social nela reunido. De outro lado, os candidatos oposicionistas que se faziam presentes às atividades tinham melhor desempenho eleitoral.

Assim, podemos significar os movimentos da Associação Comercial Varejista atuando na proposição de candidaturas da nominata republicana. Da mesma forma, a ação das associações políticas oposicionistas, quando promoviam ações pelo lançamento das candidaturas concorrentes, contrariando as intenções das lideranças partidárias. Nesses momentos podemos perceber a capacidade de iniciativa e proposição das associações como agentes coletivos.

Não há como mensurar o grau de autonomia de cada um desses agentes coletivos no interior do jogo político, muito menos a força das relações de submissão frente às direções partidárias. Mas claro está que, a dominação não se fazia absoluta, e a resistência às determinações das lideranças partidárias, se não pode ser considerada uma regra, era uma possibilidade concreta. Se diferente fosse, não haveria nem mesmo a necessidade, por parte das lideranças políticas, ou o interesse, por parte dos partidários, da fundação dessas associações e da participação em suas atividades e postos.

Frequêntando os espaços de sociabilidade das associações, era possível a qualquer personagem conhecer e ser reconhecido como um dos membros dessa comunidade de sentidos. Desempenhando os papéis ali desejados, cumprindo as tarefas ali solicitadas, respondendo às necessidades do partido e assumindo algumas responsabilidades, era permitido a qualquer um desses agentes acumular um determinado capital simbólico.

Como se tem evidenciado mesmo estando ligadas as definições partidárias havia uma relativa liberdade para as diretorias das associações proporem e organizarem atividades de campanha eleitoral. A inscrição eleitoral era, sem dúvida, uma necessidade, mas as estratégias para a realização dessa tarefa eram responsabilidades das diretorias: os horários de abertura das sedes; o encaminhamento para a confecção e entrega dos títulos eleitorais; a forma de

distribuição das chapas com a nominata dos candidatos. Esses encaminhamentos eram realizados de forma diferente, de uma entidade para outra.

Ao assumirem algumas dessas responsabilidades, os personagens estabeleciam laços de cumplicidade e lealdade, numa direção, com as lideranças partidárias e, noutra, com o grupo social ali organizado. Assim poderiam acumular um determinado capital simbólico passível de ser utilizado para a sua projeção pessoal no interior do campo político.

Através dos relatos dos jornais foi possível esboçar a trajetória de alguns personagens nesse percurso. Aparentemente, eles iniciavam sua atuação política freqüentando as reuniões, num segundo passo, assumiam a responsabilidade de tarefas menores, como a distribuição de chapas no dia dos pleitos, tornando pública sua vinculação àquela associação.

Uma trajetória com êxito poderia conduzir o personagem a uma posição de destaque, como a de diretor de uma das entidades. Nessa posição, passava a coordenar trabalhos mais complexos, como a inscrição eleitoral. Poderia se tornar o orador de comícios, proferindo elogios públicos aos líderes políticos e representando a opinião dos demais sócios. Poderia mesmo tornar-se o presidente da associação, dirigir as reuniões e ser representante dessa coletividade em diferentes situações.

Como vemos, eram os próprios espaços de sociabilidade das associações os locais privilegiados para acumular o capital simbólico que direcionava essas trajetórias. Nas reuniões, nos comícios, nas tarefas mais rotineiras ou nos conflitos mais intensos, era possível iniciar e amadurecer compromissos valiosos para uma carreira bem sucedida. Noutro sentido, era possível perceber quem não merecia reconhecimento e identificar aqueles que não deveriam ter a oportunidade de se projetar.

É evidente que muitos fatores contribuía para a projeção ou para o bloqueio da trajetória de um determinado personagem no campo político: o grau de alinhamento com as

idéias do partido, a maior ou menor aproximação com outros dirigentes, o apadrinhamento e mesmo um certo grau de tolerância por parte das lideranças.

Os casos apresentados neste estudo são apenas ilustrações das possibilidades no interior do campo. Através deles, observamos lideranças partidárias se projetando e/ou reforçando sua autoridade junto aos partidários. Percebemos não apenas nomes novos se consolidando como representantes de determinado grupo social, mas também os bloqueios de trajetórias dissidentes.

A percepção dessas trajetórias, longe de esgotar a análise do fenômeno, apenas abre outras indagações para abordagens não exploradas pela presente análise. Um estudo prosopográfico sobre um leque mais extenso de personagens, sem dúvida, ampliaria em muito a compreensão dos mecanismos de ascensão e bloqueio no interior do campo político. No mesmo sentido, poderíamos buscar as trajetórias de personagens de projeção regional e nacional no interior desse cenário político local. Isso poderia evidenciar o código com o qual esses agentes foram iniciados no campo político. O que nos apontaria um conjunto de elementos para compreensão dos mecanismos de legitimação do exercício do poder institucional em esferas regionais e nacionais.

Como espaços de sociabilidade, as associações políticas significaram, simultaneamente, o declínio de um modelo de arregimentação do eleitorado, que se estendia desde o Império e a emergência de práticas políticas, que apenas se mostrariam por completo após o advento do Estado Novo, na década seguinte à que está sendo tratada. Não somos ingênuos em acreditar que o clientelismo oligárquico tenha encontrado seu fim no contexto urbano da Porto Alegre da década de 1920 que analisamos. Tão pouco cremos que, nesse momento, tenham se formado as estruturas corporativistas do populismo vigentes no período posterior ao que tratamos. Mas, tendo claro que a cultura é uma rede de significados que está simultaneamente em transformação e permanência, em ruptura e continuidade, nos atrevemos a ponderar possíveis reciprocidades das relações sociais.

Como já se teve oportunidade de mencionar, não acreditamos estar escrevendo desconectados das relações sociais do nosso tempo-espço. Assim sendo, tanto as perguntas feitas ao passado como as respostas dele obtidas dialogam com as preocupações próprias do tempo social em que este esforço de pesquisa está inserido, o que impele a desdobrar nossas reflexões para além do objeto em si.

É certo que um estudo de caso, como o que concluímos, não está voltado para a compreensão de fenômenos outros, além daquele que investiga. Mas não se pode ignorar que a compreensão de detalhes de um determinado processo instiga a olhar sob outro prisma os fenômenos tangenciais a ele.

A proliferação das associações nesse tempo-espço pode ser explicada por uma tradição política particular da sociedade gaúcha. Nesse território, a expansão da cultura ocidental, das suas instituições e práticas políticas típicas do Estado nacional moderno foi marcada por uma ordem social militarizada. No pampa, ter onde morar e de onde tirar o sustento significou, durante os séculos XVII e XVIII, ter a quem e com quem se defender de grupos sociais rivais, tanto nativos, como vindos do velho continente.

Em tal paisagem, a formação de comunidades coesas era um imperativo tanto para a existência social como para a própria sobrevivência material. Em torno das comunidades, os indivíduos se alinhavam ou se digladiavam por motivos os mais diversos. Assim, a estrutura política desses pagos, desde logo foi dividida em diversas famílias que se organizavam no seu interior de forma hierárquica.

Nesse cenário, o súdito, assim como o próprio cidadão, era, antes de tudo, “homem de fulano”. Era membro de uma coletividade preliminar à nação. Devia obediência às regras e normas de uma estrutura social anterior ao Estado nacional. Pertencer a uma família política era uma garantia melhor e maior à proteção dos seus interesses do que o respeito ao Estado de direito ou que estar em comunhão com os detentores do poder institucional.

Se vincular a um líder político era garantia de ser conhecido e reconhecido como membro da comunidade. A fidelidade e a publicidade dessa ligação por parte dos subalternos independia da vitória ou derrota na disputa pelo controle do poder institucional. Nesse universo simbólico, o importante era deixar claro à que família pertencia, ao lado de quem lutava e com quem comungava.

Tal formação social, sem dúvida, interferiu nas formas de percepção e interpretação do campo político que se estruturaram ao longo dos séculos seguintes. Tal influência não se apagou de todo no processo de construção do Estado nacional e de formação da nação. Ela pode ser percebida mesmo depois do advento da República e a entrada do século XX, posto que estes movimentos não significaram profundas rupturas nas formas simbólicas de perceber o mundo social.

No cenário urbano da década de 1920 que se complexificava do ponto de vista econômico e social, as lideranças não mais definiam os resultados eleitorais através da violência e da fraude. Nesse contexto social que ainda dialogava com aquela formação histórica os detentores do poder institucional não podiam ser escolhidos arbitrariamente pelos chefes dessas famílias, mas segundo sua capacidade de angariar simpatias entre a população urbana, conforme sua representatividade social. O eleitor, antes conduzido no cabresto, agora necessitava ser reconhecido como ator político a ser convencido a participar do processo eleitoral externando uma posição favorável às posições das direções partidárias.

Neste momento a memória social daquelas relações sociais anteriores, em que o fundamental no campo político era pertencer a um grupo, não foi de todo abandonada. Seus traços nos permitem entender melhor o significado da cultura política associativa que identificamos na Porto Alegre da década de 1920. As associações, como agente coletivo, talvez tenham substituído o cabo eleitoral característico do sistema coronelista na função de arregimentar e mobilizar o eleitorado. De outro lado a criação de espaços de sociabilidade dialoga firmemente com a experiência de fazer parte de uma família, de pertencer a um grupo

político claramente demarcado e hierarquizado, como a forma de pertencer a uma comunidade de sentidos.

Podemos propor que nesse momento as práticas clientelistas, baseadas na capacidade de atender favores, eram transferidas para os espaços de sociabilidade onde era possível operar uma mediação simbólica entre os interesses de diferentes grupos sociais.

Noutro sentido do processo histórico, essa cultura política associativa incita a perceber as representações e práticas sociais baseadas na organização corporativa da sociedade de classes que se complexificava nas instâncias de poder da esfera federal perceptíveis apenas nas estruturas políticas do populismo do pós-1930. Nesse momento posterior ao nosso estudo, a memória social dessa experiência associativa seguramente instrumentalizou os dirigentes da nação que saíram do Palácio Piratini, em direção ao Palácio do Catete.

As associações apontam para a legitimidade da organização dos diferentes grupos sociais em instituições representativas dos seus interesses coletivos. Os resultados dessa experiência seguramente contribuíram para a organização das estruturas corporativas do Estado Novo, mais tarde estendidas à democracia populista, na medida que ambas as formas apontam para a articulação de espaços de mediação entre as lideranças políticas e os representantes dos grupos sociais, entre as instâncias estatais e a sociedade.

Sabemos que, na década de 1920, ocorreram múltiplos movimentos na sociedade brasileira que apontam para o esgotamento do modelo político republicano, e que os fatos aqui descritos sobre Porto Alegre são apenas um partícula dessa complexa realidade social. Mas também já expusemos contribuições de diferentes campos disciplinares que apontam para o fato das formas e estratégias de mobilização política existentes, nessa comuna, apresentarem particularidades frente as regras gerais de interpretação da sociedade brasileira.

Assim, autorizamos-nos a pensar que a memória social dessa cultura política associativa pode ser ouvida ao longo do tempo histórico desse espaço urbano. Lembrando as considerações até aqui apontadas, pensemos no grau de envolvimento dos moradores dessa cidade em movimento como o da legalidade em 1961 e os chamados “grupo dos 11”; reflitamos sobre a força dos movimentos sociais de base na articulação de inúmeras associações comunitárias durante o processo de abertura democrática da década de 1980; pensemos nas características das organizações políticas e das lideranças partidárias que aqui se formaram na Nova República; ponderemos sobre as forças que levaram amplos setores dessa comunidade política a efetivarem um sem número de conselhos populares propostos pela Constituição Cidadã de 1988 e que fazem da cidade de Porto Alegre uma referência no debate da democracia direta.

Nenhuma hipótese nos permite assegurar que essa experiência da década de 1920 tenha sido angular para a existência desses fenômenos sociais posteriores ou, mesmo, que tenham chegado até momentos tão distantes no tempo. Mas nenhuma ressalva teórica que se possa fazer elimina a possibilidade dessa comunidade de sentidos ter guardado na sua memória coletiva, ao longo das gerações, os elementos daquela forma particular de codificar, interpretar e agir no campo político.

Dessa forma inferimos que a cultura política associativa presente na Porto Alegre da década de 1920 se apresenta como este ato contraditório que não se explica por si mesmo. Como fala a epígrafe de abertura desta conclusão, extraída de José Saramago, julgamos que os atos e as palavras comuns, quando vistas como manifestações sinceras de um código podem desvelar muitos elementos do mundo social. Sem contestar as grandes linhas interpretativas da sociedade brasileira e do contexto gaúcho, já consolidadas, esperamos apenas ter contribuído para o debate historiográfico.

Referências

- AITA, Carmem; AXT, Gunter. Getúlio Vargas: discursos (1903-1929). Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1997.
- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. Civic culture. Boston: Little, Brown, 1965.
- _____. The civic culture revisited. London: Sage, 1989.
- ANTONACCI, Maria Antonieta. RS: as oposições & a revolução de 1923. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.
- _____. A revolução de 23: as oposições liberais na república velha. In: DACANAL, José Hildebrando (org.). RS: Economia e política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989. p. 229-254.
- ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. Ditadura, parlamentarismo e democracia. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1908.
- AXT, Gunter. Contribuições ao debate historiográfico concernente ao nexos entre Estado e sociedade para o Rio Grande do Sul castilhistas-borgistas. Métis: História e Cultura, Caxias do Sul, v. 1, n. 1, p. 39-69, 2001-a.
- _____. Gênese do estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889- 1929). São Paulo: USP, 2001. Tese (Doutorado em História Social), Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001-b.
- BAQUERO JACOME, Marcello César et al. A construção da democracia na América latina: estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998.
- BAQUERO JACOME, Marcello César (org.). Desafios da democratização da América Latina: debates sobre cultura política. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999.
- BAKOS, Margareth Marchiori. Porto Alegre e seus intendentos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- BARCELOS, Adair. O governo José Montauray e a modernização de Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 1995. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995.
- BAUDELAIRE, Charles. Les fleurs du mal. Disponível em <<http://www.chez.com/bacfrancais/fleursdumal.html>> Acesso em: 23 jul. 2004.
- BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido se desmancha no ar. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BOBBIO, Norberto. Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- BOBBIO, Norberto. O conceito de sociedade civil. 2. ed. São Paulo: Graal, 1982.
- BOBBIO, Norberto. Oligarquia. In: BOBBIO, Norberto et al. Dicionário de política. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1992.
- BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (org.). RS: cultura e ideologia. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 34-59.
- BORGES, Antonadia Monteiro. "A cada passo": um estudo de redes e faccionalismo político num reassentamento de atingidos por barragem. Porto Alegre: UFRGS, 1999. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.
- BORGES, Vavy Pacheco. O que é história. 13ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.
- _____. Lições da aula. São Paulo: Ática, 2001.
- BRESCIANI, Maria Stella; SAMARA, Eni de Mesquita; LEWKOWICZ, Ida. Jogos da política: imagens representações e práticas. São Paulo: ANPUH/SP, Marco Zero, FAPESP, 1992.
- BURKE, Peter. A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Fundação Ed. da UNESP, 1997.
- BURKE, Peter (org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.

- CALVINO, Ítalo. The gods of the city. *Architeturar Review*, [s.d.].
- CANABARRO, Ivo dos Santos. Uma abordagem cultural de um movimento político dos anos trinta: o caso do Integralismo em Ijuí. Porto Alegre: UFRGS, 1994. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994.
- CANEDO, Letícia. Aprendendo a votar. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 517-543.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. *Pontos e bordados*. Belo Horizonte: UFMG, 1999. p.130-153.
- _____. *Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001-a.
- _____. *Os três povos da República*. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de (org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001-b. p. 61-87.
- CASAREO, Vicenzo. Associacionismo voluntário. In: BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1992. p. 64-66.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A imaginação criadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- DAVID, Lawrence Nectoux. Antecedentes do associativismo comunitário em Porto Alegre: os espaços públicos na grande Santa Rosa entre 1978 e 1985. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.
- DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Synopse do recenseamento realizado em 1 de setembro de 1920*. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1925.
- DURKHEIM, Émile. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1984.
- ESCOBAR, Wenceslau. *30 anos de ditadura rio-grandense*. Rio de Janeiro: Canton & Beyer, 1923.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 8. ed. São Paulo: Globo, 1989. [1. ed. 1957]
- FAUSEL, Erich. *Alberto Bins: o merlense brasileiro*. São Leopoldo: Rotermund & Cia. Ltda., [s.d.].
- FÉLIX, Loiva Otelo. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FORTES, Alexandre et al. *Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.
- _____. *Porto alegre na guerra civil: o “combate” dos cafés*. In: POSSAMAI, Zita. *Revolução Federalista de 1983*. Porto Alegre: SMC, 1993. p. 65-70.
- _____. *A pacificação de 1923: as negociações de Bagé*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/EST Edições, 1996-a.
- _____. *Júlio de Castilhos e sua época*. 3. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1996-b.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- _____. *O saber local*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- GERTZ, René. *As eleições municipais de 1928 no Rio Grande do Sul*. *Anais da XIX Reunião da Sociedade de Pesquisa Histórica*. Curitiba, 1999. p. 307-313.

- _____. O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- GINZBURG, Carlo. A micro-história e outros ensaios. Lisboa: Difel, 1991
- GLENISSON, Jean. Iniciação aos estudos históricos. 2ª ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Difel, 1977.
- GOMES, Angela Maria de Castro. Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil – 1917-1937. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- GONÇALVES, Antônio José. et al. O que é urbanismo. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- GRILL, Igor Gastal. Parentesco, redes e partidos: as bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Tese (Doutorado em Ciência Política), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.
- HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HALL, Peter. Cidades do amanhã. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- HOFFMANN, Leandro Sidinei Nunes. Da cruz à bandeira: a construção do imaginário do Movimento Sem Terra/RS, 1985-1991. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- JUVENAL, Amaro. Antônio Chimango: poemeto campestre. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999.
- KAFKA, Franz. O processo. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- KOSELLECK, Reinhart. Futuro pasado: para una semántica de los tiempos históricos. Barcelona: Paidós Ibérica, 1993.
- KOTHE, Flávio R. (org.). Walter Benjamin. São Paulo: Ática, 1991.
- KUMMER, Lizete Oliveira. A medicina social e a liberdade profissional: os médicos gaúchos na Primeira República. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.
- LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 11. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. [1. ed. 1949]
- LEVI, Giovanni. A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LEVI, Lucio. Legitimidade. In: BOBBIO, Norberto et al. Dicionário de política. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1992. p. 675-679.
- LOVE, Joseph. O regionalismo gaúcho. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- _____. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, Boris (org.). O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertran, 1997. V. 1, p. 99-122.
- LUCAS, João Ignácio Pires. Juventude e antipolítica no Brasil: um estudo de cultura política e ideologia. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Tese (Doutorado em Ciência Política), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.
- MAGALHÃES, Nara Maria Emanuelli. O povo sabe votar: uma visão antropológica. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- MAHFUZ, Andréia Soler Machado. A borda do rio-PoA: arquiteturas imaginárias – suporte para a construção de um passado. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Tese (Doutorado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.
- MARONEZE, Luiz Antônio Gloger. Espaços de sociabilidade e memória: fragmentos da "vida pública" porto-alegrense entre os anos 1890 e 1930. Porto Alegre: PUCRS, 1994. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1994.
- _____. Espaços de sociabilidade e memória: a vida pública porto-alegrense (1890-1930). In: Porto Alegre: dissertações e teses. Porto Alegre: Unidade Editorial, Secretaria Municipal da Cultura, 1996. p. 71-81.

- MAUSS, Marcel. Antropologia. São Paulo: Ática, 1979.
- MEYER, Augusto. Segredos de infância. 3ª ed. No tempo da flor. 2ª ed. Porto Alegre: IEL/ Ed. UFRGS, 1996.
- MONTEIRO, Charles. Porto Alegre, urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.
- NASCIMENTO Jr., José do. A familiaridade com a política: representações e práticas na política – um estudo do caso do Partido Progressista Brasileiro - PPB - em Porto Alegre, 1996. Porto Alegre: UFRGS, 1999. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.
- NEVES, Gervásio Rodrigo. 1920. A fundação do IHGRGS. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n. 135, p. 13-36, 2000.
- NICOLAU, Jairo Marconi. História do voto no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As festas que a República manda guardar. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 172-189, 1989.
- _____. A questão nacional na primeira república. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. Imaginário histórico e poder cultural: as comemorações do descobrimento. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 183-202, 2000.
- OSÓRIO, Joaquim Luís. Partidos políticos no Rio Grande do Sul. Pelotas, RS: Globo, 1930.
- PACHECO, Ricardo de Aguiar. A Grande Glória. Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1995-a. (Memória dos Bairros)
- _____. Conserve a direita. Porto & Vírgula, v. 22, p. 32-34, ago. 1995-b.
- _____. A sucessão municipal de Porto Alegre: a redefinição político-eleitoral do PRR. Cadernos de Estudo, PPG-História/UFRGS, n. 16, p. 40-52, 1996.
- _____. A recém-nascida República: a cidadania festiva no 30º dia da República. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. XXV, n. 1, p. 171-192, jun. 1999.
- _____. Cultura política republicana: sociabilidade e mobilização eleitoral na República Velha (Porto Alegre, 1889-1930). Trajetos - Revista de História da UFC, Fortaleza, v. 1, n. 1, p.85-108, 2001-a.
- _____. O cidadão está nas ruas: a cidadania republicana em Porto Alegre (1889-1891). Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001-b.
- PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Márcio. Antropologia, voto e representação política. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.
- PÉRES, Mara Regina de Jesus. Quando as coisas ganham sentido: a institucionalização do patrimônio histórico e artístico e a construção da identidade nacional, 1937-1945. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS 1889-1930). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- _____. Emergência dos subalternos. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1989.
- _____. O cotidiano da República. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992-a.
- _____. O espetáculo da rua. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS/Prefeitura Municipal, 1992-b.
- _____. Porto alegre caricata. Porto Alegre: Unidade Editorial, Secretaria Municipal da Cultura, 1993.
- _____. Os pobres da cidade. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994.
- _____. O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999.
- _____. Cidadania e exclusão. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2002-a.
- _____. Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 2002-b.
- _____. História & história cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

- PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. As greves no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José Hildebrando (org.) RS: economia e política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989. p. 277-327.
- _____. “Que a união operária seja nossa pátria”: histórias das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: Ed. da UFSM; Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001.
- PETERSEN, Silvia R. F.; LUCAS, Maria E. Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937). Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS/Tchê!, 1992.
- PIAGET, Jean. Seis estudos de psicologia. Rio de Janeiro: Forense, 1967.
- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. O Partido Republicano Rio-Grandense e os alemães no Rio Grande do Sul. Anais do 5º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. São Leopoldo, 1989. p. 21-36.
- _____. A visão da Revolução Federalista no Congresso Nacional. In: POSSAMAI, Zita. Revolução Federalista de 1893. Porto Alegre: SMC, 1993. p. 35-42.
- _____. Historiografia gaúcha. Anos 90, Porto Alegre, n. 3, p.43-59, maio 1995.
- _____. O autoritarismo de Júlio de Castilhos a Getúlio Vargas: a “gauchização” da política brasileira no pós-1930. In: TARGA, Luiz R. P. (org.) Breve inventário de temas do sul. Porto Alegre: UFRGS/FEE; Lajeado: UNIVATES, 1998. p. 195-206.
- _____. Os donos do poder, de Raymundo Faoro. Cadernos IHU. ano 2. nº 19. 2004.
- PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2003.
- PINTO, Celi Regina J. Positivismo: um projeto alternativo (RS: 1889-1930). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- PINTO, Celi Regina J.; GUERREIRO, Hugo (org.). América Latina: o desafio da democracia nos anos 90. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1996.
- PINTO, Paulo Brossard de Souza. Idéias políticas de Assis Brasil. Brasília: Senado Federal, 1989-1990. V. 3
- POE, Edgar Allan. O homem na multidão. Disponível em: <<http://www.ufpel.edu.br/bvl/>> Acesso em: 12 jun. 2004.
- PORTO ALEGRE, Achylles. História popular de Porto Alegre. Porto Alegre: Unidade Editorial, Secretaria Municipal da Cultura, 1994.
- POSSAMAI, Zita. Revolução Federalista de 1893. Porto Alegre: SMC, 1993.
- QUEIROZ, Maria I. P. Coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (org.). O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertran, 1997. V. 1, p. 153-187.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. A crise do poder no Brasil: problemas da revolução nacional brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz. O teatro da sociabilidade: um estudo dos clubes sociais como espaços de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras: São Leopoldo. 1850/1930. Porto Alegre: UFRGS, 2000. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000. 306-308.
- RÉMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.
- REVERBEL, Carlos. Assis Brasil. Porto Alegre: IEL, 1996.
- RICOEUR, Paul. Architecture et narrativité. Urbanisme, Paris, n. 303, p. 44-51, nov./déc. 1998.
- RIOUX, Jean-Pierre. A associação em política. In: RÉMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996. p. 99-139.
- RODEGHERO, Carla Simone. Memórias e avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.
- _____. O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no rio Grande do Sul (1945-1964). 2. ed. Passo Fundo, RS: UPF, 2003.
- RODRIGUES, Mara. O papel da universidade no “campo da história”: o curso de Geografia e História da UPA/URGS na década de 40. Méfis: História e Cultura, Caxias do Sul, v. 1, n. 2, p. 75-101, dez. 2002.

- RODRIGUES, Ricardo Veles. O Castilhismo. 1982.
- ROLNIK, Raquel. O que é cidade. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- ROSA, Othelo. Júlio de Castilhos. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1928.
- SÁBATO, Hilda. Ciudadanía, participación política y la formación de una esfera pública en Buenos Aires, 1850-1880. Buenos Aires: Entrepasados. 1992.
- _____. La política en las calles. Buenos Aires: Sudamericana, 1998.
- SÁBATO, Hilda (org.). Ciudadanía política y formación de las naciones: perspectivas históricas de América Latina. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.
- SANI, Giacomo. Cultura política. In: BOBBIO, Norberto et al. Dicionário de política. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1992. p. 306-308.
- SANTOS, Boaventura. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- SARAMAGO, José. A caverna. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SCHORSKE, Carl. A cidade segundo o pensamento europeu: de Voltaire a Spengler. Espaços e Debates, n. 27, p. 47-57, 1989.
- SERNA, Miguel. As democracias dos anos 90 e as esquerdas latino-americanas: Argentina, Brasil e Uruguai. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Tese (Doutorado em Ciência Política), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.
- SHARP, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.) A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 39-62.
- SILVA, Adhemar Lourenço da. Povo! Trabalhadores! Tumultos e movimento operário. Porto Alegre: UFRGS, 1994. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994.
- SILVA, Marcelo Kunrath. Cidadania e exclusão: os movimentos sociais urbanos e a experiência de participação na gestão municipal em Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2002.
- SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.
- SOARES, Vânia Fonseca. A abertura política e os movimentos sociais em Porto Alegre (1979-85). Porto Alegre: UFRGS, 2002. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.
- SOUZA, Aida Connia de. Cultura Política do Rio Grande do Sul: um retrospecto histórico. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. XI, n. 1, p. 63-76, 1985.
- SPALDING, Walter. Pequena história de Porto Alegre. Porto Alegre: Sulina, 1967.
- _____. Construtores do Rio Grande. Porto Alegre: Sulina, 1969-1973.
- TELAROLLI, Rodolfo. Eleições e fraudes eleitorais na República Velha. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- TRINDADE, Héglio. Aspectos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, José Hildebrando (org.) RS: economia e política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989. p. 119-192.
- TRINDADE, Héglio. Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Sulina, 1991-a.
- TRINDADE, Héglio (org.). América Latina: eleições e governabilidade democrática. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1991-b
- TRUSZ, Alice Dubina. A publicidade nas revistas ilustradas: o informativo cotidiano da modernidade. Porto Alegre 1920. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.
- VIZENTINI, Paulo F. A crise dos anos 20. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992.
- _____. História do Século XX. 2ª ed. Ampl. Porto Alegre: Novo Século, 2000.
- VYGOTSKY, Lev Semynovich. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Fontes consultadas

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL.

Arquivo Pessoal Synval Saldanha e Borges de Medeiros:

- Estatutos do Centro Republicano Júlio de Castilhos. Porto Alegre, 1922;
- Correspondência Pessoal;
- Impressos; e
- Registros Fotográficos.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL MOYSÉS VELHINHO.

- A Federação, 1920 a 1929;
- Atas do Conselho Municipal de Porto Alegre, 1920 a 1929.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER

- Biblioteca;
- Um século de população do Rio Grande do Sul (1900-2000). (CD-ROM).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

- Base de dados demográficos disponíveis em www.ibge.gov.br.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL.

Arquivo Borges de Medeiros: Correspondência Pessoal, 1920 a 1929.

MUSEU DA COMUNICAÇÃO SOCIAL JOSÉ HIPÓLITO DA COSTA.

- A Federação, 1920 a 1929;
- Correio do Povo, 1920 a 1929.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.

- Base de dados eleitorais disponíveis em www.tse.gov.br.

Anexos

Anexo 1

Lista das associações políticas atuantes nos processos eleitorais da cidade de Porto Alegre na década de 1920 e o endereço de suas sedes	
ASSOCIAÇÕES REPUBLICANAS	
Nome da associação	Localização da sede
Centro Acadêmico Republicano	Usa da sede do C. R. Júlio de Castilhos
Centro Cívico José do Patrocínio	Usa sede do Clube Floresta Aurora que reunia a comunidade negra, R. Gal. Lima e Silva, 90 Cidade Baixa – 2º Distrito
Grêmio Republicano Carlos Barbosa	Arraial das Pedras Brancas (atual Município de Guaíba) – 7º Distrito
Centro Republicano Julio de Castilhos	R. 7 de setembro – Centro – 1º Distrito – Sede da Comissão Executiva Municipal do Partido Republicano de Porto Alegre
Centro Republicano Venâncio Ayres	Arrabalde da Tristeza – 5º distrito
Clube Republicano Borges de Medeiros	Av. Eduardo, nº 25 (atual Av. Pres. Franklin Roosevelt) – 4º Distrito
Clube Republicano Ernesto Alves	Não encontrado – Bairro Mont'Serrat – 3º distrito
Clube Republicano Rivadavia Correa	R. São José, 8 A (atual Rua Frederico Mentz) – Navegantes – 4º Distrito
Clube Republicano Saldanha Marinho	R. da Saúde, 1 (atual R. Germano Petersen Júnior) – Mont'Serrat – 3º distrito
Comissão Política do 6º Distrito (Belém Novo)	Belém Novo – 6º Distrito
Grêmio Republicano 14 de Julho	R. Demétrio Ribeiro, nº 255 – 2º Distrito
Grêmio Republicano 20 de Setembro	R. João Alfredo, 194 – 2º distrito
Grêmio Republicano Flores da Cunha	Est. Mato Grosso, 237 B (atual Av. Bento Gonçalves) em 1924. R. Barão do Amazonas, 3 em 1928 – Parthenon – 5º distrito
Grêmio Republicano Getúlio Vargas	R. Sertório – Navegantes – 4º Distrito
Grêmio Republicano Marcos de Andrade	R Azenha, 161 – 5º distrito
Grêmio Republicano Paim Filho	R. Cascata – Glória – 5º Distrito
Grêmio Republicano Pinheiro Machado	R. Cristóvão Colombo esq. R. Ramiro Barcelos – 3º distrito
Grêmio Republicano Protásio Alves	R. Baronesa. Gravataí, 89 – Cidade Baixa – 2º Distrito
Grêmio Republicano Sinval Saldanha	Usa salão da Associação Cristã de Moços junto a Igreja Auxiliadora – Mont'Serrat – 3º distrito
Liga dos Operários Republicanos	R. Dr. Timóteo, 51, em 1923. Em 1924 se transfere para a sede do G. R. Pinheiro Machado

ASSOCIAÇÕES OPOSICIONISTAS	
Nome da associação	Localização da sede
Aliança Libertadora Assis Brasil	R. 7 Setembro, 85 B – Centro – 1º Distrito
Aliança Libertadora da Ilha da Pintada	Ilha da Pintada – 11º Distrito
Aliança Libertadora Menino Deus	Menino Deus
Centro Cívico Honório Lemos	Av. das Missões, 6 R. Moura Azevedo, 36 – São Geraldo – 4º Distrito
Centro Cívico Zeca Netto	Não localizada
Centro Democrático São João	São João – 4º Distrito
Centro dos Estudantes Libertadores	Usa sede do Partido Libertador – R. dos Andradas – Centro – 1º Distrito
Centro Federalista	R. Nova nº 8 (Atual R. Andrade Neves) – Centro – 1º Distrito. Sede do Diretório do Partido Federalista e da Aliança Libertadora
Centro Libertador Republicano	Est. Mato Grosso, 177 (Atual Av. Bento Gonçalves)
Centro Rego Lins	Est. Da Pedreira, 27 (Atual Plínio Brasil Milano) – Auxiliadora Higienópolis
Clube 15 de Novembro	Não localizada
Clube Rafael Cabeda	R. Ramiro Barcelos, 130 – Floresta – 4º Distrito
Clube Tropeiro da Liberdade	R. Plácido de Castro – Azenha
Grêmio Cívico (ou Grêmio Cívico Riograndense)	Gal. Câmara, 30 – Centro – 1º Distrito
Grêmio Cívico Ruy Barbosa	Usa a sede do Clube Caixerai e do Clube Cruzeiro
Grêmio Estudantil Federalista	Usa a sede do Centro Federalista

ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS	
Nome da associação	Localização da sede
Associação dos Padeiros	Não localizada
Associação Comercial de Porto Alegre	
Associação Comercial dos Varejistas	R. João Alfredo nº 163 – Cidade Baixa
Centro Acadêmico de Direito	Não Localizada

Nota: Levantamento realizado a partir dos jornais A Federação e correio do Povo, 1920 a 1929. Endereços atualizados de acordo com as indicações de: FRANCO, Sérgio da Costa. Porto Alegre: guia histórico. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.

Anexo 2

Estimativa da população habilitada a ser eleitor da cidade de Porto Alegre em comparação com o Brasil, com o Estado do Rio Grande do Sul, Cidades do Distrito Federal, São Paulo, Salvador e Belo Horizonte					
	População Total	Não sabem ler nem escrever	% de analfabetos sobre população total	Homens de 15 anos ou Mais que sabem ler e escrever	% estimado da população habilitada a ser eleitor
Brasil	30.635.605	23.142.248	75,5	3.247.850	10,6
RS	2.182.713	1.334.771	61,1	335.121	15,4
Porto Alegre	179.263	74.297	41,4	36.425	20,7
Rio de Janeiro/DF	1.559.371	1.173.975	75,3	176.557	11,3
São Paulo/Capital	579.033	241.331	41,7	80.698	13,9
Salvador	283.422	124.927	44,1	60.647	21,4
Belo Horizonte	55.563	21.885	39,4	12.462	22,4

Fonte: DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. Synopse do recenseamento realizado em 1 de setembro de 1920. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1925.

Anexo 3

Votos válidos nas eleições Majoritárias em Porto Alegre na década de 1920				
	Cargo	População total (projetada a partir do censo de 1920)	Total de votos válidos (com base nos resultados eleitorais em A Federação)	% de votantes sobre população total
1920	Intendente Municipal	179.263	6.817	3,8
1922	Presidente da República	187.236	7.816	4,2
1922	Presidente Estadual	187.236	11.782	6,2
1924	Intendente Municipal	195.566	9.515	4,8
1926	Presidente da República	204.265	8.441	4,1
1928	Intendente Municipal	213.352	8.121	3,8

Nota: Os dados para 1920 são extraídos do Censo desse ano. Os demais anos são estimados a partir de uma taxa de projeção da população de 2,2% ao ano feita com base no Censo de 1940, seguido proposta utilizada por Paul Singer. A população do ano de 1928 foi calculada com base na população dos distritos que permaneceram como Porto Alegre após a emancipação dos 6º, 7º, 8º e 9º distritos que formaram o município de Guaíba em 1926.

Anexo 4

Eleições presidenciais entre 1894-1930			
Candidato vencedor	Nº de votantes (mil)	% de votantes sobre a população	% dos votos do vencedor sobre total de votantes
Prudente de Morais (1894)	345	2,2	84,3
Campos Sales (1898)	462	2,7	90,9
Rodrigues Alves (1902)	645	3,4	91,7
Afonso Pena (1906)	294	1,4	97,9
Hermes da Fonseca (1910)	698	3,0	57,9
Venceslau Brás (1914)	580	2,4	91,6
Rodrigues Alves (1918)	390	1,5	99,1
Epitácio Pessoa (1919)	403	1,5	71,0
Artur Bernardes (1922)	833	2,9	56,0
Washington Luís (1926)	702	2,3	98,0
Júlio Prestes (1930)	1.890	5,6	57,7

Nota: Cálculo extraído de RAMOS, Alberto Guerreiro. A crise do poder no Brasil: problemas da revolução nacional brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

Anexo 5

Processos eleitorais na cidade de Porto Alegre durante a década de 1920		
Data	Nível	Cargos
28/09/1920	Municipal	Intendente e Conselheiros Municipais
20/02/1921	Estadual	Assembléia de Representantes Estaduais – 9ª Legislatura
01/03/1922	Federal	Presidente e Vice Presidente da República
25/11/1922	Federal	Presidente Estadual
15/03/1923	Federal	Legislativo Federal – 1 vaga para Deputado Federal
03/05/1924	Federal	Legislativo Federal – 1/3 do Senado e Deputados Federais
28/09/1924	Municipal	Intendente, Vice e Conselheiros Municipais
15/03/1925	Estadual	Assembléia de Representantes Estaduais – 10ª Legislatura
15/02/1926	Federal	Legislativo Federal – 2 vagas para Deputado Federal
01/03/1926	Federal	Presidente e Vice Presidente da República
24/02/1927	Federal	Legislativo Federal – Senadores e Deputados Federais
27/11/1927	Estadual	Presidente e Vice Presidente Estadual
15/08/1928	Municipal	Intendente, Vice e Conselheiros
??/??/1929	Estadual	Assembléia de Representantes Estaduais – 11ª Legislatura

Fonte: A Federação, 1920 a 1929

Anexo 6

Resultados das eleições municipais de Porto Alegre de 1920			
Cargo	Candidato	Votos	
Intendente	Dr. José Montauray de Aguiar Leitão	6.817	
Conselheiros	Dr. Alcides Flores Soares	6.701	
	Armando Adolfo Barcellos da Silva	6.701	
	Eleutério de Castro Araújo	6.702	
	Firmino Osório Nunes	6.702	
	Dr. Fernando Freitas de Castro	6.702	
	Henrique Augusto Koch	6.702	
	José Bertasso	6.701	
	Roberto Mathias Stoll	6.701	
	Victor Henrique da Silva	6.699	
	Suplentes	Bernardo Dreher	111
		Carlos Fontoura	110
Dr. Estevão Junior Barreiros		110	
Frederico Augusto Gomes da Silva		110	
José Sangnetti		110	
Lindomberto Silvestre Rache Vittello		110	
Norberto Linch		110	
Dr. Oswaldo Fernandes Vergara		110	
Romeu Silva		110	

Fonte: A Federação, 29 set. 1920, p. 17; Correio do Povo, 30 set. 1920, p. 4.

Anexo 7

Resultados das eleições municipais de Porto Alegre de 1920 por distrito			
Distrito	Total de votos para prefeito	População Total	% população voto
1º Centro	1.342	33.038	4,06
2º Cidade Baixa	1.336	46.087	2,89
3º Azenha	929	35.185	2,64
44º Navegantes	1.076	23.980	4,48
5º Glória	994	15.293	6,49
6º Belém Velho	204	4.617	4,41
7º Pedras Brancas	252	7.813	3,25
8º Barra do Ribeiro	212	4.982	4,25
9º Mariana Pimentel	187	5.676	3,29
10º Ilhas	285	2.070	13,76
Total	6.817	179.263	3,80

Fonte: A Federação, 30 set. 1924, p. 2.

Anexo 8

Mobilizações das associações políticas republicanas para o pleito municipal de 1924		
Data	Local	Atividade
14/jul	Praça Mal. Deodoro	Homenagem a Júlio de Castilhos
14/jul	Teatro São Pedro	Convenção de lançamento das candidaturas
30/jul	Sport Club Navegantes	Fundação G. R. Rivadavia Correa
18/ago	Grêmio Republicano Rivadavia Correa	Inauguração da sede
30/ago	Grêmio Republicano Borges de Medeiros	Visita da Comissão Executiva
1/set	Grêmio Republicano Marcos de Andrade	Recepção à Comissão Executiva e candidatos
2/set	Grêmio Republicano Pinheiro Machado	Recepção à Comissão Executiva e candidatos
3/set	Clube Republicano Venâncio Ayres	Recepção à Comissão Executiva e candidatos
6/set	Liga dos Operários Republicanos	Reunião da diretoria
7/set	Grêmio Republicano Rivadavia Correa	Recepção à Comissão Executiva e candidatos
8/set	Clube Republicano Flores da Cunha	Recepção à Comissão Executiva e candidatos
10/set	Grêmio Republicano Saldanha Marinho	Recepção à Comissão Executiva e candidatos
10/set	Clube Republicano Ernesto Alves	Recepção à Comissão Executiva e candidatos
12/set	Grêmio Republicano 20 de Setembro	Reunião política
14/set	Clube Republicano Ernesto Alves	Conferência para operários
16/set	Comissão do 6º Distrito	Recepção à Comissão Executiva e candidatos
18/set	Grêmio Republicano 14 de julho	Recepção festiva
23/set	Salão Nobre da Intendência Municipal	Banquete oferecido por comerciantes e industriais
23/set	Liga dos Operários Republicanos	Recepção à Comissão Executiva e candidatos
26/set	Estação Ferroviária	Recepção a Brigada Militar
28/set		Eleição Municipal

Fonte: A Federação, jul.-set. 1924.

Anexo 9

Mobilizações das associações políticas oposicionistas para o pleito municipal de 1924		
Data	Local	Atividade
13/set	Aliança Libertadora	Lançamento candidaturas
14/set	Clube Raphael Cabeda	Conferência de campanha
17/set	Aliança Libertadora	Reunião para tratar das mesas
20/set	Clube Tropeiro da Liberdade	Comício dos Candidatos
21/set	Clube Rego Lins	Comício dos Candidatos
21/set	Clube Honório Lemos	Comício dos Candidatos
28/set		Eleição Municipal

Fonte: Correio do Povo, jul.-set. 1924.

Anexo 10

Resultados da eleições municipais de 1924			
Cargo	Partido	Candidato	Votos
Intendente	Republicano	Dr. Otávio Rocha	8.067
	Libertador	Cel. Frederico Gomes	1.345
	Avulso	Gal. Izidoro Dias Lopes	2
	Avulso	Dr. Rodolpho Simch	1
	Avulso	Dr. Rodolpho Ahrons	2
	Avulso	Dr. Antão de Farias	1
Total			9.418
Vice intendente	Republicano	Mj. Alberto Bins	8.029
	Libertador	Dr. Feliciano Falcão	1.358
	Avulso	Ten. Cel. João Francisco Pereira de Souza	1
	Avulso	Dr. Henrique Pereira Netto	1
Total			9.389
Conselheiros	Republicano	Pedro João Gonçalves Dossena	7.529
	Republicano	Jayme da Costa Pereira	7.417
	Avulso	Afonso Pereira Fonseca	7.378
	Republicano	Dr. Eduardo Sarmiento Leite da Fonseca	7.300
	Republicano	Dr. Egidio Hervé	7.290
	Republicano	Vico Tompes Collin	7.271
	Republicano	Francisco Bento Junior	7.261
	Republicano	Victor Adalberto Kessler	7.261
	Avulso	João Pinto da Fonseca Guimarães	5.460
	Libertador	Dr. Basil Sefton	3.318
	Libertador	Israel Mario Pires Rangel	2.953
	Libertador	Vasco Alves Pereira	2.453
	Libertador	José Batista de Magalhães	1.758
	Libertador	Antonio Telles Vilas Boas	1.714
	Avulso	Manuel José Machado	8

Fonte: Ata do Conselho Municipal de 2 de outubro de 1924.

Anexo 11

Mobilizações das associações políticas republicanas para o pleito municipal de 1928		
Data	Local	Atividade
16/jun	G.R.F.Cunha	Reunião pela 4º Aniversário do Grêmio
18/jun	G.R.J.Castilhos	Reunião da Comissão Executiva com diretores dos clubes
20/jun	Teatro São Pedro	Plenária de lançamento das candidaturas
05/jul	G.R. J. Castilhos	Recepção a B. Medeiros
10/jul	G.R. Paim Filho	Comício com candidatos
14/jul	G.R. 14 de julho	"Sessão Cívica com candidatos"
20/jul	G.R. F. Cunha	"Sessão da propaganda da chapa republicana"
11/ago	G.R.S.Saldanha	"Sessão Solene"
12/jul	G.R. 14 de Julho	"Sessão extraordinária"
10/ago	G.R. Paim Filho	Sessão para posse da diretoria e candidatos
11/ago	G.R.V.Aires	"Comício de propaganda"
11/ago	G.R. Sinval Saldanha	"Reunião política de propaganda eleitoral"
12/ago	G.R.P.Alves	"Reunião política de propaganda eleitoral"
13/ago	G.R.M.Andrade	"Comício político de propaganda"
14/ago	Teatro S. Pedro	Reunião com mesários e distribuidores de chapas
15/ago	Eleição	

Fonte: A Federação, jun.-ago. 1928.

Anexo 12

Mobilizações das associações políticas da oposição para o pleito municipal de 1928		
Data	Local	Atividade
15/jul		Prévia do Partido Libertador
17/jul	Diretório Partido .Libertador	Reunião do Diretório Municipal
24/jul	Largo da Intendência	Manifestação do C. Estudantes Libertadores
15/ago		Eleição

Fonte: Correio do Povo, jun.-ago. 1928.

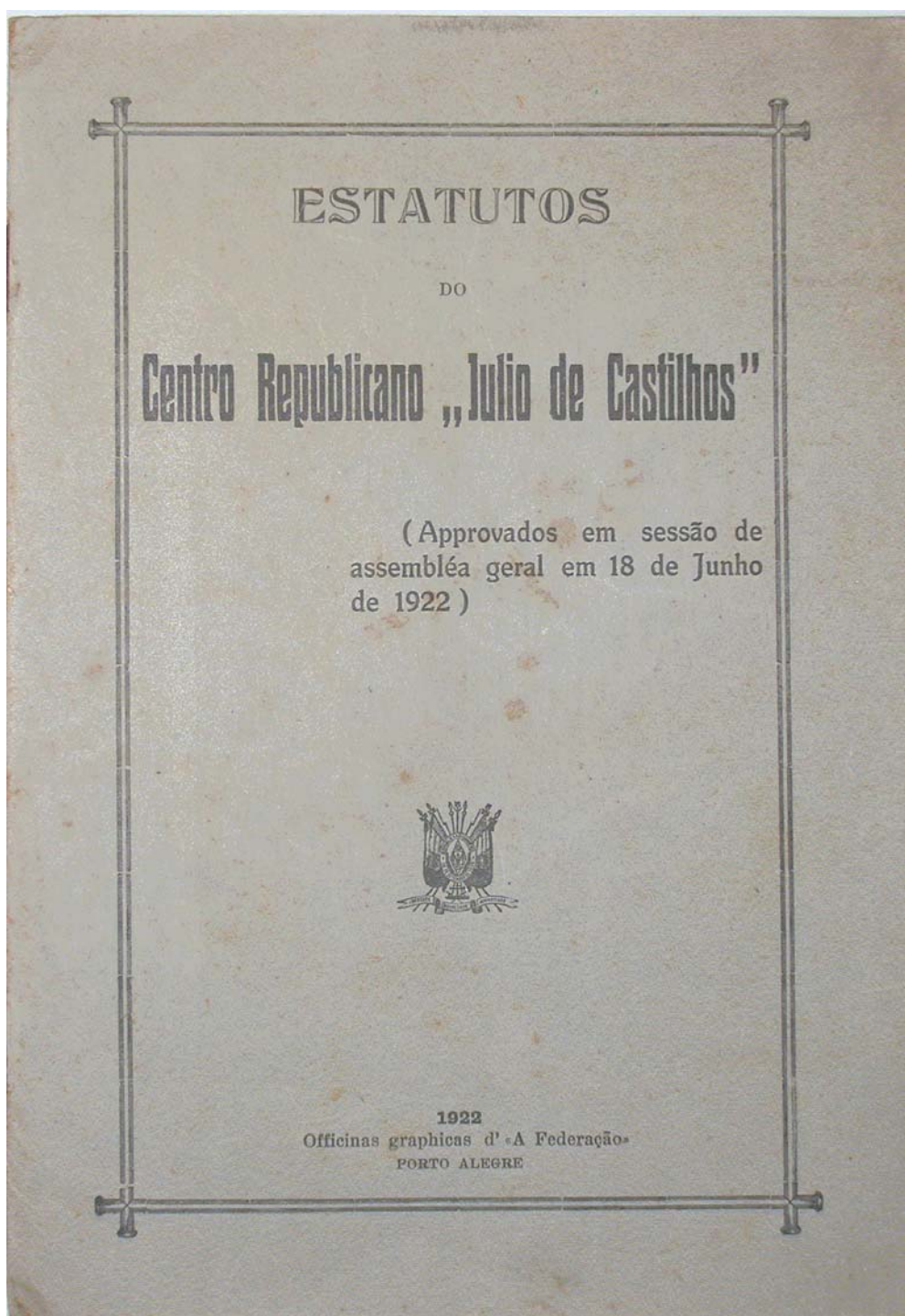
Anexo 13

Resultados das eleições municipais de 1928			
Cargo	Partido	Candidato	Votos
Intendente	Republicano	Alberto Bins	7.472
	Libertador	Lafayette Cruz	331
	Avulso	Carlos Prestes	318
Vice Intendente	Republicano	Sinval Saldanha	7.430
	Libertador	Gabriel Moacyr	642
Conselheiros	Avulso	Frederico Trein	7.467
	Republicano	Xavier Costa	7.434
	Republicano	Martins Costa	7.300
	Republicano	José da Costa	7.270
	Republicano	Germano Petersen Junior	7.250
	Republicano	Oswaldo Vergara	7.242
	Republicano	Adolpho Stern	7.217
	Republicano	Octavio Barreto	7.077
	Libertador	Basil Sefton	4.995
	Libertador	Pio Contreras	4.850
	Avulso	Marechal Mesquita	49

Fonte: Correio do Povo, 16 ago. 1928.

Anexo 14

Capa do livreto dos Estatutos do Centro Republicano Júlio de Castilhos.¹



¹ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Arquivo Pessoal Synval Saldanha e Borges de Medeiros, 1922.

Anexo 15

Foto de uma reunião política. Sala com as fotos no fundo.²



² Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Arquivo Pessoal Synval Saldanha e Borges de Medeiros, [s.d.].

Anexo 16

Foto da festa à Gaúcha³



³A Federação, 21 de fevereiro de 1927. p.4.

Anexo 17

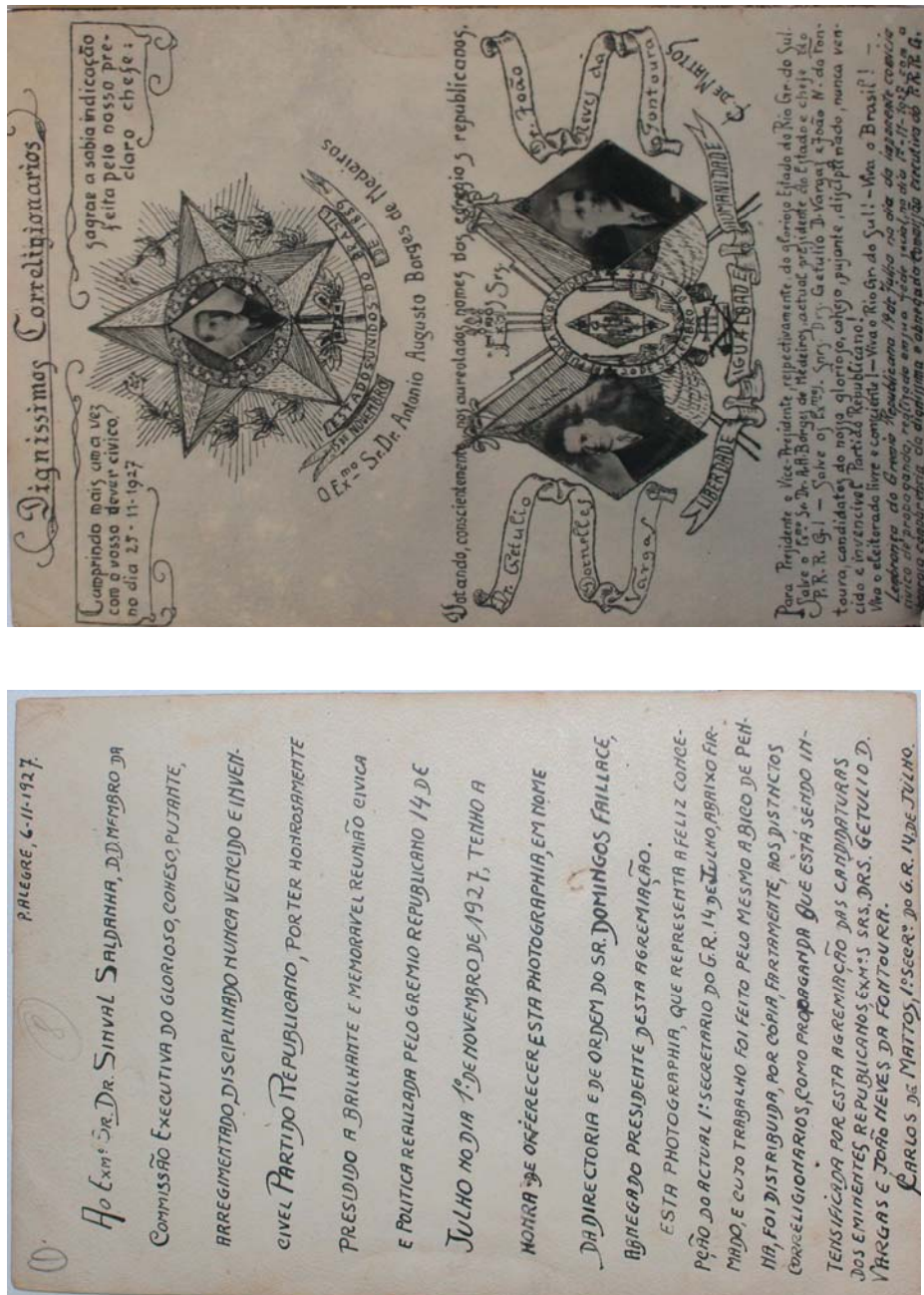
Foto do banquete das classes conservadoras oferecido a Otávio Rocha.⁴



⁴A Federação, 24 set. 1924. p.1.

Anexo 18

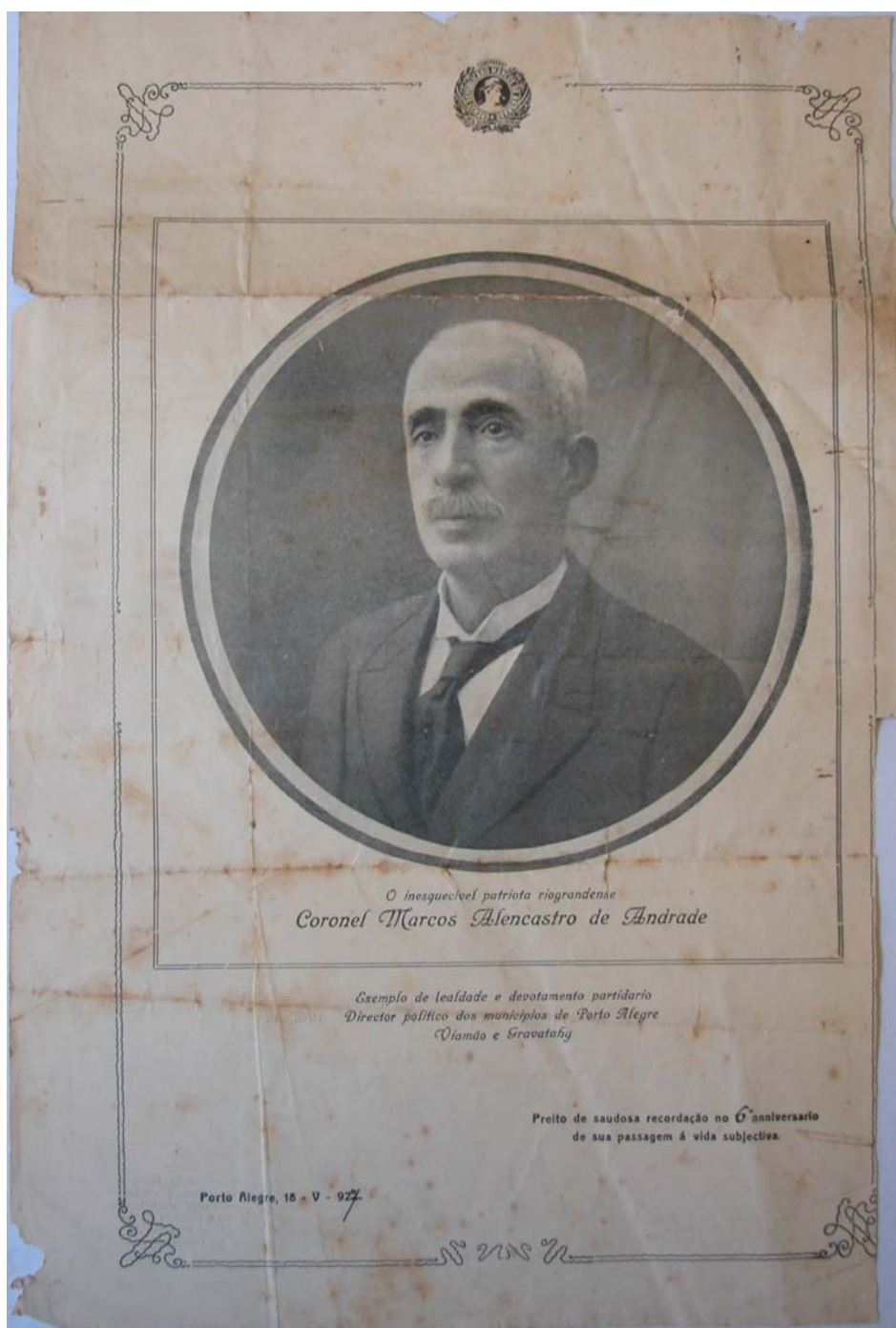
Postal distribuído pelo Grêmio Republicano 14 de Julho para a campanha de Getúlio Vargas e João Neves da Fonseca ao governo do Estado (frente e verso).⁵



⁵ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Arquivo Pessoal Synval Saldanha e Borges de Medeiros, nov. 1927.

Anexo 19

Lembrança do aniversário de morte de Marcos de Andrade distribuído pelo Grêmio Republicano que o homenageia.⁶



⁶Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Arquivo Pessoal Synval Saldanha e Borges de Medeiros, maio 1927.

Anexo 20

Foto dos festejos de rua comemorativos da assinatura do Pacto de Pedras Altas.⁷



⁷A Federação, 18 dez. 1923. p. 1.

Anexo 21

Foto da chegada de Flores da Cunha à Estação Ferroviária de Porto Alegre.⁸



⁸A Federação, 14 ago. 1923. p. 2

Anexo 22

Fotocomposição do comício à frente do Grêmio Republicano Júlio de Castilhos.⁹



⁹A Federação, 5 jul. 1928. p. 1

Anexo 23

Foto da inauguração da Praça Pinheiro Machado.¹⁰



¹⁰A Federação, 21 fev. 1927. p. 2.